



Políticas Culturais: trajetórias e diálogos em Campos dos Goytacazes

Simonne Teixeira (organizadora)



Políticas Culturais: trajetórias e diálogos em Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes – 2015



EdUENF

CONSELHO EDITORIAL

Sérgio Arruda de Moura; Leandro Garcia Pinho; Maura da Cunha; Maria da Glória Alves; Janie Mendes Jasmim; Maridelma de Souza Pourbaix

© Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Capa e Projeto Gráfico: Marcus Cunha

Edição: Simonne Teixeira

Impresso no Brasil - Printed in Brasil

Este e-book se insere como parte das atividades do Grupo de Pesquisa CNPq Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural, vinculado ao Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do Homem e do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Os capítulos são de inteira responsabilidade dos autores.

Simonne Teixeira (organizadora)

Políticas Culturais: trajetórias e diálogos em Campos dos Goytacazes



*Ed*UFENF

Campos dos Goytacazes – 2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

P769 Políticas culturais : trajetórias e diálogos em Campos dos Goytacazes / Organização de Simonne Teixeira -- Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2015.
340 p.

ISBN 978-85-89479-38-7

1. Política Cultural – Campos dos Goytacazes (RJ). 2. Patrimônio Cultural. I. Título. II. Teixeira, Simonne (Organização).

CDD : 306.2

SUMÁRIO

08 **Prefácio**
Lia Calabre

12 **Políticas Culturais em Campos dos Goytacazes e a Universidade: sobre trajetórias e diálogos – uma introdução.**
Simonne Teixeira

32 **As Políticas Culturais como possibilidade de análise da Cultura em Campos dos Goytacazes: a Experiência da Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural.**
Cristiano Ferreira de Barros

58 **As Conferências de Cultura como canal de participação e fortalecimento do campo das Políticas Culturais: contribuições com base no estudo de caso de Campos dos Goytacazes.**
Clarissa Alexandra Guajardo Semensato

- 82 ***A Cavalcada de Santo Amaro e a política do Ponto de Cultura.***
Gisele da Silva Gonçalves
- 98 ***Juventude, cultura e políticas culturais: as experiências juvenis no uso do tempo livre.***
Sandra Rangel de Souza Miscalí
- 124 ***Patrimônio, Memória e Identidade.***
Silviane de Souza Vieira
- 141 ***A experiência do Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal de Campos dos Goytacazes.***
Ronaldo Vicente Filho e Lucas Viana Aragão
- 170 ***Liras, práticas musicais e matrizes africanas como patrimônio imaterial. Uma referência na música brasileira.***
Karina Barra Gomes
- 189 ***O Patrimônio Industrial e a Paisagem em Campos dos Goytacazes.***
Zandor Gomes Mesquita
- 222 ***Patrimônio e legitimidade social, um estudo do pedido de registro da ayahuasca***
Jânio de Oliveira Silva Júnior

249 *Cultura e cidade. A sociedade urbana e as novas representações de Campos dos Goytacazes (Séculos XIX-XX).*

Teresa de Jesus Peixoto Faria

274 *Educação Patrimonial também se faz com passeios ao cemitério.*

Sylvia Marcia Paes

292 *Logística de Transporte Escolar: o elo entre Educação e Cultura a partir das Políticas Públicas de exclusão nas Escolas Municipais de Campos dos Goytacazes.*

Gilberto Nunes Gomes

326 *Sobre os Autores*

331 *Índice Remissivo*

Prefácio

Nas últimas décadas o campo dos estudos da cultura, em especial das políticas culturais, passou a ocupar um novo lugar na produção acadêmica. Tal mudança é acelerada, principalmente, no início dos anos 2000. Alguns cânones e velhos saberes vêm sendo colocados à prova desde então. Como nos ensina Michel de Certeau, em *A Cultura no Plural*, a capacidade de interpretação teórica, dentro de uma sociedade, está estreitamente ligada ao poder político do grupo que elabora tal interpretação e da própria estrutura de sociedade na qual esse grupo conquistou a posição ocupada. A ampliação efetiva do conceito de cultura, com o qual os gestores e elaboradores das políticas culturais vêm trabalhando, tem sua ação refletida, ou melhor, pode ser evidenciada em uma nova leva de estudos acadêmicos e científicos sobre o campo. A ênfase da discussão aqui proposta é de mudança efetiva do conceito de cultura. Pois, não devemos esquecer que nos argumentos do Estado nos anos 1970, período de construção e de implementação de importantes ações que são marcos na história das políticas culturais no Brasil, já havia um discurso, mas não uma prática, sobre um conceito plural de cultura. Tais mudanças mais contemporâneas fizeram emergir, ou permitiram a expressão, de uma série de novos atores sociais, alguns deles presentes nos estudos que são apresentados ao longo dessa coletânea.

Ainda em diálogo com Certeau, podemos dizer que a gestão do

Ministro Gilberto Gil, no governo do Presidente Lula, representou o acontecimento que trouxe mudanças, criando a necessidade de adequação das representações culturais e das análises sobre as mesmas em diferentes modelos científicos, gerando a necessidade da criação de instrumentos intelectuais adequados à nova situação. Os artigos que compõe este livro inserem-se nessa vertente de trabalhos que conformam novos olhares sobre os campos da cultura, das políticas culturais e do patrimônio cultural.

A historiografia nacional de tais campos de estudo carece de trabalhos sobre as práticas e as realidades locais e territoriais que não sejam somente originados nos centros de produção de conhecimento já consolidados ou sob o tradicional olhar de um determinado centro para as periferias. O processo de ampliação da universidade, em especial a pública, com base em uma melhor distribuição geográfica dos seus *campi* - que foi acelerado na última década -, seguido da criação de novos cursos de pós-graduação, vêm permitindo o surgimento de inúmeros grupos de pesquisa que, muitas vezes, passam a ter como objetos de trabalho as realidades locais. A proximidade, os diferentes olhares, os novos *partis pris*, têm permitido a produção de conhecimentos muitas vezes inovadores, até mesmo sobre contextos e problemáticas já estudadas.

A área da gestão pública da cultura vem passando por contínuas transformações, a partir dos anos 2003. Em 2010, foi promulgado o Plano Nacional de Cultura (PNC), um plano decenal, estruturado em formato de lei, incorporado na Constituição Federal através da Emenda Constitucional nº 48 de 2005. Em 2012, foi instituído o Sistema Nacional de Cultura (SNC), através da Emenda Constitucional nº 71. O SNC prevê a criação de sistema de cultura nos níveis estaduais e municipais. Na prática isso significa uma profunda reestruturação no campo da gestão pública de cultura, seja no âmbito federal, seja no local. Estados e municípios deverão possuir: a) órgãos gestores de cultura, que se responsabilizem pela implementação de políticas locais; b) fundos de cultura que garantam o financiamento público

e o repasse de recursos entre os níveis de governo; c) conselhos de políticas culturais no mínimo paritários e deliberativos, de maneira a implantar sistemas de gestão mais democráticos; e, d) planos de cultura elaborados a partir de consultas e com a participação da sociedade. Além desses itens obrigatórios, os estados e municípios também deverão realizar conferências de cultura e criar sistemas de informações e indicadores culturais locais que dialoguem com o Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais.

Algumas outras mudanças territoriais vêm se processando desde 2003, a partir de ações e programas, como o Programa Cultura Viva (responsável pela criação dos Pontos de Cultura), ampliação das representações regionais, criação de editais territorializados, que foram sendo implementados pelo Ministério da Cultura em âmbito federal. Em algumas áreas - como a do patrimônio imaterial ou das culturas populares - ou em algumas regiões - como a Bahia - tais programas e ações geraram mudanças conjunturais significativas. Tais questões, por exemplo, vêm se tornando objeto de estudo em trabalhos de final de curso (TCCs) de graduações de diversas áreas de conhecimento, em dissertações de mestrado e em teses de doutorado.

A territorialização das políticas culturais, os mapeamentos das diversas práticas culturais, as relações e visões das populações locais sobre as ações do governo, são algumas das múltiplas questões que se tornaram objeto dos trabalhos que compõem essa coletânea. A reunião desse material forma um delicado mosaico que reconstitui parte da história da região de Campos dos Goytacazes e de seu entorno. Frutos do competente e cuidadoso trabalho da *Officina de Estudos de Patrimônio Cultural*, coordenada pela profa. Simonne Teixeira, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, os textos aqui apresentados representam o conagraçamento do trabalho em equipe, da reunião de reflexões de pesquisadores iniciantes em diálogo com alguns mais experientes, que assentados em alguns eixos comuns, aqui no caso especialmente o da territorialidade, trazem uma importante contribuição para a

historiografia local e nos fornece mais uma peça para a construção do enorme quebra-cabeças da história das políticas e práticas culturais em âmbito nacional. As conferências e os conselhos, as políticas do patrimônio e suas relações com o reconhecimento das heranças e da manutenção dos fazeres culturais, somados ao uso do tempo livre e a relação entre educação e cultura serão objeto de olhares cuidadosos e variados construídos a partir da pesquisa e da prática de cada um dos autores que compõem a presente publicação. Uma ótima leitura para todos.

Lia Calabre, outubro/2014.

Políticas Culturais em Campos dos Goytacazes e a Universidade: sobre trajetórias e diálogos – uma introdução.

Simonne Teixeira

SIMBOLOS. Tudo símbolos...

Se calhar, tudo é símbolos...

Serás tu um símbolo também?

Fernando Pessoa

Este livro reúne diversos estudos no campo das Políticas Culturais, realizados no âmbito da *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural*¹ nos últimos 10 anos. Podemos, neste sentido, dizer que nosso objetivo seja celebrar, isto é, “fazer realizar com solenidade”²,

1 A *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural (Officina)*, esta vinculada ao Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico/LEEA, do Centro de Ciências do Homem/CCH, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF (<http://www.uenf.br>).

2 Novo Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

nossa trajetória acadêmica. A ideia deste livro surgiu pois, a partir da vontade de reunir retrospectivamente os trabalhos desenvolvidos na *Officina*, ao mesmo tempo que *imprimir* um registro deste grupo de pesquisadores cujas afinidades continuam presentes, embora as trajetórias individuais tenham seguido seus próprios caminhos. Ao fazer esta retrospectiva e considerar seu conjunto, pudemos com um olhar distanciado, detectar e dimensionar o significado social e acadêmico das pesquisas sobre o município, para decidir pela publicação, que acreditamos, pode vir a contribuir para a reflexão sobre políticas culturais de modo mais amplo.

A *Officina* iniciou as atividades de pesquisa e extensão em 2004, com foco na Arqueologia, na História e no Patrimônio Cultural, reunindo alunos da graduação, da Pós-graduação e colaboradores³. Inicialmente preocupados com o estado de abandono e o descaso com o rico Patrimônio Cultural em Campos dos Goytacazes e região, os estudos trataram das questões relativas às Políticas Culturais de Preservação. Esse tema foi, de fato, o núcleo primordial onde orbitaram as primeiras pesquisas e as ações de extensão, sem no entanto ser restritiva a outros temas com os quais sempre tivemos um poroso diálogo. Desde a formação da *Officina* e talvez, estimulado pelas significativas mudanças no campo das políticas culturais no Brasil, a partir da gestão do ministro Gilberto Gil/MinC, houve uma crescente demanda, observada sobretudo no âmbito do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, por estudos voltados para

3 Além dos autores deste volume, não podemos deixar de mencionar algumas pessoas que integraram a *Officina* ao longo destes anos, e alguns outros, que ainda integram, embora não participem deste livro, por diversas razões. Entre os estudantes, Allana Pessanha de Moraes, Marcele Batista Azevedo, Marcelo da Silva Erbas, Sabrina Viviane de Araújo Lima, Thais Cristina Silva de Oliveira, Miriam Viana Alves, Lidiane Rangel de Oliveira, Hully Guedes Falcão e Lívia Pierotte Mello de Freitas. Entre os colaboradores, Adriana Borges Salles, Tatiana Gonçalves Silva, Gabriela de Oliveira Gonçalves, Edlane da Cruz da Silva Coutinho e Talita Vieira Barros. Há ainda meus colegas, sempre prontos a contribuir com parcerias generosas, Marcelo Sant'Ana Lemos, Maria da Glória Alves e Roberto Weider de Assis Franco e Danuza Cunha Rangel. De alguma forma todos estão presentes nas páginas deste livro.

os novos programas implementados pelo poder público na esfera federal. Estes estudos pretenderam sempre um forte diálogo com as questões locais.

Neste ponto destacamos o papel da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF. Acreditamos que é papel da universidade pública favorecer a apoiar processos criativos, contribuindo no desenvolvimento de estudos que abordem os diferentes aspectos do campo cultural, como os que permitem um maior conhecimento das diversidades culturais e suas manifestações. Para além do seu potencial em formar pesquisadores e profissionais para atuar em diferentes áreas do conhecimento, a UENF tem sido também formadora de potenciais gestores públicos para o município e região. No campo das políticas sociais tem sido, de fato, capaz de formar profissionais aptos para a condução de projetos, incluindo aqueles que tenham por base a percepção de que a cultura é um direito. Entendemos que o papel da Universidade não é concorrente com o do poder público; cabe à primeira a formação profissional e a produção do conhecimento, enquanto a segunda implementar ações que garantam o desenvolvimento pleno de uma cidadania cultural. Idealmente devem manter um diálogo estreito e prolixo.

O eixo central das análises neste livro tem como referencial conceitual a *cidadania cultural*, termo consagrado por Marilena Chauí, em que ela mesma define *acultura* “como direito dos cidadãos e como trabalho de criação” (Chauí, 2006:67). Para Cunha Filho, esta é uma concepção “alargada” que, no entanto tem abrangência parcial, “posto que se refere apenas a ‘direitos do cidadão’, omitindo mais explicitamente o anverso desta moeda, que seriam os ‘deveres do cidadão’” (2010: 184). Contudo, esta observação não invalida o potencial do conceito formulado pela filósofa, “porque o setor a que a expressão se refere é dotado de particularidades que justificam um exercício diferenciado deste fundamento republicano e democrático” (idem: 199). Há que considerar que “a efetivação desses direitos, entretanto, somente

se dará por meio da implementação de políticas públicas eficazes, vocacionadas para a inclusão social, por meio do reconhecimento das diferenças, da diversidade cultural instalada dentro dos Estados” (Batista, 2010:310).

Tendo a cidadania cultural como eixo, as ações de extensão promovidas pelos pesquisadores da *Officina* centraram-se na Educação Patrimonial, entendendo que essa é imprescindível à formação cidadã. Partimos da ideia de que os problemas pertinentes ao patrimônio cultural requerem do conjunto da sociedade um conhecimento mínimo sobre si mesma e sobre seu passado, uma vez que este faz parte do nosso cotidiano. Decisões sobre o uso de edifícios históricos, ações de fortalecimento das manifestações da cultura popular, gestões urbanas que alteram o uso de determinados espaços, entre outros, demandam da sociedade mais que opiniões técnicas. Tudo aquilo que envolve o patrimônio cultural supõe um processo de seleção pautada em critérios éticos e políticos que passam pelo sentimento de pertencimento e pela memória. Sem uma “alfabetização cultural”, dificilmente a comunidade pode processar o conjunto de informações necessárias à participação na tomada de decisões, exercendo deste modo, plenamente a sua cidadania.

A preservação do Patrimônio Cultural como prática social foi estabelecida num primeiro momento, a partir da construção das identidades nacionais. A constituição do patrimônio veio, sobretudo desde a Revolução Francesa, servindo de alicerce à construção dos Estados Nacionais, oferecendo sustentação às identidades culturais (mais particularmente à nacional) as quais este Estado se vincula.

A noção de Patrimônio permaneceu, até a segunda metade do século XX, estritamente vinculada aos aspectos históricos e artísticos que o Estado pretendia exaltar. Os vestígios do passado atuaram como ancoras, para que o sentimento do nacional pudesse se recriar no dia-após-dia. Documentos textuais foram preservados em Arquivos; os mais variados objetos expostos em Museus - que podem ser históricos, de arte, de ciência ou temáticos; nas ruas e

praças estão os exemplares arquitetônicos destacados como insígnias da nação. O que irá unir os variados suportes desta memória, é a narrativa do Estado sobre a identidade do seu povo.

Sob a égide de uma identidade compartilhada plenamente por todos, as diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chamou de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas (Hall, 2001: 49). A ênfase da narrativa da cultura nacional se prende às origens do Estado, à continuidade e à tradição, capazes ao mesmo tempo de oferecer uma unidade – ou um teto político – ao estado-nação, suscetível de nivelar os diferentes relevos das culturas regionais e locais. Serviram também de forma mais velada para assegurar que os bens constitutivos da Nação sejam aqueles vinculados à elite.

No Brasil o órgão governamental que cuida do patrimônio, o IPHAN, ainda carrega em seu nome esta ideia: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nascido como secretaria durante o governo Vargas - SPHAN⁴ - propunha-se, nos anos 1930, aquando de sua criação, a salvaguardar fundamentalmente os bens edificados de caráter histórico que, segundo seus mentores, representavam a Nação. Os intelectuais que pensavam o Brasil abrigados nesta Secretaria, privilegiaram os bens de *pedra e cal*, sem dar espaço ou lugar àqueles de caráter imaterial, mais próprios dos diferentes grupos sociais que compõe a cultura brasileira. Como já advertimos o *patrimônio cultural* é resultado de um processo de seleção pautada em critérios éticos e políticos, e relacionados à atribuição de valores identitários por um grupo social. Para Ventura,

o processo de diferenciação e classificação dos bens culturais situava-se num espaço político cultural, em grande medida, ocupado por grupos de elites especialistas da alta cultura, sejam aqueles que legitimam narrativas da nacionalidade ou a sofisticação de linguagens sejam elas clássicas ou experimentais (2005:84).

4 Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

As consequências deste processo distanciam o bem tombado de seu publico, deixando prevalecer uma única identidade à nação.

O Estado ao endossar de forma tutelar um sistema de reprodução da alta cultura ‘libertando-a dos constrangimentos do mecenato e do mercado’ acabou por afastar os bens culturais e artísticos das sanções do próprio publico. O efeito perverso dessa política foi o de acentuar a distancia entre o público cidadão e as ‘próprias’ produções culturais e confirmar a hegemonia dominante de uma classe media educada (Ventura, 2005:84).

O termo Patrimônio Cultural, assim como sua aplicação conceitual, tem seu uso vulgarizado em período mais recente, que podemos situar nas ultimas três décadas. O uso do termo *cultural* procura dar conta de um conjunto maior daquilo que é entendido de forma monolítica, como patrimônio de um povo ou nação, e tende a incluir os bens referenciais da cultura popular, indo além do acervo da elite dominante. O conceito se amplia para incorporar os bens imateriais e o patrimônio ambiental, entendendo-se este também como um bem cultural. Deslocando o epicentro dos bens patrimoniais históricos, quase sempre representados pelas edificações do clero, do Estado e da elite, passa-se a incluir toda e qualquer manifestação como patrimônio cultural de um povo. No caso brasileiro, o Estado tem buscado fortemente a superação deste modelo, ampliando o escopo de sua atuação. Uma vez superado o arquétipo nacionalista das práticas patrimoniais, que não se resume mais na construção da nação, precisamos de “democratizar uma sociedade injusta e desigual, de construirmos um diálogo aberto para o mundo (...) não podemos deixar de evidenciar o peso deste legado e perceber o quanto somos ainda credores dos resquícios desse passado” (Simis, 2007:142). Apesar do termo patrimônio cultural pretender incorporar valores etnicamente e socialmente diversificados, as práticas patrimoniais ainda não livraram completamente do modelo elitista e excludente.

Ao tradicional modelo da política moderna (Estado, Governo, Direitos Civis, etc.), desde os anos 1980, vem se incorporando novas demandas sociais de forte teor cultural, tais como: gênero, meio

ambiente, etnia, religião, modos de vida, etc. A dimensão local adquire relevância, as cidades tornam-se protagonistas, e a noção do regional se dilata, podendo se referir a espaços de diferentes dimensões e formações. Este processo tomado no campo da cultura, implica em um “trasbordamento de cultura” de suas fronteiras, implicando num alargamento do seu conceito (Rubim, 2011). Um conceito que incorpore a defesa da diversidade cultural. Uma noção de diversidade cultural mais elaborada, que busca melhor atender as demandas sociais contemporâneas.

A atual defesa da diversidade e criatividade vem inserindo a agenda cultural não mais como representação de segmentos específicos e linguagens de arte, mas como ‘modo de vida, valores de coesão e solidariedade, preservação de etnias e linguagens, comunidades locais, sistema de valores e crenças’. Proposta que pode aproximar a política cultural dos projetos que visam a formação do capital social e ampliar a sua inserção numa agenda mais ampla da política de Estado relacionada aos temas da cidadania, dos direitos bem como com setores de meio ambiente, urbanização, turismo e áreas que afetam e são afetadas pelas práticas e valores culturais (Ventura, 2005:84).

No âmbito da *Officina*, ainda que avançando os estudos com temas relacionados às políticas culturais de preservação, o impulso inovador no setor dada pela gestão do ministro Gilberto Gil, como já mencionei, produziu uma pululante efervescência no campo da cultura que teve repercussões imediatas. Sua atuação no MinC, despertou um anelo de mudança nas práticas, incentivos e ações relacionadas à cultura no Brasil, que alcançasse também o município de Campos dos Goytacazes. A partir de 2005, a par à implementação do Sistema Nacional de Cultura, as pesquisas na *Officina* se abriram à perspectiva de acompanhar e entender os caminhos de adesão ou não do município aos protocolos de ação que se implantavam na esfera federal.

Partimos do pressuposto que as políticas culturais, enquanto política social, se inserem no escopo das políticas públicas. Com base neste pressuposto, nos apropriamos da definição de Barbalho:

Uma política cultural é um conjunto mais ou menos coerente de princípios (conceitos e diretrizes), objetivos (onde se quer chegar), estratégias (como alcançar os objetivos projetados), os meios necessários e as ações a serem realizadas (os programas e projetos concretos). Importante frisar que deve haver uma lógica entre as partes do conjunto – é esta lógica que dá sentido a uma política cultural (2013:8).

Esta definição pode supor que, uma vez estabelecidos os princípios, os objetivos e as estratégias e definidos os meios e as ações, temos um desenho de política cultural que possa ser implantado de forma duradoura, avançando de forma determinante para a consolidação do setor cultural, e que seja multicultural, inclusivo, criativo, de ampla difusão e economicamente viável. De fato, nos últimos anos “temos assistido ao crescimento de um modelo de gestão pública baseado na participação da sociedade civil. A expressão gestão participativa está presente em planos de variadas áreas e níveis de governo. Com o campo da cultura não tem sido diferente” (Calabre, 2008: 63). A prática política “deixou o balcão e se tornou pública e cultural, ao formular projetos e incentivar o desenvolvimentos cultural, articulando relações dentro e fora do governo, embora essas últimas nem sempre tenham sucesso” (Simis, 2007: 147). Os editais promovidos nos últimos anos pelo governo federal e os em parceria com os governos estaduais “mostram a preocupação em imprimir maior transparência nos critérios de concessão de patrocínios, com resultados concretos para a regionalização das ações e para o surgimento de novos atores sociais” (Porto: 2007:166). No entanto, a realidade tem sido mais complexa, e alguns dos avanços conquistados com os primeiros anos do governo Lula ainda não alcançaram os municípios. A maioria dos autores tem afirmado que, sem um consenso, sem os acordos necessários entre os diferentes grupos sociais, não é possível o desenho de uma política cultural. Este consenso, acreditamos, deve também atravessar as diferentes esferas do poder público no desenho das políticas para a cultura.

O município de Campos dos Goytacazes é, desde tempos

coloniais, o principal pólo de desenvolvimento da região norte fluminense. Trata-se do maior município em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, com uma população de 477.208 de habitantes (IBGE, 2013). Possui um expressivo acervo cultural, correspondente à sua importância histórica, que lamentavelmente sofre a ausência de políticas públicas bem definidas para a sua preservação. O freqüente descaso com o patrimônio e as manifestações culturais tem acelerado a destruição desta significativa herança. O município possui notável potencial agropecuário e agroindustrial e se destaca, atualmente, como a principal bacia petrolífera do país, o que a torna uma das cidades com maiores recursos provenientes da exploração do petróleo no Brasil (*royalties*⁵). Abriga quatro IES públicas e pelo menos cinco IES privadas, o que a torna atualmente um considerável pólo universitário, atendendo as regiões norte e noroeste fluminense e sul do Espírito Santo. Segundo os dados do Idecult⁶, o município de Campos dos Goytacazes apresenta, na síntese dos indicadores, um índice “alto” no tocante à cultura. Nos últimos 10 anos temos podido acompanhar alguns avanços no campo da cultura, no entanto sem incorporar os preceitos do que seja uma política cultural tal qual acabamos de definir. O que se pratica é ainda uma política de promoção do governo e de terminados setores da sociedade, baseado principalmente na realização de uma cultura de eventos. Esta perspectiva, lamentavelmente nos distancia muito daquilo que propõe Lia Calabre, ou seja,

uma política cultural atualizada deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com as visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade. No caso brasileiro, temos a premência de reverter o processo de exclusão, da maior parcela do público, das oportunidades de consumo e de criação culturais (2007: 99).

Na última década cresceu exponencialmente o interesse de

5 Para se ter uma ideia, valor total de royalties e participações especiais no ano de 2013, somam 1,3 bilhão de reais.

6 Silva e Araújo, 2010.

pesquisadores no Brasil com o campo das políticas culturais, que tem buscado compreender e interpretar os caminhos (e descaminhos) institucionais da cultura no Brasil (Calabre, 2007; Botelho, 2007; Simis, 2007; Rubim, 2011; Chuva, 2012; Oliveira, 2009; entre outros). Para Rubim, esta trajetória institucional está marcada por *tristes tradições*, quais sejam, ausência, autoritarismo e instabilidade (Rubim, 2012), as quais ele relaciona alguns momentos significativos de nossa história, para desenhar as políticas culturais no Brasil. Estas três palavras, convertidas em tradições como propõe o autor, podem perfeitamente prestar-se a referenciais conceituais em qualquer estado ou município brasileiro. Senão, vejamos o que querem dizer: *ausência*, estado ou circunstância de não estar presente; *autoritarismo*, o mesmo que despotismo; *instabilidade*, falta de estabilidade, insegurança na permanência, inconstância. Se aqui tratássemos de uma possível história das políticas públicas de cultura no município de Campos dos Goytacazes, certamente poderíamos conjugar em diferentes combinações estas três palavras que tomamos como tradição.

Os capítulos que compõe este livro abordam diferentes temáticas relacionadas à cultura local, e buscam entender como estas se articulam com o poder municipal. Neles veremos de que maneira as ausências, o autoritarismo e a instabilidade colocam em jogo o patrimônio cultural, os produtos culturais e a criatividade dos grupos produtores de cultura, resultando em um imenso descompasso entre aquilo que faz o poder público e aquilo que aspiram os diferentes grupos sociais. Sem uma política clara e bem definida e, com a precariedade da política de balcão, as ações seguem a lógica dos privilégios e do clientelismo, conforme a ocasião. Como bem ressalta Clarissa Semensato, historicamente o cenário político em Campos dos Goytacazes se debate entre o paternalismo, o personalismo e a disputa política entre setores da sociedade. Apesar do expressivo orçamento, alimentado pelos royalties do petróleo da bacia de Campos, os investimentos em educação e cultura estão aquém das reais demandas sociais. No rastro das ações implementadas

pelo governo federal, Campos experimentou quatro Conferências Municipais⁷, marcadas por disputas entre os diferentes grupos acostumados à uma política de balcão que mais pareciam concorrer às benesses do poder municipal. Em todas elas evidenciou-se a dificuldade em elencar as prioridades e demandas de forma coletiva levando por fim a um esvaziamento e total descrença dos participantes e da sociedade com o processo. Uma possível articulação entre as instâncias administrativas que favorecesse a universalização das práticas culturais esbarram no provincianismo dos líderes e seus nichos políticos.

Cristiano de Barros procura ao longo de seu texto e, numa perspectiva histórica, dar conta do percurso da Extensão no âmbito da *Officina*, assentada na Educação Patrimonial como referencial teórico-metodológico. Todos os autores deste livro tiveram, e a maioria ainda tem, efetivamente, participação neste projeto⁸ que tem sido um catalizador de ideias e ações, tendo por objetivo a formação cidadã baseada na perspectiva da cidadania cultural e do direito à cultura. Por esta razão, é impossível explicar este livro, ou mesmo explicar a comunhão entre os autores, sem entender que, para além dos projetos individuais de pesquisa, há um trabalho coletivo intenso de debate e cumplicidade que se concretiza na devolutiva de uma ação voltada para a ‘alfabetização cultural’, termo que nos é muito caro. Cristiano aprofunda o histórico, explicitando como tem se dado a atualização de nossas tertúlias acadêmicas, com a incorporação de novas abordagens, mais próximas às políticas culturais *stricto sensu*.

No entrecruze das novas políticas implementadas pelo MinC e

7 Realizadas nos anos 2006, 2012, 2013 e 2014; com a ressalva de que em seu texto, Clarissa não aborda a Conferência Municipal de 2014, realizada posteriormente à conclusão deste livro.

8 Trata-se do projeto “Patrimônio Cultural: aprendendo a conhecer. Proposta para uma ação de Educação Patrimonial” [2004-2011] e sua continuação “Patrimônio Cultural e Políticas de Cultura: propostas de ação em Educação Patrimonial. Apreciação sobre a apropriação e uso dos equipamentos culturais em Campos dos Goytacazes” [2013-atual].

as manifestações culturais locais, podemos situar o estudo de Gisele Gonçalves. Tendo como objeto o programa Ponto de Cultura, buscou avaliar na prática a experiência de uma comunidade em Santo Amaro, distrito de Campos dos Goytacazes que mantém a única cavallhada no estado do Rio de Janeiro. Aqui cruza também o trabalho coletivo desenvolvido na *Officina*, importante no desenrolar desta pesquisa.

Vamos ao relato: em 2008 foi lançado pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro um edital para diferentes áreas da cultura (artes cênicas, dança, audiovisual, etc.), incluindo uma chamada específica para as culturas populares (Teixeira, 2009). Na categoria “grupos” foi apresentada a candidatura da Cavallhada de Santo Amaro, que foi selecionada, recebendo na ocasião, a título de prêmio, dez mil reais⁹. No ano seguinte, o mesmo grupo submeteu uma proposta ao edital dos Ponto de Cultura/MinC e foi contemplado. Ambos projetos submetidos contaram com o apoio da equipe da *Officina*, desde o estímulo inicial dado ao grupo até à preparação do material a ser entregue na inscrição (dossiê, preenchimento do formulários, impressão, etc.). O papel desempenhado pelos pesquisadores, sobretudo Gisele Gonçalves, foi fundamental para inserção do grupo nos programas.

No caso do primeiro edital, o grupo da Cavallhada pôde executar eficientemente o programa, adquirindo, com a verba, botas e espadas novas para os cavaleiros e novos instrumentos para a banda de Santo Amaro que participa na abertura das apresentações da Cavallhada. No caso do segundo edital, estudado por Gisele, observamos as dificuldades de se fazer chegar à comunidade com eficácia os recursos obtidos no programa Ponto de Cultura, seja pela baixa experiência no grupo nas práticas democráticas de acesso aos incentivos, seja pelo pouco comprometimento do poder público local com a cultura e seus produtores primários, no apoio às suas conquistas. O esforço de articular

9 Para este mesmo edital a *Officina* contribuiu na proposta que também foi aprovada, na categoria “mestres” para o seleiro Álvaro Louvain, o mais antigo seleiro na região, mestre de ofício da maioria dos que ainda atuam na cidade.

as práticas culturais do governo federal e sua execução no município caiu no vazio e não tiveram nenhum apoio por parte dos gestores públicos, que se comprometeu num primeiro momento a apoiar o processo e depois desobrigou-se de qualquer responsabilidade. Sem um programa de cultura definido, sem profissionais que acompanhem os processos e contribuíssem para sua efetivação, as ações se limitam aos ânimos e interesses pessoais dos gestores envolvidos. De todos modos, não podemos deixar de observar que não é totalmente ausente o apoio econômico da municipalidade à manifestação, mas ele não é transparente e está evado por forte clientelismo.

Em seu estudo, Sandra Rangel trabalha com a ideia de que as políticas culturais são imprescindíveis na promoção do direito à cultura. Tendo como eixo as práticas culturais de jovens, busca estabelecer uma relação entre o tempo de lazer e a prática de atividades culturais, visando perceber quais e o quanto (e se) incidem sobre estes jovens as políticas públicas de cultura. Para realizar seu trabalho, selecionou dois grupos de jovens: o primeiro grupo formado por alunos de uma escola pública municipal na periferia e o segundo grupo por alunos de uma escola de classe média alta em um bairro residencial da cidade. Tendo por certo que o direito cultural, é um direito fundamental e esta previsto em nossa constituição, Sandra percorre, não sem uma sensibilidade à flor da pele, os caminhos que a permite identificar em ambos grupos um desejo por um mundo melhor, onde todos possam disfrutar de um melhor acesso à cultura (ou atividades culturais). A conclusão óbvia de que as políticas culturais praticamente não alcançam a periferia, fica solapada por este anseio juvenil.

Com relação às políticas culturais de preservação, os trabalhos buscam refletir sobre sua importância e seu significado no interior (norte fluminense) de um dos três estados da federação que concentra o maior número de bens tombados pelo IPHAN¹⁰. O trabalho de

10 Embora o maior número de bens tombados se refira à capital (cidade do Rio de Janeiro), Campos dos Goytacazes está bem representado no interior do estado com cinco bens tombados pelo IPHAN e nove bens tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/INEPAC.

Silviane Vieira, de cunho mais teórico, propõe uma discussão entorno ao patrimônio cultural tendo em conta sua relação com a identidade e a memória social. Seu trabalho de mestrado investigou a questão do tombamento como prática de preservação, tendo como objeto os bens tombados pelo IPHAN na cidade de Campos dos Goytacazes. Nesta perspectiva é que os conceitos de identidade e memória social são essenciais à compreensão dos sentidos semânticos que podem incidir sobre o termo patrimônio. Não podemos esquecer que o processo que transforma um bem em *patrimônio*, independente de sua tutela ou não pelo estado, ocorre via a atribuição de valor a estes bens, como referência cultural a partir da memória social e da identidade dos diferentes grupos sociais que formam a nação.

Os Conselhos Municipais de Preservação no Brasil adquirem importância a partir da promulgação da Constituição de 1988. Observa-se uma grande concentração destes conselhos na região sudeste, em detrimento de outras regiões do país. O trabalho de Ronaldo Vicente e Lucas Aragão aborda a gestão pública do Conselho de Proteção do Patrimônio Arquitetônico Municipal de Campos dos Goytacazes (COPPAM). A fundação do COPPAM não está marcada pelo reconhecimento social deste direito cultural, ou seja, por uma demanda popular, mas sim por uma imposição do Ministério Público, como um ajuste de conduta imposto à prefeitura. Os autores, ao analisar a formação do COPPAM, observam que esta não é paritária, denotando ainda a ausência de representantes das IES públicas, que poderiam contribuir com pesquisas que auxiliassem nas tomadas de decisões. O estudo analisa as ações do Conselho, direcionadas a Área de Especial Interesse Cultural (AEIC) da região urbana de Campos dos Goytacazes, identificando a redução do IPTU e o ordenamento dos letreiros, como um ganho significativo. Na gestão de 2010-2014, o COPPAM deu um passo importante, incluindo os bens imateriais. No entanto, nenhum deles possui um estudo ou um processo de identificação, tendo sido registrados por decisão do presidente do Conselho. A escassa divulgação de suas ações e a falta de diálogo

com a sociedade limita a visibilidade das resoluções do Conselho. A baixa visibilidade e escasso diálogo cobram suas consequências na calada da noite, quando são literalmente *tombados* edifícios históricos em pleno centro urbano.

O tema do patrimônio imaterial também é abordado no texto de Karina Gomes, que trata das Liras e euterpes centenárias, e sua importância no contexto da música popular brasileira, destacando a importância da matriz africana na sua formação. A autora que é professora da rede municipal, observa que o tema das bandas e sua relação com a música popular possui um forte apelo entre os estudantes, podendo contribuir fortemente no desenvolvimento das disciplinas de história da África e cultura afro-brasileira, obrigatória desde 2008. Desolada, Karina identifica a falta de interesse das escolas e do município em incentivar programas mais abrangentes e criativos, que valorizem a cultura local. A autora nos faz lembrar ainda da importância cultural que teve Campos dos Goytacazes no século XIX, momento que se fundam estas bandas musicais, relacionando-as a outras manifestações culturais de cunho popular. Se detém na Lira de Apolo, como exemplo dos problemas enfrentados pelas bandas por falta de apoio, na figura de seu maestro, Ricardo de Azevedo. Explicita o potencial educativo destas congregações musicais, na breve narrativa que em que destaca importância delas na formação de músicos de projeção nacional, como é o caso de Wilson Batista.

A importância cultural de Campos dos Goytacazes no século XIX a que se refere Karina, tem por base, dentre outros fatores, o fato da região haver sido a maior produtora de açúcar do Brasil e uma das mais importantes do mundo. O setor agro-açucareiro deixou importantes vestígios materiais na paisagem regional, que hoje disputam espaço com o a expansão urbana. Zandor Mesquita analisa estes vestígios materiais a partir de uma abordagem teórica dos conceitos de patrimônio industrial e paisagem. O autor recorre à geografia e às ciências sociais para tentar compreender o

apogeu e queda destas imensas estruturas produtivas, que embora ainda presentes na paisagem cotidiana da cidade, estão em vias de desaparecimento. Estas indústrias são hoje escombros, ruínas esquecidas na memória recente de um município que se volta para a emergência e modernidade das atividades relativas ao petróleo. Apesar dos avanços alcançados com o COPPAM, este patrimônio ainda não está inserido na pauta das preocupações de preservação e salvaguarda em âmbito municipal.

Ainda com relação às políticas culturais de preservação, podemos situar o trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais na UENF, de Jânio de Oliveira Silva Júnior, o qual trata da demanda para reconhecimento e registro, enquanto patrimônio cultural, da *ayahuasca*. Seu estudo traz à tona as discussões que envolvem improváveis esferas do poder público, como o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) e MinC, através do IPHAN. Em seu trabalho percorre os argumentos que fundamentam a discussão no Brasil, permeada por disputas que se alternam no campo das políticas e da religião entre os grupos sociais que fazem uso e constroem as narrativas sobre a *ayahuasca*. Entender estas disputas é fundamental para se entender o processo em andamento. Embora o assunto não se refira diretamente sobre Campos dos Goytacazes, a pertinência da discussão, no âmbito do patrimônio imaterial, é de grande interesse para o grupo, ao menos do ponto de vista teórico.

Ausência, autoritarismo, instabilidade. Em Campos dos Goytacazes as ações do poder público dirigidas à cultura, parecem se dar por espasmos, são efêmeras, de curto alcance, atendem aos anseios momentâneos de seus dirigentes. Ao final de cada pesquisa constatávamos que no âmbito municipal não havia uma política pública de cultura cujo planejamento garantisse uma continuidade, se quer a médio ou longo prazo, com base em diagnósticos ou indicadores confiáveis. Enfim, não há na prática uma política pública por cultura. Tão pouco há possibilidade de uma historiografia adequada destas ações. Para realizar estes estudos, os pesquisadores

se enfrentaram, uma e outra vez, a falta de documentos. A ausência de procedimentos administrativos definidos acarreta um descontrole dos gestores sobre a ‘coisa’ pública; não há uma política definida de registro e acumulação dos documentos produzidos pelos gestores, e estes logo se perdem ou se tornam acervo pessoal, cujo acesso ao pesquisador é, por vezes, muito difícil.

Os três últimos capítulos não são fruto de pesquisas desenvolvidas no âmbito da *Officina*, embora sejam de pesquisadores colaboradores dos projetos ali desenvolvidos e possuam estreita vinculação com os trabalhos desenvolvidos na *Officina*. Não poderiam deixar de estar presentes.

A intensidade da vida cultural na cidade de Campos dos Goytacazes no século XIX, como já dissemos, se deu à par um grande desenvolvimento da cidade relacionado à atividade sucroalcooleira. No entanto, Teresa Peixoto argumenta que o crescimento econômico por si só não explica o protagonismo da cidade neste período. A presença de uma classe caracteristicamente urbana e burguesa irá impor apreciável mudança nas formas de representação da cidade. Não é apenas o espaço urbano que se transforma, é um novo estilo de vida que se instala na cidade, e pode ser percebido em diferentes setores, destacando-se o cultural. O surgimento e consolidação desta classe social de caráter urbano estimula o campo artístico; surgem jornais e revistas especializadas, erguem-se teatros, soam as bandas musicais. Campos dos Goytacazes renasce a cada dia em seu Boulevard!

A historiadora Sylvia Paes aborda um tema interessante que relaciona um espaço museístico inusitado – o cemitério do Caju – e a Educação Patrimonial. Aqui também estamos diante de um espaço urbano, cujos moradores não têm nenhuma intervenção. No entanto, os que estão do lado de fora o concebem, projetam, adornam e o organizam, desejosos de jamais habitá-lo. Esta cidade dos vivos, feita para os mortos, implica em uma geografia social que se traduz em uma topografia permeada por hierarquias, refletindo o mundo dos

vivos. Seu trabalho incomum, de organizar visitação ao cemitério com estudantes da rede de ensino básico e fundamental, voltado para a Educação Patrimonial, nos chama atenção para este importante espaço como fonte interpretativa das práticas que relaciona a cultura   morte.

O último capítulo trata de destacar a importância do patrimônio cultural histórico na formação do aluno/cidadão, especialmente aqueles que estão nas escolas públicas municipais. Gilberto Gomes tem como problemática o acesso destes estudantes a estes bens, no caso específico o Museu de Campos dos Goytacazes. Sua reflexão sobre o uso destes equipamentos como forma de estimular os processos de aprendizagem, expressam a falência do sistema educacional no município, com professores pouco preparados para o desenvolvimentos de atividades fora das escolas (pelas poucas oportunidades que eles mesmos têm de acesso a estes bens) e desanimados frente às dificuldades em receber apoio para a realização das vistas. Trabalhar com Educação Patrimonial, estimular o usos dos equipamentos culturais, incentivar os professores, ainda é um desafio em Campos dos Goytacazes. Além do mais, seu texto exp o o difícil diálogo entre a Educação e a Cultura.

Ao finalizar, creio importante lembrar que a Universidade   também um lugar de congra amentos. Dentre os autores deste livro, todos se conhecem, puderam sentar-se em reuniões de trabalho ou salas de seminário, comentar suas leituras, suas pesquisas, debater ideias, aparar arestas, celebrar encontros. A feitura deste livro seguiu o mesmo padrão: pensado conjuntamente, feito conjuntamente. Esperamos com este livro ir além do academicismo de apresentar os trabalhos de pesquisas desenvolvidos em um setor da Universidade, mas permitir à cidade e aos nossos leitores uma maior reflexão sobre o campo das políticas culturais, sobretudo sobre suas ausências, autoritarismos e instabilidades, mais visíveis e detectáveis em âmbito municipal.

A partir daqui, a palavra está com os autores.

Referências Bibliográficas

- Barbalho, A. 2013. Política Cultural. Coleção Política e Gestão Cultural. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.
- Batista, V. O. 2010. “O problema da efetivação dos direitos culturais”. Políticas Culturais: diálogos e tendências. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa.
- Calabre, L. 2008. “Políticas e conselhos: um estudo do Conselho Federal de Cultura”. In Calabre, L. [org.]. Políticas Culturais: diálogo indispensável. Vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa.
- Calabre, L. 2007. Políticas Culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In Rubin, A. A. C. et Barbalho, A. Políticas Culturais no Brasil. Salvador: Ed. UFBA.
- Chauí, M. 2006. Cidadania Cultural: o direito à cultura. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Cunha Filho, F. H. 2010. “Cidadania cultural: um conceito em construção”. Calabre, Lia – Org. *Políticas Culturais: diálogos e tendências*. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa.
- Hall, S. 2001. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.
- Porto, M. 2007. Cultura para a política cultural. In Rubin, A. A. C. et Barbalho, A. Políticas Culturais no Brasil. Salvador: Ed. UFBA.
- IBGE. Censo Populacional 2013 - Estado do Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.ibge.gov.br/home/>
- Oliveira, L. L. 2009. Cultura é Patrimônio – um guia. Rio de Janeiro: Ed.FGV.
- Rubim, A. A. C. 2012. “Políticas Culturais no Brasil: passado e presente”. In Frade, C. [et all.]. Rio de Janeiro: Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ/Decult.
- Rubim, A. A. C. 2011. Cultura e Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

Rubim, A. A. C. 2007. “Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições”. In Revista Galáxia, 13. São Paulo. jun.

Silva, F. A. B. *et* Araujo, H. E. [Coords.] (2010): Indicador de desenvolvimento da economia da cultura – Idecult. Brasília: IPEA.

Simis, A. 2007. A política cultural como política pública. In Rubin, A. A. C. *et* Barbalho, A. Políticas Culturais no Brasil. Salvador: Ed. UFBA.

Teixeira, S. 2009. “De artesão de ofício à mestre da cultura popular: quando o industrial e imaterial conformam um aspecto da cultura popular”. In Anais do II Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial – da industrialização à desindustrialização: perspectivas para o resgate e conservação do patrimônio industrial. São Paulo: Belas Artes.

Ventura, T. 2005. “Notas sobre política cultural contemporânea”. Revista Rio de Janeiro, 15. Jan-abr.

As Políticas Culturais como possibilidade de análise da Cultura em Campos dos Goytacazes: a Experiência da *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural*

Cristiano Ferreira de Barros

Nos últimos anos, o Brasil viveu importantes transformações na esfera da Cultura. Conferências, seminários e encontros de natureza diversa, tendo a cultura como principal escopo, surgiram em consequência do estreitamento das relações entre o campo da cultura e as políticas públicas. Nesse contexto de transformações, surge a *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural* na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro¹¹, com a intenção de fomentar pesquisas e projetos de extensão que dessem voz à

11 Atrelada ao Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico – LEAA/UENF, a *Officina* foi criada em 2004.

diversidade da produção simbólica, material e imaterial da região do Norte fluminense. Abordaremos no presente capítulo as iniciativas atualmente em curso na *Officina* e o novo impulso que recebe a partir das possibilidades trazidas pelas reflexões teóricas e metodológicas do campo das políticas culturais.

Na *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural*, tem-se início uma trajetória de estudos culturais que tomarão forma sob a linha de pesquisa *Patrimônio Cultural Norte Fluminense: inventário e pesquisa*. Primeiramente, ela abrigou entre os anos de 2004 e 2010 o projeto de extensão *Patrimônio Cultural: aprendendo a conhecer. Proposta para uma ação de Educação Patrimonial*, no qual foi analisada a percepção dos estudantes do Ensino Fundamental de escolas públicas da cidade de Campos dos Goytacazes¹² no que se refere ao patrimônio cultural da região, assim como desenvolveu cursos de capacitação para professores dessas instituições¹³.

A partir da análise do conhecimento, do acesso e dos usos do patrimônio cultural local por parte do público alvo do projeto de extensão, a ênfase recaiu sobre atividades que relacionavam o processo histórico, o resgate da memória regional e a transmissão dos valores culturais (Dossiê 2009: 3). Buscava-se, assim, o desenvolvimento de mecanismos que possibilitassem a leitura do

12 A princípio, foram selecionadas a Escola Municipal Marechal Artur da Costa e Silva e o Colégio Estadual Nilo Peçanha. Em 2005, o Colégio Estadual Nilo Peçanha deixou de fazer parte, e o Colégio Estadual Dom Otaviano de Albuquerque foi incorporado (Dossiê 2009: 5). Em 2006, a Escola Municipal Francisco de Assis também foi integrada ao projeto desenvolvido pela *Officina*. Em 2008, o curso *Patrimônio Imaterial: em foco a linguagem oral* foi ministrado aos alunos do Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muiyaert (*Ibid.*, 7).

13 A maior parte das informações expostas na primeira parte deste capítulo foram baseadas no Dossiê *Patrimônio Cultural: aprendendo a conhecer – Proposta para uma ação de educação patrimonial*, apresentado ao Iphan para concorrer ao prêmio Rodrigo Melo de Franco Andrade em 2009, no qual a *Officina* já havia sido finalista em 2007. Em 2005, o projeto foi classificado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão como um dos cinco de maior destaque na extensão da UENF. Em 2009, a *Officina* foi contemplada com o Prêmio Loureiro Fernandes da Sociedade de Arqueologia Brasileira pelo desenvolvimento do projeto em questão.

contexto sociocultural e a trajetória histórico-cultural no qual os alunos se inseriam.

A educação patrimonial, como práxis educativa e social, permite elaborar ações pedagógicas com enfoques interdisciplinares: os bens culturais possibilitam a integração de diferentes saberes que vão muito além do estudo do passado, pois favorecem a tomada de consciência da condição de seres históricos (Teixeira 2006b: 135). Ela deve, então, levar a um processo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, produzindo novos conhecimentos e possibilitando um processo contínuo de criação cultural.

No Brasil, a Educação Patrimonial tem ainda poucos projetos em desenvolvimento, mas muitas regiões começaram a se preocupar com o incremento e aplicação prática deste campo (Teixeira 2006b: 139). É nesse horizonte que a *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural* tem investido em ações que valorizem questões sobre a cultura no município de Campos dos Goytacazes.

Ao longo dos dois anos iniciais do projeto desenvolvido na *Officina*, foi efetuado um levantamento com alunos do Ensino Fundamental e com professores de escolas associadas, através de questionários que propunham aferir suas percepções acerca do patrimônio cultural local. O resultado do estudo produzido com os dados obtidos foi publicado em 2006 na Revista da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia, em artigo intitulado *A gente também: educação patrimonial e cidadania*. Outro desdobramento importante ocorreu com a produção de material didático utilizado nas escolas, uma “cartilha” digital que abordava o conceito de patrimônio cultural, assim como os bens culturais locais e suas formas de valorização e preservação (Dossiê 2009: 7).

Diversos fatores contribuíram para a consolidação das atividades desenvolvidas pela *Officina*. Dentre eles, cabe destaque a aprovação do projeto no edital PROEXT/MEC/SESu ao final de 2005, além da parceria com o Pólo Arte na Escola e a integração ao Programa de Educação Continuada – PEC/UENF a partir de 2006 (*Ibid.*).

Em conjunto com o *Pólo Arte na Escola*, o curso *Educação continuada: Arte-Educação, patrimônio cultural e cidadania* foi oferecido a professores da rede estadual e municipal no segundo semestre de 2006; o livro *Educação Patrimonial: Novos Caminhos na ação Pedagógica*¹⁴ também é fruto desse período. Esse material possibilitou a oferta de mini-cursos e atividades práticas com os professores de escolas envolvidas no projeto (*Ibid.*, 7). Com a aprovação no edital PROEX/2007, deu-se a impressão de novo material didático destinado aos professores: *Contribuições à prática pedagógica para a Educação Patrimonial*. Em 2008, a mesma parceria tornou possível o curso *Revisitando os saberes e reinventando os fazeres*. No módulo *Educação Patrimonial: novas perspectivas em sala de aula e na formação de professores*, a tônica recaiu sobre a “cultura enquanto representação da realidade cotidiana de um povo, refletida em sua identidade, com símbolos e signos próprios.” (*Ibid.*, 8).

Outra parceria importante foi efetivada em 2007, com a aprovação no edital PROEXT/Cultura-2007, coordenado pela Professora Maria da Glória Alves (Laboratório de Engenharia Civil/CCT/UENF), e pela Professora Simonne Teixeira, coordenadora da *Officina*. Essa aprovação possibilitou a publicação de material didático intitulado *Patrimônio Natural e Cultural de Campos dos Goytacazes* (*Ibid.*).

As parcerias com o Polo Arte na Escola/UENF e com a professora Maria da Glória Alves/CCT geraram como resultado dois livros de conteúdo didático-pedagógico destinado aos professores (Teixeira 2006 e Teixeira 2008); um projeto MEC/Cultura que resultou na elaboração de um livro sobre o patrimônio cultural e natural de Campos dos Goytacazes (Alves e Teixeira 2009); um projeto de extensão apoiado pela FAPERJ¹⁵; a realização do I

14 Os livros mencionados, produzidos e posteriormente editados através de financiamento público, foram distribuídos gratuitamente aos professores que realizam os cursos.

15 Contribuições do programa de cursos de educação continuada em patrimônio e arte na escola para a formação do arte-educador pesquisador e para a melhoria da qualidade do ensino de artes oferecido pelas escolas da rede pública da região Norte Fluminense (FAPERJ).

Congresso Fluminense de Patrimônio Cultural e Arte na Escola em 2009 e uma exposição no Museu Olavo Cardoso, intitulada *O Índio e a Arqueologia no Museu*, em 2010.

Como buscamos mostrar até aqui, a experiência acumulada nas reflexões e ações empreendidas pela *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural* toma a educação patrimonial como referencial metodológico e nela assenta a busca de solidez para suas ações de pesquisa de intervenção na comunidade. Em se tratando da historicidade das atividades desenvolvidas, o conceito utilizado nos projetos sempre foi o de patrimônio cultural, noção que abrange um amplo conjunto de bens de determinado povo ou nação, em seus aspectos materiais e imateriais, de modo a incluir toda e qualquer manifestação cultural de uma determinada sociedade. Entretanto, podemos perceber que as políticas culturais de preservação têm passado por uma grande reformulação, onde as políticas públicas de cultura, implementadas pelas esferas federais e estaduais, tem incorporado lógicas mais abrangentes, buscando de um lado reforçar os valores regionais e locais, e por outro ampliar a oferta de público e de apoio ao seu desenvolvimento, de forma a abranger neste termo valores etnicamente e socialmente diversificados.

No estado do Rio de Janeiro, os trabalhos relativos à elaboração do Plano Estadual de Cultura apontam essa intensa transformação pelo qual o campo da cultura vem clamando. O Plano Estadual de Cultura está sendo pensado a partir do diálogo com gestores públicos dos 92 municípios do estado, representantes de entidades, agentes culturais, artistas, Comissão de Cultura da ALERJ e o Ministério da Cultura para apontar diretrizes acerca das políticas públicas para área de cultura no estado do Rio de Janeiro.¹⁶ Tendo seus trabalhos iniciados em agosto de 2009, seu objetivo é planejar o desenvolvimento da cultura fluminense para os próximos 10 anos. Após um ano aberto para contribuições da sociedade, a consulta

16 Cf. Plano Estadual de Cultura: <http://www.cultura.rj.gov.br/projeto/plano-estadual-de-cultura>

pública da minuta do Plano Estadual de Cultura foi encerrada em 11 de dezembro de 2013. O texto construído foi resultado da consulta popular na internet e das discussões nas conferências municipais e estaduais. A expectativa é que sejam concluídos com a apresentação de um projeto de lei (Lei Estadual de Cultura) a ser aprovada pela Assembleia Legislativa no ano de 2014.

O conhecimento de tais questões que têm perpassado e movimentado as reflexões na esfera da Cultura nos levou a entender a importância de inserir o interior do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com a experiência da *Officina*, nestas reflexões, o que gerou a “renovação” das intenções e objetivos dos trabalhos por ela realizados. Por meio do projeto *Patrimônio Cultural e Políticas de Cultura: propostas de ação em Educação Patrimonial. Apreciação sobre a apropriação e uso dos equipamentos culturais em Campos dos Goytacazes*, abordamos não somente aquilo que diz respeito às políticas culturais de preservação, mas também as políticas culturais praticadas no município de Campos dos Goytacazes ou a ausência delas, a partir da reflexão sobre seus equipamentos culturais, tendo em mente a necessidade de uma análise do “estado atual” da questão, para o desdobramento de futuros projetos proporcionados pelo Plano Estadual de Cultura.

O projeto da *Officina* realizou um levantamento dos equipamentos culturais do município de Campos dos Goytacazes, a partir de dados colhidos nos espaços de cultura, através de seus diretores, funcionários e usuários, assim como aqueles oferecidos pela Secretaria de Cultura e Fundações responsáveis. O recolhimento destes dados teve por base a realização de questionários e entrevistas com vistas a obter um quadro relativo aos diferentes equipamentos culturais disponíveis ao público, identificar os projetos e planos futuros e entender as condições sociais de acesso à cultura nos diferentes espaços estudados.

Este levantamento possibilitou um maior conhecimento dos equipamentos culturais presentes na cidade de Campos dos Goytacazes e ampliou o horizonte de práticas relacionadas à Educação

Patrimonial da *Officina* para 2014. No entanto, tal dinâmica trouxe a necessidade de incorporar novos elementos à *praxis* pedagógica dos cursos que vinham sendo oferecidos, tornando indispensável um debate em torno das Políticas Culturais para dar continuidade ao projeto didático-pedagógico desenvolvido pela *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural*.

Breve síntese das Políticas Culturais na História do Brasil

Ao lançar um olhar retrospectivo sobre o passado brasileiro, Rubim (2007a: 12) defende que o surgimento das políticas culturais não deve ser remetido à época colonial. Na América portuguesa prevalecia uma postura que tendia a negar as culturas indígenas e africanas, da mesma forma que predominava um bloqueio aos “produtos culturais” ocidentais. A colônia sempre esteve submetida a controles como a proibição da instalação de imprensas, censura de livros e jornais, interdições ao desenvolvimento da educação e, principalmente, das universidades.

Entre a vinda da família Real em 1808 e o período da República oligárquica, não ocorreram modificações substanciais quanto a essa perspectiva (Rubim 2007a: 14). Tem-se notícia de algumas ações culturais pontuais na área de patrimônio e uma preocupação presente em alguns estados, mas, no geral, nada que possa ser percebido como uma política cultural *stricto sensu*. Calabre (2007: 1) parece concordar com esta perspectiva, pois afirma que só a partir da década de 30 do século XX, o Brasil passou por um processo de reforma administrativa que apostou na implantação de políticas governamentais específicas de alcance nacional para diversos setores, inclusive o da cultura.

A partir do governo Vargas, por meio de um pacto de compromisso entre os novos atores e as velhas elites agrárias, inicia-se um momento de transição no Brasil. Processos como a industrialização, a urbanização, o modernismo cultural e a construção do estado nacional centralizado, política e administrativamente, são característicos desse momento da História do Brasil. Como aponta Rubim (2007b: 103), dois momentos

são dignos de nota no que cabe à inauguração das políticas culturais no país: Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo entre 1935 e 1938 e a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, com a presença de Gustavo Capanema à sua frente entre os anos de 1934 a 1945. Neste período foram tomadas medidas com o propósito de fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural.

As políticas culturais de então valorizavam o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. Várias instituições foram criadas, como o Departamento de Informação e Propaganda, a Superintendência de Educação Musical e Artística, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Serviço de Radiodifusão Educativa – o decreto-lei nº 21.111 de 1932 regulamentou o setor da radiofusão, normatizando, inclusive, questões como a da veiculação de publicidade, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Serviço Nacional de Teatro, Instituto Nacional do Livro e Conselho Nacional de Cultura (Calabre 2007: 2).

Dentre eles, cabe destacar o papel do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituição responsável por políticas culturais no país até os anos 1960. Rubim (2007b: 105) afirma que o

Sphan acolheu modernistas, a começar pelo seu quase eterno dirigente: Rodrigo de Melo Franco (1937 até sua morte nos anos 60). O Serviço, depois Instituto ou Secretaria, opta pela preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Em geral: igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial. Com isto, o Sphan circunscreve a área de atuação, dilui possíveis polêmicas, desenvolve sua competência técnica qualificada e profissionaliza seu pessoal.

Essas medidas garantem a independência e a continuidade organizacional e administrativa do órgão durante o período. De maneira geral, contudo, as perspectivas em relação à cultura no período são negativas (Costa 2009:73), pois prevalece a opressão, a repressão e a censura do período do Estado Novo varguista.

Entre 1945 a 1964, recorte temporal dos chamados “governos democráticos”, algumas mudanças podem ser percebidas no plano das políticas culturais. Podemos destacar o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde, em 1953, do qual surgem os Ministérios da Saúde (MS) e da Educação e Cultura (MEC); a expansão das universidades públicas nacionais; a Campanha de Defesa do Folclore e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão vinculado ao MEC que se dedica a estudos, pesquisas e reflexões sobre a realidade brasileira e será divulgador da ideologia nacional-desenvolvimentista no Brasil (Rubim 2007b:106). Atribuiu-se ao ISEB o imaginário social que perpassa o pensamento e a ação de governantes como Juscelino Kubitschek. Não obstante, como ressalta Calabre (2005: 11), no período, “o grande desenvolvimento na área cultural se deu no campo da iniciativa privada”. O Estado não [...] promoveu, nesse período, ações diretas de grande vulto no campo da cultura. Em linhas gerais a estrutura montada no período anterior foi mantida. Algumas instituições privadas como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Museu de Arte de São Paulo, a Fundação Bienal, entre outras, foram declaradas de utilidade pública e passaram a receber subvenções do governo federal, porém sempre de maneira descontinuada, nada que se possa chamar de uma política de financiamento ou de manutenção de instituições culturais. Alguns grupos, como o Teatro Brasileiro de Comédia, também receberam auxílio financeiro do governo. Era o momento do crescimento e da consolidação dos meios de comunicação de massa do rádio e da televisão mais especificamente, mas também do cinema (*Id.* 2007: 3).

Em 1961, Jânio Quadros recriou o Conselho Nacional de Cultura, subordinado a presidência da república e composto por comissões das áreas artísticas e de alguns setores do governo. Tratava-se da instalação de um órgão responsável pela elaboração de planos nacionais de cultura. Em 1962, o Conselho retorna à competência do MEC, mantendo suas atribuições. (*Ibid.* 3)

O período da ditadura militar é marcado por momentos que concorrem uma maior ou menor manifestação de cultura. Entre 1964

e 1968, a ditadura abrange os setores populares e militantes envolvidos. A repressão e a censura mantêm-se como realidade existente, mas são possíveis manifestações políticas contra o regime e um movimento cultural popular. Em 1966, durante o governo Castelo Branco (1964-1967), surge no interior do governo uma discussão em torno da necessidade de elaborar uma política nacional para a área da cultura, mas nota-se a inexistência de avanços substanciais em relação a isso (*Id.* 2005: 12). No mesmo ano é criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), composto por 24 membros indicados pelo Presidente da República. Alguns planos de cultura foram apresentados ao governo em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi integralmente posto em prática. O foco recaiu majoritariamente nas instituições nacionais tais como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional do Livro.

Entre 1968 e 1974, a onda de prisões, tortura, assassinatos e censura se amplia. Prevalece uma crescente cultura midiática controlada e reprodutora da ideologia oficial (Rubim 2007b: 106), especialmente a televisão. No final do governo Médici foi elaborado o Plano de Ação Cultural (PAC), em 1973, ostentado pela mídia como um projeto de financiamento de eventos culturais. Abrangia o setor de patrimônio, as atividades artísticas e culturais, prevendo ainda a capacitação de pessoal. Teve como meta a implementação de um calendário de eventos culturais patrocinados pelo Estado, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema, com circulação pelas diversas regiões do país (Calabre 2007: 4).

Entre 1974 e 1985, a transição lenta e gradual para a democracia faz florescer uma relação entre autoritarismo e políticas culturais. É feito um Plano Nacional de Cultura (1975), o primeiro em nosso país, e são criadas instituições como a Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), Radiobrás (1976) e Fundação Pró-Memória (1979). Em 1976, ocorre o primeiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura, dando origem a um fórum de discussão que contribuiu para a elaboração de um ministério independente (*Ibid.* 6).

Destaca-se, no período, a figura de Aloísio Magalhães, responsável pela criação e renovação de órgãos como: Centro Nacional de Referência Cultural (1975); IPHAN (1979); SPHAN e Pró-Memória (1979). Em 1981, Aloísio Magalhães assumiu a direção da secretaria que passou a se chamar Secretaria de Cultura, sendo formada por duas subsecretarias: a de Assuntos Culturais ligada à Funarte e a de Patrimônio ligada ao IPHAN e a Fundação Pró-Memória (Costa 2009:74).

Em 1985, no governo Sarney, tem-se a criação do Ministério da Cultura, uma ideia defendida por Aloísio Magalhães, falecido em 1982. Objetivando ter novas fontes de recursos para impulsionar o campo de produção artístico-cultural, foi promulgada a lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, conhecida como Lei Sarney, uma lei de incentivos fiscais para a Cultura que objetivava superar as dificuldades financeiras que o campo da administração pública federal da cultura enfrentava (Calabre 2007:7). Se por um lado a proposta do Estado era que os recursos fossem buscados no mercado, por outro o dinheiro, em boa medida, vinha dos cofres públicos, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal (Rubim 2007b:107).

Entre os governos Sarney, Collor e Itamar Franco ocorrem diversas trocas de ministros, quase anuais no ministério da cultura: cinco no governo Sarney, dois no período Collor e três durante o mandato de Itamar (*Ibid*:107). Mas as instabilidades não decorrem semente das mudanças dos responsáveis pela cultura: Collor acaba com o ministério (que só retorna em 1992, sob o governo de Itamar Franco), reduzindo a cultura a uma secretaria; extingue a Funarte, Embrafilme, Pró-Memória, Fundacem, Concine, e revoga a Lei Sarney em 1990.

Em 23 de dezembro de 1991, foi promulgada a Leiº 8.313, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura. A nova lei, conhecida como Lei Rouanet, era um aprimoramento da Lei Sarney e ainda está vigente nos dias de hoje, depois de duas reformas nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Esta mesma lógica ambígua de financiamento, que privilegia o mercado, mas se utiliza de verbas públicas, esta contida em outras leis nacionais, a exemplo da Lei

do Audiovisual de 1993, com foco especial no cinema, que amplia os percentuais de renúncia a serem aplicados (Earp e Sroulevich 2009:187).

Paulatinamente, começa a se descortinar a consagração desse novo modelo – especialmente sob o ministério de Francisco Weffort, no Governo Fernando Henrique Cardoso – que transferiu para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos (Rubim 2007b:110). A Lei Rouanet se torna um instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras. O capital investido é todo constituído por dinheiro público, aquele que seria pago através de impostos:

A Lei Rouanet prevê três mecanismos: o Fundo Nacional de Investimento Cultural e Artístico (FICART, que nunca foi implantado), o Fundo Nacional de Cultura (FNC, gerido pelo Ministério da Cultura, mas com poucos recursos) e a renúncia fiscal para patrocínios e doações a projetos culturais, modalidade conhecida como “mecenato”. (Augustin 2011: 12).

O resultado final é a aplicação de recursos que se converteriam aos cofres públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado, onde a concentração do investimento será de um grupo de produtores e artistas renomados, mormente nas capitais da região sudeste, o que favorece um processo de investimento desigual entre as diversas áreas artístico-culturais (Calabre 2007: 8).

Com o Governo Lula e o Ministério de Gilberto Gil, verifica-se uma mudança na forma de encarar a cultura no Brasil. No primeiro mandato, foram previstas alterações profundas na lei de incentivo, que acabaram por não se concretizar. Antes de elaborar o projeto de mudança da Lei Rouanet, o Ministério realizou uma série de consultas à sociedade, por meio dos seminários “Cultura para todos”, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco, e de fóruns com a participação de diversos segmentos da área artística e da sociedade em geral. As mudanças tinham por base princípios de democratização e regionalização da distribuição de recursos. Estavam abertos os primeiros canais de diálogo entre o Ministério e a sociedade civil (Calabre 2009: 299).

Outras medidas foram tomadas com o intuito de minimizar as

distorções existentes, como é o caso do investimento no processo de seleção de projetos através de editais, tanto internos quanto por intermédio de investidores da Lei, a exemplo da Petrobras. Dá-se também o estímulo à apresentação de projetos por áreas e regiões tradicionalmente menos presentes nas demandas ao incentivo cultural. O Ministério buscava empreender uma política de aproximação com outros ministérios, estados e municípios, além de outras entidades e órgãos com finalidades públicas (Sesc, Sesi, Senai, etc.) – é esta a principal função da Secretaria de Articulação Institucional (SAI) – (Rubim 2007b: 111).

A Secretaria de Políticas Culturais (SPC) foi responsável pelos convênios com o IBGE e com o IPEA que resultaram em pesquisas e estudos estatísticos, bem como na formulação de indicadores, subsídios fundamentais para a elaboração de políticas públicas. Entre as funções da SPC está a de elaboração do Plano Nacional de Cultura, aliado à Política Nacional de Museus.

Em 2003, quando foi dado início ao complexo percurso de construção coletiva do PNC, foi lançada a Política Nacional de Museus – PNM, que também foi resultado da mobilização dos diferentes segmentos que compõem a área museal no Brasil, por meio de reuniões, distribuição de textos-base para as discussões; e debates entre setores das esferas públicas, associações de classe, entidades privadas, entre outros. (Lemos e Colnago 2011: 2).

O Plano Nacional, instituído através da Emenda Constitucional nº 48 de 1º de agosto de 2005, prevê a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; a produção, promoção e difusão de bens culturais; a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; a democratização do acesso aos bens da cultura e a valorização da diversidade étnica e regional¹⁷ (Calabre 2009: 300).

É de comum acordo entre os autores que embasam o presente capítulo, que a gestão Gilberto Gil no MinC realizou avanços

17 Para a participação regional nas discussões que perpassaram o processo de construção do PNC, ver o capítulo “As Conferências de Cultura como canal de participação e fortalecimento do campo das Políticas Culturais: contribuições com base no estudo de caso de Campos dos Goytacazes”, nesta mesma publicação.

significativos no caminho de redimensionar a cultura para dentro da agenda política do governo. Abriram-se novos campos de atuação, nos quais os técnicos da área da cultura têm sido chamados para participar de fóruns de decisão.

Quanto ao governo Dilma, a discussão principal girou em torno da figura da nova ministra, Ana de Hollanda, e das medidas do novo governo. Uma das críticas que recai sobre a ministra é ela não ter desenvolvido um discurso claro sob os rumos do MinC. A política praticada pela gestão de Hollanda é denominada como reacionária (Cocco 2011: 2), inserida numa lógica governamental caracterizada pelo fechamento às iniciativas de continuidade com os oito anos de governos anteriores. Dos produtores e agentes culturais são cobrados, de forma mais específica, a implantação do Plano Nacional de Cultura, elaborado durante o governo anterior (Passos 2011). Espera-se ainda a aprovação sem alterações, pelo Congresso, de proposta de mudança constitucional que institui orçamento mínimo para a Cultura e do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), assim como a divulgação do texto final de reforma da Lei dos Direitos Autorais¹⁸.

Para os próximos anos, os especialistas esperam que o MinC dê continuidade às políticas culturais desenvolvidas até então. Além das exigências de um projeto de política cultural que agregue cada vez maior participação popular e movimento a discussão pública da Cultura, vislumbra-se que seja sanada a perda de capital político do Minc na gestão Dilma Rousseff. Assoma-se a essas reivindicações a continuidade da institucionalização do Sistema Nacional de Cultura

18 Essas cobranças referem-se a carta aberta intitulada "País Rico é País com Cultura!" lançada ao governo Dilma em 2011, representando mestres da cultura popular, lideranças indígenas, cinéfilos, hackers, blogueiros, dentre outros. Em 2012, Ana de Hollanda é substituída por Marta Suplicy, porém a crítica tecida ao governo Dilma não se reduz às ações ministeriais. Como afirma o produtor cultural Pablo Capilé, signatário do manifesto, à revista Carta Capital, o governo esta perdendo o caráter antropológico conquistado na presidência anterior (Passos 2011). O Projeto de Lei 1.139/2007, que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura, foi aprovado por unanimidade pela câmara dos deputados no dia 27/11/2013. A ideia é que o projeto aprovado substitua a Lei Rouanet.

(SNC), e a crítica à dificuldade de cumprimento das diretrizes do modelo de gestão pelos órgãos estaduais e municipais conveniados ao SNC (Argolo 2013).

As Políticas Culturais como possibilidade teórico-metodológica na *Officina de Estudos do Patrimônio Histórico*

O contexto supracitado de transformações acerca do papel das políticas estatais para a área de cultura ocorre paralelamente, sobretudo a partir da década de 1990, ao desenvolvimento crescente de um conjunto de reflexões acadêmicas acerca das relações entre estas duas esferas. Longe de significar um conhecimento próprio em torno de uma ciência denominada política cultural, os estudos que buscam dar conta deste objeto têm caráter inter e multidisciplinar, como nos mostra Barbalho (2005: 34), disseminados em diversas áreas do conhecimento, como a História, Sociologia, Comunicação, Antropologia, Administração, Ciência Política, dentre outras. Não haveria dessa forma uma ciência específica chamada Política Cultural, com postulados, métodos e técnicas de análise próprias e organizados em torno de um saber específico.

A concepção de Barbalho acerca do que vem a ser o estudo das políticas culturais é traçada por meio da crítica à definição dada por Coelho (1997: 292), para quem este campo se constitui como “uma ciência da organização das estruturas culturais”. Ainda segundo o mesmo autor,

a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (*Ibid.*)

Outro alvo da crítica feita por Barbalho (2005: 36), é quanto ao objeto desta suposta “ciência”, que no entendimento de Coelho corresponderia ao estudo da “organização das estruturas culturais”. Se tratando de “organização”, a definição criticada não diferiria esta de sua correlata, a “gestão”, parecendo identificar uma a outra. Sendo assim,

(...) a primeira trata (ou deveria tratar) dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação, e a segunda, de organizar e gerir os meios disponíveis para execução destes princípios e fins. A gestão, portanto, está inserida na política cultural, faz parte de seu processo. (...) Para usar outros termos, poderíamos dizer que a organização é o pensamento da estratégia e a gestão cuida de sua execução, apesar dessa gestão também ser pensada pela política. (*Ibid.*)

A noção de estrutura na definição supracitada parece colocar as ações das políticas culturais em uma esfera objetivista da cultura, da cultura organizada ou estruturada. Esta terceira crítica de Barbalho (*Ibid.*) à definição de Coelho entende que

o conceito não contemplaria o fluxo dos símbolos significantes ou dos sistemas de significações que não se materializassem em programas de iniciativas ou intervenções no campo cultural. (...) Em outras palavras, não daria conta dos trânsitos de propostas, conceitos, representações e imaginários que cruzam o campo cultural e que muitas vezes não se concretizam em ações práticas. (*Ibid.*, 37)

A nosso ver, o autor, com esta última consideração que elencamos, intenta trazer à tona o que aqui chamaremos de circularidade cultural, para usarmos a expressão de Ginzburg (1987), ou seja, as apropriações mútuas que podem existir entre sistemas simbólicos e culturais advindos de esferas sociais iguais ou diferentes, sejam elas populares ou eruditas, e como tal fluxo dos símbolos significantes ou dos sistemas de significados por vezes escapam à cultura do ponto de vista de sua esfera “estruturada” e “organizada”. Apesar de concordarmos que esses fluxos de significantes e significados nem sempre se materializam em programas de iniciativas ou intervenções no campo da cultura, pensamos que o autor referido deixou no

silêncio algumas considerações de Coelho que se não flexibilizam a visão de política cultural criticada, ao menos a tornam menos rígida.

Para Coelho (1997: 292), as políticas culturais têm por objetivo o “estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas (de agentes públicos para área da cultura) bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam.”. Nesse sentido, o conceito de política cultural não raro apareceria de forma altamente ideologizada, utilizado de diferentes maneiras em contextos sociais diversos. Logo, podemos perceber as políticas culturais sendo defendidas de forma a obter um consenso para a manutenção de determinada ordem política e social ou como uma iniciativa que visa à transformação de determinada ordem social. Ela aparece ainda sob o lema da difusão cultural, um pressuposto para o qual existiria um núcleo cultural positivo, dotado de uma importância superior e que deve ser apreciado por um maior número de pessoas ou como resposta às demandas sociais, limitando-se a intervir de acordo com as reivindicações sociais no que concerne à cultura (*Ibid.*, 293). Na prática,

estas políticas de resposta às demandas sociais não se distinguem de modo preciso daquelas baseadas na idéia da difusão cultural. Nesta hipótese como na anterior, estas políticas se desenham a partir de uma morfologia da dinâmica social, que é vista como claudicante, devendo ser assim complementada ou suplementada. (*Ibid.*)

Além destas formas de embasar determinadas iniciativas do Estado para a área da cultura, Coelho apresenta alguns “paradigmas” que estruturam as políticas culturais. Para esse autor,

o primeiro deles apresenta estas políticas como derivadas de uma lógica do bem-estar social: sem uma política cultural adequada, a dinâmica social é deficitária e precisa ser corrigida uma vez aceita a premissa de que as práticas culturais são uma complementação do ser humano. O segundo reveste-se de um caráter intervencionista mais acentuado ao fundamentar a justificativa para a política cultural na procura de um sentido orientador da dinâmica social que na maioria dos casos assume a forma da procura de uma

identidade étnica, sexual, religiosa, nacional ou outra. Um terceiro paradigma apresenta traços não muito afastados dos verificáveis no segundo e aponta para uma legitimação apoiada na necessidade de obter um enquadramento ideológico considerado indispensável para a consecução de objetivos como a reconstrução nacional (Japão) ou a construção nacional sob nova orientação política (Cuba). Um último paradigma de legitimação é o que se baseia na alegada necessidade de uma prática comunicacional entre o Estado ou instituição formuladora da política e seus cidadãos, membros ou funcionários (no caso de uma instituição privada). Esses paradigmas legitimadores podem manifestar-se de modo intimamente articulado (...) (Ibid.)

Como pudemos verificar, Coelho apresenta formas variadas nas quais as políticas culturais podem se materializar segundo seus preceitos, motivações e ideias legitimadoras. Ainda nesse aspecto, é importante considerar a relação entre mercado e cultura e como esta interseção é apropriada nas iniciativas do poder público no plano das políticas culturais.

Um processo de reordenação econômica e ideológica vem ocorrendo no mundo nas últimas décadas. No plano das políticas culturais, deve-se levar em conta este processo de globalização em andamento, seu desenvolvimento combinado e desigual, assim como suas múltiplas faces, seus fatores econômicos, a maneira que atingem os diversos territórios e diferentes setores econômicos envolvidos - capital financeiro, industrial, etc. (Rubim 2002: 28).

O mesmo impacto pode ser percebido no âmbito da política. O papel do Estado-nação, dos partidos e dos parlamentos passam por uma nítida reconfiguração, assim como se tem o aparecimento de novos atores políticos, tais quais as Organizações Não-Governamentais e o surgimentos de demandas regionais, aspectos que têm incidido diretamente no plano das políticas culturais na atualidade (Ibid: 28).

O processo dinâmico de transformações na contemporaneidade e sua ingerência no plano da produção e difusão cultural motivaram diversas reflexões, e variadas noções surgiram nas últimas décadas

para dar conta dessa complexidade que perpassa o campo da cultura. Dentre elas podemos citar o processo de “mundialização da cultura” (Ortiz 1994), o fortalecimento e o surgimento de “culturas locais” (Featherstone 1997) e a ideia de multiculturalismo (Semprini 1999).

A mundialização da cultura é um processo que se enraíza e se materializa cada vez mais no que Adorno e Horkheimer (Adorno; Horkheimer 1985) chamaram de “indústria cultural”, uma via de produção da cultura onde estariam em jogo primordialmente a relação entre produção simbólica e interesses mercadológicos, visando o lucro e tendo como base padrões culturais pré-estabelecidos passíveis de conquistar o consumo das massas. Para Barbalho (2005: 38), a cultura como um todo está cada vez mais pautada pela indústria cultural e por fatores midiáticos, fenômenos que no Brasil as várias esferas governamentais, “quando elaboram suas políticas de cultura, têm sistematicamente deixado de lado (...) ou agido de forma periférica nessa área.”

Apesar de não trazer o conceito de indústria cultural para a reflexão, Coelho (1997: 298) também já havia chamado atenção para o papel do mercado e das empresas privadas no tocante às políticas relativas à cultura. Segundo ele, as *Políticas de liberalismo cultural* não

entendem, necessariamente, que é dever do Estado promover a cultura e oferecer opções culturais à população. Entre seus subtipos estão as políticas culturais adeptas do mecenato liberal: o apoio à cultura fica na dependência maior da iniciativa privada ou de fundações privadas ou semiprivadas das quais o poder público pouco participa. A implantação desta política pode ser precedida de uma vasta operação de liquidação dos órgãos públicos voltados para a cultura, como ocorreu no Brasil sob o governo Collor, e de privatização da iniciativa cultural. O objetivo é um só: enquadrar a cultura nas leis do mercado. Entende-se, neste caso, que a cultura deve ser uma atividade lucrativa a ponto de poder, pelo menos, sustentar-se a si mesma. Em geral, este mecenato tende a apoiar as formas da alta cultura e aquelas veiculadas pelos meios de comunicação de massa.

Alternativa a esse “modelo” de entender a relação entre Estado e cultura, Coelho (1997: 296) ressalta a possibilidade de políticas

relativas à cultura alheia ao mercado cultural, que dariam ênfase a modos culturais não lubrificados pelo “interesse econômico tanto na sua produção material quanto nos seus objetivos ou na recompensa de seus criadores”. Ainda segundo ele, estas *políticas de democratização cultural*, basear-se-iam “no princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo que não pode ficar à mercê das disposições ocasionais do mercado, devendo portanto ser apoiada de acordo com princípios consensuais”, e procurariam “criar condições de acesso igualitário à cultura para todos, indivíduos e grupos (1997: 298).

Considerados todos os fatores supracitados, cabe ressaltar que para a política cultural se pretender atual, “deve encarar a diversidade de instâncias e atores hoje envolvidos com o tema da cultura e a mundialização da cultura” (Rubim 2002: 27). Compreendidos nesta “diversidade de instâncias e atores” estão o Estado e a iniciativa privada voltada para o incentivo à produção e difusão da cultura, por meio do mecenato e o marketing cultural, por exemplo. Compreende ainda como grupos que devam ser considerados pelo campo das políticas culturais, segundo Rubim (2002: 27), a sociedade civil organizada, vinculada ou não ao campo dos bens simbólicos, sejam eles produtores, estimuladores, demandantes ou consumidores culturais, da mesma forma que os públicos, com traços bem diversificados, especializados ou não, pois dinamizam o papel da cultura contemporânea e os profissionais da cultura que têm papéis imprescindíveis de sujeitos nessa dinâmica. (*Ibid.*)

Tais reflexões foram relevantes para o desenvolvimento de parte importante do projeto de extensão atualmente em curso na *Officina*, pois elas demarcaram os horizontes pelos quais foram direcionados os rumos das atividades. Entendemos, pois, políticas culturais como um conjunto de diretrizes, pressupostos e ações idealizadas, geridas e implementadas por diversos grupos, dentre eles o Estado, instituições privadas, entidades da sociedade civil ou grupos comunitários. Longe de serem isentos dos interesses e relações de força que toda situação de poder predispõe, visam – ou ao menos deveriam visar – a

difusão do acesso aos diversos meios e instrumentos que permitam a produção, a distribuição e os usos das representações simbólicas diversas, a preservação e divulgação do patrimônio histórico, e que valorizem a diversidade e a integração do sistema cultural. Sendo assim, as políticas culturais devem propor medidas para cada esfera específica do sistema cultural, bem como sua articulação, visando promover a progressiva democratização da cultura.

A *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural*, como o próprio nome já apresenta, tem no patrimônio histórico e cultural uma questão constante nas reflexões e atividades produzidas ao longo de seus dez anos de existência. Nesse contexto, as reflexões acerca das políticas culturais apontaram alguns novos aspectos a serem apreciados no que se refere ao papel da cultura no município de Campos dos Goytacazes. Além das políticas públicas de preservação, algo já constante no histórico da *Officina*, a análise passou a abranger os equipamentos culturais presentes no município.

Equipamento cultural, pensado em um sentido amplo, refere-se a qualquer tipo de edificação que tenha por objetivo fomentar, produzir ou divulgar práticas culturais. Dentre eles, estão os teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filмотecas e museus, por exemplo. O termo equipamento cultural também se estende a “grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição” (Coelho 1997:164). Nesse caso, equipamento cultural faria referência também a orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, dentre outros. De forma mais restrita, equipamento cultural é uma noção que inclui qualquer aparelho ou objeto que tornam operacional um espaço de produção cultural; ou seja, ao falarmos de refletores, projetores, molduras, livros, pinturas, filmes, estaríamos tratando de equipamentos culturais (*Ibid.*).

No âmbito da *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural*, equipamento cultural faz referência às instituições que são possuidoras de um espaço físico próprio para o oferecimento de atividades culturais, sejam elas públicas ou privadas. Tal escolha se justifica visto ser

esta uma experiência inicial e embrionária que está em curso. A experiência adquirida neste primeiro momento permitirá expandir esse recorte dado à noção de equipamento cultural.

Um objetivo importante que guia a ampliação da abordagem acerca do patrimônio cultural, no âmbito da *Officina*, é a busca em contribuir para a democratização da cultura no município. A instrumentalização do termo equipamento cultural tem em vista mapear instituições públicas e privadas que ofereçam acesso a alguma esfera da cultura, para que seja possível entender o estado que se encontra o acesso aos bens culturais na cidade e cooperar para ampliação das possibilidades a seu consumo.

Concordamos com Canclini ao afirmar que o consumo é indissociável à cidadania. Ao se alterarem determinadas maneiras de consumir, mudam “as possibilidades e as formas de exercer a cidadania” (Canclini 2010: 29). Consumo aqui não é entendido como “simples cenário de gastos inúteis e impulsos irracionais, mas como espaço que serve para pensar, e no qual se organiza grande parte da racionalidade econômica, sociopolítica e psicológica nas sociedades.” (*Ibid.*, 14).

Apesar de num primeiro momento a *Officina* não se debruçar em análises simbólicas do consumo da cultura e das apropriações desses bens simbólicos pela qual passam seus consumidores, cremos que o acesso às informações e saberes possibilitados pelos equipamentos culturais e seus espaços de produção e divulgação da cultura, podem e devem ser uma parte indissociável do processo de formação e atuação cidadã, sobretudo num contexto onde

as perguntas próprias aos cidadãos – a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. (*Ibid.*, 29)

Democratizar o acesso à produção e ao consumo às múltiplas faces da cultura tem como consequência a disponibilização de uma esfera importante e privilegiada para que a cidadania possa ser

amplamente acessível às pessoas e com isso possam efetivar a cultura - e por extensão a cidadania - como direito.

O levantamento de indicadores relativos aos equipamentos culturais de Campos dos Goytacazes, meio por qual a *Officina* tem se esforçado em concretizar os objetivos acima referidos, tem como finalidade perceber o quadro em que a produção, acesso e difusão da cultura se encontram atualmente no município, e traçar um “marco zero”, mapear o “estado atual” da questão para podermos acompanhar o Plano Estadual de Cultura em discussão e seus desdobramentos futuros para a situação da cultura em Campos dos Goytacazes. De tal forma, poderemos compreender a natureza da oferta e da demanda cultural, além da intensidade dos esforços dos agentes públicos e privados para o desenvolvimento cultural (Barbosa 2009: 103) da região. Esse esforço ainda se desdobrará em ações pedagógicas com professores e alunos das licenciaturas, que possibilitem a disseminação dos temas e conceitos que envolvem as Políticas Culturais, o Patrimônio Cultural regional e propostas direcionadas ao Plano Estadual da Cultural, por meio da “*alfabetização cultural*” característica da Educação Patrimonial, e da elaboração de material didático-pedagógico para esse fim.

Os indicadores culturais que serão traçados com os questionários e entrevistas já realizadas, conjunto de informações que descreverão o perfil cultural dos equipamentos culturais que analisamos em Campos dos Goytacazes, permitem, como Barbosa afirma acerca da natureza de indicadores (2009: 103), diversos desdobramentos, tal qual o monitoramento, a formulação e a avaliação de programas e políticas, do mesmo modo que são instrumentos importantes para estabelecermos uma visão de conjunto da cultura e sua relação com a economia e outras políticas setoriais.

O procedimento metodológico adotado para esse primeiro momento em que se assenta a análise foi o levantamento exaustivo de dados referentes aos equipamentos culturais do município de

Campos dos Goytacazes. A coleta dos dados foi realizada junto aos seus diretores, funcionários e usuários, estes últimos entrevistados em pontos diferentes da cidade, com perfis socioeconômicos diferenciados.

Os dados levantados deverão construir quadros estatísticos que apresentem a demanda e a oferta da cultura, mas não se limitará à produção de informações estatísticas. Também se faz necessário um investimento analítico, objeto do próximo momento do trabalho, onde conscientes das possibilidades e limitações dos dados em posse, será apresentada uma hipótese interpretativa com a qual possamos colaborar com políticas traçadas futuramente em conformidade com o Plano Estadual de Cultura, e dessa forma incluir o município nas perspectivas atuais acerca das políticas culturais que colaboram com a construção e a valorização da identidade, da memória, da diversidade e da cidadania.

Referências Bibliográficas

Adorno, T. e Horkheimer, M. A dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

Alves, M.G. *et* Teixeira, S. Patrimônio Natural e Cultural de Campos dos Goytacazes. 1. ed. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2009.

Argolo, F. Mesa redonda sobre Políticas Culturais do Governo Dilma abre o IX ENECULT. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT, 2013. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/?p=409>. Acesso em 29/11/2013.

Augustin, A.C. O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira. II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p.1-22, 2011.

Barbalho, A. “Política cultural”. In: Rubim, L. (Org.). Organização e produção da cultura. Salvador: UFBA, p. 33-52, 2005.

Barbosa da Silva, F. A. Considerações para a construção de indicadores culturais. In: Calabre, L. (Org.). Políticas culturais: reflexões sobre gestão,

processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Edições Casa de Rui Barbosa/Itaú Cultural, p. 102- 115, 2009.

Calabre, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: UFBA, p.1-18, 2007.

_____. “Políticas Culturais no Brasil: um breve histórico”. In.: CALABRE, Lia (org). Políticas Culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

_____. O MinC, a gestão Gilberto Gil e os desafios na construção de políticas culturais. Revista Proa. Campinas, vol.1 n° 01, p. 293-302, 2009.

Canclini, N. G. Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 4.ª ed.,p. 143 a 160, 2010.

Cocco, G. A crise do MinC no governo Dilma: levar a sério a questão do valor. Revista Global Edição 14 - Universidade Nômade, 2011. Disponível em: <http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=676>. Acesso em 29/11/2013.

Coelho, T. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Iluminuras / Fapesp, 1997.

Costa, C.C. “História, cultura e gestão: do MEC ao MinC”. In: Calabre L. (Org). Políticas culturais: reflexões e ações. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p.69-79, 2009.

Dossiê Patrimônio Cultural: aprendendo a conhecer – Proposta para uma ação de educação patrimonial – 2009.

Earp, F.S, Sroulevich, H. “O mercado de cinema no Brasil”. In: Calabre L. (Org). Políticas culturais: reflexões e ações. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p.181-199, 2009.

Featherstone, M. O desmanche da cultura. Globalização, pós-rmodernismos e identidade. São Paulo: SESC/ Studio Nobel, 1997.

Ginzburg, C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

Lemos, E.B.R, Colgano, E.E. Políticas públicas culturais e participação. II

Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p.1-14, 2011.

Ortiz, R. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Passos, N. Alvo de dois manifestos, política cultural de Dilma está em xeque. Carta Maior, 2001. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Alvo-de-dois-manifestos-politica-cultural-de-Dilma-esta-em-xeque-/4/17605>. Acesso em 29/11/2013. Acesso em 29/11/2013.

Rubim, A.A.C. Política Cultural na Contemporaneidade. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 8, n.1, p. 26-36, 2002.

_____. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. In: _____ (Org). Políticas culturais no Brasil. Salvador: edufba, 2007a.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. Revista Galáxia. São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007b.

Semprini, A. Multiculturalismo. Bauru: Edusc, 1999.

Teixeira, S. Moraes, A. et alli. A gente também: Educação Patrimonial e Cidadania. Uberlândia: Revista de Extensão/UFU, v. 5, p. 73-83, 2005.

Teixeira, S. *et all*. Educação Patrimonial: novos caminhos da ação pedagógica. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2006a.

_____. Educación Patrimonial: Alfabetización cultural para La ciudadanía. Estudios Pedagógicos XXXII, N° 2: 133-145, 2006b.

_____. (Org). Contribuições à prática pedagógica para a Educação Patrimonial. 1a. ed. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2008.

As Conferências de Cultura como canal de participação e fortalecimento do campo das Políticas Culturais: contribuições com base no estudo de caso de Campos dos Goytacazes

Clarissa A. G. Semensato

Introdução

Este capítulo tem como objetivo expor e atualizar o estudo que teve como fruto minha dissertação de mestrado, defendida em 2010, pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da UENF. A temática em questão foi a I Conferência Municipal de Cultura de Campos dos Goytacazes/RJ, ocorrida no ano de 2006. Este episódio esteve inserido em um contexto chave nas Políticas Culturais no Brasil, que remete à valorização do setor no país a partir dos anos 2000 e à implantação de um Sistema Nacional de Cultura, fatos que também foram abordados no estudo.

As Conferências de Cultura são um mecanismo implantado pelo governo federal e se propõem a estimular a participação social na elaboração das políticas públicas voltadas para o setor cultural. Esse instrumento, aliado a um Sistema Nacional de Cultura (SNC), compreende uma tentativa de implantar Políticas Culturais mais coesas e de longo prazo, compartilhando entre os entes federados e sociedade civil, funções, direitos e deveres.

Este estudo de caso refere-se ao município de Campos dos Goytacazes, do estado do Rio de Janeiro, um dos mais relevantes para as regiões Norte e Noroeste fluminenses. É uma ocorrência notável, pois apesar de ter seu orçamento bastante encorpado pelos royalties do petróleo, investimentos em cultura são ínfimos. As políticas para o setor cultural são pontuais e descontínuas. Seu cenário é permeado por disputas entre elites políticas, práticas assistencialistas, personalistas e pela falta de registros políticos.

Contam-se agora oito anos após a primeira conferência do município. Entre este período já houve mais duas conferências. Aproveito esta publicação para rever o estudo e avaliar os impactos das conferências municipais, mas tendo como foco o âmbito nacional, o contexto da construção do sistema e do amadurecimento deste canal de participação. O momento é bastante oportuno para análise de todo o processo uma vez que 2013, por ter ocorrido uma Conferência Nacional, foi o ano de mais uma rodada de conferências nos níveis municipais e estaduais. Vê-se primordial problematizar como um instrumento político bem estruturado em caráter federativo comporta-se numa esfera local, permeada pelos problemas anteriormente mencionados.

O contexto

Estudos¹⁹ que analisam as Políticas Culturais no Brasil corroboram com o fato de que a partir de 2003 há uma grande reviravolta nos

19 Dentre eles, Calabre (2005), Botelho (2007), Rubim (2008). Neste presente livro, o capítulo do autor Cristiano Ferreira de Barros faz um breve histórico e panorama das Políticas Culturais no Brasil.

caminhos das políticas referentes à cultura. Nos anos imediatamente anteriores, de 1990 a 2002, pode-se dizer que as políticas culturais, marcadas pela ausência do Estado, resumiam-se a lógica de mercado, com o aparato das leis de incentivo. Porém, com a entrada do PT na presidência, com o Ministério da Cultura sob direção de Gilberto Gil, muda-se a forma de se pensar a cultura. Uma vez estabilizada a economia do país, e ainda, tendo como pano de fundo novas concepções mundiais que promulgam o setor como gerador de desenvolvimento econômico e humano²⁰, bem como a experiência de Marilena Chauí na secretaria municipal de São Paulo e as ideias sobre cidadania cultural defendidas pela autora (Chauí 2006), o governo começou a por em prática sua agenda.

Os projetos de governo do PT em 2002 estavam imersos nesse ideário inovador a respeito da cultura que permeava o mundo todo, valorizando diversidade e democracia cultural, direitos culturais e economia da cultura. A cartilha de propostas do governo assim dispõe:

Uma das idéias que surgiu a partir desse debate internacional foi a criação, em 1992, da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. O relatório desta Comissão, *Nossa Diversidade Criadora*, publicado em 1996, é considerado basilar para a agenda internacional definida pela Unesco. O Brasil não pode ficar ausente dessa agenda e deve considerar a valorização da diversidade de seu patrimônio cultural

20 Essas novas concepções de cultura como geradora de recursos e desenvolvimento humano são descritas e defendidas por Sen (2000), Yúdice (2004) e também pela UNESCO (UNESCO *apud* WERTHEIN, 2003). O teor de valorização da cultura proposta como instrumento de viabilização de desenvolvimento também está contido, dentre outros, em documentos reconhecidos internacionalmente, tais como: o Pacto Sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais (1966); a Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional (1966); a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972); a Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural (1976); a Declaração do México sobre Políticas Culturais (1982); a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989); o Informe da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (1996); a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); a Agenda 21 da Cultura (2004); a Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). Tais documentos influenciaram o direcionamento político à área da cultura no governo PT.

como um dos elementos fundamentais de seu projeto nacional de desenvolvimento (Programa de Política Pública de Cultura do PT 2002:10).

A partir de então, a noção de cultura e as políticas culturais no país ampliaram-se, não se resumindo às concepções mais restritas que prevaleciam anteriormente; foram ao encontro das tendências mundiais de valorização dos direitos humanos e dos direitos de fruição à cultura. Uma vez ampliado o leque da definição de cultura, a ideia agora era mapear as demandas e partir do potencial já existente. O Estado passou a investir em novos propósitos para cultura, de forma mais abrangente, incluindo setores que antes eram relegados pelo governo e principalmente pelo mecenato: cultura popular, indígena e afro-brasileira, artesanato, circo, patrimônio, bibliotecas, dentre outras, distantes dos grandes centros. Nesse sentido, o Estado volta a assumir mais responsabilidade sobre o setor cultural que o período anterior.

É possível apontar importantes marcos dessa nova forma de delinear as Políticas Culturais. Dentre eles: a implantação do Programa Mais Cultura, com o Cultura Viva e os Pontos de Cultura; as Emendas n.º 42/2003 e 48/2004²¹ (sobre fundos de cultura e Plano de Cultura, respectivamente); a realização da I Conferência Nacional de Cultura em 2005; e, principalmente, a iniciativa de implantar o Sistema Nacional de Cultura. Vale ressaltar que a implantação de elementos como conferência, sistema e plano são políticas que se estendem para além

21 A primeira acrescentou o parágrafo 6º ao Artigo 216 da Constituição Federal: “É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais; II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados”. A segunda acrescentou o parágrafo 3º ao artigo 215 da Constituição, instituindo o Plano Nacional de Cultura: “A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional.”

de um período de governo. Estabelecem ações articuladas e planejadas para um período de no mínimo uma década; ou seja, são políticas que tentam se estabelecer para um longo prazo em num caráter de política de Estado; e não de governo, que se encerram tão logo seu período se acaba.

O SNC teve seu processo iniciado em 2005, ao apresentar-se um projeto de emenda constitucional nº 416 em 16 de junho de 2005, posteriormente transformado na Emenda Constitucional 71/2012. O sistema tem a função de valorizar a diversidade cultural; fomentar a difusão, produção e circulação de bens-culturais; integrar políticas e programas no setor; isso tudo através de uma descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações e da democratização dos processos decisórios com participação e controle social. Em suma o SNC visa estabelecer a cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; isto é, integrar e articular as esferas de governo, sociedade civil e entidades privadas.

A intenção do SNC é reunir todos os entes federativos da República Brasileira – Estados, Distrito Federal (DF), Municípios e União – com suas respectivas políticas e instituições culturais, incluindo também os subsistemas setoriais já existentes e outros que possam vir a ser criados. Dessa forma, todos os que integrassem o sistema compactuariam com as leis, normas e procedimentos, definindo através delas sua interação. Assim, o objetivo do Sistema, segundo o Ministério da Cultura, é “formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais” (SNC, 2009:16).

Em suma, o Ministério da Cultura defende que o SNC é um modelo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, tendo como órgão gestor e coordenador o Ministério da Cultura

no âmbito nacional, as secretarias estaduais, distrital e municipais de cultura (ou instituições equivalentes) em seu âmbito de atuação. “Trata-se, portanto, de um novo paradigma de gestão pública da cultura no Brasil, que tem como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos” (SNC, 2009:17).

Os componentes que devem integrar o Sistema de Cultura, em sua respectiva esfera da federação são: os órgãos gestores da cultura (secretarias ou fundações); os conselhos de política cultural; as conferências de cultura; as comissões intergestores; os planos de cultura; os sistemas de financiamento à cultura; os sistemas de informações e indicadores culturais; os programas de formação na área da cultura; e os sistemas setoriais de cultura.

O Sistema, além das instâncias governamentais, compreende também em sua constituição a sociedade civil. Portanto, a sociedade pode participar da elaboração, do acompanhamento e da avaliação das Políticas Culturais do governo. Os canais onde ocorre o diálogo entre Estado e sociedade são os Conselhos de Cultura e as Conferências de Cultura, sendo estas últimas, amplos canais de participação.

As Conferências de Cultura estão previstas pelo decreto 5.520 de 24 de agosto de 2005. Compete à Conferência Nacional de Cultura analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Nacional de Cultura e às respectivas revisões ou adequações. As conferências podem ser consideradas amplos espaços de participação, onde representantes do Poder Público e da sociedade discutem e apresentam propostas para o fortalecimento e adequação de políticas públicas específicas, agrupando reflexões e contribuições nos âmbitos local, estadual e nacional. (Canedo 2008:36).

Prevê ainda o § 6º do artigo 12 do mencionado decreto que:

A Conferência Nacional de Cultura será constituída por representantes da sociedade civil indicados em Conferências Estaduais, na Conferência

Distrital, em Conferências Municipais ou Intermunicipais de Cultura e em Pré-Conferências Setoriais de Cultura, e do Poder Público dos entes federados, em observância ao disposto no regimento próprio da conferência, a ser aprovado pelo Plenário do CNPC.

Nesse sentido, para que o governo federal acolha as propostas feitas pela sociedade e poder público em todas as instâncias, há uma forma de organização hierárquica entre as Conferências, de acordo com o ente federado as quais correspondem. Existem primordialmente as Conferências Nacionais, as Estaduais/Distritais e as Municipais/Intermunicipais de Cultura. Estas seguem uma sequência de realização, para que a representatividade e as demandas elencadas nas instâncias municipais cheguem até a estadual, para que por sua vez elejam novas propostas e representantes, e por fim, cheguem à instância nacional.

A Conferência Nacional de Cultura constitui-se na última instância de participação social, onde Estado (governos federal, distrital, estaduais e municipais) e sociedade civil (organizações culturais e segmentos sociais) articulam-se com a finalidade de analisar a conjuntura da área cultural no país e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura. Ao Ministério da Cultura cabe a coordenação do evento, bem como a convocação do público. Além disso, a representação da sociedade civil precisa ser no mínimo paritária em relação ao poder público. Os delegados que representam a sociedade civil devem ser eleitos nas Conferências Estaduais e nas Distritais (SNC, 2009).

As Conferências Estaduais de Cultura, por sua vez, são espaços de participação social onde ocorre a articulação entre o poder público, nas instâncias de governos estaduais, distrital e municipais, e a sociedade civil. Elas antecedem a Conferência Nacional e têm a função de analisar a conjuntura cultural na esfera estadual/distrital e de propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura e para o Plano estadual de Cultura. Essas conferências são também um espaço prévio, para demandas e propostas que são

levadas à Conferência Nacional de Cultura e contribuirão para o Plano Nacional de Cultura. Dessa forma, a convocação desses eventos deve ocorrer em sintonia com o calendário da Plenária Nacional. Nessas conferências, a sociedade civil tem poder paritário, e os delegados são eleitos nas Conferências Municipais e Intermunicipais (SNC, 2009).

E finalmente, em primeira instância, existem as Conferências Municipais e Intermunicipais de Cultura. Essas podem ser descritas como espaços abertos para a ampla participação social, nos quais ocorre a articulação entre os governos municipais e a sociedade civil, que possuem a função de analisar a conjuntura cultural no âmbito do município, assim como propor diretrizes para a formulação de políticas culturais e do Plano Municipal de Cultura. São instâncias preparatórias das demandas e propostas para as Conferências Estaduais e Nacional. Nelas são eleitos os delegados que representarão a sociedade civil nas conferências estaduais. A representação da sociedade civil deve ser no mínimo paritária em relação ao poder público e os delegados são escolhidos democraticamente em pré-conferências municipais ou por meio da inscrição aberta aos munícipes que tenham interesse pela área (SNC, 2009).

Nesse sentido, o Sistema Nacional compreende as Conferências para integrar a sociedade civil, bem como todas as esferas governamentais no planejamento das políticas culturais. Para isso, as conferências formam uma cadeia hierárquica, que começam nos municípios, passam pelas esferas estaduais para depois se somarem nas nacionais. Verifica-se que o ponto inicial dessa cadeia são as Conferências Municipais de Cultura, e exatamente por isso, estas possuem importância fundamental nas políticas culturais traçadas pelo governo federal.

Ressalta-se aqui que, da forma como o mecanismo está estruturado, as conferências municipais são o início de toda uma cadeia, com implicações para outras conferências, para os planos (em todas as suas esferas de ação) e para o Sistema. Não há obrigatoriedade de adesão por parte dos municípios, entretanto, é cada vez maior o

número de participantes a cada Conferência Nacional. No ano de 2013, o Ministério da Cultura fez um intenso trabalho de estímulo à adesão do SNC junto aos municípios, com a promessa de um repasse de fundos. O resultado é que no processo da III CNC 450 mil pessoas participaram das conferências locais e regionais. Mais do que o dobro de participantes em relação a II CNC de 2010, que foram 200 mil. Em relação a adesão do SNC, os últimos dados, levantados em dezembro de 2013, apontam que todos os estados aderiram a este modelo de administração participativa proposto pelo MinC. No momento da III Conferência já haviam sido registrados a adesão de 2100 municípios, correspondendo a 36% do total de cidades do país (Revista do MinC 2013).

Com esse articulado desenho, concebe-se a relevância e a seriedade que os poderes executivos locais devem ter ao se estruturarem para participarem do amplo processo. O sistema e seu canal participativo, que são as conferências, estão cada vez mais presentes no território brasileiro. Diante da importância das esferas locais nesse processo, apresenta-se aqui o estudo de caso do município de Campos dos Goytacazes, no intuito de fornecer elementos para problematizar a institucionalização do SNC e seus canais de participação nos últimos anos.

As Conferências de Cultura de Campos dos Goytacazes

Neste tópico será relatado o estudo de caso em suas três conferências no município de Campos dos Goytacazes, RJ, sendo a primeira delas com maior detalhamento. A I Conferência Municipal ocorreu no ano de 2006 e foi realizada entre os dias 22 e 24 de setembro de 2006, sob o tema “Cultura, Sociedade e Identidade”. Teve sua estratégia focada em orientar discussões em três eixos temáticos — O papel dos Conselhos Municipais na Sociedade Contemporânea, Gestão Pública de Cultura e Empreendedorismo Cultural.

Campos dos Goytacazes possui historicamente um cenário político permeado por disputas entre elites políticas e por práticas de cunho

assistencialista, personalistas, além das irregularidades administrativas. Apesar de sua importância econômica e cultural que exerce nas regiões Norte e Noroeste fluminenses, os investimentos em educação, cultura e infra-estrutura ficam aquém das necessidades sociais (CRUZ, 2003; LEAL & SERRA, 2003; NAVARRO 2003; NETO & AJARA, 2006). Esse caráter de política personalista e descontínua entranha e perdura historicamente também no setor da cultura.

Assim como em outros setores das políticas públicas, a cultura carece de uma política planejada e contínua, que vise um alcance profundo e a longo prazo. As políticas referentes à cultura são personalistas, pois dependem sempre da feição do gestor político indicado pelo prefeito, nunca de um plano de ação bem estruturado, com base em diagnósticos confiáveis. Não há um mecanismo de fomento a programas ou editais, e vigora a política de balcão. Além disso, os investimentos em cultura são irrisórios e pouco eficazes²². Esse panorama é agravado pela disputa entre elites políticas existentes na região. Os programas e ações iniciados por um partido em vigência são completamente ignorados pelo governante seguinte. Vale apontar que não raro, ocorrem irregularidades: eleições são anuladas, prefeitos são cassados e reassumem o cargo e o governo sofre trocas constantes.

A I Conferência do município²³ contou com a participação efetiva de integrantes da classe artística de Campos. Estiveram presentes artistas do teatro, da música, poetas, artes visuais entre outros. Também, grupos de cultura popular, representantes de escola

22 Alguns estudos que constataam esses aspectos são: Semensato (2010), Gomes (2008), Ferreira & Campos (2012) e Miranda & Rocha (2011). Outra prática que acontece no município é o fornecimento de financiamento público sem critérios pré-definidos ou sem abertura de editais públicos, privilegiando artistas que são conhecidos ou têm alguma influência sob dirigentes políticos responsáveis pela distribuição de recursos. É assim, por exemplo, com a editoração de livros, caso citado por Portinho (em entrevista), ou com o financiamento de bandas de músicas civis, caso estudado por Gomes (2008).

23 Para mais detalhes sobre as informações que se seguirão, peço que recorra à dissertação na íntegra: Semensato (2010).

de samba, cultura afro, estudantes, professores e representantes de várias instituições da sociedade civil participaram ativamente dos grupos de trabalho, elaborando proposições e votando na plenária final. Os grupos participantes mais expressivos eram aqueles com maior capacidade de articulação com sua classe.

Constatou-se tantos nos grupos de trabalho, como na plenária, conflitos entre os grupos, a dificuldade de elencar prioridades, cenário comum num ambiente político e participativo como em todas as conferências. O elemento agravante nesse caso foi a dificuldade dos participantes em vislumbrarem a cultura como um todo, como um campo que deve ser alvo de políticas culturais consistentes. Dessa forma não se estabeleceram propostas que atendessem ao cenário cultural em geral num longo prazo para o município. As demandas eram imediatistas e visando interesses de seus próprios grupos. Esses sintomas marcantes podem ser atribuídos a uma falta de articulação entre os grupos e a histórica inexistência de um espaço institucional que propiciasse esse desenvolvimento. Além disso, a completa ausência de mecanismos claros de apoio/fomento públicos ao setor cultural pode ser atribuída a este comportamento. As políticas de balcão naquele pareciam ter “adestrado” esses grupos a pensarem no imediatismo, e em seu próprio interesse; e nunca enquanto classe, ou na coletividade na própria sociedade campista.

Como consequência, dessa primeira conferência não se extraiu uma visão de planejamento para as políticas culturais municipais. Ela não foi capaz de elencar diretrizes que pudessem ser estabelecidas num plano municipal de cultura viável que se traduziriam em ações práticas e políticas efetivas para o setor cultural na cidade. Ou seja, do evento não foi possível identificar demandas de forma organizada, apontando primeiramente as prioridades gerais para sociedade e em seguida as questões setoriais. Extraiu-se um plano de cultura genérico e dificilmente realizável, afinal ele não elencou prioridades, nem foi norteado por uma política cultural com propósito consistente.

Em momento posterior, não foi possível identificar influências do

evento nas ações do poder executivo ou legislativo local. Ana Lúcia Pardo, representante regional do Ministério da Cultura no período de 2010, em entrevista, afirmou que esse tipo de comportamento em uma primeira conferência não é raro. Disse que a falta de capacidade em estabelecer propostas gerais e prioritárias é um problema que alguns municípios, incluindo Campos, possuem. Isso gera algumas consequências para o sistema de cultura, pois sem efetivamente pontuar estas questões, os municípios não conseguem passar à conferência hierarquicamente adiante – no caso, as estaduais – propostas relevantes. Dessa situação, surge outra crítica à I Conferência na cidade de Campos. Tanto ela, quanto o relatório e o plano definidos por ela não cumpriram nenhuma função prática, seja no que tange às Políticas Culturais do município (exceto pela criação do Conselho Municipal de Cultura), seja no que diz respeito à colaboração para políticas nacionais, uma vez que não conseguiu levar suas propostas adiante.

Enfim, diferente de outros setores como saúde e educação, não havia histórico de experiências participativas no campo das políticas culturais, o que gera esse tipo de resultado, afinal até a própria participação política é um aprendizado. Ainda mais em se tratando de um município com conturbado ambiente político. Nesses casos, é preciso a antecipação do poder público de modo a propiciar a articulação dos grupos de interesse a fim de amadurecer as demandas e propostas para um interesse mais coletivo. O próprio Ministério da Cultura aconselha a realização de pré-conferências²⁴ afim de que

24 As pré-conferências são bastante semelhantes às conferências à exceção da plenária final. Em geral, seguem a mesma estrutura: falas elucidativas, divisão dos GTs e os debates; e podem ser realizadas em bairros, distritos, ou abarcando setores artísticos culturais específicos. Servem prioritariamente para estimular que os grupos se organizem, reflitam e exponham suas demandas. Tais grupos muitas vezes são marginais, distantes do centro e desarticulados. As pré-conferências garantem que essas demandas cheguem até a conferência, o que dificilmente ocorre sem estes pré-encontros. Afinal garantir espaços de fala/articulação ou garantir que esses grupos compareçam num ambiente longe e disputado, sem nenhum preparo, é custoso. Além disso, as pré-conferências servem como um treino para que os participantes previamente entendam o *modus operandi* desse mecanismo de participação.

a sociedade já chegue a conferência mais madura, com propostas mais coesas e com delegados definidos (SNC 2009: 25). Em nenhuma das conferências houve a realização de pré-conferências de fato, embora alguns episódios tenham sido nomeados como tal. Na primeira, houve algumas reuniões semanas antes ao evento, que embora abertas à sociedade, ocorreram apenas no intuito de preparar gestores e equipe para o evento. E, na segunda, o que foi chamado de pré-conferência, de forma semelhante, foi uma reunião com gestores, alguns representantes da municipalidade e expositores para traçar estratégias da conferência.

Para além das pré-conferências é preciso outras medidas. Para converter um resultado incipiente de uma conferência, é indicado que a realização de um processo contínuo, isto é, uma Conferência não deve ser um evento pontual. Um efetivo diálogo entre poder público e sociedade, trazendo demandas e traçando metas, só ocorre quando há um processo de lapidação da participação social em que tanto a sociedade civil aprende a trazer diagnósticos e demandas, quanto poder público aprende a compreender a participação como elemento de elaboração das políticas. Assim, as conferências devem ser um processo continuado. Ela nunca é um fato isolado e deve acontecer com periodicidade regular que, em geral, varia entre dois e quatro anos, para avaliar o cumprimento das deliberações anteriores e estabelecer novas metas a serem cumpridas no período seguinte (CANEDO, 2008:36).

Essa incapacidade de organizar as demandas e estabelecer prioridades se dá em grande parte devido ao não preparo técnico político, à histórica inexistência de políticas culturais claras e coesas, à descontinuidade delas com a transição de governo e até mesmo à inexperience da participação da sociedade civil. Com a prática de políticas mais participativas e da responsabilidade política, esse quadro tenderia a se reverter, afinal a conferência foi o primeiro evento de caráter democrático no âmbito das políticas culturais no município. Novos encontros dariam andamento às discussões que foram iniciadas.

Depois da primeira conferência mais duas foram realizadas no município. Uma em setembro de 2012 e outra em julho de 2013. No entanto, apesar de parecer um processo contínuo, não houve relação entre um evento e outro. Ou seja, não existiu qualquer intenção de se fazer um processo evolutivo, que planos e demandas anteriores, (bem como um diagnóstico das políticas feitas com base neles) fossem resgatados e pensados juntos à sociedade.

A segunda conferência foi planejada como se a primeira não tivesse existido, afinal, ao longo da gestão, o relatório e as resoluções da primeira foram desconsiderados pelo poder público. Assim, embora tenha havido uma segunda conferência, como recomenda Canedo (2008), é impossível afirmar que o segundo evento representou continuidade do processo.

A terceira também pareceu se enquadrar nessas características. O poder público não mobilizou esforços para retomar os participantes e as decisões das conferências anteriores. Aliás, com o prazo²⁵ dado pelo MinC, o evento parece ter ocorrido às pressas, mais pelo interesse em se incluir no SNC para participar do *repasso fundo a fundo*²⁶, do que pela vontade de articular sociedade e políticas públicas de interesse municipal.

A III Conferência Municipal foi colocada em dúvida por muitos de seus participantes. Em primeiro lugar pela falta de divulgação e chamamento da sociedade civil por parte do poder público. Em segundo lugar, devido à forma de condução do processo na conferência. As ausências do representante do Ministério da Cultura, da presidente da Fundação Jornalista Oswaldo Lima, da secretária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer parecem

25 Para que os delegados e propostas votadas tivessem tempo hábil de serem incorporadas à etapa estadual e nacional, o MinC estabeleceu o prazo para que as etapas municipais fossem realizadas. A princípio o prazo dado foi 14 de julho de 2013; posteriormente foram prorrogados para 11 de agosto de 2013.

26 O repasse fundo a fundo, a semelhança de outros fundos, é a proposta de que 30% do fundo nacional de cultura – ainda a ser definido em lei – seja repassados aos estados, e por sua vez, parte dele aos municípios.

já sinalizar a falta de influência que as deliberações do evento terão para o poder executivo. Constatou-se também a presença massiva de agentes do poder público, cargos comissionados e contratados. Não se pode dizer o mesmo da sociedade civil, cuja presença poderia ser numericamente maior se tivesse havido maior divulgação, com data(s) e horário que favorecem o comparecimento; inclusive com a realização de pré-conferências. Relatos de participantes²⁷, em entrevista, apontam que agentes do poder público candidataram-se a delegados, nos postos que deveriam ser da sociedade civil. Apontaram ainda que não foi exposto de forma clara que função teriam esses delegados, e que deveriam representar a população na etapa estadual.

É possível afirmar que as três conferências não exerceram influência significativa no cenário das políticas culturais do município. Como aqui foi exposto, esse resultado já era esperado em casos onde a descontinuidade política é constante e onde não há um processo contínuo na realização das conferências.

Entretanto, cabe aqui ressaltar que a Conferência trouxe alguns ganhos. Mesmo diante de um ambiente permeado pela ausência de políticas participativas e contínuas, imerso em políticas de apadrinhamento, a I Conferência foi capaz de mobilizar, ao menos, alguns grupos da sociedade civil. E para estes, foi capaz de valorizar a cultura e, bem como para políticos e gestores da época, que viram a mobilização da sociedade. Foi o pontapé para criação do Conselho Municipal de Cultura. Foi capaz de promover um diálogo entre os atores sociais, e extrair um traçado político para Políticas Culturais, mesmo que genérico e conflituoso. Infelizmente esses ganhos não foram levados adiante pela administração pública que assumiu o governo posterior, que em nada guiou seus programas tendo por base o relatório final e as resoluções debatidas no evento.

Percebe-se que num município marcado pela desigualdade social e com cenário político de clientelismo e corrupção, ainda que com

27 Um dos relatos se encontra em: <http://www.professormarcelo65.blogspot.com.br/2013/07/a-conferencia-de-cultura-foi-bonitinha.html>

vasto recurso orçamentário, os resultados planejados pela proposta de um mecanismo participativo como o da Conferência de Cultura não foram eficientes. Esse fato é bastante relevante uma vez que tal mecanismo é estruturado sistemicamente e as etapas nacionais e estaduais ligam-se às locais.

Não é intuito deste texto desconsiderar os avanços conquistados no processo como um todo, fato ressaltado a seguir, mas sim problematizá-lo a partir dos sintomas constatados neste estudo de caso, visto tais sintomas se repetirem em muitos outros municípios do país e por isso não deverem ser tratados como se tivessem pouca relevância. O aperfeiçoamento do processo participativo nas Políticas Culturais deve considerar e buscar minimizar os problemas aqui mencionados.

Os Impactos das Conferências

Como foi constatado mirando-se na realidade do município de Campos, na esfera local os problemas são visíveis. Porém, cabe considerar a partir deste ponto os avanços (e retrocessos) que as políticas culturais neste formato de articulação sistêmica estão acarretando.

Num âmbito nacional, é possível afirmar que houve um grande avanço nas Políticas Culturais e que este avanço corrobora com o período de realização das conferências. As três conferências nacionais realizadas até o momento contaram com uma ampla participação de atores sociais do país inteiro. Sem dúvida, para além das implicações que as deliberações das plenárias finais trouxeram, estes participantes levam consigo uma carga de experiência política sobre processos participativos e uma valorização de seu poder de decisão enquanto cidadãos. Assim, é bem provável que voltem aos seus municípios e regiões exercendo um diferencial no cenário político e participativo. Mas, os impactos não se restringem apenas a este aspecto subjetivo referente à formação de atores sociais.

Adélia Zimbrão (2013) traz considerações importantes sobre a

influência das conferências no cenário político. A autora analisa as deliberações da I e II Conferência e afirma que já houve significativa correspondência com as atividades do MinC e a agenda do poder legislativo. Buscando apoio em Progrebinsh e Santos (2011), a autora afirma que os processos participativos, tais como conferências, que já se institucionalizaram, são capazes de influenciar a formulação de leis e ações do poder executivo. Especificamente sobre as Conferências Nacionais de Cultura e sua influência nos processos legislativos, a autora afirma que:

Entre os desdobramentos da I e II Conferência Nacional de Cultura estão várias proposições legislativas, que são, em geral, apoiadas pelo Ministério da Cultura, por comporem seu desenho de “novo padrão regulatório” para as atividades culturais. Assim, o levantamento da agenda legislativa, no Congresso Nacional, de temas relativos à área cultural, nos anos entre 2003 e 2012, mostra uma série de projetos que, juntos, configuram um novo marco legal para a Cultura no país. A pauta destacada como prioritária pelo Ministério da Cultura apresenta propostas de emendas constitucionais e projetos de lei considerados estruturantes do setor, cujas matérias tratam de questões que estão presentes em deliberações das duas conferências nacionais de cultura. Nesse sentido, pode-se afirmar que propostas de diretrizes extraídas dessas conferências influenciaram tanto na tomada de decisão das atividades legislativas, como também e, em especial, na ação do Executivo (ZIMBRÃO, 2013).

Essa afirmação é comprovada quando se observa as propostas debatidas no legislativo citadas a seguir. Algumas já estavam em andamento antes mesmo da I Conferência, mas foram corroboradas no evento, reforçando a demanda e colaborando com o resultado da aprovação tempos depois. São os casos da **Emenda Constitucional nº 48/2005**, que deu origem à **Lei 12.343/2010**, institui e regulamenta o Plano Nacional de Cultura; da **Proposta de Emenda Constitucional 416/2005**, que se tornou **Emenda Constitucional 71/2012**, sobre a instituição do SNC já mencionada neste texto. Há que se destacar as duas emendas constitucionais por versarem sobre temas reconhecidos como pilares da política pública de cultura.

Outros exemplos são a **Lei 12.761/12**, referente ao Vale Cultura, que estimula o acesso à produtos e serviços culturais por trabalhadores com vínculo empregatício; a **Lei 12.485/2011**, que regulamenta um percentual de conteúdo nacional nas TVs por assinatura e estabelece formas de ampliação de recursos financeiros para a área audiovisual; a **Lei 133/2009**, que estabelece dispositivos para redução da carga tributária para produções da área cultural; a **Medida Provisória 545/2011**, convertida na **Lei 12.599/2012**, sobre estratégias para descentralização do mercado de salas de exibição cinematográfica no Brasil; a **Proposta de Emenda Constitucional nº 150/2003**, que pretende dar aos recursos públicos da cultura vinculação orçamentária; o **Projeto de Lei 6722/2010**, conhecido como o PROCULTURA e visa reestruturar do PRONAC, que refere-se ao fomento e financiamento da cultura; e o **Projeto de Lei 757/2011**, que institui o Programa Cultura Viva.

É possível afirmar categoricamente que:

O período de 2003 a 2012, portanto, foi de intensa e significativa pauta de projetos e propostas referentes à cultura na produção legislativa do Congresso Nacional. Não menos agitada, propositiva e ativa foi a agenda do Ministério da Cultura no igual intervalo de anos. Não é mera coincidência que nesse mesmo período tenham ocorridas as primeiras conferências nacionais de cultura. Ao confrontar a lista legislativa de projetos culturais e as diretrizes deliberadas nas conferências é impossível não observar que há correspondências/conexões entre vários temas/demandas.

Apesar dos avanços no cenário das Políticas Culturais da última década, aparentemente, nos anos mais recentes, houve certa desaceleração do setor. Após a saída do Juca Ferreira, a ministra (a contragosto de muitos profissionais e estudiosos da cultura) Ana de Hollanda não deu tanta atenção ao Sistema e às Conferências. Também, a entrada da atual ministra Marta Suplicy não parece ter significado um novo vapor ao processo. A III CNC foi criticada por muitos dos participantes, seja pela desorganização quando comparada às anteriores, seja pela falta de apoio logístico. Ao contrário de Luís

Inácio Lula da Silva na II CNC, a atual presidenta não compareceu à abertura do evento recente, o que, na opinião de alguns, simbolizava a não valorização deste.

Ainda sobre o processo da III CNC, nos meses que a antecederam, tive contato com a primeira etapa – as conferências municipais – em algumas localidades do interior do estado do Rio de Janeiro. É intrigante a falta de preparo do poder público no modo de proceder para organizar a conferência. Houve relatos em que representantes do Ministério da Cultura não puderam dar a orientação ou comparecer aos eventos. E em muitos casos o poder público não sabia o que fazer com as propostas elencadas no evento. Parecia mais interessado no “repasso fundo a fundo” – palavras que eu ouvi diversas vezes de gestores, sem mesmo entenderem de quê se tratava o SNC, a Conferência e o próprio repasse – do que em estabelecer um processo contínuo de mapeamento de demandas e participação social.

Vale mencionar que neste processo que compôs a III CNC, a etapa da conferência estadual²⁸ do Rio de Janeiro também foi bastante tumultuada. Grupos bem articulados de todo o estado levaram suas demandas, mas entre eles, não conseguiam chegar a um consenso. A forma de condução da conferência foi refutada por muitos dos participantes; e o tempo previsto para sua realização foi tido como insuficiente. No último dia, os grupos do interior já se retiravam para retornar às suas cidades, antes mesmo de terminar as votações da Plenária Final. Os ânimos se acirraram e com um risco de agressões entre os participantes e organizadores, a conferência foi encerrada, sem o término das votações.

28 Foi a 3ª Conferência Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, ocorrida em 27 e 28 de setembro de 2013. Pela programação, GT's, eleição de delegados e Plenária Final ocorreram apenas no segundo dia, com a previsão de encerramento às 17 horas – prazo demasiadamente curto para um instrumento de participação social dessa magnitude. A pressão feita pela organização para encerrar o evento no horário previsto, independente do término dos debates, foi a principal crítica dos participantes. O local de realização precisava ser desocupado devido a outra programação e não foi possível prolongar o evento, como demandou a plenária.

Ainda sim, no ápice do processo, a III CNC em Brasília, apesar das queixas, foi possível perceber o crescimento exponencial da maturidade, tanto dos participantes quanto das propostas, quando comparada às conferências anteriores. Gestores, pesquisadores e outros atores da sociedade civil, com experiência de conferências anteriores, e cientes dos trâmites das políticas culturais dos últimos anos no legislativo e executivo, trouxeram propostas muito mais elaboradas e complexas, com potencial de influenciar com ainda maior profundidade o setor.

Mesmo com os resultados positivos, é preciso problematizar o fato de as conferências não terem impacto ainda mais eficaz, ainda mais quando se trata das esferas locais. Zimbrão (2013), com base em estudos de conferências nacionais de várias áreas das políticas públicas, aborda a importância da institucionalização das conferências. Segundo Silva (apud Zimbrão, 2013:12), é a institucionalização, entendida como a existência de instrumentos formais e/ou legais, que é capaz de assegurar mecanismos/canais para os encaminhamentos apropriados das decisões das conferências, para que estas sejam vinculadas ao processo decisório de governo e resultem em políticas públicas.

Zimbrão (2013) diz que no caso da cultura, as duas primeiras conferências nacionais tiveram caráter consultivo, não vinculante, e as deliberações não tinham um caminho predefinido para que viessem a influenciar leis e ações políticas. Ainda sim, como já foi aqui exposto, influenciaram. A isso a autora atribui o contexto propício à cultura, por parte do legislativo e da vontade política do Ministério da Cultura em trabalhar as propostas feitas nas conferências. No entanto, esse contexto propício pode não se aplicar (e em geral não se aplica) aos contextos locais, como é o caso do município de Campos.

Nas cidades do interior as conferências são realizadas, mas muitas vezes seus organizadores nem sabem o que fazer com as deliberações finais. Ocorre, portanto, que a falta de institucionalização do encaminhamento das propostas prejudica o processo da conferência

e a capacidade das propostas influenciarem políticas públicas locais depende muito mais de vontade política do poder público. Caráter que dificilmente é possível de se garantir, ainda mais quando na transição de governos, cujos líderes decidem desconsiderar as políticas realizadas pelos seus adversários.

Esse sintoma é crítico, pois um instrumento que intenta acarretar a participação social, mobilizar a sociedade e trazer os atores sociais para a cena política, torná-los atuantes, protagonistas e *empoderados*, é interrompido. Os participantes de conferências que não influenciaram em nada no cenário político, desacredita (o já desacreditado) sistema político representativo. Ainda, ouvi muitos delegados eleitos em seus municípios, antes empolgados com o processo das conferências, retornarem da Conferência Estadual do Rio de Janeiro, completamente descrentes nos processos participativos. Descrentes inclusive a respeito do próprio Plano Estadual/Nacional de Cultura, do Sistema Estadual/Nacional de Cultura, e de que seus anseios mais gerais chegariam a ser repassados às etapas futuras das conferências. Estes retornaram aos seus municípios com o sentimento de que todo o esforço havia sido em vão; e, alguns, inclusive recusando-se a participar novamente caso haja novas conferências. Sintoma gravíssimo já que em tese a conferência pretende justamente o contrário, e visa enaltecer o exercer da cidadania política.

Em vias de conclusão deste texto, afirmo que após quase uma década de conferências de cultura, e de três Conferências Nacionais, a proposta de se estabelecer este canal participativo para as políticas culturais é louvável, e traz um desenho sistêmico interessante; e os avanços são inegáveis. Porém, a proposta e a estrutura não são garantias de que o processo esteja isento de graves problemas.

As infelizes tradições históricas e políticas arraigadas nos poderes públicos locais impedem, por várias razões, que o processo participativo das conferências seja levado com eficiência. É preciso que se estabeleça, principalmente nas instâncias locais, uma institucionalização dos resultados das conferências, e que o

Ministério da Cultura estabeleça mecanismos de acompanhamento²⁹ de seus resultados.

Lia Calabre, em palestra³⁰, fez um balanço das conquistas e influências desse processo participativos nas Políticas Culturais recentes. Tal como já foi mencionado neste texto, a pesquisadora criticou a descontinuidade dos governos e dos dirigentes de cultura; a dificuldade dos delegados voltarem aos seus municípios e implantarem o que foi deliberado, seja pela resistência seja pela falta de qualificação dos gestores públicos. Disse, por outro lado, as conferências municipais servem para que os gestores percebam as demandas e passem a se preocupar com elas; e principalmente, para que a sociedade civil se articule.

Corroborando com a pesquisadora, encerro aqui que a conferência é um episódio, mas que não é suficiente. Uma conferência municipal deve ser encarada como um ponto desencadeador de ações, que só vão adiante quando as pessoas se mobilizam em prol do que foi proposto naquele momento. Embora o caminho das deliberações não tenha sido institucionalizado, a conferência é um mecanismo legítimo e seus participantes tem poder para cobrar do poder público que as demandas sejam atendidas pelo legislativo e executivo, independente da transição de governos. Não é algo fácil, e por isso, a articulação dos grupos iniciadas na ocasião da conferência não devem se encerrar ali; deve ser um processo contínuo, tal como se cobra do poder público em relação às conferências.

29 Os Conselhos Municipais de Cultura tem papel relevante nessa função; não é o foco do presente texto, mas vale aqui ressaltar que em muitos municípios a escolha dos conselheiros é um processo obscuro, a atuação do conselho é limitada e/ou corrompida.

30 Palestra proferida no II Simpósio Cultural, na UFF/Rio das Ostras em dezembro de 2013, com a temática “E agora pós-conferência?”. O tema foi sugerido por alunos da UFF e moradores do município, justamente pela aflição da dúvida sobre o que fazer após intenso processo participativo ocorrido na I Conferência Municipal de Cultura de Rio das Ostras.

Referências Bibliográficas

- Botelho, I. A Política Cultura e o Plano das Idéias. In.: III ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. Salvador: UFBA, 2007. Anais... Salvador, 2007.
- Calabre, L. “Políticas Culturais no Brasil: um breve histórico”. In.: Calabre, Lia (org). Políticas Culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.
- Canedo, D. P. Cultura, Democracia e Participação Social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade).
- Chauí, M. Cidadania Cultural: o direito a Cultura. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.
- Cruz, J. L. V. Projetos Nacionais, Elites Locais e Regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. IPPUR-UFRJ, 2003. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)
- Ferreira, R. S.; Campos, M. M. Política Pública de Cultura: Investimento Insuficiente. Extraprensa (USP), Ano VI, nº 10, junho/2012.
- Gomes, K. B. E Hoje, Quem É Que Vê a Banda Passar? Um estudo de práticas e políticas culturais a partir do caso das bandas civis centenárias em Campos dos Goytacazes. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). PPGPS/UENF, 2008. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais).
- Leal, J. A.; Serra, R. V. Boletim de Difusão das Informações e Promoção do Debate sobre a Distribuição dos Royalties no Estado do Rio de Janeiro. Boletim, Ano 1, Nº 1 - Setembro/2003
- Miranda E. A.; Rocha E. S. Cidades do Petróleo no Brasil: royalties, cultura e planejamento. Políticas Culturais em Revista, vol 4 nº 2, p.87-101, 2011. Disponível em www.politicasculturaisemrevista.ufba.br . Acessado em 20/12/2013.
- Navarro, C. A. Royalties Do Petróleo: Estudo Do Caso De Campos Dos Goytacazes. Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia Empresarial).

Neto, A. F. P.; AJARA, C. Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense. In.: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Anais... Caxambu, 2006.

Programa de Política Pública de Cultura do PT. A Imaginação a Serviço do Brasil, 2002.

Pogrebinski, T.; Santos, F. Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 3, p. 259-305, 2011.

Revista do MinC. III Conferência Nacional de Cultura. 3ª edição / Brasília, dezembro de 2013.

Rubim, A. A. C. “Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e Enfrentamentos”. In.: Rubim, A. A. C. & Bayardo, R. (Orgs). Políticas culturais na Ibero-América. Salvador: EDUFBA, 2008.

SEMENSATO, C. A. G. As Conferências Municipais de Cultura como Estratégia de Descentralização e Participação para as Políticas Culturais no Brasil: o Caso de Campos dos Goytacazes/RJ. PPGPS/UENF, 2010. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais).

Sistema Nacional De Cultura (SNC). Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura. Secretaria de Articulação Institucional. Ministério da Cultura, 2009.

Zimbrão, A. Conferências Nacionais de Cultura e Seus Desdobramentos em Políticas Públicas. In.: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, Outubro/2013 Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil, 2013. Anais... Rio de Janeiro, 2013.

A Cavalcada de Santo Amaro e a política do Ponto de Cultura

Gisele da Silva Gonçalves

Introdução

O presente estudo apresenta alguns dados referentes à pesquisa do mestrado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense intitulada: “A Cavalcada de Santo Amaro: Uma Cultura Viva na Baixada Campista” e traz uma discussão entre políticas públicas e cultura enfatizando as políticas culturais de fomento destinadas às manifestações populares. Pensar a cultura no bojo da questão política ainda é um desafio, já que até mesmo na academia, percebe-se que ao falar de um projeto referente à cultura, principalmente a popular, essa discussão, para muitos, parece estar distante de algo científico, ou muitas vezes interpretado como uma política apenas de “boas intenções”. Estudar a cultura popular numa perspectiva das políticas sociais requer uma discussão sobre a importância da participação dos grupos envolvidos na organização e promoção das manifestações da cultura popular, como também, sua inserção dentro das diversas conjunturas histórica, econômica, política e social, pelas quais a sociedade brasileira vem passando.

O conceito de política cultural é uma construção contemporânea, embora as relações entre cultura e Estado, tenham atravessado os tempos com variações na forma e na intensidade. A política cultural é considerada como um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam as linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura (Calabre 2005: 9). Desta forma, compreender a evolução da questão cultural no Brasil requer uma análise quanto à construção das políticas públicas de cultura no país. Este trabalho enfatiza o período referente aos dois governos da primeira década do século XXI, cujo plano procurou englobar a cultura de forma significativa em sua plataforma de governo, valorizando as políticas culturais. No entanto, mesmo com os avanços no conjunto das políticas governamentais o setor cultural ainda tende a ser visto como secundário, pois, quase sempre são os militantes da área cultural (criadores, produtores, gestores e outros) os únicos a defender a ideia de que a cultura perpassa obrigatoriamente em todos os aspectos da vida da sociedade. Calabre (2005:18) considera que mesmo com esses avanços, ainda são poucas as pesquisas realizadas no país nesse campo de estudo.

Atualmente os processos culturais vêm sendo considerados elementos fundamentais na configuração do campo da diversidade cultural e da identidade nacional e como fonte de geração de emprego e renda. Quanto à cultura popular no Brasil, as manifestações reconhecidas como patrimônio imaterial³¹ foram tardiamente alvo das políticas públicas de cultura.

O objetivo dessa pesquisa foi fazer uma análise quanto às políticas públicas de fomento voltadas à Gestão Cultural através de programas que contemplam à cultura popular e avaliar a experiência do grupo de Santo Amaro com a política do Ponto de Cultura. A

31 Segundo a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural em 2003” o Patrimônio Imaterial inclui as práticas, as representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconhecem. Esse patrimônio se transmite de geração e é constantemente recriado (UNESCO, 2003).

partir dessas considerações e devido às poucas pesquisas científicas locais que discutem as questões relacionadas à cultura popular articuladas com as políticas culturais, tornou-se relevante uma análise da manifestação popular denominada Cavallhada de Santo Amaro, que acontece na Localidade de Santo Amaro, no Município de Campos dos Goytacazes. Esta é a única do gênero a se apresentar no Estado do Rio de Janeiro e foi contemplada pela política pública dos Pontos de Cultura em ação conjunta com a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, em um processo de descentralização.

Dentre os procedimentos metodológicos, a coleta de dados primários utilizou a pesquisa de campo com observação direta e produção de notas de campo e registros escritos e fotográficos do grupo social em estudo. Como também a aplicação de entrevistas semi-estruturadas com informantes principais. Os dados secundários contemplaram uma revisão bibliográfica pertinente ao tema.

O Ministério da Cultura na primeira década do século XXI: construindo uma nova relação entre o Estado e a Sociedade Civil

O cenário das políticas públicas de cultura no Brasil nas gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira tentaram superar um histórico de carência, o autoritarismo e a instabilidade; marcas de um processo de construção política no país. A partir de 2003 com essa nova gestão do Ministério da Cultura (MinC) ocorreu uma alteração na sua organização administrativa, passando a estimular a criação de novos espaços de participação popular, e principalmente, desenvolveu uma série de programas e projetos dirigidos a um público que até então tinha pouca ou nenhuma relação com o Estado. Uma fala que gerou muita polêmica no meio artístico foi o anúncio do discurso de posse do então ministro Gilberto Gil quanto às pretensões de sua gestão em fazer política cultural para a sociedade brasileira, e não apenas para segmentos específicos, como certos grupos de produtores culturais ou da classe artística (Rubim 2010:19).

É importante destacar que até o ano de 2002, as políticas culturais brasileiras eram voltadas basicamente para a dupla: patrimônio e artes. Além disso, havia a concentração territorial, tendo como seus principais beneficiários o eixo Rio - São Paulo, precisamente suas capitais (e alguns bairros), além de Brasília (Rubim 2010:19). O modelo político de gestão cultural adotado pelo Governo Lula buscou ampliar e diversificar o público atendido e dar transparência ao processo de financiamento. A proposta foi atender grupos e pessoas historicamente excluídas das políticas culturais. A estratégia conseguiu regionalizar investimentos e multiplicar o número de beneficiados pela descentralização dos recursos. As ações políticas para a cultura tornaram-se mais acessíveis a produtores e grupos culturais.

Em sua gestão, o Ministro Gilberto Gil, procurou ampliar o conceito de cultura, permitindo que o Ministério da Cultura não estivesse apenas circunscrito à cultura culta, mas que também contemplasse outras modalidades culturais, como as culturas populares (Rubim 2008:64). Essa abertura conceitual e de atuação, significou não só a mudança de uma visão elitista, discriminadora e centralizadora de cultura, mas representou um contraponto ao autoritarismo, buscando ações mais democráticas para as políticas culturais, de forma descentralizada e participativa. A proposta do Ministério nas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira foi de uma interlocução com a sociedade, através de ações políticas mais significativas. Nesse sentido, proliferaram encontros; seminários; câmaras setoriais; consultas públicas; conferências, inclusive culminando com as Conferências Nacionais de Cultura de 2005 e 2010. Através destes dispositivos, a sociedade pôde participar da discussão e influir na deliberação acerca dos projetos e programas e, por conseguinte, construir, em conjunto com o Estado, políticas públicas de cultura.

Ocorreram muitos avanços nesta questão, no entanto, Soto *et al* (2010:35) destaca que o relatório da I Conferência Nacional de Cultura apontou algumas dificuldades, dentre estas, quanto à perspectiva da infraestrutura. Um fator significativo é a dimensão territorial do Brasil além de uma reduzida presença ministerial nas conferências locais.

Outro importante fator foi a pouca divulgação nas mídias locais e nacional, entre o MinC e os produtores culturais dos municípios.

Nos dois governos do presidente Lula (2003/2010), o Ministério da Cultura desenvolveu programas e projetos que promoveram políticas públicas através de ações descentralizadas de apoio a cultura nacional, dentre eles o programa Cultura Viva, em que alguns dos pressupostos teórico-práticos se pautaram em conceitos, como o de organização da cultura. Nas considerações de Gramsci (1982:9), o Estado é concebido como “educador”, acompanhando essa ideia, a teoria que embasa o programa Cultura Viva tem como elemento de análise a capacidade das pessoas se articularem na sociedade, onde os indivíduos se percebem pela cultura. Segundo o Ministério, esses ideais enfocam questões como, as relacionadas à sociedade civil organizada, evidenciada pela participação pública e representação popular, utilizando a gestão compartilhada e transformadora, e ainda envolvendo o empoderamento, a autonomia e o protagonismo social (Cultura Viva, 2004:16).

O programa Cultura Viva do MinC, foi concebido como uma rede orgânica de criação e Gestão Cultural, sua principal ação são os Pontos de Cultura. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico, que se articula com atores existentes. Em lugar de determinar ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, criando um ambiente propício ao resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância cultural produzida em cada localidade e região do país. O efeito desejado é o envolvimento intelectual e afetivo da comunidade. O papel do Ministério da Cultura é o de agregar recursos e novas capacidades, oferecendo equipamentos que aumentem as possibilidades do fazer artístico para uma ação contínua junto às comunidades. São objetivos do programa Cultura Viva: ampliar e garantir o acesso aos meios de produção e difusão cultural; identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais; ampliar a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural; promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direito, economia; entre outros (Turino 2009:43).

O Ponto de Cultura foi pensado como a ação prioritária do Programa

Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. A proposta é de que ele seja um mediador na relação entre o Estado e a sociedade, e dentro da rede, agregue agentes culturais que articulem e impulsionem um conjunto de ações em suas comunidades. A adesão à rede de Pontos é voluntária e dá-se a partir de chamamento público, por Edital de divulgação do Ministério da Cultura, através do envio de um projeto para a análise da Comissão Nacional de Avaliação, composta por autoridades governamentais e personalidades culturais.

O secretário de Programas e Políticas Públicas Culturais do MinC, Célio Turino, durante o governo Lula, foi um dos precursores para a implantação do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva). O programa iniciou-se no Ministério da Cultura, mas desde o princípio o intuito era consolidá-lo como política de Estado, desenvolvendo ações transversais entre Ministérios, Estados e Municípios. O intuito desta política é fazer com que o Estado reverencie a ação direta do povo, sem intermediação (Turino 2009:14). O Ponto de Cultura deve funcionar respeitando a dinâmica própria local, suas organizações são entendidas como sujeitos de suas práticas, que intervêm nas políticas de desenvolvimento social, nos hábitos da sociedade e na elaboração de políticas públicas. Concebido de modo orgânico e dinâmico, o intuito da proposta do Ponto de Cultura, era de que ele acontecesse em qualquer espaço, desde um pequeno espaço comunitário até um grande centro cultural.

É importante destacar que as políticas culturais no Governo Lula, através do Ministério da Cultura, foram responsáveis pela criação de uma política de editais e sua adoção foi estimulada para que os governos Estaduais e Municipais, empresas públicas e privadas também elaborassem seus próprios editais como forma de acesso aos seus orçamentos destinados à cultura. Esta pode ter sido a melhor forma encontrada pelo MinC para distribuir os recursos de forma democrática e transparente. Com a descentralização do programa estes editais foram lançados pelas secretarias de cultura dos estados ou de alguns municípios de maior porte.

Entretanto, o edital é um instrumento muito eficiente em determinadas situações, mas não é interessante que acabe se transformando em solução generalizada. Para Soto *et al* (2010:37) o edital torna-se um instrumento burocrático de acesso ao financiamento e pode apresentar um problema devido a sua linguagem técnica e exigências na seleção de projetos. O custo de quem participa dos editais também é alto e exige tempo e o mínimo de conhecimento técnico em elaboração de projetos. Outro problema envolve as prestações de contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), atrasos no repasse das verbas e paralisações das atividades dos Pontos.

Mesmo com vários entraves, os Pontos de Cultura integram uma rede que, em 2007, consumia 15,4% do orçamento do Ministério e contava com 800 projetos. A partir de 2008 com sua descentralização, o Programa passou a contar com mais de dois mil Pontos de Cultura (Lacerda *et al*, 2010:118). Todavia, esse aumento apesar de ratificar a importância do Programa, não encobre as dificuldades de trajetória no âmbito do Estado. É importante destacar que este fato relaciona-se devido ao Estado não ter um histórico de estabelecer parcerias formais com parte de grupos sociais, que em sua grande maioria, não possuem um corpo funcional fixo, depende de outras pessoas para a execução de suas atividades.

A Experiência do Ponto de Cultura da Cavalhada de Santo Amaro

No Município de Campos dos Goytacazes-RJ foi aprovado o projeto “Cavalgando Saberes, Dedilhando fazeres: Ação de Salvaguarda da Cultura Popular da Baixada Campista”. Essa foi uma das participações da Região Norte Fluminense na política do Ponto de Cultura.. Esse projeto envolveu participantes do grupo da Cavalhada de Santo Amaro, que é um folguedo popular

³²que persiste a 253 anos sendo um dos principais eventos da Festa de Santo Amaro, uma das mais tradicionais do Município que ocorre anualmente no dia 15 de janeiro, em homenagem ao padroeiro do Distrito de Santo Amaro de Campos.

A Cavallhada é uma reminiscência dos torneios populares da Idade Média, faz uma simulação da guerra entre os Mouros e os Cristãos, no período das Cruzadas. Esse folguedo tem origem Ibérica e chegou ao Brasil no século XVI. Frade (1988:7) destaca que existem duas formas de se representar as cavallhadas no Brasil: uma que se limita aos jogos de destreza, sem dramatização, encontrada principalmente no Nordeste; e a outra que apresenta uma estrutura dramática delineada, encontrada em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

O grupo de Santo Amaro (figura 1 e 2) é integrado por vinte e quatro cavaleiros, organizados em dois partidos, cada um composto por doze figurantes. Esses partidos são determinados pelas cores azul e vermelha, exibidas nas indumentárias dos cavaleiros e nos adereços dos cavalos. Os cavaleiros usam calças brancas, botas pretas e túnicas de cetim azul ou vermelho. Os cavalos são enfeitados por flores, fitas e mantas. Cada cavaleiro traz ainda uma lança com cerca de dois metros de comprimento, tendo uma extremidade pontiaguda e outra arredondada com o ajuste de um círculo de madeira. O uso dessas diferentes formas dependerá do tipo de movimento que os cavaleiros deverão executar (Frade, 1988:9). A presença da Cavallhada de Santo Amaro é para toda a comunidade campista muito significativa, pois

32 "O Folguedo é uma atividade ritual que se expressa como manifestação coletiva composta de elementos dramáticos, musicais e coreográficos. Em geral, organiza-se ao longo de reuniões Periódicas para os ensaios dos integrantes, que são mais ou menos constantes. A divisão de trabalho e a hierarquia interna dos grupos exigem certa permanência, contribuindo para a manutenção de um padrão básico. O folguedo integra dimensões festivas, musicais, estéticas e dramáticas. O componente dramático, nem sempre explicitamente encenado, é sempre identificável nos trajes especiais, na organização de danças, cantorias, embaixadas, cortejos e na existência de personagens. As apresentações ocorrem em ruas e praças públicas, ou em terreiros e estádios, especialmente nos dias de festas do calendário litúrgico ou profano" (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/CNFCP/FUNARTE, *apud* TEIXEIRA, 2008).

esta é uma manifestação folclórica secular mantida pela comunidade local e faz parte do patrimônio imaterial regional. Na cavalhada está presente um conjunto de conhecimentos: adestramento dos animais, habilidade do cavaleiro, confecção dos trajes, e adereços dos cavaleiros (Teixeira, 2008:35).



Foto 1: A primeira parte da encenação da Cavalcade de Santo Amaro. Fonte: GONÇALVES, 2013.



Foto 2: Mouros em Vermelho e Cristãos em Azul. Fonte: GONÇALVES, 2013.

Esse estudo buscou avaliar como o grupo de Santo Amaro interagiu com a política do programa Cultura Viva através da ação do Ponto de Cultura. Os resultados da pesquisa de campo contemplaram as análises das entrevistas realizadas com alguns atores sociais, o que possibilitou perceber a mobilização do grupo na manutenção dessa tradição e as dificuldades das pessoas envolvidas em organizar e realizar a cavallhada, como também, a relação do grupo com a política do Ponto de Cultura. É importante destacar que o grupo de Santo Amaro teve conhecimento dessa política pública de cultura através de pesquisadores da Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro (UENF), os quais informaram a comunidade quanto ao edital, como também auxiliaram na construção do projeto, junto com a comunidade, que foi aprovado pelo MinC em parceria com o a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Um dos organizadores da cavallhada de Santo Amaro relatou:

Nós descobrimos a questão do Ponto através da UENF, trouxeram essa novidade para nós [...] Nós estávamos reunidos para fazer a Festa de Santo Amaro do dia 15 de janeiro e levaram essa notícia para nós, foi onde que surgiu isso daí e começamos em comum acordo se empenhando bastante.

(fevereiro, 2011)

Com a inclusão por seleção, foi realizado um convênio entre o MinC e a Associação de Moradores e Amigos de Santo Amaro (AMASA), entidade sem fins lucrativos responsável pelo Ponto de Cultura “Cavalgando Saberes, Dedilhando fazeres: Ação de Salvaguarda da Cultura Popular da Baixada Campista”. Devido o Ponto de Cultura incluir os participantes do grupo da Cavallhada de Santo Amaro e da Lira Musical de Santo Amaro, foi necessário utilizar a AMASA, para concorrer ao edital. Apesar das dificuldades enfrentadas devido à burocracia da política de editais, como apontado anteriormente, o projeto foi aprovado. No entanto, o grupo não recebeu a verba, já que ocorreram divergências entre os participantes para a implementação do Ponto. Quanto a isso o Capitão dos Mouros, que também é organizador da cavallhada, destacou:

A gente deu a entrada, pra vê se sai, não saiu ainda...entendeu? E com isso a gente tá aguardando, pra vê, pode amanhã dar certo, né? Se sair vai ser bom, porque vai ter uma verba para bancar a cavallhada [...] a dificuldade aqui é grande, né? Aqui é uma comunidade pobre, entendeu? A Cavallhada é da comunidade, então aqui tudo tem dificuldade para sair, entendeu? Porque se a cavallhada fosse de uma pessoa seria mais fácil. Fulano vai tá preparando aquilo, puxando a cavallhada. Só que a cavallhada não é daquela pessoa a cavallhada é da comunidade.

(fevereiro de 2011)

O capitão enfatizou em sua fala a dificuldade de organizar a comunidade para a participação das ações do Ponto de Cultura. Para ele, conseguir a verba seria muito importante para a continuidade da cavallhada. Muitos grupos que produzem cultura popular vivenciam problemas para que a manifestação aconteça, assim, fica evidente a importância da elaboração de projetos no âmbito das políticas culturais. O Ponto de Cultura, foi uma opção interessante para auxiliar

muitas manifestações. Porém, no caso de Santo Amaro, foi possível observar um conflito entre os membros responsáveis pelo projeto de seleção do Ponto de Cultura através do MinC. Essa dificuldade fica explícita através do relato de um dos organizadores do Ponto:

A dificuldade em tocar o projeto do ponto de cultura nasce primeiro dentro da população da localidade [...] Não tem muito o que fugir disso aí não. A falta do apoio do meio de comunicação, da prefeitura de se aproximarem da localidade também faz a dificuldade nascer e cada vez ficar estreito. Porque as pessoas não têm tanta cultura, então eles não entendem [...] eu como voluntário ajudando, muitas pessoas lá acham que eu queria ajudar por interesse próprio. Ocorreu um desentendimento dentro a localidade e por isso que o projeto não prosseguiu.

(fevereiro de 2011).

Quando o entrevistado relata que “as pessoas não têm tanta cultura”, seu intuito foi dizer que as pessoas têm dificuldades para entender o projeto do Ponto de Cultura. E como nesse caso ocorreu uma mobilização política da própria sociedade para concorrer ao Edital do Ponto, a comunidade não conseguiu entender uma ação de parceria da sociedade civil com o Governo Federal e Estadual. Eles confundem esta ação como um benefício assistencialista possivelmente associado à prefeitura local.

Eu acho que a prefeitura de Campos precisaria de pessoas voltadas para resgatar principalmente a cultura da Baixada Campista. Porque ela é muito fundamental e principalmente em Santo Amaro [...] Só que esse efeito POLÍTICA ele transforma fazendo politicagem! Não fazendo política verdadeira que venha ser entregue para o povo e para desenvolver a nossa cidade de Campos e a baixada nossa e principalmente Santo Amaro! Entendeu? Eu não só acho que a prefeitura teria que ajudar, porque eu acho que o certo é ajudar, porque pelas dificuldades que a gente está tendo a gente tá indo para o princípio que vai chegar a um ponto de acabar essa cultura. Entendeu? Uma cultura tão rica e tão viva. A prefeitura poderia ajudar na sede do projeto para esse projeto ir pra frente!

(fevereiro de 2011)

O entrevistado apontou a necessidade da Prefeitura de Campos criar um projeto voltado para as manifestações populares. Ele também destacou que a Secretaria de Cultura de Campos poderia fazer uma parceria com as ações do Ponto de Cultura, principalmente, contribuindo para a implementação da sede do Ponto. O que corrobora com os ideais do próprio programa que inclui a questão da descentralização das políticas de cultura. Mas um dos principais fatores que acarretou a não implementação do Ponto em Santo Amaro foi o fato do representante da cavallhada se desentender com o presidente da banda e este se negou a assinar as atas, as quais eram fundamentais para a implantação do Ponto.

Assim, devido o projeto ter sido encaminhado em nome da AMASA e a mesma ter uma gestão de apenas dois anos, ocorreu o fato de que os membros dirigentes da associação que haviam encaminhado o projeto e foram contemplados com a seleção; quando na celebração do contrato com o MinC, já estavam em fins de exercício no mandato da mesma. Assim, quando os tramites para implantação do Ponto de Cultura estavam praticamente resolvidos; uma nova gestão, com outros membros tomou posse na AMASA, o que acarretou um conflito de interesses, relacionados às divergências de correntes políticas dos novos membros em relação aos anteriores. Nesse sentido, a nova gestão não arcou com os compromissos assumidos pela gestão anterior, que se esforçou para a criação do Ponto de Cultura.

Mesmo que o Ponto não tenha se concretizado devido a problemas internos, o entrevistado ainda ressalta impedimentos para efetivar o Ponto, devido às exigências legais do próprio MinC. Isso é uma questão fundamental, já que os grupos produtores de cultura popular muitas vezes apresentam dificuldades tanto para a confecção do projeto quanto para a efetivação do Ponto, que requer conhecimentos legais, administrativos, de informática etc. No caso do Ponto de Santo Amaro a confecção do projeto só foi possível devido a participação da UENF. Mesmo que o ponto fosse concretizado, ele necessitaria de

uma manutenção, o que requer pessoas capacitadas. Quanto a esse aspecto a fala do Organizador da Cavallhada ressalta que:

eles mandam especificamente as coisas que tem que ser e não tem verba além para que possa dar continuidade mantendo vivo. Como o aluguel de uma sede, nós não temos nem sede! Porque a Prefeitura não investe nisso. A comunidade é carente, então eles montam o ponto de cultura e não vêm na localidade para saber como que possa funcionar! É...eu acho que esses projetos são pecadores nisso. Porque fica...são pessoas atrás de mesas com mentalidade de profissionais...tudo bem informatizado bem criativo, mas para quem tá atrás de uma mesa de um ar refrigerado e entenda bem de uma informática. Quem vive a prática do dia a dia é muito difícil [...] Então talvez você ganha, monta o projeto tem direito para três anos como o Projeto Ponto de Cultura, 60 mil cada ano e talvez depois desses três anos a coisa pare! Então eu acho esse projeto tinha que ser é...eficaz pra desembaraçar a coisa pra que a coisa andasse [...] e fizesse acompanhamento...um acompanhamento trimestral ou bimestral que não seja mensal. Para saber se as coisas estão funcionando ou se não estão funcionando.

Organizador da Cavallhada (fevereiro 2011)

Outro impasse apontado pelos participantes da cavallhada foi a respeito da não conexão entre as três esferas do governo. Eles destacam a falta de participação da prefeitura de Campos nas ações voltadas para as políticas de cultura, pois esta não contribui com políticas de fomento para a realização do evento, como também, não buscou participar e interagir com a comunidade para a implementação do Ponto. Para o grupo, se ocorresse uma participação da prefeitura de Campos dos Goytacazes, principalmente na disponibilização de uma sede para o Ponto, o projeto poderia ser efetivado. Isso faz pensar que uma boa política pública de cultura, deve ter continuidade e ser viva, dinâmica como as manifestações da cultura popular. Mesmo assim, os participantes da Cavallhada de Santo Amaro reconheceram essa política como uma importante mudança. Por isso, uma política cultural, voltada para o patrimônio cultural imaterial, deve se moldar as diferentes realidades locais, como por exemplo a de Santo Amaro,

no qual o grupo vem se mobilizando e persistindo através dos seus organizadores locais durante mais de dois séculos.

Considerações Finais

Ao analisar o processo histórico de políticas culturais no Brasil, fica evidente que as duas gestões do Ministério da Cultura no Governo Lula, apresentaram um plano inovador para a questão cultural no país. Assim, apesar do programa Cultura Viva ter incluído as manifestações da cultura popular através das ações do Ponto de Cultura com propostas de participação da sociedade civil, como uma forma de proporcionar autonomia e um protagonismo dos atores sociais que participam e organizam as manifestações populares, isso acabou acarretando dificuldades quando a política inclui grupos da cultura popular, principalmente em localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos, onde muitas vezes se vivencia uma cultura política pautada em ações assistencialistas.

O caso do Ponto de Cultura em Santo Amaro, localizado em um Distrito rural demonstrou a fragilidade da organização de um grupo para implementar uma política cultural de fomento que exige uma sociedade com um grau satisfatório de participação para que o mesmo seja efetivado. Além disso, a cultura política local também é um fator que representa um obstáculo no encaminhamento das ações tanto na esfera Federal como na Estadual. Desta forma, mesmo que a Política do Ponto de Cultura tenha representado um fortalecimento para a questão cultural no país, ela precisa avançar para contemplar as diferenças locais. A não efetivação do Ponto de Cultura em Santo Amaro é um dos exemplos que sugere questionamentos quanto à utilização de editais para a implementação das políticas culturais no Brasil.

Referências Bibliográficas

Calabre, L. Políticas Culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. (Meio eletrônico). Ministério das Relações Exteriores, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.gov/images>.

CULTURA VIVA, Brasília: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária, 3ª ed., 2004, p.1-87.

Frade, C. Cadernos do Folclore Fluminense. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, 1988.

Gonçalves, G. da S. A Cavallhada de Santo Amaro: Uma Tradição da Baixada Campista. Campos dos Goytacazes: Editora Essentia, 2013.

Gramsci A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: 4 ed., Civilização Brasileira, 1982.

Lacerda, A.P. *et al.* Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura. In: RUBIM, A.(org.) Políticas Culturais no Governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010.

Rubim, A. A. Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e Enfrentamentos. In: Rubim, A.A. ; Bayardo, R. (orgs.) Políticas Culturais na Ibero-América. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____ Políticas Culturais no Governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010

Santos, R. Reflexões Sobre alguns pontos para uma cultura viva. Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro, vol 1, 2005.

Soto, C. *et al.* Políticas Públicas de Cultura: os mecanismos de participação social. In: Rubim, A.(org.) Políticas Culturais no Governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010.

Teixeira, S. Tempo de Cavallhada. In: Contribuição à prática pedagógica para a Educação Patrimonial. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2008.

Turino, C. Ponto de Cultura: O Brasil de Baixo para Cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

Juventude, cultura e políticas culturais: as experiências juvenis no uso do tempo livre

Sandra Rangel de Souza Miscalì

Introdução

O tema juventude tem sido de expressiva relevância no Brasil nos últimos anos, expandindo e diferenciando-se os focos existentes e colocando novas questões e desafios para a construção de diagnósticos e instrumentos de trabalho para quem atua em ações dirigidas aos jovens.

Assim, segundo Oscar Dávila (2005: 12): “Por trás de toda política se encontra uma noção determinada dos sujeitos a quem se destina e suas problemáticas concretas, e dependerá dessa noção o tipo de políticas e programas que se geram como resposta.” Para tanto, faz-se necessário entender os diferentes modos de compreender e conceituar a juventude, para que possamos descortinar o campo das políticas para este segmento.

Não existe apenas uma juventude, mas juventudes, pois encontramos muitas especificidades em sua composição, como a divisão de classe, etnia, gênero, juventude rural ou urbana, dentre

outras. As juventudes têm suas especificidades e singularidades, e precisamos reconhecer a complexidade das mesmas e a existência dos diversos fatores que definem a identidade juvenil.

Desta forma, as políticas culturais consistem em elementos imprescindíveis para a promoção do direito a cultura. Por isso, tratamos a concepção de cultura numa dimensão pluralistas, voltada para o paradigma da democracia cultural, como forma de promover cidadania cultural. E poderemos verificar ao longo das nossas análises e das falas dos jovens como o desenvolvimento ou não destas (políticas culturais) afetam suas práticas culturais no uso do tempo livre.

Partimos da relevância do lazer, de suas práticas lúdicas, da dimensão que envolve comportamentos ativos e do seu papel na construção simbólica do imaginário; também valorizamos a conquista social que ele representa e sua participação na formulação de políticas culturais. Assim, buscaremos compreender a intrínseca relação entre essas esferas da cultura: o lazer e a prática de atividades culturais, o que apenas representa um enfoque da abordagem.

Dessa forma, a pesquisa sobre as atividades culturais dos jovens no uso do tempo livre partiu da compreensão da cultura, para além da noção de produção voltada para o mercado, qualificando a discussão do tempo livre no sentido de atentar para a escolha do jovem em ocupar o seu tempo, criando alternativas à indústria do lazer e da cultura.

Embora a pesquisa não tenha sido realizada a partir de uma instituição no campo das políticas públicas (partimos das vivências dos jovens³³), nem trate do processo de implementação ou avaliação, foi necessário estudar a sua oferta, no que diz respeito às políticas culturais para a juventude no município em que os jovens estão inseridos. Foi possível reunir 60 jovens homens e mulheres que participaram da pesquisa para dialogar sobre a sua experiência em

33 Participaram da nossa pesquisa realizada no mestrado em Políticas Sociais, 60 jovens, sendo 30 de uma escola pública situada na periferia e 30 de uma escola particular localizada na região central da cidade de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro.

relação à cultura e o uso do tempo livre vivenciado por eles, sua conexão com a constituição das suas identidades e sociabilidades.

Juventude, juventudes...

A juventude, como conhecemos hoje, consiste numa construção histórica, social e cultural. Ao recorrermos, brevemente, aos antecedentes históricos – da constituição da juventude a partir do século XIX e sua consolidação no século XX, influenciando a revolução cultural e sendo influenciados por ela – podemos compreender por meio de tal processo suas consequências atuais como a constituição de políticas públicas para este segmento, bem como as possibilidades e limites de vivência das juventudes.

Dentro do processo histórico, podemos observar que a intervenção social sobre os sujeitos que passam a ser considerados jovens se dá pela criação das escolas. Primeiramente, as crianças e, posteriormente, os jovens são afastados do convívio com os adultos e submetidos a uma relação hierárquica e posto em condição de inferioridade.

Não foi apenas a escola a responsável pela mudança na forma como os jovens deveriam ser tratados, mas as ciências modernas também contribuíram para esta categoria social fosse vista como frágil, como etapa perigosa. Como podemos observar:

Através da modernidade, a infância e a juventude foram consideradas estágios perigosos e frágeis da vida dos indivíduos. Crianças e, por extensão, jovens foram vistos como propícios a contraírem todas as espécies de males: doenças do corpo e da mente, perversão sexual, preguiça, delinquência, uso de tóxicos etc. Esta concepção só veio colaborar no incremento do isolamento vigilância e esquadramento dos indivíduos durante sua infância e juventude.

A modernidade traz consigo um processo de cerceamento político, policial, moral, empírico, e científico do indivíduo (GROPPO 2000: 58).

De acordo com Groppo (2000: 59), esse processo de “naturalização” da infância e da juventude está inserido na busca das ciências por uma definição objetiva das fases de maturação do indivíduo e o que seria apropriado a cada uma dessas fases. Assim,

as juventudes possuem uma função social de “maturação” dos indivíduos, tarefa de socialização do infante ou do jovem, integrando-os à sociedade moderna. Um exemplo disto é a criação do conceito de “adolescência” pela Psicologia, definindo a juventude como “função de maturação do indivíduo”, na sociedade.

Segundo Certeau (2005: 169-170), houve um deslocamento modificando o equilíbrio das famílias que “desorganiza” e reorganiza a autonomia das “crianças”, tornando a possibilidade de transmissão problemática. As relações das gerações se modificaram no mesmo ritmo que a existente entre culturas e nações contemporâneas. A partir da independência política de culturas, até então submetidas a uma grade intelectual ocidental, com a autonomia dos jovens, verificamos que:

Como a criança, segundo Philippe Ariès, nasceu nos séculos XVI e XVII como categoria social e cultural, o jovem poderia certamente ter surgido no século XIX, com a extensão do secundário, as exigências crescente da formação técnica, a universalização do serviço militar e a constituição do tipo literário do “adolescente” poeta. É no século XIX que, pouco a pouco, o jovem deixa de participar diretamente das estruturas profissionais. A aprendizagem separa-se das profissões. Agora lhe são dedicados um tempo e meio à parte. Mas se trata de um espaço de privilegiados (Certeau 2005: 170).

Ao constituir suas análises sobre o século XX e a revolução cultural, Hobsbawm (1995) identifica como a juventude se apresenta neste período:

“[...] o aumento de uma cultura juvenil específica, e extraordinariamente forte, indicava uma profunda mudança na relação entre as gerações. A juventude, um grupo com consciência própria que se estende da puberdade – que nos países desenvolvidos ocorria cada vez mais cedo que as gerações anteriores – até a metade da casa dos vinte, agora se tornava um agente social independente” (hobsbawm 1995: 317)

Os jovens deste período já participavam da indústria fonográfica, ganhando dinheiro com ela, por meio do rock, que tinham os discos consumidos também por jovens que rejeitavam o rótulo de criança ou adolescente, assim como preceitos de pessoas com mais de trinta anos.

No período da década de 50 do século XX, a autonomia da juventude chega a patamares jamais vistos antes, mas podemos destacar um certo retorno à fase romântica do início do século XIX, instigada pela figura de James Dean no cinema e do que se tornou a expressão característica da juventude – do rock e do “o herói cuja vida e juventude acabavam juntas” Hobsbawm (1995: 318).

Nos séculos XX e XXI, os significados para juventude são distintos e variados, como por exemplo, ciclo de vida, faixa etária, contingente populacional, categoria social, um período de vida, geração, adolescência, fase, transição, entre outros.

E o que pensam os jovens sobre suas juventudes

Dando voz aos jovens, indagamos sobre o que é ser jovem³⁴. Tanto os jovens da escola pública quanto da privada transitam de diferentes formas sobre categorias como: transformação, autonomia, responsabilidade, curtir e aproveitar a vida, ter amigos, como se pode observar nos trechos abaixo:

“Viver sem... sem ter preocupação com nada, sem ter responsabilidade, viver com seus amigos, aproveitar amigos da escola e tudo, porque quando a gente chegar à fase adulta a gente não vai ter nada disso” (Maria, Colégio Salesiano³⁵).

“Eu acho que ser jovem é tipo, você tem que curtir, mas você tem que... É um momento de amadurecimento de acho que metamorfose, sabe de transformação, mas que você tem se preocupar com o futuro, tem que equilibrar isso mais o futuro, porque o jovem é o futuro da nação” (Talía, Colégio Salesiano).

“Bom, acho que, ser jovem é aproveitar os momentos é que a vida oferece. É, é estar com saúde, é estar entre amigos, é aproveitar os momentos que ainda

34 Respostas dos jovens entrevistados no trabalho de campo da pesquisa realizada por nós no mestrado em Políticas Sociais. Os nomes dos jovens foram substituídos para que suas identidades permanecessem em sigilo.

35 O Colégio Salesiano consiste numa escola particular e maioria dos jovens estudantes de classe média, média alta e alta.

não existe um maior nível de responsabilidade” (Eduardo, Colégio Salesiano).
“Ser jovem é tipo, é curtir a vida, tipo sem ter responsabilidade assim né, que depois quando a gente fica numa certa idade tem que ter uma certa responsabilidade” (Bia, Colégio Salesiano).

Podemos identificar nas narrativas dos jovens a noção de juventude como preparação, transição. Segundo Dayrell e Gomes, as imagens atribuídas a essa fase da vida, “Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, onde o jovem é um ‘vir a ser’, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente” (Dayrell, Gomes 2003: 40). Como se a juventude fosse uma preparação para um “devir”.

As narrativas dos jovens da escola particular associavam a juventude, ora à ausência de responsabilidades, já que ainda não são adultos, ora com o equilíbrio entre “aproveitar e ter responsabilidades”, pois compreendem que ser jovem já exige um certo grau de responsabilidades, como por exemplo a aprovação no vestibular. Eles veem como responsabilidade maior a inserção no mercado no futuro e vivem com a ausência de exigência de trabalhar para garantir a sua sobrevivência enquanto estão estudando, preparando-se para a entrada no mercado de trabalho.

Os jovens pertencentes à escola pública associavam a juventude a um certo grau de liberdade que os adultos não têm, por medo se expor ao ridículo, uma fase onde é permitido um certo tipo de comportamento sem que seja taxado como alguém fora do padrão, já que se é jovem.

“Bem ser jovem, cara acho que ser jovem é tipo, você poder fazer, fazer o que vier na sua mente, mas não tudo aquilo que vem a sua mente. É você poder ter, ser aquilo que você é sem medo de as pessoas te acusarem, sem medo de as pessoas dizerem: - ah esse cara é doido, esse cara é isso, é aquilo” (Augusto, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda³⁶).

Assim como os jovens da escola particular os jovens da escola

36 O Colégio Estadual Dr. Félix Miranda situa-se na periferia da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ e a maioria dos seus alunos são de uma classe economicamente desfavorecida.

pública também sentem a juventude como período de aproveitar a vida e curtir enquanto ainda não se tem grandes responsabilidades, como podemos verificar nas respostas abaixo:

“Ah, jovem... É não ter muita responsabilidade, você tá começando a viver, né. A sair, sair da escola, conhecer o mundo. É cheio de expectativa, cheio de sonhos” (Amanda, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“Ser jovem pra mim é viver, aproveitar a vida, sair, curtir” (Guto, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

Outros jovens consideravam a juventude como etapa de transição para fase adulta, momento de crescer e amadurecer, de autoconhecimento e assumir responsabilidades. Mas não deixam de levar em consideração a autonomia conquistada.

“Ser jovem... É você... Começar a se conhecer mesmo. Cê já tem algumas responsabilidades. É (pausa), cê começar a se conhecendo mesmo, é culturalmente, com, profissionalmente, já, ser livre também, brincar com amigos e tudo mais assim” (Carlos, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“Ser jovem pra mim é ter uma fase específica pra aproveitar a vida, pra se aprender, pra ter decisões importantes que a gente vai levar para o resto da vida. E é uma fase onde a gente constrói o nosso caráter, constrói a nossa pessoa, é na fase da juventude.” (Celita, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda)

A escola como espaço para os jovens, as amizades e a alegria também fazem parte das categorias utilizadas para definir o que é ser jovem. Além da expectativa em torno do futuro, envolvendo obstáculos, desafios e conquistas. A ideia de futuro se atrela a própria concepção de juventude, pois 7o futuro começa na juventude, como tempo de preparação para as escolhas a serem realizadas.

“Ser jovem pra mim é viver com alegria. Ter aquele prazer de estudar, é tipo assim acordar de manhã olhar assim: - Cara, hoje eu vou estudar. Uma nova, tipo assim, uma nova jornada que começa a cada dia pra mim, que eu tenho que enfrentar os desafios, pra viver feliz e poder realizar tudo, quase tudo” (Marcos, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“Eu acho que ser jovem é ser... É ser consciente. Tem gente que fala que ser jovem é a mesma coisa de ser criança, mas eu não acho porque muitos

jovens dão a possibilidade uns aos outros de ser mais inteligente do que os adultos. Eu acho que ser jovem é ser extrovertido, inteligente, acho que ser jovem é ter cabeça feita” (Alessandra, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda). “Pra mim ser jovem é pensar no futuro, pensar no que eu vou ser. Pra mim ser jovem é isso. É criar meu amanhã” (Margarida, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“Ser jovem pra mim é... Ter liberdade, tipo é muito bom, por exemplo, escola, alguns acham escola chatíssimo de estudar, né, mas acho que escola é uma forma de você ter amigos a sua volta tipo, fazer as coisas que você quer, ser jovem é isso” (Ester, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

Segundo Camarano, Mello e Kanso (2009) a juventude caracteriza-se, também, por ser o momento de entrada na vida adulta. Geralmente, esta entrada ocorre após a saída escola, seguida da inserção profissional e da constituição de um novo núcleo familiar, com ou sem filhos. Apesar das mudanças ao longo do tempo e da alternância de algumas destas etapas, estas dimensões permanecem centrais no processo de autonomia e independência dos jovens. Podemos observar que este conceito não se aplica à realidade vivenciada por todos os jovens da escola pública participantes da pesquisa³⁷, tendo em vista que quase 20% encontravam-se exercendo uma atividade laboral e 3% residiam com companheiro.

Em nossa convivência com os jovens percebemos um diferencial em como os jovens da escola particular e pública planejam e idealizam o seu futuro. Os jovens da escola particular têm os seus projetos incentivados e planejados pela família e pela escola, que os estimulam à aprovação no vestibular, de preferência em uma universidade pública e em um curso de prestígio. Quando desligávamos o gravador o assunto eram as expectativas para o vestibular, havia jovens que faziam cursos preparatórios desde o primeiro ano do Ensino Médio. Relatavam, ainda, que a área apreciada, nem sempre era a escolhida para o vestibular, em função do baixo salário e, por conselhos dos

37 Foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas e entrevistas semiestruturadas.

pais, acabavam optando por uma área cujo rendimento profissional seria maior. Lembro-me de uma jovem interessada em cursar Moda, mas os pais a aconselharam a fazer Direito ou Odontologia, outra jovem gostaria de cursar História, mas os pais aconselharam a tentar o vestibular para Engenharia, assim como outro jovem interessado por pesquisas nas áreas de humanas, mas os pais o aconselharam a cursar também Engenharia.

Na escola pública os alunos ansiavam pelo futuro, se preocupavam com ele, mas ainda não sabiam a escolha profissional a fazer. Muitos não sabem como são realizados os processos seletivos para a entrada nas universidades, outros nem pensam nela. Os jovens da escola pública (10%) também depositavam expectativas nos cursos técnicos. Um deles, já cursava uma escola técnica particular e os outros dois aspiravam fazer um curso técnico ao término do Ensino Médio.

Os jovens da escola particular atrelavam a sua escolha profissional à carreira escolhida a partir do vestibular e isso é planejado pelos seus familiares desde sua entrada na escola (escolhendo aquela que consideravam de qualidade e que aumentaria as possibilidades de aprovação em uma universidade pública). Os jovens da escola pública participantes da pesquisa trabalhavam pela necessidade de contribuírem no orçamento doméstico, quase 20% dos entrevistados já estavam inseridos no mercado de trabalho. A escolha profissional não depende do vestibular, talvez a entrada na universidade dependa de estarem trabalhando para bancá-la, já que poucos falavam em vestibular ou fizeram o ENEM, apesar de cursarem o segundo e o terceiro ano.

Política Cultural e o Direito a Cultura

Na definição de cultura elaborada pelo antropólogo Clifford Geertz (1978), a cultura compõe um sistema entrelaçado de símbolos compartilhados pelos atores sociais, por meio dos quais eles se comunicam, desenvolvem seu conhecimento e encontram sentido nos acontecimentos e nas atividades em relação à vida. Seguindo

a sua interpretação, a cultura compõe a dinâmica entre o ethos de um povo e sua visão de mundo, representando uma relação circular entre os elementos valorativos de uma cultura – como seus aspectos morais e estéticos – e os aspectos cognitivos e existenciais. Segundo a definição trabalhada por Geertz:

O ethos de um povo é compreendido como sendo (...) o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete (...). Por visão de mundo, concebe o quadro que o povo elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem (1978: 143-144)

A cultura é, portanto, o contexto no qual ocorrem os acontecimentos sociais. É por meio dela que se transmitem comportamentos, constroem-se conhecimentos e se configuram instituições. É dentro desse contexto que as pessoas interagem, convivem e compartilham significados. Os significados são compartilhados assim como a cultura, dentro da qual os acontecimentos podem ser descritos de forma compreensível.

Ainda na intenção de ampliar nosso olhar acerca da compreensão da cultura, acreditamos na importância das duas dimensões – antropológica e sociológica – do ponto de vista de uma política pública, observando como exigem estratégias diferentes de intervenção.

Dadas suas características estruturais, devem ser objeto de uma responsabilidade compartilhada dentro do aparato governamental em seu conjunto. A distinção entre as duas dimensões é fundamental, pois tem determinado o tipo de investimento governamental em diversos países, alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura e outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação (Botelho 2001:74).

O abarcamento dos termos dessas definições estabelece os parâmetros que delimitam as estratégias de suas respectivas políticas culturais, pois para cada abordagem haverá um tipo de política específica e diferente para atender aos objetivos do seu alcance.

A dimensão sociológica, diz respeito não ao plano cotidiano dos sujeitos,

mas à esfera especializada. “[...] É uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” (Botelho 2001:13).

Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gera um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso. Trata-se de um circuito organizacional que estimula por diversos meios (projetos, programas, agências de financiamento), a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, o que o senso comum entende por cultura.

Este constitui o campo privilegiado das políticas culturais, onde há um aparato que visa propiciar o acesso às diversas linguagens, mesmo como prática descompromissada, mas que colabora para a formação de um público consumidor de bens culturais.

A dimensão antropológica traz a perspectiva de que a cultura se produz na interação entre os indivíduos. Assim eles organizam seus modos de pensar e agir, constroem seus valores, suas identidades e diferenças. Nessa interação se dá a sociabilidade, permeada por fatores como: região, sexo, etnia, profissão, idade, práticas esportivas ou culturais, entre outros.

Devido a esse caráter, a cultura joga papel chave na transformação social e política, assim como na transmissão de valores, saberes e práticas de uma geração para outra. Ao analisar o conceito de direitos culturais, Yúdice (2006) os localiza em um amplo conceito de cultura:

Os direitos culturais incluem a liberdade de se engajar na atividade cultural, falar a língua da sua escolha, (...) identificar-se com as comunidades culturais de sua escolha (...) ter educação, não deixar representar-se sem consentimento (...) e ganhar respaldo público para salvaguardar estes direitos (Yúdice 2006:41).

O direito cultural é um direito fundamental, mas identificamos a inexistência de sua regulamentação como direito, ainda que previstos na Constituição Federal de 1988. No artigo 215 que trata da cultura, lê-se, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às

fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Na prática, identificamos poucas políticas capazes de garantirem o acesso às atividades e equipamentos culturais³⁸.

Não faz sentido falar apenas em instrumentalização da cultura, ou não é algo capaz de explicar os fenômenos recentes. A recíproca “permeação entre cultura e economia”, por exemplo, deve ser vista para além da mera mercadoria, mas “um modo de cognição, de organização social e até mesmo de tentativas de emancipação social” (Yúdice 2006:49).

No que diz respeito à cultura, na opinião dos jovens da escola pública, 83% acreditavam que música seria cultura, 63% arte e demais itens como; 50% cinema, 53% livro, 50% festividades. Já a televisão foi apontada por 33% dos jovens como cultura.

Os jovens da escola particular consideravam como cultura: 100% música, 86% livro, 86% arte, 83% cinema, 53% festividades e 43% televisão. Os dados apontam que o conceito de cultura que permeia a concepção dos jovens estava mais ligado ao erudito, a dimensão sociológica da cultura (Botelho 2001), ao que o senso comum chama de arte, ou seja, da expressão artística.

Nos dois grupos pode-se identificar a desconsideração da televisão enquanto cultura, já que dos itens foi o que recebeu menor atenção dos jovens que responderam ao questionário. Hoje, não há dúvidas de que a televisão é uma das mais poderosas instituições culturais. Em uma sociedade que mais pessoas assistem a programas de televisão do que leem livros, na qual crianças passam mais tempo defronte o aparelho do que em qualquer outra atividade, poucos podem negar o poder simbólico da televisão. Mesmo entendendo o poder de televisão e o seu raio de ação,

38 Visitamos a Secretaria Municipal de Cultura e a Fundação Municipal da Infância e da Juventude, a fim de realizarmos um levantamento sobre as políticas públicas oferecidas aos jovens no município. Utilizamos como instrumento a entrevista semi-estruturada, e ainda, solicitamos material de divulgação e relatórios. A única instituição que nos cedeu material de divulgação e quadro estatístico de atendimento foi a Fundação da Infância e da Juventude, nas demais instituições ficamos limitados às entrevistas. Outra fonte de dados foi o Mapa da Cultura disponibilizado pela Secretaria Estadual de Cultura, no [sítio mapadecultura.rj.gov.br](http://sítio.mapadecultura.rj.gov.br).

podemos perceber uma certa crítica dos jovens, talvez pelo conteúdo³⁹ transmitido por este veículo de comunicação.

Ao perguntar aos jovens sobre os lugares que visitaram, dos jovens da escola privada, 100% foram ao teatro e biblioteca, 93% à livraria, 83% shows públicos, 73% museu. O menos visitados pelos jovens foram o arquivo público 20% e 56% casa de cultura.

Os lugares visitados pelos jovens da escola pública foram: 90% shows públicos, 80% biblioteca, 73% livraria, 50% teatro. Quanto aos lugares menos visitados destacam-se: 36% museu, 26% casa de cultura e 30% arquivo público.

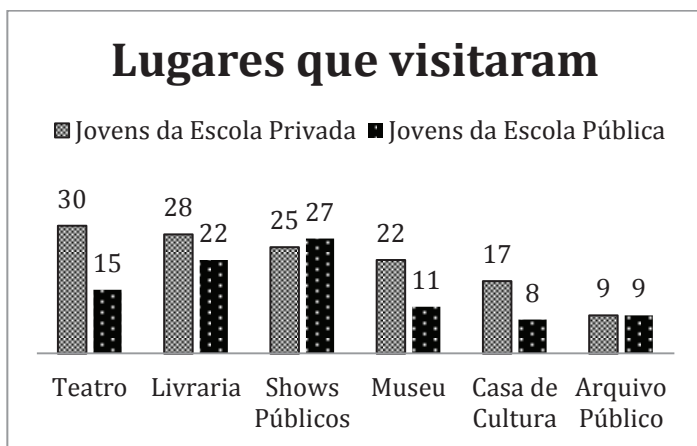


Gráfico 01. Lugares que os jovens já visitaram Fonte: Dados da Pesquisa de Campo

O gráfico acima nos permite visualizar como todos os jovens da escola privada já foram ao teatro e a biblioteca, enquanto apenas 50% dos alunos da escola pública tiveram acesso ao teatro pelo menos por uma vez. Segundo Canclini (2010: 46) há uma explicação que surge do

³⁹ Era comum os dois grupos durante o preenchimento do questionário trocarem informações com os colegas e a pesquisadora questionando o conteúdo exibido por este veículo de comunicação.

crescimento territorial e demográfico da cidade. Além das desigualdades econômicas e educacionais “[...] bem como a distribuição não equitativa das instalações dificulta a ida a espetáculos públicos” (Canclini 2010: 59) Em Guarus, onde residem 100% dos jovens da escola pública, existe apenas um teatro pertencente ao Serviço Social da Indústria (SESI), próximo à área do centro da cidade, distante da periferia.

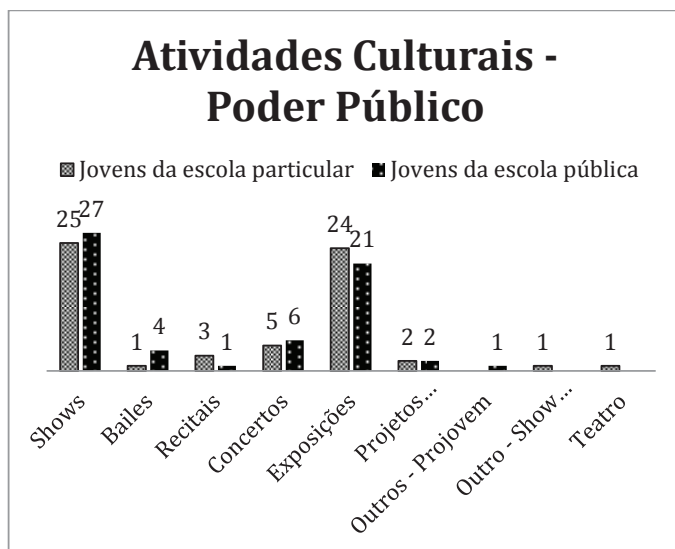
O lugar comum aos dois grupos, em proporções diferentes são as poucas visitas à casa de cultura e ao arquivo público. Os lugares mais visitados pelos alunos da escola pública do que pelos da escola particular foram os shows públicos.

O gráfico 1 nos traz dados interessantes para refletir sobre as políticas culturais no município, pois 60% dos jovens da escola pública afirmaram ter participado de projetos culturais desenvolvidos pelo poder público, enquanto 66% dos jovens da escola privada. Não basta ter oferta, o acesso também deve ser pensado pelos gestores de políticas públicas. Onde ir, como ir e, ainda, como essas informações chegam aos jovens também fazem diferença.

Ainda no que diz respeito às atividades culturais praticadas pelos jovens no âmbito do poder público, as proporções são bem semelhantes entre os dois grupos de jovens. Dos jovens da escola pública, 90% participaram de shows públicos, 70% exposições, seguidos por 20% concertos, 13% bailes, 3% recitais, 6% projetos esportivos e 3% no Projovem⁴⁰. Já os jovens da escola particular, 80% participaram de shows

40 Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que contemplava ações de aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias para os jovens e transferia auxílio financeiro da ordem de R\$ 100,00 para os jovens que apresentavam as seguintes características: tinham entre 18 e 24 anos, haviam concluído a 4ª série, mas não a 8ª série do ensino fundamental e não tinham vínculo empregatício. O programa foi reformulado em 2007, e está subdividido em quatro modalidades: I) Projovem Urbano – serviço socioeducativo; II) Projovem Trabalhador; III) Projovem Adolescente; e IV) Projovem Campo – Saberes da Terra. Destinado a jovens de 15 a 29 anos, o Projovem Integrado entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 com objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. O Projovem na versão atual padronizou o valor do auxílio financeiro pago aos beneficiários em R\$ 100,00 nas três das quatro modalidades – Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo. No Projovem Adolescente o valor o auxílio financeiro é de R\$ 30,00.

públicos, 80% exposições, 16% concertos, 10% recitais, 6% projetos esportivos e 3% show gospel, como podemos observar no Gráfico 02.



Nota-se que apenas 1 dos 30 jovens da escola pública participava de programa envolvendo políticas públicas de iniciativa do governo federal, implementado em parceria como os municípios.

Juventude e cultura: as atividades realizadas no uso do tempo livre

Segundo Botelho (2001: 73) a vida cultural do indivíduo não se faz apenas por meio do uso do chamado tempo livre e do gasto de dinheiro, mas admite atitudes em períodos, em que não parece existir a presença do cultural, necessitando do conhecimento das várias faces do cotidiano. Mas o uso do tempo livre consiste em um momento de construções importantes, pois segundo Ana Brenner, Juarez Dayrell e Paulo Carrano (2005: 178) é, sobretudo nele, que os

jovens edificam suas normas e experiências, identidades e expressões culturais.

As atividades que os jovens da escola pública realizam na cidade no uso do tempo livre foram bastante diversificadas e as que reúnem um número maior de jovens são: 76% ir à igreja, 70% namorar, 66% sair com amigos, 56% ir ao Shopping Center, 63% visitar parentes e amigos, 56% ir ao cinema, 50% passear. As atividades com menos participação foram: 23% sair para dançar, 13% ir ao teatro, 10% ir ao museu, 6% dança, 3% atividades esportivas, 3% tocar com a banda e andar de skate, 3% curso de modelo.

“Fim de semana namoro, e vou à igreja. Revejo alguns amigos, mas é mesmo mais igreja e namorar” (Carlos, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“Atividade... É andar de skate (risos). Tirando isso eu acho que, eu fico em casa às vezes, vou pro SESC tomar banho de piscina, não sou muito de sair não” (Lais, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“Eu estudo, trabalho e quando dá eu saio com o pessoal” (Clara, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

Os jovens da escola particular realizam as seguintes atividades na cidade no uso do tempo livre: 96% sair com os amigos, 90% ir ao cinema, 76% passear, 76% ir ao Shopping Center, 70% visitar parentes e amigos, 60% ir à igreja. As atividades com menos de 50% de representação foram: 43% namorar, 33% ir ao teatro, 16% atividades esportivas, 10% ir ao museu, 3% música (curso de instrumento musical).

“Sair com meus pais pra jantar, sair pra ir na casa de amiga, passar a tarde, estudar com elas, só que acaba que a gente nem estuda, conversa e estuda. É... é ir ao cinema em família, sempre tem, todo mês tem reunião de família, sair com amigos, ir ao shopping, passear... Essas coisas, sexta feira inclusive” (Lia, Colégio Salesiano).

“Então eu geralmente saio com meus amigos, com meu namorado então, vou num churrasco, vou num shopping, vou ao cinema” (Maria, Colégio Salesiano).

“Ajudo meu pai e... vou na igreja. Saio, passeio” (Alessandro, Colégio Salesiano).

Como podemos visualizar no Gráfico 03, as três atividades realizadas pelos jovens da escola pública na cidade foram - 76,6% ir à igreja, 70% namorar, 66% sair com amigos, envolvem dispositivos na própria comunidade, em contraposição as praticadas por jovens da escola particular 96% sair com os amigos, 90% ir ao cinema, 76% passear que abarcam um certo dispêndio financeiro. Além disso, todos são espaços de sociabilidades, como o quarto lugar escolhido pelos dois grupos, o Shopping Center, que funciona muito mais como um ponto de encontro dos jovens, do que um espaço estrito para o consumo.

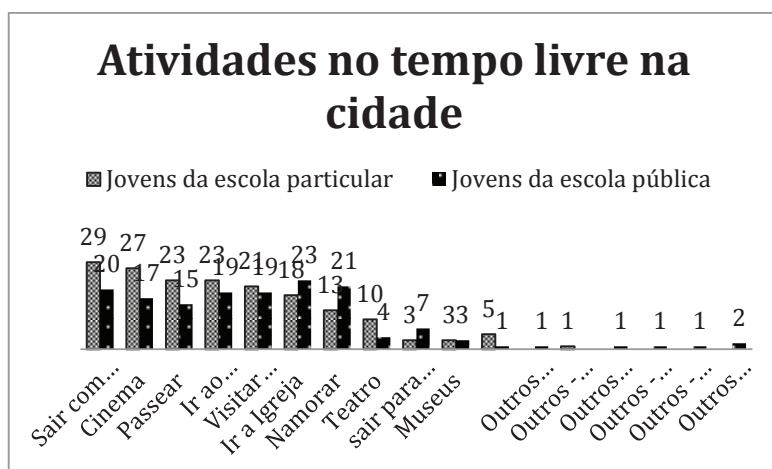


Gráfico 03. Participação em atividades culturais no tempo livre na cidade Fonte: Dados da Pesquisa de Campo

As atividades realizadas no tempo livre em casa pelos jovens da escola pública são: 90% assistir televisão, 73% ouvir música, 73,3% ajudar nas tarefas de casa, 60% navegar na internet, 43% ficar descansando, 36% ler, 33% atividades esportivas e 13% ouvir rádio.

“Vejo televisão e durmo” (Guto, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“Televisão, computador, estudo né, se não, não tem jeito. É mais isso, e

música, também gosto muito de música” (Amanda, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda) .

“Ah, gosto de ficar em casa vendo televisão! (risos).Gosto muito” (Lais, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda)!

“Dormir! Cantar, é, mas às vezes eu pego um livro pra ler, eu não gosto muito dessas coisas não, mas às vezes eu pego um livro pra ler... uma revista” (Carla, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“Eu, de segunda a sexta eu estudo, chego em casa arrumo casa, porque... É bom! (riso) Bom pra quem?! (risos). Eu também jogo bola, também quando posso, que eu arrumo a casa, eu depois, eu durmo. É isso” (Tiago, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“No meu tempo livre eu fico mais em casa, assim, faço exercício físico e vou pra aula de balé. Faço aula de balé e pros ensaios da minha igreja, assim de dança” (Mário, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

Os jovens da escola particular realizavam as seguintes atividades no uso do tempo livre em casa: 90% navegar na internet, 80% ouvir música, 76% assistir televisão, 70% ficar descansando, 46% ler, 40% ajudar nas tarefas de casa, 26% atividades esportivas, 6% ouvir rádio e 3% dançar.

“Eu fico na internet, redes sociais de foto geralmente, que eu adoro foto, aí eu fico baixando música, eu ouço muito música, fico vendo a letra também. Ler livros e vejo filme, só isso mesmo” (Lais, Colégio Salesiano).

“De segunda a sexta feira tem muito pouco tempo pra praticar essas atividades, quando eu não estou na escola, geralmente eu estou na internet ou na televisão descansando né, e tocando um violão, gostava muito de jogar bola, mas agora não tenho tempo mais” (Eduardo, Colégio Salesiano).

“Eu acho que é dormir (risos) porque como eu fico tipo na escola todo dia e eu fico muito cansada, então todos dias que eu chego à tarde a única coisa que eu faço é dormir, então eu durmo todo dia a tarde e a noite é voltar a estudar e mais nada” (Maria, Colégio Salesiano).

“Tempo livre... (risos) Quase não tenho, basicamente é estudar. Estudar, ler algum, tentar ler algum jornal, uma revista. Tempo, tempo livre mesmo só tenho... Acho que, o quê? Umas quatro horas por dia, que eu tento, tento tirar pra estudo” (Marcelo, Colégio Salesiano).

O uso da televisão é disseminado em todas as classes sociais, ela ocupa o primeiro lugar nas atividades realizadas pelos jovens da escola pública e em terceiro lugar para os jovens da escola particular, enquanto a internet ocupa o primeiro lugar para estes jovens. Apesar do avanço tecnológico, muitos jovens da escola pública não dispõem de computador, e nem sempre quando o possuem, têm a assinatura da internet, embora as redes sociais tenham uma importância significativa, a internet ficou em quarto lugar para os mesmos.

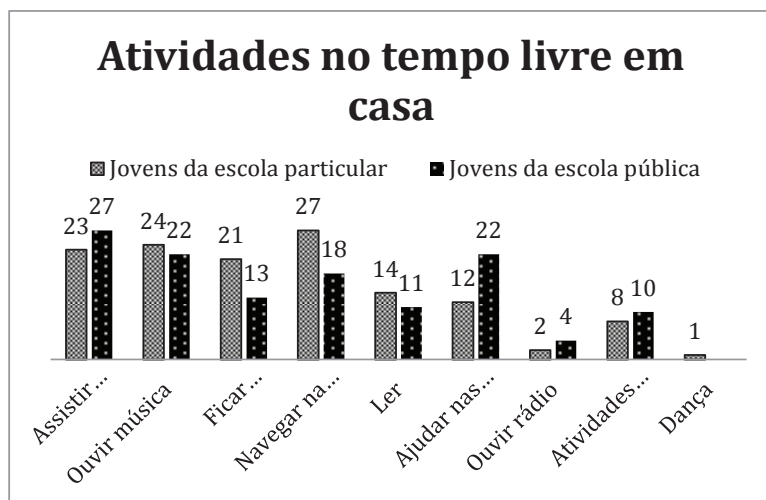


Gráfico 04. Participação em atividades culturais no tempo livre em casa Fonte: Dados da Pesquisa de Campo

A terceira atividade mais praticada pelos jovens da escola pública foi ajudar nas tarefas de casa. Esses dados contribuem para demonstrar que quando o assunto é gênero, os jovens reproduzem antigos papéis sociais designados para mulheres no cuidado com a casa. Ao observarmos o Gráfico 05, no eixo 1, observamos o número total de jovens da escola pública que participaram da pesquisa, 10 rapazes e 20 moças, no eixo 2, o número de rapazes 40% e moças

90% que ajudam nas tarefas de casa. As jovens contribuem ou muitas vezes são responsáveis pelos cuidados com a casa e com os irmãos mais novos. As narrativas também demonstram isso.

“É porque eu perdi a minha mãe agora nas férias então eu acabo tendo que fazer muita coisa que ela teria que fazer, que o meu pai trabalha muito, sai cinco da manhã, só volta oito da noite, então eu que cuido de tudo. Então eu acabo perdendo tempo por isso, que eu tenho dois irmãos menores, aí aquela, aquele corre-corre do dia todo, acabo perdendo o tempo pra fazer as minhas coisas” (Celita, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“O ruim de ser jovem: cobrança do pai, é... coisas que têm fazer de casa, serviço, principalmente quando se tem irmãos pequenos” (Carla, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

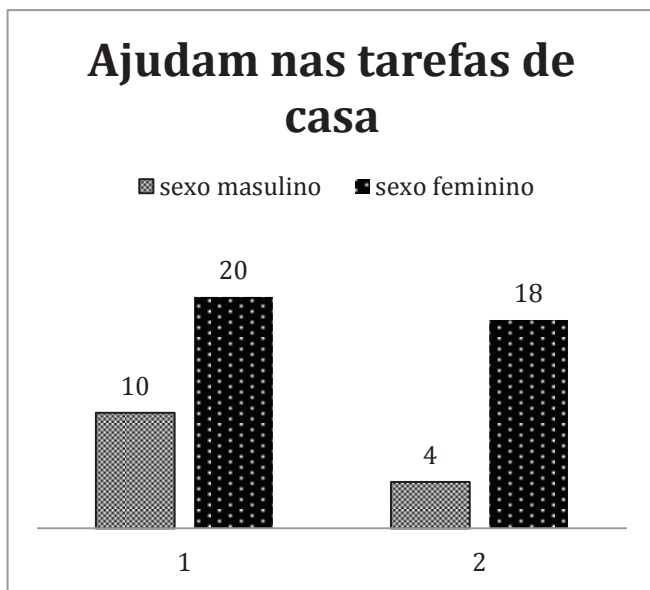


Gráfico 05. Participação nas atividades domésticas – jovens da escola pública Fonte: Dados da Pesquisa de Campo

Os dados referentes ao número de 40% jovens da escola privada que ajudam nas tarefas de casa no tempo livre difere-se em comparação aos jovens da escola pública, como podemos conferir no Gráfico 06.

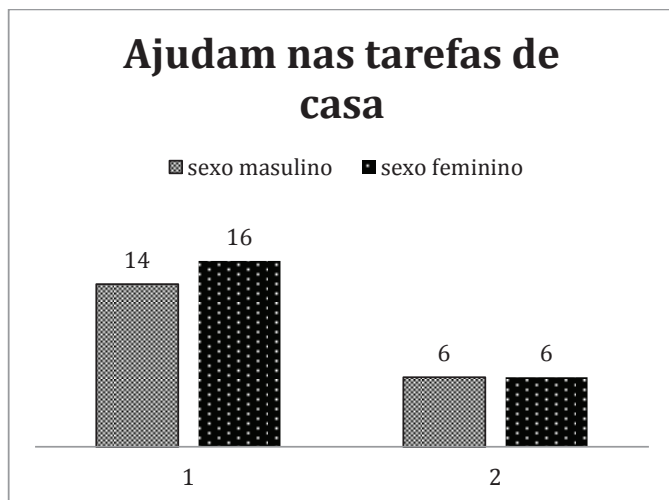


Gráfico06. Participação nas atividades domésticas –jovens da escola privada Fonte: Dados da Pesquisa de Campo

No eixo 1, observamos o número total de jovens participantes da pesquisa, 14 rapazes e 16 moças; no eixo dois, o número de jovens que relatam ajudar nas tarefas de casa, correspondendo a 42,8% dos rapazes e 37,5% das moças, significa dizer que os rapazes ajudam mais nas tarefas de casa do que as moças. Realidade totalmente diferente dos jovens da escola pública em que 90% das moças ajudam ou são responsáveis pelos cuidados com a casa.

As atividades que os jovens da escola pública mais gostavam de praticar no uso do tempo livre envolvem 50% o âmbito interno (dentro de casa) como assistir televisão, ficar com a família, ouvir música, ler, dormir; e 50% externo (fora de casa) namorar, sair com os amigos, conforme seguem as narrativas:

“Assistir televisão. Assistir televisão, novela, jornal, tudo, assisto tudo” (Amanda, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“O que eu gosto mais de fazer no meu tempo livre é ler, ouvir música, gosto muito” (Beatriz, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“Ficar em casa. Eu não gosto muito de sair não, eu gosto mais de ficar em casa assim quietinha, vendo um filme por aí” (Celita, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“Cara no momento eu gosto muito de namorar” (risos) (Marcelo, C. E. Dr. Félix Miranda).

“Tocar violão” (Cris, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“É... que eu mais gosto, são três coisas básicas que é andar de skate, tocar violão e ficar com os meus amigos. E fora isso é, é o que mais é o que eu mais gosto” (Augusto, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

“É dormir” (Guto, Colégio Estadual Dr. Félix Miranda).

As atividades que os jovens da escola privada mais gostavam de praticar no uso do tempo livre 90% associavam atividades externas e internas, as duas não concorrem entre si. Das atividades internas destacaram-se: assistir televisão, dormir, ouvir música, ler, conversar, navegar na internet; das atividades externas foram: passear no shopping, comprar roupas, sair com amigos ou a família, jogar futebol e dançar.

“O que eu mais gosto de fazer, é (risos) falar com as pessoas tipo que eu gosto, é rever acho que as pessoas que moram longe e também adoro ler também, nossa adoro ler, é muito bom ler, porque ... Nossa” (Karina, Colégio Salesiano)!

“Passear no shopping” (risos) (Maria, Colégio Salesiano)!

“Ficar com a família, com a família e com os amigos” (Marcelo, Colégio).

“Dormir! (risos). Escutar música também” (Claudia, Colégio Salesiano).

“Sair com meus amigos, ou até passar um tempo com a minha família mesmo” (Deise, Colégio Salesiano).

“Dormir, internet, os amigos, conversar, eu amo conversar, sair” (Flávia, Colégio Salesiano).

“Ler, tomar banho de piscina, entrar nas redes sociais e assistir televisão,

mas não muito assim, ficar com a família, encontrar os amigos” (Alessandro, Colégio Salesiano).

“Ver filme, adoro ver filme, ir ao cinema, sair com amigos, ir a shopping andar, comprar muita roupa (risos)” (Lia, Colégio Salesiano).

As atividades que os jovens da escola pública realizavam diariamente eram 96,6% ouvir música, 90% assistir televisão, 76,6% ajudar nas tarefas de casa, 50% navegar na internet, 50% namorar, 40% ler, 36,6% ouvir rádio, 33,3% praticar atividades esportivas, 33,3% ir à igreja, 16,6% passear, 10% sair com amigos e 10% visitar parentes e amigos.



Gráfico 07. Atividades que realizam todos os dias – jovens da escola pública Fonte: Dados da Pesquisa de Campo

Os alunos da escola particular realizavam as seguintes atividades diariamente no tempo livre: 83,3% assistir televisão, 80% navegar na internet, 50% ler, 36,6 ouvir rádio, 33,3% ajudar nas tarefas de casa, 33,3% praticar atividades esportivas, 30% Ir à biblioteca, 20% namorar, 20% ir à livraria e 10% passear.



Gráfico 08. Atividades que realizam todos os dias – jovens da escola privada Fonte: Dados da Pesquisa de Campo

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi ganhando concretude porque passou a englobar os direitos de cidadania, chegando, assim, à sigla Desca (Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais). Segundo Novaes (2009) pela ótica das demandas juvenis, a referência aos direitos humanos – com suas variadas apropriações – funciona como: I) um instrumento para enfrentar as atuais formas de preconceito, discriminação e violências que atingem os jovens; II) um expediente agregador da diversidade de demandas juvenis; III) um *locus* de *aggiornamento* das diferentes gerações de direitos – civis, sociais, políticos e difusos.

Na prática, os jovens oriundos da periferia, de uma situação socioeconômica desprivilegiada têm dificuldades de acesso e gozo dos seus direitos, inclusive, como o próprio jovem narra, o preconceito e a discriminação que sofre por fazer parte de um grupo cultural.

Considerações finais

Durante a realização da nossa pesquisa e vivência com os jovens foi contagiante perceber o desejo e a crença por uma sociedade ou uma qualidade de vida melhor. Revendo o encontro com os jovens, suas expectativas e anseios, percebemos como nossas juventudes se unem (ao pensar no futuro) e se separam (ao planejar projetos de vida).

Os jovens dos dois grupos (da região central e da periferia da cidade) gostariam de praticar mais atividades culturais e esportivas no uso do tempo livre, mas por diferentes motivos fazem escolhas distintas. As políticas culturais não chegam a periferia, então os jovens moradores dela criam e/ou desenvolvem sua cultura na comunidade, seja nas praças ou nas igrejas evangélicas. Já os jovens da escola particular acessam a equipamentos culturais e atividades esportivas que são oferecidas pela escola ou proporcionadas por suas famílias.

Enquanto a redução do tempo livre dos jovens da escola particular se dava em função do aumento da carga horária na escola (Ensino Médio mais curso preparatório para a entrada na universidade), ao revelarem os fatores que mais comprometiam o seu tempo livre, os jovens da escola pública atribuíam às atividades domésticas, ao trabalho e ao estudo (nenhum deles estava fazendo curso preparatório para o processo de seleção para a entrada na universidade, mas um deles frequentava um curso técnico).

Os dados demonstraram as desigualdades de oportunidades enfrentadas pelos jovens da escola pública, onde a maioria dos fatores impeditivos de gozarem as atividades no tempo livre são de ordem financeira. Além do mais, quando analisamos as atividades realizadas no tempo livre e as que os jovens gostariam de vivenciar, são pouquíssimos os jovens que conseguem conciliar o desejado e o real.

As vivências das juventudes são construídas por suas experiências nas dimensões subjetivas e sociais. A juventude não se resume num vir a ser adulto, pois esta fase da vida consiste num exercício de inserção social. Se os jovens vivem de acordo com as suas especificidades pessoais e os contextos sociais e econômicos, identificamos nas

políticas culturais elementos capazes de realizar transformação social na vida destes que anseiam e têm direito a ela.

Referencias Bibliográficas

Brasil. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Brenner, Ana Karina; Dayrell, Juarez; Carrano, Paulo. “*Culturas do lazer e o tempo livre dos jovens brasileiros*”. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

Camarano, A. A.; Kanso, S.; Mello, J. L. “*Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros*”. In: Castro, Jorge Abrahão de. Aquino, Luseni Maria Cordeiro de. Andrade, Carla Coelho de (Org.) *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, p. 71-88, 2009.

Canclini, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

Certeau, Michel de. *A Cultura no Plural*. São Paulo: Papirus Editora, 2005.

Dávila León, Oscar. *Adolescência e juventude: das noções às abordagens*. In: FREITAS, M. V. de. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, p. 9 – 18. 2005.

Grosso, Luís Antônio. *Juventude Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

Dayrell, J. *O jovem como sujeito social*. Revista Brasileira de Educação Nº. 24, p.40-52, 2003.

Dayrell, J. GOMES, N.L. *A juventude no Brasil*. Disponível em: <www.fae.ufmg.br/objuventude/textos/SESI>. Acesso em: 23 junho 2010.

Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Yúdice, George. *A conveniência da cultura; usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Humanitárias, 2006.

Patrimônio, Memória e Identidade⁴¹

Silviane de Souza Vieira

A questão do patrimônio cultural, também denominado histórico e/ou artístico, tem recebido diferentes abordagens ao longo do tempo. Neste texto, delimita-se como centro de discussão a relação do patrimônio com a identidade e a memória sociais – interação frequentemente citada e tomada como ponto de análise em vários estudos.

Deixando de lado os significados mais remotos do termo patrimônio, ligados às questões de herança ou bens de família, há consenso em afirmar que a noção conhecida por patrimônio histórico apresenta-se primordialmente atrelada ao surgimento dos

41 Em 2003, defendi na Universidade Estadual do Norte Fluminense, a dissertação “O tombamento como prática social: a atuação do IPHAN em Campos dos Goytacazes”. Abordei questões relativas à preservação da memória e da identidade nacionais, observando como os imóveis tombados refletiam os paradigmas vigentes no campo da preservação do patrimônio e adotados pelo Instituto, tendo em conta que o tombamento ocorre como prática existente dentro de um campo de poder. Ao tratar o tombamento como prática de preservação do patrimônio cultural, delimitei, sob o ponto de vista teórico, a relação do patrimônio com a identidade e a memória sociais, o que se apresenta neste texto.

Estados Nacionais em fins do século XVIII, especificamente a partir da Revolução Francesa. Neste momento, o patrimônio delimitado servia aos interesses de afirmação desses Estados nascentes, que necessitavam de marcos que auxiliassem na fundamentação de seus alicerces.

Deste modo, considera-se a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais como uma prática característica dos Estados modernos, atuando através de determinados agentes oriundos de meios intelectuais, que, baseados em “instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público” (Fonseca 1997:11). Esta valorização demanda que os bens selecionados sejam protegidos, porque são considerados manifestações da cultura e símbolos da nação a serem perpetuados. O principal valor atrelado a estes bens, além do histórico, artístico ou etnográfico, é o valor nacional, forjado num “sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação” (Ibid.:31).

Desde seu surgimento, tal concepção se afirmou e consagrou, não se alterando de forma substancial até chegar a tempos mais recentes. Ainda assim, como será visto posteriormente, mesmo se modificando em alguns aspectos a forma como o patrimônio é delimitado, a questão nacional permanece em seu âmago.

Por volta dos anos de 1960, a forma de considerar o patrimônio passou por uma metamorfose contundente na medida em que começou a se aproximar da chamada indústria cultural⁴². Alguns fatores que contribuíram para tal transformação são destacados por Françoise Choay (2001).

Ocorreu neste período uma “mundialização dos valores e das referências ocidentais”, que difundia uma concepção universal de patrimônio que deveria ser defendida por toda a coletividade

42 Esta é caracterizada por submeter a cultura aos mesmos princípios da produção econômica geral. A cultura “não é mais vista como instrumento da livre expressão e do conhecimento mas como produto permutável por dinheiro e consumível como qualquer outro produto” (Teixeira Coelho, 1999:217).

internacional. As práticas patrimoniais se expandiram, seguindo critérios estabelecidos nos anos de 1970, pela UNESCO. Os Estados tomavam a existência de patrimônios universais em seu território como questão de prestígio, seguindo a “universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores” em relação ao tema (Choay 2001:207-208).

Tal período foi marcado também pelas “descobertas da arqueologia e o refinamento do projeto memorial das ciências” que “determinaram a expansão do campo cronológico no qual se inscrevem os monumentos históricos”, transportando estes últimos para um passado cada vez mais próximo. De forma paralela, ocorreu uma expansão tipológica do patrimônio histórico; estabelecido não mais somente pelo seu caráter memorial ou de prestígio, mas por questões técnicas. Houve grande inclusão de edifícios da segunda metade do século XIX e século XX nos bens a serem preservados (Choay 2001:209).

Por último, Choay (2001:210) destaca o “grande projeto de democratização do saber” herdado do Iluminismo e reanimado pelo desejo moderno de acabar com as diferenças e privilégios no acesso aos valores intelectuais e artísticos. Atrelado a isso, desenvolveu-se a sociedade de lazer, juntamente com o turismo cultural, aumentando em grande número o público espectador do patrimônio.

O patrimônio histórico passou, assim, a uma dupla funcionalidade: “obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (Choay 2001:211).

Atualmente a questão do consumo dos patrimônios encontra-se ainda mais evidente. Carlos Fortuna (1997:129) conclui em sua análise sobre a apropriação de ruínas, monumentos e museus que estes “tendem a ser fundamentalmente percebidos como elementos da estetização dos ambientes vividos na cidade, por meio dos quais os indivíduos procuram ou obter níveis elevados de satisfação pessoal, ou alcançar patamares de evasão das suas rotinas, ou ambos”.

Mesmo assim este autor também reconhece que “os monumentos, como de resto todo o conjunto histórico e cultural de uma nação, têm uma função agregadora”, ainda que pela “sua capacidade de sedução e de excitação dos sentidos dos que os visitam ou veneram” (Fortuna 1997:136).

Além da crescente valoração econômica, outras discussões têm permeado o conceito de patrimônio. Tal termo não possui uma definição universal; diferentes atribuições lhe foram feitas, dando origem a várias perspectivas como a do global versus local, guarda versus uso, valores eruditos versus valores populares. Mas, pode-se afirmar que a ideia de patrimônio “desempenhou um papel histórico em relação ao conceito de nação” (Bourdin 1987:3).

André Chastel (1997:1433) afirma as novas dimensões do patrimônio e sua ampliação nos dias atuais, o que dá origem a desdobramentos como patrimônio cultural, ecológico, genético e muitos outros que possam surgir. Mas, ainda que se desdobre, “*en s’élargissant, la notion prend une valeur affective plus marquée pour désigner certaines conditions fondamentales de l’existence nationale, voire de l’existence humaine*”⁴³.

Percebe-se que a dimensão simbólica, em relação à representação da nação, permanece. Este papel continua a ser desempenhado, embora em outros termos. Há uma tendência em aproximar essas discussões com a sociedade, na medida em que esta também passa a reivindicar o patrimônio como um direito.

A própria denominação alterou-se com o tempo. Atualmente utiliza-se preferencialmente o termo patrimônio cultural ou bens culturais e não mais patrimônio histórico e artístico nacional (embora ainda sejam utilizados). Percebe-se nesta diferente denominação a indicação de uma nova abordagem do patrimônio. Eunice R. Durham (1984:30) resume, de certa forma, esta nova tendência: o

43 “se ampliando, a noção toma um valor afetivo mais marcado por designar determinadas condições fundamentais da existência nacional, mesmo da existência humana.” (tradução da autora).

patrimônio cultural deve ser concebido “em função do significado que possui para a população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade”.

Entendendo, neste trabalho, que a questão do patrimônio não é estática, percebe-se uma constante alteração do seu sentido a partir do momento em que esta se insere na dinâmica social. Alain Bourdin (1987:3) considera que o “patrimônio cultural é o lugar de desafios sociais”. Partindo dessa afirmação pode-se desenvolver uma concepção um pouco mais complexa, a de que o patrimônio é “um elemento que serve para construir ou para fundar o vínculo social”.

De acordo com Maria Beatriz S. de R. Silva (1996:165), apesar das dificuldades na determinação do patrimônio cultural de um povo, “uma vez identificado é incontestável a sua importância para a ‘construção da identidade e da memória’ e o ‘pleno exercício da cidadania’”. Tais acontecimentos, entretanto, não são obra do acaso ou ocorrem de forma automática, pois, “tanto o exercício da memória, quanto a formação da identidade são, a nível individual, capacidades humanas” como qualquer outra, mas “quando tomadas coletivamente, passam à categoria de direitos a conquistar, aos quais o maior obstáculo parece ser o interesse individual ou corporativo”.

A ênfase agora, portanto, se encontra no envolvimento da sociedade nas questões do patrimônio, considerando-se que é a partir desta que se constrói a nação. Disto decorre o envolvimento da memória e da identidade sociais, na medida em que o patrimônio participa de sua fundamentação e é também afetado por sua constante transformação. Deste ponto de vista é que o patrimônio será abordado neste trabalho, em sua relação com a memória e a identidade. Para prosseguir, faz-se necessário abordar algumas implicações desta relação.

* * *

A questão da memória social tem sido tomada sob diferentes perspectivas. É interessante a abordagem sob o aspecto de que a

memória implica tanto o lembrar quanto o esquecer. Tal afirmação leva a falar-se, além de memória, também de amnésia ou esquecimento coletivo.

Myrian Santos, em trabalho sobre a amnésia coletiva, observa que vários sociólogos têm encarado a realidade vivida atualmente como um momento no qual os “sentimentos, práticas coletivas e vínculos interpessoais presentes em antigas comunidades” foram substituídas pela competitividade, racionalidade e informatização da sociedade contemporânea. Por outro lado, outros adotam a perspectiva de que todo o desenvolvimento tecnológico e as transformações nas relações com o tempo e o espaço não significam “alienação e amnésia, mas, pelo contrário, o encontro entre múltiplas e diferentes culturas”, o que gera um enriquecimento cultural e a atualização do passado. De qualquer forma, a autora apenas confirma a dupla dimensão da memória, “a ‘amnésia coletiva’ nada mais é do que o esquecimento de determinados aspectos para que outros sobrevivam” (Santos 1993:71).

Le Goff (1996:426), em seu ensaio sobre a memória aborda o seu desenrolar através dos tempos, desde as sociedades sem escrita até os desenvolvimentos contemporâneos resultado do avanço tecnológico. O autor reconhece na memória um instrumento e objeto de poder.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Embora a própria sobrevivência da memória dependa do esquecimento, este às vezes pode tomar um sentido muito mais complexo.

Michael Pollak (1989) também não toma a preocupação com o esquecimento coletivo como um exagero. Este defende que o não-dito pode significar muito se tomadas como exemplo as memórias de determinados grupos. As memórias coletivas existem em mesmo

número das unidades que compõem a sociedade e geralmente se integram sem problemas à memória nacional.

Por outro lado, existem memórias que são construídas por lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas. “Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política”. Elas estão reservadas em estruturas informais de comunicação e não são percebidas pela sociedade englobante (Pollak 1989:6). Os silêncios, portanto, possuem um sentido inegável:

a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Ibid.:6).

Estas memórias construídas não oficialmente possuem o desafio de se manterem vivas até chegar a oportunidade de passarem ao espaço público, o que ocorre geralmente em momentos de crise. Agindo de forma contrária às memórias coletivas cujas funções essenciais, segundo Pollak (1989:7), são “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados). [...] Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência”.

Michael Pollak (1989:8) considera, assim, o chamado enquadramento da memória que

se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.

O enquadramento não se reflete apenas nos discursos construídos, mas também nos objetos materiais, incluídos aí os monumentos.

Em trabalho posterior, Pollak (1992:7) chama atenção para além

do trabalho de enquadramento da memória, considerando o “trabalho da própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”. O sentido de unidade pretendida pelas memórias sociais é constante tema de discussão.

Dos autores que consideram a memória como construída socialmente, um expoente é Maurice Halbwachs. Este, seguindo a tradição durkheimiana, enfatiza que “as memórias se formam e são renovadas devido a laços de solidariedade entre os indivíduos, os quais são construídos através de elementos simbólicos comuns” (Santos 1993:73). Estes elementos foram denominados por ele como quadros sociais da memória; é a partir destes que todas as lembranças podem existir (Id. 1998:154). Seguindo a lógica do social pelo social, Halbwachs considera que a memória coletiva “reconstitui a si própria” e se sustenta “devido a sua função social de manter os indivíduos coesos”. Tal afirmação traz limitações à sua teoria, pois não dá conta de explicar a criação das memórias de formas diferenciadas, somente sua manutenção no presente (Id. 1993:76). Por outro lado, se vistas sob um aspecto menos cientificista, a argumentação de Halbwachs nos lembra que a memória “nunca parte do vazio; é adquirida à medida que o indivíduo toma como sua as lembranças do grupo com o qual se relaciona” (Id. 1998:155). Desta forma, os quadros não se apresentam tão fixos se considerada a sua constituição a partir da coletividade. A memória coletiva não se impõe arbitrariamente, nem é o somatório de representações individuais, mas resultado da interação da individualidade humana com as convenções sociais disponíveis. Sob este ponto de vista, vale ressaltar que os quadros sociais da memória não estão livres dos conflitos sociais.

Outros autores vão além e consideram que a memória é um aspecto fundamental na construção da sociedade, reconhecendo a memória não só “como uma representação ou reconstrução do

passado, mas como ‘tradição’⁴⁴, isto é, como manutenção de aspectos do passado de que não temos consciência e que são expressos através de sentimentos, movimentos, hábitos e atitudes”. Tal concepção permitiu a alguns teóricos desta perspectiva, como Marcuse e Foucault, pensarem a memória como “forma de conhecimento vinculada à dominação e ao poder” (Santos 1993:78-79).

Um grande número de trabalhos tem versado sobre a relação do patrimônio com a memória social. Choay (2001) retoma um período mais antigo da própria conformação do que venha a constituir um monumento histórico, diferenciando-o do monumento que possui uma essência distinta.

O monumento antigo traz em sua própria etimologia a sua função: a lembrança. “A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva” (Choay 2001:18). Com o tempo esse sentido original foi se perdendo, ao mesmo tempo em que apareciam novos valores como os arqueológicos e estéticos. Por outro lado, o desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais também contribuíram para a extinção da função memorial. Outras causas podem ser apontadas, mas de qualquer forma “os monumentos, dos quais se tornou necessário dizer que são ‘comemorativos’, seguem, levados pelo hábito, uma carreira formal e insignificante” (Ibid.:23).

Diferentemente do monumento, que é pensado *a priori*, o monumento histórico é construído *a posteriori*, selecionado dentre

44 Neste sentido, Hobsbawm aborda as “tradições inventadas” que constituem “um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (1997:9). O autor, após classificar essas práticas, afirma que prevalecerão aquelas tradições inventadas “que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais” (Hobsbawm 1997:17). Vale ressaltar que tal abordagem se relaciona às discussões acerca de temas como nação, nacionalismo, símbolos nacionais etc. que permeiam este estudo.

os edifícios existentes (Choay 2001:25). Sem o caráter universal do primeiro, o segundo se apresenta bem datado e localizado no Ocidente. O uso do monumento histórico, ou seja o que é selecionado como patrimônio, foi bastante difundido no século XIX, mas sua origem é bastante anterior ao surgimento do termo. Tal noção não pode ser “dissociada de um contexto mental e de uma visão de mundo”. Para sua conservação faz-se necessário “dispor de um referencial histórico”, “atribuir um valor particular ao tempo e à duração” e colocar “a arte na história” (Ibid.:25). Mas de todo modo, a função memorial ainda persiste porquanto o patrimônio é considerado um lugar de memória, termo cunhado por Pierre Nora. Um lugar de memória possui necessariamente os sentidos material, simbólico e funcional (Nora 1997:37) e sua razão de ser é “*d’arrêter le temps, de bloquer le travail de l’oubli, de fixer un état de choses, d’immortaliser la mort*”⁴⁵ (Nora apud Candau 1998:159).

O patrimônio histórico se remete ao passado e mantém com ele uma relação. Marc Guillaume afirma que o patrimônio

*fonctionne comme un ‘appareil idéologique de la mémoire’: la conservation systématique des vestiges, reliques, témoins, empreintes, traces ‘sert de réservoir pour alimenter les fictions d’histoire que l’on construit à propos du passé’ et, en particulier, l’illusion de la perduración, de la continuité*⁴⁶ (Guillaume apud Candau 1998 :156).

Marly Rodrigues (1996:195) considera que o “patrimônio histórico é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social”. Sendo assim, “o patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento integra os bens a este conjunto, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de

45 “de deter o tempo, de bloquear o trabalho do esquecimento, de fixar um estado de coisas, de imortalizar a morte.” (tradução da autora)

46 “funciona como um ‘aparelho ideológico da memória’: a conservação dos vestígios, testemunhos, marcas, traços, serve de reservatório para alimentar as ficções da história que são construídas a propósito do passado’ e, em particular, a ilusão da perduração, da continuidade”. (tradução da autora)

poder”. De acordo, portanto, com a perspectiva que considera a memória em seu vínculo com a dominação e o poder.

Neste campo de poder encontra-se também em jogo a identidade social, conformada pela memória e, por consequência, pelo patrimônio; considerando a afirmação de Pollak (1992:5) de “que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”. Tanto a memória como a identidade são “perfeitamente negociadas”, sendo assim, “valores disputados em conflitos sociais e intergrupais”. Estas questões envolvendo os dois termos, encontram cada vez mais espaço nas Ciências Humanas e na História.

* * *

Tomando o patrimônio como agregador das identidades, no caso dos patrimônios de uma nação, estes tomam uma grande importância na sedimentação de um senso de pertencimento, constituindo uma idéia de comunidade entre os indivíduos. Essa nação, a que o patrimônio é remetido, com o tempo, foi se subdividindo, na medida em que se dá espaço a outras vozes mais particulares e o sentido do patrimônio vai se desdobrando.

Deve-se considerar nesta evolução, a própria transformação da identidade que influencia nas novas dimensões do patrimônio. Stuart Hall (1996:68) tratando acerca da identidade cultural afirma que “ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez, como uma ‘produção’ que nunca se completa, que está sempre em processo”.

Hall (1996:68-69) aponta a existência de dois caminhos para se pensar a identidade. Um que segue na direção de um sentido de total unidade e outro levando em conta as diferenças contidas nas identidades. Valem as palavras do autor:

A primeira posição a define em termos de uma cultura partilhada, uma espécie de ‘ser verdadeiro e uno’ coletivo, oculto sob os muitos outros ‘seres’ mais superficiais ou artificialmente impostos, que pessoas com ancestralidade e história em comum compartilham. Pelos termos desta definição, nossas

identidades culturais refletem as experiências históricas em comum e os códigos culturais partilhados que nos fornecem, a nós, como um ‘povo uno’, quadros de referência e sentido estáveis, contínuos, imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real. (...)

[A] segunda posição reconhece que, assim como muitos pontos de similaridade, há também pontos críticos de diferença profunda e significativa que constituem ‘o que nós realmente somos’; ou melhor – já que a história interveio – ‘o que nós nos tornamos’. [...] As identidades culturais provêm de alguma parte, têm histórias. Mas, como tudo o que é histórico, sofrem transformação constante. Longe de fixas eternamente em algum passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo ‘jogo’ da história, da cultura e do poder. As identidades, longe de estarem alicerçadas numa simples ‘recuperação’ do passado, que espera para ser descoberto e que, quando o for, há de garantir nossa percepção de nós mesmos pela eternidade, são apenas os nomes que aplicamos às diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos, nas narrativas do passado.

Os autores que analisam a identidade dentro da modernidade têm muito a contribuir para se entender as transformações do patrimônio. A modernidade, marcada pelo advento do industrialismo e do capitalismo produziu “formas sociais distintas, das quais a mais importante é o estado-nação”. Este representa a dimensão da sociedade trabalhada pelos sociólogos que abordam tal período, mesmo sendo, às vezes, considerada, por outro lado, muito mais como ator ou agente do que como estrutura. O Estado-nação simboliza a ascensão da organização – “o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas” – dentro da modernidade (Giddens 2002:21-22).

O mundo moderno é marcado por um extremo dinamismo explicado, por Anthony Giddens (2002:22-26), a partir de três elementos principais: a separação de tempo e espaço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade institucional. O acirramento da desconexão entre tempo e espaço foi fundamental para “o ‘descolamento’ das relações sociais dos contextos locais e sua

rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo”. Esta é a realidade onde se consoma a reflexividade que “se refere à suscetibilidade da maioria dos aspectos da atividade social, e das relações materiais com a natureza, à revisão intensa à luz de novo conhecimento ou informação”.

Estas três características trazem em sua natureza propriedades universalizantes que explicitam as tendências globalizantes da vida moderna. Vale ressaltar que a globalização constitui um fenômeno dialético, seus resultados transitam entre universalismos e regionalismos (Giddens 2002:27).

Como a reflexividade implica cada vez mais em riscos, é comum afirmar a modernidade como elemento de fragmentação e dissociação. Mas, na alta modernidade ou modernidade tardia estão presentes tanto os elementos agregadores quanto os desagregadores. “As características unificadoras das instituições modernas são” ainda “centrais para a modernidade” (Giddens 2002:32).

Mesmo para autores que utilizam o termo pós-moderno para o atual momento de intensa fragmentação das identidades, o argumento é de que o deslocamento dos indivíduos (do mundo social e cultural e de si mesmos) constitui uma crise de identidade que altera as relações sociais, inclusive em relação às identidades nacionais enquanto uma identidade cultural.

Stuart Hall (2002:48) afirma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. A nação constitui uma comunidade imaginada e é desta forma que as identidades nacionais se diferenciam (Anderson 1989). Mas embora a busca da unificação seja sempre o objetivo da construção de uma cultura nacional, ela traz em si inúmeras e profundas divisões e diferenças (classes, etnias, gênero, só para citar algumas). “As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas” (Hall 2002:65).

Uma vez mais, vêm à tona as disputas entre o global e o local, onde não se pode precisar ainda a existência de vencedores, sobretudo se for considerado que o fenômeno da globalização nem mesmo afeta todos os lugares da mesma forma. Seu efeito geral pode ser resumido apenas como contraditório.

Não importa aqui detalhar as características da modernidade ou modernidade tardia ou ainda pós-modernidade, mas sim observar como estas influenciaram o elemento identitário presente nas relações com o patrimônio cultural. Joël Candau (1998:158) chegou a afirmar que *«le patrimoine participe du phénomène général d'émiettement des mémoires – on pourrait parler de mémoires à la carte –, qui, comme les identités qu'elles fondent, deviennent de plus en plus parcellaires, particulières et particularistes»*⁴⁷. Na medida em que diferentes grupos conquistam o direito à sua memória, considera-se que a identidade social em um sentido mais amplo torna-se possível de fragmentação.

Carlos Fortuna (1997:128) considera que

eminentemente relacional e interativa, perante a crescente complexificação das sociedades, a identidade moderna mostra-se contingente e remete-nos para uma estrutura pessoal, afetiva e cognitiva que é progressiva e continuamente (re) construída pelos sujeitos.

De sua relação “com os lugares históricos e monumentais da cidade” os indivíduos retiram “elementos para dar sentido a seu próprio lugar no mundo contemporâneo” (Fortuna 1997:131). O autor observa uma “tendência para uma generalizada estetização do cotidiano e da mercadorização do próprio tempo e da própria memória” (Ibid:134).

Choay (2001:240-241) corrobora com esta análise, afirmando um comportamento narcisista diante do patrimônio, onde este seria o reflexo da imagem dos membros das sociedades. Para ela,

47 “o patrimônio participa do fenômeno geral de esmigalhamento das memórias – pode-se falar de memórias *à la carte* –, que, como as identidades que elas fundam, tornam-se cada vez mais parceladas, particulares e particularistas”. (tradução da autora)

a observação e o tratamento seletivo dos bens patrimoniais já não contribuem para fundar uma identidade cultural assumida de forma dinâmica. Elas tenderiam a ser substituídas pela autocontemplação passiva e pelo culto de uma identidade genérica. [...] O patrimônio teria assim perdido sua função construtiva, substituída por uma função defensiva, que garantiria a recuperação de uma identidade ameaçada.

Chega-se, portanto, a uma apreensão contrária à ideia amplamente difundida do aspecto agregador do patrimônio. Embora seja impossível negar a existência deste aspecto, as contradições também são aparentes.

* * *

Considerando a tentativa de reformulação da nação brasileira no período denominado Estado Novo, percebe-se a importância que se atribuiu ao patrimônio. Para tanto houve a necessidade de se delimitar este patrimônio e passar a preservá-lo. O ponto de partida foi a criação de um órgão federal voltado para tal objetivo. Mas, como no resto do mundo, a questão do patrimônio também passou e ainda passa por mudanças, refletidas nas ações oficiais de preservação e na resposta que estas têm na sociedade.

Muito se avançou nas discussões e ações de preservação do patrimônio cultural, tanto em seu aspecto material como imaterial. Por outro lado, ainda há muito a ser feito para ações ainda mais efetivas, que levem em conta a memória e a identidade sociais.

Referências Bibliográficas

Anderson, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática. 191p., 1989.

Bourdieu, P. Sobre o poder simbólico. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.7-16, 1998.

Bourdin, A. *Patrimônio: passado e presente*. Rio de Janeiro: IUPERJ/SBI. Série Estudos, 57. 15p., 1987.

Candau, J. *Le jeu social de la mémoire et de l'identité (2): fonder, construire*. In: _____. *Mémoire et identité*. Paris: PUF. p.131-173, 1998.

Chastel, A. *La notion de patrimoine*. In: Nora, P. (ed.) *Les lieux de mémoire*. Paris: Éditions Quarto Gallimard. p.1433-1469, 1997.

Choay, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP. p.182, 2001.

Durham, E. R. Cultura, patrimônio e preservação: texto II. In: Arantes, A. A.. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense. p. 23-58, 1984.

Fonseca, M. C. L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ;IPHAN. 316p., 1997.

Fortuna, C. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 23 (8):127-141, 1993.

Giddens, A. Os contornos da alta modernidade. In: _____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p.17-38, 2002.

Hall, S. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24:68-75, 1996

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 102p., 2002.

Hobsbawm, E. Introdução. In: Hobsbawm, E; Ranger, T. (orgs.) *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.9-23, 1997.

Le Goff, J. Memória. In: _____. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p.423-486, 1996.

Nora, P. (1997) Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: _____. (ed.), *Les lieux de mémoire*. Paris: Éditions Quarto Gallimard. p.23-42, 1997.

Pollak, M. (1989) Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. 2(3):3-15. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br, p.1-12, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. 5(10):200-212. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br, p.1-15, 1992.

Rodrigues, M. De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24:195-203, 1996.

Santos, M. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 23(8):70-84, 1993.

_____. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 13(38):151-165, 1998.

Silva, M. B. S. R. Preservação na gestão das cidades. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 24:165-174, 1996.

Teixeira Coelho, J. Dicionário Crítico de Política Cultural - Cultura e Imaginário. Iluminuras. 383p., 1998.

A experiência do Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal de Campos dos Goytacazes

Ronaldo Guimaraes Vicente
Lucas Viana Aragão

O objetivo deste artigo é expor e discutir a experiência realizada no âmbito da gestão pública referente ao Conselho de Proteção do Patrimônio Arquitetônico Municipal de Campos dos Goytacazes (COPPAM). O artigo em questão é fruto da dissertação *Políticas públicas de cultura: uma análise da atuação do conselho de preservação do patrimônio arquitetônico municipal/COPPAM*, elaborada no âmbito do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, entre os anos de 2008-2010. Tendo em vista a propagação dos conselhos municipais gestores pelo Brasil, é importante analisar o potencial desta nova institucionalidade para aprofundar o conteúdo democrático na gestão das políticas públicas previsto na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e aumentar a eficiência destas por meio do controle

social. O potencial desse instrumento de gestão pública é ressaltado por Gohn:

Os conselhos gestores setoriais são uma das principais inovações democráticas no campo das políticas públicas, ao normatizarem a possibilidade de interlocução entre a sociedade política e a sociedade civil organizada. Ou seja, sua grande novidade é terem criado um novo padrão de relação entre Estado e Sociedade, via a ampliação da esfera social pública.

Este fato possibilitou uma porta de entrada, mais acessível a novos atores sociais em locais de tomadas de decisões políticas (Gohn 2008:97).

Segundo Azevedo e Botelho (2005), os conselhos gestores permitem aos cidadãos a sua integração na co-gestão administrativa, além de oferecerem subsídios para que os mesmos possam identificar e contribuir na eleição de políticas públicas que favoreçam a realidade da própria comunidade à qual pertencam.

Gohn (2000) assinala que os conselhos gestores são diferentes dos conselhos comunitários, populares ou dos fóruns civis não-governamentais, porque estes últimos são compostos exclusivamente de representantes da sociedade civil, cujo poder reside na força da mobilização e da pressão, não possuindo assento institucional junto ao poder público. Os conselhos gestores são diferentes também dos Conselhos de “notáveis”⁴⁸ que, já existiam nas esferas públicas no passado, compostos exclusivamente por especialistas.

Percebe-se que os conselhos gestores são agentes de inovação e espaço de negociação dos conflitos. Eles podem ser tanto instrumentos valiosos para a constituição de uma gestão democrática e participativa, como podem ser também estruturas burocráticas formais e/ou simples elos de transmissão de políticas sociais elaboradas por cúpulas. Disso resulta que os conselhos são espaços de caráter duplo: implicam, de um lado, a ampliação do espaço público – atuando como agentes de mediação dos conflitos remando, portanto, contra as tendências das políticas neoliberais de suprimir os espaços

48 Como é o caso do Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

de mediação dos conflitos; mas, de outro lado, dependendo da forma como são compostos poderão eliminar os efeitos do *empoderamento*, do sentido de pertencer dos indivíduos, e reafirmar antigas práticas herdeiras do fisiologismo (Gohn 2007:107-108).

Albuquerque (2006) ressalta a existência de alguns benefícios na atuação dos conselheiros representantes da comunidade. Segundo o autor, a principal contribuição advém da melhora nas diretrizes das ações do governo para a satisfação das demandas sociais, uma vez que estão próximos dos problemas locais, conferindo inclusive maior transparência nas alocações dos recursos para desenvolvimento das ações planejadas.

Durante o período ditatorial (1964-1985), as relações intergovernamentais do Brasil se caracterizavam por um modelo de Estado unitário longe de se assemelhar a paradigmas de federações. Sendo assim, governadores e prefeitos das capitais de muitas cidades foram destituídos de base própria e autonomia política e eram selecionados através de eleições indiretas e por indicação da cúpula militar. Dessa maneira sua autoridade política não advinha do voto direto.

A partir da década de 80, o Brasil passa por um processo de redemocratização, incluindo em sua agenda, entre outras demandas, um projeto de reformas setoriais do Sistema de Proteção Social Brasileiro, conforme aponta Arretche,

Ao longo dos anos 80, recuperaram-se as bases do Estado federativo no Brasil. A democratização — particularmente, a retomada de eleições diretas para todos os níveis de governo — e a descentralização fiscal da Constituição de 1988 alteraram profundamente a natureza das relações intergovernamentais. A autoridade política de governadores e prefeitos não deriva do governo central, mas do voto popular direto. Paralelamente, estes últimos também expandiram expressivamente sua autoridade sobre recursos fiscais — uma vez que se ampliou a parcela dos tributos federais que é automaticamente transferida aos governos subnacionais —, assim como passaram a ter autoridade tributária sobre impostos de significativa

importância. Em suma, no Brasil pós-1988, a autoridade política de cada nível de governo é soberana e independente das demais. Diferentemente de outros países, os municípios brasileiros foram declarados entes federativos autônomos, o que implica que um prefeito é autoridade soberana em sua circunscrição (Arretche 1999:104).

Essa nova orientação acarretou duas importantes modificações no processo de elaboração de políticas públicas governamentais. A primeira diz respeito à descentralização, ou seja, a transferência da responsabilidade decisória para as instâncias estaduais e municipais; o segundo ponto diz respeito ao viés claramente participativo que a partir daquele momento, deveria caracterizar o processo decisório (Jacobi 2008).

Partindo do pressuposto de que um Estado descentralizado não pode prescindir de canais de participação, possibilitando que as questões sejam administradas no âmbito da esfera pública, a CF/88 regulamentou a participação popular como elemento no processo político. Introduziu-se uma série de mecanismos permitindo que representações de segmentos sociais tivessem acesso ao governo e tomassem decisão sobre alguns problemas públicos, sinalizando para o fato de que a dinâmica social deve exercer uma influência significativa sobre as experiências de formulação e implementação de políticas locais.

A abertura de novos canais de comunicação entre os(as) cidadãos(ãs) e o Estado passou a constituir um instrumento fundamental da gestão pública, evidenciando inusitados aspectos da dinâmica política da sociedade civil. Foi criado, assim, um ambiente propício à inserção dos atores sociais e, além de qualquer princípio ideológico, um fato passou a se impor no panorama brasileiro: a colaboração entre entidades da sociedade civil e órgãos governamentais, que multiplicou-se, desde a atuação em nível comunitário, até a colaboração em programas sociais (Lubambo 2002).

Novas também foram as estratégias: as entidades abriram arenas

alternativas de intermediação de interesses ao se relacionarem diretamente com a burocracia estatal, quer mediante comissões técnicas e de articulação, a exemplo dos fóruns populares de programas específicos, quer mediante mecanismos de controle social, criados a partir de então, como os conselhos gestores nos municípios.

Os conselhos de cultura em alguns municípios têm ampliado a preservação do patrimônio. Importante destacar que, até o ano de 2006⁴⁹, do total de municípios do país, um percentual de 13,3% possuía conselhos específicos para a área de proteção ao patrimônio cultural (IBGE, 2007). Passados seis anos este número cresceu 2,5%, quantidade que consideramos pouco expressiva, frente a todo incentivo fornecido pelas esferas Federal e Estadual.

Houve um avanço significativo no processo de criação de Conselhos de Preservação do Patrimônio, principalmente entre os anos de 1996 a 2006 (0,1 – 1,8%), em comparação aos anos anteriores. Muito desta elevação do número de Conselhos Municipais de Preservação se deve à criação de leis de incentivo fiscais estaduais, como a lei “Robin Hood” (Decreto-Lei nº 32.771, de julho de 1991).

A distribuição geográfica dos conselhos de preservação do patrimônio pelos estados brasileiros, demonstram que encontram-se espacializados de forma heterogênea. Entretanto, há uma grande concentração na Região Sudeste e no Sul do país, apesar da grande diferença entre as duas. Mais de 40% dos municípios do Sudeste possuem Conselhos. No Sul, 8,1% de seus municípios apresentam esta instância (IBGE, 2013).

Destaca-se o alto número de conselhos localizados no Estado

49 Para elaboração da dissertação trabalhamos com os dados do ano de 2006, o mais recentes que tivemos acesso até aquele momento, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através da pesquisa de informações básicas municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro, 2007. Para o artigo em questão, utilizamos também os dados de 2012, de maneira a fornecer um panorama comparativo e evolutivo, sobre a realidade das instituições e políticas de preservação do patrimônio municipal aos leitores e as leitoras.

de Minas Gerais, onde, até 2006, dos 853 municípios mineiros, 517 declararam possuir conselhos de preservação do patrimônio, ou seja, 60,6% do total dos municípios deste estado (IBGE, 2007). A proporção de conselhos se elevou nos últimos seis anos em Minas, onde 67,8% dos municípios possuem conselhos de preservação, seguido pelo Rio de Janeiro (17,4%), São Paulo (14,7%) e Rio Grande do Sul (10,3%), (IBGE, 2013).

Mesmo entre os municípios que possuem conselhos de preservação, poucos são os que contam com legislação municipal de patrimônio. Até o ano 2006, dos 57,9% municípios que declararam adotar políticas para a área de cultura, 36,7% declararam ter ações destinadas à preservação de patrimônio. Esta situação mostra que, apesar de os municípios declararem implementar políticas para área de preservação, em mais da metade destes, estas são colocadas em prática sem a presença de conselhos ou de legislação específica para a área. E dos 13,3% dos municípios que possuíam conselhos de patrimônio, em apenas 17,7% há legislação municipal de patrimônio (IBGE 2006).

Levando em consideração que modelos de gestão democrática do patrimônio cultural são sinônimos de participação da população local nas decisões, deduz-se que as medidas implementadas na área de preservação de patrimônio ainda se encontram extremamente concentradas no poder público. Seria recomendável a criação de Conselhos de Proteção ao Patrimônio apenas nos municípios que possuem legislação, de maneira a facilitar a fiscalização das ações.

A CF/88 definiu a competência do município na gestão do patrimônio cultural, garantindo a colaboração da comunidade no processo. Em Campos dos Goytacazes - RJ, a promulgação da Lei nº 7527/2003 internalizou as disposições constitucionais referente a proteção do patrimônio cultural com a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal (COPPAM), instrumento que visa à democratização e o aumento

da participação popular na gestão do patrimônio cultural. Analisaremos abaixo a dinâmica e os efeitos desse instrumento de gestão e participação pública previstos nos artigos 215 e 216 da CF/88.

O Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal - COPPAM

A criação de Conselhos Gestores Municipais, em Campos dos Goytacazes, está associada aos princípios que devem nortear a Administração Pública, previstos na Lei Orgânica Municipal de 28 de março de 1990, descrita como competência do município no Art. 4º “atendidos os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população”. A participação popular está descrita em seu Art. 173º, “É garantida a participação popular, através de entidades representativas, nas fases de elaboração e implementação do Plano Diretor, em Conselho Municipal a ser definido em lei”.

As prerrogativas legais, contudo, só se fizeram valer no momento em que o Estado se viu pressionado pela sociedade civil no sentido de uma ação mais sólida nesse sentido. Esse primeiro momento iniciou-se pelo descontentamento de um grupo, majoritariamente formado por intelectuais, com a política de preservação que ocorria na cidade.

O município, representado pelo prefeito Arnaldo Viana (1998-2005), foi convocado pelo Ministério Público (MP) e obrigado a assinar um ajustamento de conduta em 2002⁵⁰, criando o Comitê de Preservação do Patrimônio (CPP), composto por seis membros, constituindo-se de três representantes do Executivo Municipal (Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Campos - IPPUCAM, Diretora do Museu de Campos dos Goytacazes/RJ, Procurador Geral do Município), dois representantes dos órgãos

50 Em 2002, através da portaria 626, é nomeado o referido grupo, que inicia um trabalho de conscientização e preservação do patrimônio municipal, de acordo com os artigos 51 e 52 do plano diretor vigente.

estaduais (Secretaria de Planejamento do Estado, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), e um representante da comunidade⁵¹.

O CPP foi formado a partir da designação da própria Prefeitura e vigorou até o ano de 2003. Em 19 de dezembro de 2003, a lei municipal nº 7.527/2003 institui a preservação, conservação e revitalização do patrimônio cultural e natural do município de Campos dos Goytacazes e cria o COPPAM, em substituição ao CPP, que passa a contar com 12 membros que, de acordo com o Art. 3º do decreto 73/2004, teriam mandato com vigência de 4 (quatro) anos. O Parágrafo Único do Art. 5º da referida Lei, exhibe a composição do Conselho por representação, este dividido em seis membros do Executivo Municipal; dois de Órgãos Estaduais; um (01) do Órgão Federal; e três da comunidade local⁵².

Percebe-se, com o exposto, que o Conselho possui o caráter não paritário, apontado por alguns dos especialistas⁵³, como um dos principais problemas na atuação dos Conselhos Gestores Municipais, devido ao aumento da dificuldade em reconhecer a validade dos diversos interesses, saberes e opiniões dos participantes. Quando estabelecida a paridade, o Conselho ganha através da melhora nas diretrizes das ações do governo para a satisfação das demandas sociais (Albuquerque 2006).

Quanto à ocupação dos membros do COPPAM, consta em

51 Título III – Da política urbana e de controle do uso do solo. Capítulo II – Da Estrutura interna da cidade e do direcionamento de sua ocupação. Seção I – Das áreas de preservação do patrimônio cultural. Parágrafo único.

52 I – Representantes do Executivo Municipal: Secretaria de Planejamento; Secretaria de Obras e Urbanismo; Secretaria de Defesa Civil; Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Campos (IPPUCAM); Procuradoria Geral do Município. II – Representantes de Órgãos Estaduais: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC). III – Representante de Órgão Federal: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). IV – Comunidade Local: Três Membros.

53 Albuquerque (2006), Carvalho (1998), Gohn (2008).

ofício⁵⁴, que os membros nomeados pela portaria nº 1696/2008, republicada em 27 de junho de 2008, que compunham o Conselho até a data exposta, divididos por ocupação somavam um total de, 3 (três) advogados, 7 (sete) arquitetos, 1(um) engenheiro e 1 (uma) historiadora. Nota-se que faltava ao instrumento uma maior diversidade na composição de seus membros. Isto pode ser justificado pela nomeação dos membros ter ocorrido por privilegiar “notório saber” no campo de preservação do patrimônio cultural. Entretanto, como foi averiguado através das entrevistas, metade dos entrevistados⁵⁵ alegaram nunca ter atuado na área de preservação do patrimônio cultural.

Segundo o Art. 5º da Lei Municipal 7.527/03, o COPPAM possuía como função ser um órgão de caráter deliberativo e consultivo, integrante da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Controle Geral⁵⁶. Sua finalidade foi auxiliar no desenvolvimento da política cultural do município, através da preservação dos seus bens culturais.

O Art. 226º do Plano Diretor de 2007 substancia as funções que caberiam ao Conselho, sintetizadas em realizar obras de recuperação de bens; embargar obras sem autorização; cassar alvará de obras sem licença; impedir a expedição ou renovação de atividades que possam ferir a integridade de bens com valor cultural para o município, além de emitir licenças para imóveis situados no entorno do bem ou que possam repercutir de alguma forma na segurança, na ambiência ou na visibilidade do bem tombado.

Os atores sociais que estavam incumbidos na atuação do COPPAM no período de 2004-2008⁵⁷ somavam um total de

54 Ofício nº 139/08, em resposta ao ofício nº 2619/2008.

55 Reforçando que dentre os entrevistados encontravam-se os representantes dos órgãos Federal e Estadual de preservação.

56 A partir de 2010 quando ocorre a posse dos novos membros, este passou a integrar a Secretaria de Cultura do Município de Campos.

57 Como foi exposto anteriormente, no final de 2008 o Conselho ficou paralisado, com a troca da gestão do Executivo Municipal.

doze⁵⁸ e representavam cada qual uma entidade. O Decreto 73, de 10 de Março de 2004, institui em seu Art. 3º que os conselheiros teriam mandato com vigência de 4 anos. Percebe-se que o Conselho não se distanciava da operacionalização do ordenamento jurídico da maioria dos Conselhos Gestores Municipais. Esta forma de estrutura tem sido revista, pois ela está acoplada às eleições municipais. Como afirma Gohn (2000), alguns analistas têm sugerido que a renovação do mandato dos conselheiros seja parcial, para não coincidir com o mandato dos dirigentes e alcaides municipais, desacoplada dos períodos dos mandatos eleitorais.

Quanto às reuniões do Conselho, estas aconteciam ordinariamente uma (01) vez por semana, podendo ser convocadas extraordinariamente quando necessário, iniciando sempre com a leitura e a votação da ata da reunião anterior e leitura da correspondência pertinente. Ou seja, a frequência das reuniões do COPPAM iriam muito além do que a de grande parte dos Conselhos de Preservação Municipal existentes no Brasil, que possuem uma frequência bimestral ou trimestral.

No regimento interno do Conselho não existe, especificamente, algo sobre o funcionamento das reuniões, por exemplo, se funcionam de modo aberta ou não a membros ouvintes. Entretanto, no Título III, Art. 7º, § 2º do Regimento, encontra-se que qualquer pessoa presente terá direito a voz, desde que apresentada por conselheiro e aprovado pela plenária.

Conforme as entrevistas realizadas com seis representantes do COPPAM, foi possível verificar que a participação de membros externos ocorria, desde que marcada com antecedência, em virtude de trabalho de campo e vistorias dos membros

58 A partir da Portaria N°263/2009, de 10 de setembro de 2009, a prefeita de Campos, altera a composição do COPPAM, e este passa a ser composto de 14 membros. Os novos representantes foram empossados no dia 14 de junho de 2010, aumentando o número de representantes da sociedade civil. Este passou a ser composto por 4 (quatro) membros. Mesmo com este aumento ainda não há uma paridade entre os representantes.

pela cidade. Entretanto, a análise das atas verificou a pequena presença de cidadãos de Campos nas reuniões, confirmando a baixa participação da população. Um elemento que pode ter influenciado neste processo foi a baixa divulgação das atividades (ou das competências) do Conselho e de suas ações, fato ressaltado pelos próprios conselheiros. Além disso, convém reforçar que a pauta faz diferença no aumento do número da participação da sociedade, visto que isto acontece de acordo com a temática.

De acordo com as atas analisadas, os temas mais comuns a serem deliberados pelo COPPAM foram: a permissão de demolições, a isenção de IPTU para imóveis tombados, a liberação do uso dos espaços públicos (praças, calçadão) para eventos organizados pela sociedade e os processos de tombamentos.

Abaixo se encontra a Tabela 1 com a definição total do orçamento do COPPAM para o ano de 2005.

Tabela 1 - ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO COPPAM PARA 2005	
Inventário dos Bens Imóveis	R\$ 300.000,00;
JETTON	R\$ 200.000,00;
Criação de Fundo previsto na Lei do COPPAM	R\$ 900.000,00;
Verba de Representação	R\$ 24.000,00;
Desapropriação de Imóveis	R\$ 150.000,00;
TOTAL	R\$ 1.524.000,00*;

Tabela elaborada a partir de dados retirados
da ata de reunião do dia 10 de agosto de 2004.

*Este valor encontra-se na ata supracitada, entretanto, o somatório correto dos valores seria igual a 1.574.000,00.

A maioria dos conselheiros entrevistados aponta que a verba do Conselho era, de fato, pequena e que poucas vezes foi revertida em ações voltadas para a preservação do patrimônio. Estes casos serão abordados mais adiante. O grosso desta verba concentrava-se no *jetton* (bonificação aos membros, pela participação das reuniões). Sobre a demanda do orçamento anual, poucas informações surgiram, a maior parte dos entrevistados aponta que o Conselho não obtinha verba própria, sendo esta ligada à Secretaria de Planejamento.

O Art. 39º da lei 7.527 institui o Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural de Campos dos Goytacazes (FUNPPAC), verba destinada à execução de serviços e obras de manutenção e reparo dos bens tombados, que funcionaria junto à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Controle Geral, sob a orientação do COPPAM. Entretanto, de acordo com os entrevistados, a verba instituída em lei nunca foi colocada em prática.

O orçamento destinado ao COPPAM era originado a partir do orçamento anual da Secretaria de Planejamento, que neste período era articulada com a Secretaria de Controle, para o ano de 2005 foi de R\$11,825. Destarte, o orçamento anual de 2005 do COPPAM representou 12,8% do orçamento da Secretaria de Planejamento.

O orçamento de 2006 da Secretaria de Planejamento diminuiu mais que 50%, devido ao desmembramento da Secretaria de Controle. Se o COPPAM mantivesse o mesmo orçamento anual de 2005 no ano seguinte, este representaria 28,7% da verba da Secretaria de Planejamento.

Baseando-se nos dados de elaboração do orçamento de 2005, nota-se que a verba de *jetton*, que representa 13,1% do total do orçamento, é maior do que a verba de representação (1,5%), que se tratava de uma verba para realização de viagens para congressos, contatos com outras instituições, entre outras; ou de desapropriação de imóveis (9,8%).

No Art. 7º da Lei 7.537, encontra-se que o *jetton* seria equivalente a 30% (trinta por cento) do valor atribuído ao DAS – 7, na Administração

Direta, a ser pago mensalmente aos conselheiros que comparecessem às sessões. Já o Presidente do Conselho recebia esse valor, acrescido de 20%. Vários contatos foram feitos com a Prefeitura de Campos para descobrir o valor estabelecido para o DAS-7 no período em que o Conselho estava vigente. Entretanto, não houve a disponibilização dos dados por parte da mesma, ainda que se tratando de um dado público. Apesar disso, os representantes alegaram que o *jetton* girava em torno de 300 reais por sessão, ou seja, 1200 mensais.

Concordando com Moreira (1999), como a atividade de conselheiro é de extrema relevância pública, esta não deveria ser remunerada, a não ser em Conselhos com função tutelar, ou em casos em que os(as) conselheiras(os) dependam exclusivamente desta renda. Entretanto, algumas das deliberações do Conselho são influenciadas por conselheiros que eventualmente dependam exclusivamente desta remuneração. Portanto, é um instrumento que necessita cautela e operacionalidade ao ser posto em prática, uma vez que se trata de verba pública.

Instrumentos e Ações

O poder municipal lança mão de alguns instrumentos, afirmando assim sua legitimidade, para promover a preservação dos bens culturais. Dentre estes, podemos destacar: a Lei do Perímetro Urbano, Zoneamento, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Lei de Parcelamento do Solo Urbano. Além disso, ainda detém instrumentos específicos e complementares para a preservação do patrimônio ambiental urbano. Ressalta-se que, entre os utilizados como instrumentos específicos, o tombamento ainda é o principal meio de proteção dos órgãos de preservação e vem sendo tratado quase como instrumento auto-suficiente, respaldado no Decreto-Lei 25/1937 e suas derivações nas leis estaduais e municipais de tombamento. Ele é apresentado como um instituto jurídico dentre os diversos instrumentos da política urbana que deverão ser aplicados para os fins da Lei.

Por esta razão, pode um bem estar sujeito ao regime de proteção nas três esferas governamentais, implicando sobreposição de normativas, distinção da condução da proteção e, em última instância, razão de conflitos. Representando o fortalecimento da função social da cidade, o Art. 4º do Estatuto da Cidade (EC) também garante o tombamento como dispositivo legal para preservar o patrimônio de uma cidade.

Através da pesquisa documental, foi possível perceber que alguns membros do Conselho se preocupavam com o tombamento de alguns imóveis em particular. Este fato se exemplifica quando, na ata da reunião de 05 de junho 2007, um conselheiro sugere o tombamento de todas as chaminés, justificando-se através da importância para a ambiência da cidade, e depois ser revisto caso a caso. Em outra ocasião, é apresentado⁵⁹ ao Conselho um documento elaborado por um dos conselheiros sobre um estudo para o tombamento do centro histórico de Campos.

Os dados sobre o tombamento levavam a respostas confusas, muito em virtude do COPPAM trabalhar com mais de um conceito utilizado como instrumento de preservação. Nas atas, aparece a existência de imóveis preservados, tutelados e tombados, porém não contando as definições dos termos em nenhum texto legal ao qual houve acesso. Em entrevista, um dos conselheiros explica que estas diferenças estão de acordo com o nível de conservação e descaracterização dos bens, ou seja, o tombamento seria o maior nível de manutenção de um imóvel, caso um bem fosse tombado pela esfera municipal, este deveria ser mantido integralmente. À preservação caberia algum tipo de alteração do imóvel. Em várias atas, consta que o COPPAM delibera pela alteração de um bem, pautada na preservação; grande parte destas alterações concentram-se na fachada, pintura e acréscimo de andar, desde que respeitada a volumetria legal.

Um conselheiro aponta ainda que a tutela corresponde a:

Tutela é exatamente se você tem uma casa ou um terreno do lado, mas

59 Ata número cento e vinte e oito, referente à reunião do dia 28 de agosto de 2007.

a casa (...) mantém a mesma volumetria de todas as outras casas, e não tira as características de conjunto do período, ela está ali no meio, mas ela está inerte, ela não... por mais que ela seja totalmente descaracterizada, seja moderna, ela não interfere no conjunto, aí ela é tutelada. Você não pode pegar aquela casa e colocar dois, três andares mais alto que os prédios, construir um edifício do lado, você descaracteriza a ocupação do espaço, ou um terreno, muitas vezes um terreno ele está do lado de um prédio tombado, se você deixar construir uma casa, primeiro você vai tapar a paisagem, ou vai esconder o prédio, ou vai descaracterizar o conjunto [...] (Ata número cento e vinte sete, referente à reunião do dia 21 de agosto de 2007)

Portanto, a tutela do bem garantiria a ambiência, daí grande parte dos proprietários entrar com o pedido de demolição do imóvel, e o COPPAM não se opor, quando este era tutelado.

Contudo, a pesquisa revelou que os processos de tombamento existentes no COPPAM envolvem predominantemente bens imóveis religiosos da cidade, especificamente sete igrejas de Campos⁶⁰.

Apesar do município não dispor de lei específica para o tema, a Lei de criação do COPPAM contém um capítulo específico para o tombamento dos bens culturais municipais. De acordo com o 15º Artigo da Lei o procedimento para o tombamento municipal de algum bem deveria passar pelo seguinte processo:

Art. 15º – Na decisão do COPPAM que determinar o tombamento deverá constar:

I – Descrição do bem.

II – Fundamentação das características pelas quais o bem será incluído no Livro de Tombo.

III – Definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras instalações e utilizações.

60 I – Igreja Catedral – localizada na Praça São Salvador; II – Igreja Nossa Senhora da Lapa – localizada às margens do Rio Paraíba do Sul; III – Igreja São Francisco de Assis – localizada na Rua Treze de Maio, nº 182; IV – Igreja Nossa Senhora do Carmo – localizada na Rua Treze de Maio, nº 44; V – Igreja Nossa Senhora da Boa Morte – localizada na Avenida Alberto Torres, nº 41; VI – Igreja Nossa Senhora do Rosário – localizada na Praça do Rosário, nº 14; VII – Igreja Nossa Senhora do Terço – localizada na Rua Carlos de Lacerda, nº 40.

IV – As limitações impostas ao entorno e ambiência do bem tombado, quando necessário.

V – No caso de bens móveis, o procedimento para sua saída do município.

VI – No caso de tombamento de coleções de bens, relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.

Para que entrasse em vigor o processo de tombamento dos monumentos, alguns representantes do COPPAM organizaram um documento contendo um resumo da importância histórica dessas igrejas, cujos dados foram retirados principalmente do INEPAC e da Prefeitura de Campos.

O censo do IBGE demonstrou que pouquíssimos são os Conselhos de Preservação de Patrimônio que conseguem atuar na participação da formulação de Planos Diretores, no que tange à adequação das exigências de preservação do patrimônio cultural. Visto por esse viés, o COPPAM realizou um grande feito, e o tombamento das igrejas serviu como um passo importante na política de preservação para o município. Apesar disso, levando em consideração a importância do patrimônio cultural de Campos dos Goytacazes e as atribuições do órgão que se destinam em sua grande maioria à ação do tombamento, a atuação do Conselho está aquém do imaginado.

Áreas de Proteção do Ambiente Construído – APAC ou Áreas de Especial Interesse Cultural – AEIC

As Áreas de Proteção do Ambiente Construído - APACs foram criadas visando à melhoria das condições de habitabilidade nas áreas de intervenção, preservando a morfologia e o valor cultural das edificações, buscando dinamizar a vida econômica social e cultural através dos valores do próprio bairro. Na cidade do Rio de Janeiro, o chamado Corredor Cultural, constitui uma política cultural nos moldes da APAC. Sem dúvida, a experiência da criação da área de proteção do Corredor Cultural no Rio conseguiu dar incentivos a

outras regiões para utilizar-se da mesma política, não se concentrando apenas nas áreas históricas da cidade.

Os Planos Diretores dos municípios devem incorporar mapeamento e zoneamento específicos para a proteção do patrimônio cultural, definidos através de Áreas de Diretrizes Especiais, instrumentos urbanísticos próprios para a preservação. A definição de diretrizes especiais passa pelo controle altimétrico, afastamentos, padronização de passeios, engenhos de publicidade e estabelecimento de usos específicos. Além da isenção de IPTU, alguns outros instrumentos são bem representativos neste processo, como a Transferência do Direito de Construir, Operações Urbanas Consorciadas e Parcelamento, edificação ou utilização compulsórias de áreas ou bens culturais protegidos. O único instrumento de que o COPPAM conseguiu lançar mão como incentivo à preservação do patrimônio foi a redução de IPTU.

As Áreas de Especial Interesse Cultural – AEIC, explicitado no Plano Diretor de 2007, estão definidas de acordo com o Art. 229º como referente aos,

[...] conjuntos urbanos e arquitetônicos, aos sítios naturais ou agenciados pelo homem que, por sua relevância e representatividade dos valores históricos, científicos, culturais, sociais e étnicos para o povo campista, devem ser protegidos e para os quais serão estabelecidas diretrizes e medidas voltadas para sua preservação e valorização, através de lei específica encaminhada pelo Executivo Municipal à Câmara Municipal para aprovação, em um prazo não superior a 90 dias contados da publicação do Plano Diretor.

No caso de Campos, a AEIC está focalizada na área central da cidade. Apesar de concentrar a preservação de imóveis, consta no Plano Diretor que a área deve abranger ainda outros conjuntos arquitetônicos localizados fora da sede municipal, sítios arqueológicos e os sambaquis e, ainda, os remanescentes quilombolas existentes no município e suas terras.

Mais da metade dos conselheiros(as) entrevistados(as) quando perguntados(as) a respeito do maior ganho do Conselho em seu

período de atuação apontaram a AEIC como exemplo. Este fato mostra a importância dessa política de preservação cultural para os conselheiros. Um deles expõe que a proposta levou meses para ser elaborada até entrar no Plano Diretor. Ele exprime que as discussões giravam em torno

[...] da definição do perímetro, como isso seria feito, os critérios, eram todos estudados e propostos na hora, era votado e o projeto ia sendo costurado, até que uma vez formalizado era todo lido, por todos nós, porque a secretária passava por e-mail, a gente lia antes da reunião e na reunião final era votado, e a reunião era só pra isso, discussão de item por item, palavras, termos, ações. (Representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Campos – IPPUCAM no COPPAM, naquela gestão)

Apesar de não aparecer nestes termos, a elaboração da Área Especial de Interesse Cultural se confirma na pesquisa documental, em que se percebe que as discussões sobre a mesma aparecem em várias atas de reuniões.

O AEIC virou argumento de preservação oficial do COPPAM. Pedido de reforma, demolição, alteração, entre outros, eram analisados e, no caso de serem imóveis que estivessem listados na AEIC era negado o pedido.

Como consta no Plano Diretor, as finalidades desta ação, expressa no Art. 232º, seriam três;

I - Garantir a preservação das edificações de caráter histórico de Campos dos Goytacazes,

II - Compatibilizar e adequar os diversos tecidos urbanos construídos em épocas distintas da evolução do núcleo da cidade em um mesmo ambiente urbano,

III - Resgatar importantes elementos da memória coletiva e de convergência de identidade dos cidadãos que nela convivem, através de pesquisas, atividades sócio-educativas e de inclusão social.

O terceiro item do Art. 232º, expressa a preocupação dos conselheiros(as) para com os cidadãos, no que diz respeito ao ganho de uma consciência de preservação; entretanto, não foram encontradas ações voltadas à educação patrimonial e ao aumento da

conscientização a respeito desta temática por parte do COPPAM. A geração da AEIC em si mesmo dificilmente iria (e irá) contribuir para o aumento da conscientização da população local se não for acompanhada de um projeto de resgate somado a estratégias consistentes voltados a educação patrimonial. Alguns membros conseguiam ter esta percepção. Um exemplo é o apontamento por um dos conselheiros, demonstrando sua visão para que viesse acontecer o aumento da participação no Conselho,

[...] acho que a criação de um programa educativo na cidade que perpassse pelas escolas, onde se procure instaurar nas disciplinas que são ministradas nas escolas, aulas de história de Campos é importantíssimo, sem isso acho que não existe avanço, avanço concreto, a gente tem ações isoladas, pontuais, mas no grosso, nada se modifica de verdade. (Representante do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no COPPAM, naquela gestão)

Portanto, a leitura e a análise das atas das reuniões do COPPAM e o emprego da técnica de entrevistas semi-estruturadas revelou a percepção dos conselheiros sobre a divulgação das ações do Conselho e a informação da sociedade nas questões relativas à preservação patrimonial.

Redução de IPTU

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é um instrumento de tributação/ou arrecadação tributária que tem sido utilizado como artifício de negociação pelo poder executivo para fins específicos, previsto na CF/88 (Art. 182º, § 4º, III) e regulamentado no EC e no Código Tributário Nacional, Lei Federal nº 5.172 de 25.10.1966. A isenção ou redução do IPTU apresenta-se como uma tentativa de auxiliar a manutenção dos bens preservados pelo município. Este procedimento está previsto no Art. 28º da Lei Municipal 7.527, da seguinte maneira:

Art. 28º – O Poder Público Municipal, ouvido o COPPAM, poderá reduzir o IPTU e outros impostos municipais dos bens tombados sempre que seja

indispensável à manutenção do bem, de acordo com regulamento que para isto expedirá.

§ 1º - Em nenhum caso a redução poderá ultrapassar 80% do valor imposto.

§ 2º - A redução de imposto será condicionada à preservação do bem tombado.

§ 3º - A redução de que trata este artigo poderá ser revogada a critério da Administração Municipal.

Em alguns municípios, o estabelecimento da Lei de redução ou isenção do IPTU aplicado à preservação do patrimônio cultural ocorre a partir da relação de parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Prefeitura. O IPHAN estabelece os critérios para avaliação dos percentuais do incentivo e promove a avaliação dos imóveis, classificando-os segundo sua importância em algumas categorias, aplicando sobre estes parâmetros de análise de conservação. E a prefeitura aplica os percentuais definidos e repassados pelo IPHAN para a cobrança do imposto.

O município de Campos não segue este modelo, deixando o Conselho de Preservação do Patrimônio responsável pelos pareceres dos bens que possuem relevância histórica ou artística para a cidade. De acordo com os representantes do Conselho, a política de redução do IPTU tentou seguir um modelo parecido com o do IPHAN, onde foi elaborada uma lista com o grau de preservação e sua correspondente porcentagem de redução do imposto. Isto era confirmado através de fotos ou visita ao local que eram anexados aos pareceres.

Como consta nas atas, a política de compensação de impostos atrelada à preservação dos bens arquitetônicos em Campos começa a ser aplicada a partir do ano de 2006. Consequentemente, como se trata de uma política recente e com os devidos ajustes, até mesmo legais, os membros possuíam certa dificuldade em sua aplicação. Novamente, percebe-se uma falta de critérios nas deliberações. De acordo com um dos Conselheiros, a política de redução de IPTU foi pensada em Campos visando os imóveis do centro da cidade.

Entretanto, proprietários de imóveis de outros bairros, mas que estavam restaurando itens que não estavam na listagem elaborada pelo COPPAM, começaram a pedir redução de IPTU.

Houve problemas no decorrer da pesquisa, sobretudo a grande dificuldade no acesso à documentação e o óbice da paralisação do conselho, a partir da troca de gestão municipal. Essas dificuldades caracterizam uma deficiência na transparência e na própria estruturação de uma política patrimonial mais sólida e contínua. Infelizmente, não foi possível ter acesso aos pareceres que eram elaborados pelo Conselho. Entretanto, o que consta nas atas sobre a política de redução de IPTU, é que os conselheiros baseavam-se na Lei nº 7.891 de 26 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial do Município, Monitor Campista em 27 de dezembro 2006, atualizada conforme inciso XI do artigo 6º da Lei nº 7.980, de 20 de dezembro de 2008, informando os respectivos proprietários, caso o imóvel fosse preservado, de que haveria redução de impostos, devendo, para tal, ser feita solicitação à Secretaria Municipal de Fazenda.

Percebe-se que, também em Campos dos Goytacazes, a política de redução de IPTU é um incentivo à preservação dos bens pelos proprietários, transformando-se, como apontam alguns entrevistados, em uma tentativa de conscientização. Alguns casos exemplares foram citados nas entrevistas, como aquele em que houve a recuperação de um imóvel preservado pelo proprietário, incentivada pela compensação da redução do imposto.

Entretanto, nota-se que a forma como esta política foi aplicada em Campos dos Goytacazes poderia ter sido bem mais atrativa, abrangendo uma maior conscientização, caso contemplasse a isenção total do IPTU aos bens que fossem identificados como de importância histórica ou artística local que, de acordo com os entrevistados, não é o que vem acontecendo na cidade.

Uma vantagem da utilização do IPTU diferenciado aplicado como instrumento de preservação do patrimônio cultural constitui-

se na possibilidade de articulação entre os gestores e a comunidade, fornecendo subsídios para a efetividade da gestão dos bens culturais.

Como a aplicação do IPTU diferenciado para fins de proteção do patrimônio cultural urbano possui efeito compensatório, este deveria ser mais abrangente, ou seja, não se restringindo somente a uma redução, mas contemplando também a isenção completa do IPTU, nos casos da indispensável manutenção dos bens de importância artística e/ou histórica.

Apesar destas dificuldades visualizadas, esta política deve ser encarada como um exemplo de ganho dentro do Conselho, visto que, mesmo com seus conflitos internos, o grupo conseguiu, a partir dele, estimular uma porta aberta ao diálogo e à negociação. Isto é nítido na leitura das atas em que o Conselho elaborava um parecer e, nos casos em que era negada a ação ao proprietário, este era lembrado da política de redução de IPTU, caso o imóvel tivesse direito.

Outro momento importante, que pode ser visto como um exemplo de atuação voltada para elaboração de critérios de preservação foi nas ordenações de letreiros instituído pelo COPPAM. Como exposto anteriormente, de acordo com a Lei nº 7.527, em seu Art. 6º, faz parte da competência do COPPAM emitir pronunciamento quanto à expedição ou renovação, pelo órgão competente, de licença para obra, afixação de anúncios, cartazes ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial em imóvel tombado pelo município.

A tentativa de regulamentação dos anúncios na área central vinha sendo estabelecida pelo Conselho através da elaboração de critérios para instalação de letreiros. Contudo, para ser posta em prática, esta ação dependia da atuação dos fiscais de postura da cidade (o que, no entender de alguns conselheiros, era a maior dificuldade para sua efetivação). Conforme aponta a maioria dos entrevistados, os responsáveis pela fiscalização eram os próprios membros, que saíam a campo e cobravam dos fiscais, pois o órgão possuía, além de uma representação da procuradoria, uma representação da Secretaria de Obras e até determinado momento da Secretaria de Planejamento.

Esta foi a política de atuação do COPPAM que aparentemente obteve mais êxito e maior visibilidade, pelo menos na mídia. Estes dois casos são exemplos bem sucedidos de elaboração de critérios para facilitar as deliberações na preservação dos bens culturais, apesar de ser este ponto uma das maiores dificuldades do Conselho

Panorama atual

Na gestão 2010-2014, o COPPAM passa a incorporar a dimensão imaterial do patrimônio, tornando-se então o Conselho de Patrimônio Municipal. Essa mudança de nome reflete uma nova abordagem da questão patrimonial, ampliando as categorias de objetos abarcadas, com a inclusão da dimensão imaterial associada ao patrimônio cultural dos diferentes grupos sociais. A discussão que já é travada desde a década de setenta de maneira proeminente (Fonseca 2005), ganha contornos institucionais em 2000, através do Plano Nacional do Patrimônio Imaterial levado a cabo pela Divisão do Patrimônio Imaterial do IPHAN. O instrumento do registro é criado para abarcar as manifestações não contempladas pelo tombamento, a saber: danças, festividades, rituais religiosos, ou seja, toda dimensão viva das tradições culturais. Agora a chave para a valorização do bem cultural ocorre através da categoria de referência cultural⁶¹, que estreita os laços entre os bens e os grupos sociais que lhe dão significado. Esse novo conceito permitiu que se contemplasse de maneira proeminente as diversas matrizes étnicas que compõem a sociedade brasileira. Desde então vimos o registro das Paneleiras de Goiaberas, das Matrizes do Samba, da Capoeira, entre outros bens que fogem a hegemonia dos bens de matriz europeia na seleção patrimonial. Esses bens são saberes tradicionais transmitidos pelas gerações de maneira oral e pela própria experiência cotidiana por grupos sociais em geral excluídos do processo de desenvolvimento nacional.

Além do novo conceito, foi criado também um novo instrumento:

61 Para uma discussão mais aprofundada ver Fonseca (2006) e Lévi-Strauss (2006).

o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que usa de pesquisa bibliográfica histórica além de uma dimensão de campo que conta com participação ativa da população na definição de quais bens são significativos para o grupo social em questão. A política é calcada nos três pilares: *identificação*, *reconhecimento* e *sustentabilidade*, que são ligadas aos instrumentos do inventário, do registro e da salvaguarda.

Em Campos já foram reconhecidos como patrimônio imaterial os seguintes bens: o Doce Chuvisco, o Samba de Terreiro, a Folia de Reis, a Quadrilha da Roça, a Lenda do Ururau da Lapa, os Bois Pintadinhos, a Cavallhada, a Mana Chica do Caboio e o Jongô. Em relação aos processos disponíveis percebe-se que foram feitos via resolução direta da presidência do Conselho, e ainda carecem de estudos técnicos mais aprofundados nos moldes do INRC (tanto no seu sentido científico, como participativo) para que seja possível sistematizar as informações e abrir canal de debate com a esfera federal.

No plano da divulgação, foram elaborados livros de tombo online articulados a outros blogs da área cultural. Existem três categorias: Patrimônio Cultural, Patrimônio Cultural e Imaterial e Patrimônio Material. A iniciativa facilita o acesso às informações, ainda que seu alcance seja limitado, fato evidenciado pelos poucos membros participantes e comentários.

O Conselho passa a ser ligado a Fundação Jornalista Oswaldo Lima através da Superintendência de Cultura e Patrimônio e a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo através da Superintendência de Obras e Urbanismo. O presidente da Superintendência de Cultura e Patrimônio passa a ser o presidente do conselho e tem como suplente o superintendente da secretaria de obras. A composição do Conselho conta ainda com sete representantes do executivo municipal⁶², um do

62 Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Superintendência de Cultura e Preservação do Patrimônio Histórico, Secretaria de Obras, Urbanismo e Infraestrutura, Superintendência de Obras e Urbanismo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Defesa Civil, Procuradoria Geral do Município.

poder legislativo e seis representantes da sociedade civil⁶³, além disso, conta com o IPHAN e o INEPAC como membros natos. Estipula-se também a articulação das multas ao Fundo Municipal de Cultura de Campos dos Goytacazes (FUNCULTURA) onde estas devem ser utilizadas na manutenção dos bens preservados.

Considerações Finais

O presente artigo teve por objetivo compreender, a partir de um instrumento de participação direta, a complexa relação Estado/sociedade na política municipal de preservação do patrimônio. A participação da sociedade civil na gestão urbana não fez parte do cotidiano político nacional até a redemocratização do país na década de 1980 e, ainda hoje, está em processo de amadurecimento. Os estudos sobre estes novos órgãos gestores, que surgiram a partir da Constituição Federal de 1988, avançaram consideravelmente nos últimos anos. Porém, o assunto está longe de ser esgotado, principalmente pelo surgimento recente de novos tipos de conselhos, que visam políticas setoriais, como o caso do COPPAM (e atual COPAM).

Em Campos, a publicação da Lei Municipal nº 7527/2003 forneceu as disposições constitucionais para o ordenamento jurídico local. Por meio deste instrumento legal, foi criado o Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico de Campos - COPPAM, órgão responsável pela gestão patrimonial municipal, vinculado (naquele momento) à Secretaria de Planejamento, formado por membros nomeados pelo executivo municipal e representantes da sociedade civil.

Na atuação do COPPAM alguns instrumentos foram mais bem utilizados surtindo efeito que poderia representar uma política de preservação consolidada, como as de redução de IPTU ou a de ordenamento de letreiros, com estabelecimento de critérios mais

63 Eleitos a partir de uma conferência municipal de patrimônio a ser realizada de quatro em quatro anos.

elaborados. Entretanto, outras ações que são consideradas como prioritárias, para proporcionar início a uma política de preservação, não saíram do papel, como é o caso do inventário dos bens culturais, ainda que seja instrumento importante, destacado tanto na legislação vigente, como por vários intelectuais da área de preservação do patrimônio cultural.

Apesar da abertura à participação pela população através do Conselho esta poderia ser ainda maior caso houvesse outras cadeiras. Campos é reconhecidamente identificado como um município polarizador da região Norte Fluminense, fato que se constata por diversos fatores econômicos, culturais e políticos. Um destes fatores está relacionado ao grande número de instituições acadêmicas, tanto particulares como públicas (como a UFF, IFF e a UENF). Contudo, não existia no período de atuação do COPPAM uma cadeira para representantes destas instituições.

Percebeu-se que um dos maiores entraves do Conselho foi a sua deficiência em estabelecer maior diálogo com a sociedade, poucas foram as matérias correspondentes sobre alguma atuação e a maioria da população desconhece a existência do COPPAM. Este desconhecimento e a falta de disseminação das práticas e dos resultados alcançados são reconhecidos pelos próprios conselheiros.

Consequentemente, a legitimação e o estímulo do sentimento de pertencimento da população pelos bens culturais identificados pelo Conselho necessariamente passa pelo aumento do diálogo e da participação da população nos processos decisórios. Entendemos que as políticas culturais, em especial a de preservação do patrimônio cultural é capaz de estimular estes sentimentos nos cidadãos. Deste modo, divulgar as práticas do Conselho culminaria em efeitos positivos, tanto na eficácia da gestão urbana, quanto no aprimoramento das ações do próprio Conselho.

Como a implementação das deliberações estabelecidas pelo Conselho depende da aprovação da administração municipal, muitas

vezes ocorre a paralização das ações. Nesse sentido, é fundamental a atuação dos conselheiros e conselheiras como fiscalizadores do poder executivo para minimizar o perigo da inoperância das ações deliberativas. Outro elemento importante concentra-se no estímulo a paridade nos Conselhos, visto que com um número equivalente entre representantes do governo e da sociedade civil, a tendência é haver gestões mais democráticas.

Portanto, um governo pouco compromissado com a questão democrática influenciará diretamente no desempenho destes instrumentos. A administração municipal deve contar com equipes técnicas estruturadas, articuladas em seus diversos setores, investindo em capacitação, acúmulo e disponibilização pública de informações, como facilitar a continuidade destas políticas. Entretanto, como demonstrado, esta realidade não condiz com a do município de Campos dos Goytacazes.

Referencias Bibliográficas

Albuquerque, J. V. Teoria do conhecimento. Fortaleza: Edição Gráfica e Editora, 2006.

Arretche, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1999, vol.14, n.40, pp. 111-141. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091999000200009>. Acessado em 07 de novembro de 2014. Acesso em: 07 nov 2014.

Azevedo, N. L. de; Botelho, T. R. “Gestão participativa e política de patrimônio no município de Belo Horizonte: realidade ou mito?” In: *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, v. 41, n. 1, p.31-36, 2005.

Carvalho, M. C. A Participação Social no Brasil Hoje. Paper. Instituto Pólis. 1998.

Fonseca, M. C. L. O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. “Referencias Culturais: base para novas políticas de patrimônio”. In: *Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da*

Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (Vários). Brasília: MINC/IPHAN, 2006.

Gohn, M. G. M. “O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana”. In: Ana Clara torres Ribeiro-Emílio Tadei. (Org.). Repensando a Experiência Urbana na América Latina: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

_____. “Conselhos municipais de acampamento e controle social em Educação: participação, cidadania e descentralização?” In: Donaldo Bello de Souza. (Org.). Conselhos Municipais e Controle Social da Educação: Descentralização, Participação e Cidadania. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 01-259.

IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006. Rio de Janeiro, 2007. ISBN 978-85-240-3958-4. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006>. Acessado em: 07 nov 2014.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros, 2012. Rio de Janeiro, 2013. ISBN 978-85-240-4292-8. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/>. Acessado em: 07 nov 2014.

Jacobi, P. R. “Participação, cidadania e descentralização: alcances e limites da engenharia institucional”. In: Donaldo Bello de Souza. (Org.). Conselhos Municipais e Controle Social da Educação: Descentralização, Participação e Cidadania. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 01-259.

Lévi-Strauss, L. “Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: o novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais”. In: Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (Vários). Brasília: MINC/IPHAN, 2006.

Lubambo, C. W. Conselhos Gestores e Desempenho da Gestão nos

Municípios: Potencialidades e Limites. Rev. Trabalhos para Discussão, n. 149/2002, setembro, 2002. Disponível em <http://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/944>. Acessado em: 07 nov 2014.

Moreira, M. T. V. “Instâncias deliberativas dos sistemas descentralizados e participativos das políticas públicas de cunho social: contorno jurídico dos conselhos”. In: Informativo CEPAM. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 1999.

Liras, práticas musicais e matrizes africanas como patrimônio imaterial.

Uma referência na música brasileira

Karina Barra Gomes

Este texto é fruto de pesquisas realizadas a respeito das bandas de música cívica que culminaram numa dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais. As bandas de música abrangem um universo bem mais amplo que o universo musical, elas constituem uma “produção simbólica de determinada realidade social” (Granja 1984). Nessa realidade são construídos sons, acordes, festas, significados, saberes, tradições, memórias e histórias de vida dentro de um contexto sociológico e cultural que abrange os aspectos comunitário, pedagógico e musicológico.

Numa busca pelo comprometimento com a arte e com a formação humana tanto na educação básica quanto no ensino superior, algumas inquietações com relação à transmissão do conhecimento

artístico no que diz respeito, também, às matrizes da música brasileira popular, me leva a refletir numa educação onde estas possam ser repensadas e discutidas, em decorrência de sua importância para a compreensão do que culminou no processo de formação da música do Brasil. É de suma importância que as origens de nossa música sejam reconhecidas e compreendidas pelos educandos, tendo em vista a relevância deste conhecimento para o entendimento do que se chama, hoje, de cultura brasileira e do conceito de brasilidade na música e nas artes, de uma maneira geral.

Sabemos que a arte brasileira, hoje, vinculada ao conceito de brasilidade possui, certamente, influência de outras culturas estrangeiras que acabaram participando da formação da cultura musical dos brasileiros, inclusive, a cultura africana. Todavia, ao nos referirmos à música brasileira ou ao conceito de brasilidade na música do Brasil, estamos nos remetendo, entre outras constatações, à forte influência que os africanos e seus descendentes brasileiros exerceram no processo de formação das bases da música brasileira popular. Não é possível discutir a cultura brasileira sem considerar as contribuições da cultura africana em sua formação.

As origens, os gêneros musicais, as matrizes musicais africanas que compuseram e permearam a formação, as práticas sociais, musicais e culturais de instrumentistas em nosso país merecem destaque nos bancos escolares, sobretudo, a partir da Lei 11.769, de 18 de agosto de 2008, que insere a música como disciplina obrigatória em toda educação básica e altera a Lei 9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (Brasil 1996: art. 26).

Investigar quais são, de fato, as estruturas rítmicas e as tradições musicais africanas e afro-descendentes que se mantiveram preservadas; identificar o aspecto da religiosidade associado às práticas culturais dos negros e como este aspecto se estabelece com a história e a cultura dos afro-descendentes que vivenciaram e vivem essas práticas culturais; levantar as razões pelas quais todas essas tradições vêm sendo construídas ainda na contemporaneidade, são

questões pertinentes que devem ser estudadas para que tenhamos ampliado os referenciais com relação à identidade, à memória cultural e musical dos africanos e afro-descendentes, a fim de que este patrimônio imaterial possa ser valorizado.

Ainda tomamos como referência o papel imprescindível que as bandas de música civis exerceram, desde o século XVII até os dias de hoje, como uma das matrizes da música brasileira, sendo formadas por escravos e pessoas simples de toda a sociedade e em toda a nação, compondo e entoando os primeiros gêneros de nossa música.

No Brasil, sempre existiram conjuntos instrumentais. Segundo Vicente Salles (1985), o costume das bandas de música chegou ao Brasil através de Portugal, se aclimatando imediatamente, pois os jesuítas reconheciam a aptidão que os índios tinham para a música.

Antes dos europeus se instalarem aqui, os índios já ilustravam seu dia-a-dia com aerofones, membranofones e idiofones diversos. Os primeiros europeus que aqui se fixaram trouxeram consigo seus instrumentos, permitindo que se efetuasse rapidamente uma impressionante proliferação de conjuntos musicais.

Com a chegada dos africanos ao Brasil, vieram, também com eles, sua cultura, sua música, história, identidade e religiosidade. A influência dos negros na formação da cultura brasileira é bem peculiar, também no que diz respeito à nossa música. Portanto, entender a arte afro-brasileira implicaria averiguar particularidades que resultam da conexão entre africanidade e brasilidade, segundo nos aponta Conduru (2007).

O nascimento da Lira de Apolo, em 1870, no município de Campos dos Goytacazes trouxe à existência a segunda banda do estado do Rio de Janeiro, que ainda vive. Naquela época, ainda havia escravos, pois a abolição da escravidão ainda não tinha ocorrido. A possibilidade dos escravos terem sido os primeiros instrumentistas formadores desta e de outras liras, é bastante significativa.

Segundo Gomes (2008), as liras têm sobrevivido, ao longo dos anos, por esforços de seus próprios músicos. Elas mesmas funcionam como

sua própria política social e cultural e, ainda assim, têm sobrevivido diante da invasão de gêneros e estilos musicais contemporâneos.

Mario de Andrade e Henrique Cazes destacam a influência dos africanos na formação da nossa música. Cazes (1998: 15) confirma isso, ao esclarecer que foram trazidas da África, junto com os escravos, “tradições musicais e religiosas por negros de tribos distintas”. Já Mário de Andrade (s.d.: 186), chama atenção para o canto popular brasileiro. Para este autor, foi certamente pelo contato com o africano que nossa rítmica alcançou a variedade que possui, uma de nossas riquezas musicais. Termos sonoros, flexões de sintaxe e dicção africanos “influenciaram necessariamente a conformação da linha melódica”. Andrade afirma que palavras africanas permeavam Congos e Maracatus e que o negro trouxe ao Brasil “o Ganzá, Puíta ou Cuíca e o Tabaque ou Atabaque”, instrumentos de percussão.

A partir do século XVII, temos registros de que negros escravos tiveram grande participação nas corporações musicais (bandas civis). Gilberto Freire (*apud* Granja 1984) nos aponta que

(...) os pretos foram os músicos da época colonial e do tempo do Império. Os moleques, meninos de coro nas igrejas. Várias capelas de engenho tiveram coros de negros; várias casas-grandes (...) mantiveram para deleite dos brancos, bandas de música de escravos africanos. No engenho Monjope em Pernambuco – (...) houve não só banda de música de negros, mas circo de cavalinhos em que os escravos se faziam de palhaços e de acrobatas (...) (Freire *apud* Granja 1984: 22-23).

O autor também retrata as procissões que eram realizadas nas aldeias pelos jesuítas. Essas procissões eram tidas como verdadeiros germes “das futuras festas de igreja, tão brasileiras, com incenso, folha de canela, flores, cantos sacros, banda de música, foguete, repique de sino, viva a Jesus Cristo (...)” (Freire, *apud* Granja 1984: 16), uma herança do cristianismo lusitano repleto de sobrevivências pagãs, que também tinha intensa participação de músicos negros.

Outra referência de bandas de negros no Brasil é mencionada por Granja (1984). Segundo a autora, senhores de engenho

mantinham bandas de negros e escravos para alegrar seus jantares, ao mencionar que nas “capitanias do Pará e Maranhão eram os escravos charameleiros que alegravam as festas dos senhores de engenho”. Os charameleiros eram os “tocadores de instrumentos de sopro em conjunto às vezes numerosos” (Granja 1984: 26) que a brilhantavam as festas. Todos eram escravos.

Charameleiros vem de charamela, um instrumento de sopro, da família das palhetas. Foi trazida ao Brasil pelos portugueses, mas eram os escravos que faziam uso dela. No século XVII, em Portugal, o nome dos conjuntos de músicos que executavam a charamela era *Ternos e Quaternos de charamela* (Granja 1984).

Naquela época, os charameleiros tocavam também nas portas das igrejas (em festas), em procissões e nas festas de senhores de engenho. Granja (1984) apresenta várias referências deste fato em sua dissertação. Do Pará até São Paulo, passando pelo Recife e, também, Pernambuco, são encontradas referências a esses grupos se apresentando em festas de santos padroeiros. Para Gomes (2003: 5), eles “podem ser considerados os antecessores da banda de música que se conhece hoje”.

Os negros escravos músicos possuíam um forte vínculo com a religiosidade da época. Bettendorff, citado por Salles (1985), mostra esta relação forte entre a música dos escravos, senhores e religião, ao afirmar que, em 1662, o Capitão General Rui Vaz de Siqueira levou “um tambor e um terço de charameleiros para tocarem pela madrugada, jantar e ceia” em visitas às aldeias do Pará (Bettendorff *apud* Salles 1980: 56). Em algumas irmandades, os escravos eram obrigados a tocar nas festas religiosas.

Segundo Granja (1984), no fim do século XVIII e no século XIX, italianos, alemães e holandeses que vieram trabalhar no Brasil, foram, também, membros ativos de bandas e, com isso, exerceram influência na inserção de marchas prussianas, trechos de operetas e da música marcial como repertório das liras no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Alguns gêneros musicais brasileiros que surgiram

com influência dos europeus foram a polca, a mazurca, a valsa e o *schottisch*.

Entretanto, os primeiros músicos das liras do Brasil foram os escravos dos engenhos. Tinhorão (1972) faz menção dos proprietários de terras do século XVIII que, devido a competições de prestígio uns para com os outros, buscavam demonstrar certa superioridade, também, por meio de suas festas, o que elevava o seu *status* social. O autor acrescenta que o negro permanecia nas casas grandes, onde se concentrava a vida da comunidade e músicos animavam as festas.

O regente e musicólogo José Maria Neves escreve sobre esse perfil do músico do século XVIII ao pesquisar sobre a música sacra mineira. Muitos “dos primeiros nomes de músicos encontrados nos livros de registro (...) eram, em sua grande maioria, mulatos ou negros livres, havendo alguns raros casos de músicos presumivelmente brancos” (Neves 1997: 13). Segundo o autor, os negros forros (que compraram ou ganharam a liberdade) e os filhos de mãe escrava e pai branco (que muitas vezes recebiam carta de alforria no momento do batismo) ficavam sem possibilidade de inserção na vida social, nem sendo escravos, nem totalmente senhores de suas próprias vidas (Neves 1997). Entretanto, se abria para estes a possibilidade de serem inseridos no contexto social como músicos.

Os gêneros musicais que se formaram aqui, em fins do século XIX, foram, entre outros, o tango brasileiro, o maxixe, o choro, o baião, o frevo. Posteriormente, surge o samba, no Rio de Janeiro, com a presença da síncope⁶⁴ em sua estrutura rítmica. Ao estudarmos a história da música brasileira, observamos que as matrizes da música brasileira popular têm muita influência da cultura africana e européia em sua estrutura, pois desde as senzalas, as práticas musicais e religiosas dos negros já estavam se estabelecendo no Brasil, ao mesmo tempo em que a cultura européia também se difundia.

64 Síncope é a ausência rítmica, no compasso, da marcação de um tempo fraco que, no entanto, repercute em outro mais forte. Segundo Sodré (1998), tanto no jazz, quanto no samba, está a síncope, incitando o ouvinte a preencher o tempo vazio com a marcação corporal, sejam elas palmas, balanços com o corpo, meneios e dança

O lundu, gênero musical contemporâneo da modinha, teve expressão, no Brasil, nos fins do século XVIII. Foi tipicamente e, ao mesmo tempo, “uma dança derivada das rodas de batuque dos negros africanos”, segundo Tinhorão (1991: 47). O autor nos afirma que o gênero teve relação com a aceitação pessoal ou indireta do caráter negro, bem como uma preocupação humorística dos temas tratados nas letras do gênero (Tinhorão 1991).

Sodré (1998) dá ênfase a respeito da repercussão do ritmo e da música negra na composição da sociedade brasileira como uma forma de resistência ao imperativo social escravagista, pois o negro afirmava seu universo cultural onde quer que ele estivesse, fosse no engenho, nas plantações, nas cidades ou nos quilombos. Havia danças, palmas, canto e acompanhamento de bandas. A roda tomava parte do bailado, “acompanhando o compasso da música em contorções cadenciadas dos braços e dos corpos” (Sodré 1998: 12). Para Tacuchian (*apud* Gomes 2008a), nós passamos a aceitar, então, o batuque africano em nossa cultura musical.

Em 1870, nasce o choro, gênero musical originário da fusão dos gêneros europeus, da “polca binária, com ritmos afros, em especial o lundu”, segundo Diniz (*apud* Gomes 2008b). O autor escreve sobre Anacleto de Medeiros, grande mestre do choro, compositor, maestro, fundador de bandas, regente da famosa Banda do Corpo de Bombeiros (que fez a primeira gravação musical no Brasil), pobre, negro e carioca. Anacleto estudou num internato para crianças carentes chamado Escola de Aprendizizes do Arsenal, onde hoje se encontra o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Este foi o lugar onde ele conheceu a música (Diniz 2007).

Granja (1984) nos apresenta a criação do frevo pernambucano, que se deu espontaneamente nas ruas do Recife, na década de 1880, fato também marcado pela presença de músicos negros. Naquela época, era costume dos capoeiristas estarem presentes nas ruas quando as bandas tocavam nas saídas das procissões.

A rivalidade entre duas liras fez com que os capoeiristas se

dividissem, transformando seu gingado, improvisando versos de desafio ao grupo rival por meio da dança. Aos poucos, os dobrados e hinos marciais foram perdendo sua métrica rítmica regular exata, deixando se influenciar pelo gingado dos capoeiristas. Dessa forma brilhante deu-se a criação do frevo, “nesse original trabalho de cooperação entre músicos e capoeiristas” tendo a frente da igreja como cenário (Granja 1984: 36).

Melo Morais Filho, citado por Tinhorão (1997), fala sobre a música dos barbeiros, no século XIX - negros que começavam a aprender o ofício de barberaria, nos primórdios de uma relativa liberdade no período da escravidão. “As músicas de barbeiros, que eram compostas de escravos negros” recebiam convites para “as folias, ensaiavam dobrados, quadrilhas, fandangos” (Morais Filho *apud* Tinhorão 1997: 129). Almeida (*apud* Kiefer 1997: 19), escreve sobre a influência do europeu à frente de uma banda na Bahia “de trinta figuras, todas negros escravos, cujo regente era um francês provençal”.

Campos dos Goytacazes foi, no século XIX, um centro cultural com intensas atividades artísticas. O jornal *O Monitor Campista*, da época, e a Revista *Aurora* trazem notícias de companhias de ópera, teatro, orquestras, danças e circos que visitavam, periodicamente, os ares da planície goitacá.

Santiago (1992) expõe a respeito da expansão da cultura européia na região com o *boom* no setor açucareiro e a emergência de uma aristocracia rural que adquiriu sentido e o expressava através “do uso político de sua riqueza, do poderio de suas fazendas e do número de escravos” que possuía. Para o autor, o espantoso desenvolvimento econômico com o apogeu dos produtos de açúcar “operaram uma mutação cultural, transformando Campos” numa “potência” ainda no século XIX (Santiago 1992: 16).

No acervo do Museu de Campos dos Goytacazes, foi possível ter acesso a escritos que falam de algumas origens musicais no Município: a Mana Chica do Caboio e a Folia de Reis – manifestações

culturais marcadas pela presença de músicos e instrumentos musicais, inclusive de percussão, o que nos leva a associar estas manifestações à atuação de escravos no século XVIII. A Mana Chica foi uma dança acompanhada de chocalhos, viola e adufo, que nasceu de pequenos grupos marginais entre Lagoa Feia e Mussurepe, interior do Município. Uma estrofe de letra encontrada no museu nos diz:

Mana Chica minha nêga
Chega teu rosto no meu
Quem te ama, quem te adora
Quem gosta de ti sou eu

(Mana Chica, Acervo Museu de Campos do Goytacazes, s.d.).

Segundo Sousa (1985), até 1878, havia, no Município, diversos conjuntos de “bandas de barbeiros”. Os proprietários desses escravos direcionavam as bandas para participação nas Festas de São João, Santa Cecília e Festas Nacionais. Para o autor, no mesmo ano de 1878, a chamada “música de barbeiro” tocou em Campos dos Goytacazes, na inauguração da Usina São João, cujo conjunto arquitetônico ainda existe.

A Sociedade Musical Euterpe Sebastianense, banda do distrito de São Sebastião, no interior do Município, e outras bandas distritais, mantêm viva a tradição dos chameleiros. Ainda hoje, elas se fazem tradicionalmente presentes nas festas de santos locais. As festas religiosas, semelhante às do passado, também trazem o seu traço secular. Todos os anos, as liras acompanham a procissão nas festas de santos. As demais bandas do interior estão localizadas nos distritos de Santo Amaro (Lira Santo Amaro), de Tócos (Lira Nossa Senhora da Penha), de Goytacazes (participa da Festa de São Gonçalo – Lira São José) e de Dolores de Macabú (Lira Nossa Senhora das Dolores).

Estas bandas distritais têm uma característica diferente das bandas urbanas em Campos dos Goytacazes. Elas são fortemente vinculadas à tradição religiosa, o que não ocorre com as demais, que possuem um perfil diferente por serem urbanas e tocarem um repertório bastante variado.

Dois são os aspectos fundamentais que compõem a existência das liras: “o associativista e o pedagógico” (Rio de Janeiro 1994: 9). Porém, sua importância transcende esses dois aspectos e vai muito além por estar alicerçada num passado que tem suas bases fincadas na era colonial, quando os “senhores formavam bandas de escravos sob a direção de mestres europeus” (Rio de Janeiro 1994: 9).

Um fato marcante e histórico para a cultura musical de Campos dos Goytacazes deve ser registrado, a fim de reforçar a herança musical que foi deixada para futuras gerações: as bandas do Patronato São José e do Asilo da Lapa.

A família Pereira Pinto, donos da Usina Santa Maria, no distrito de Santa Maria de Campos, mantinha duas bandas até os anos 1970: uma no Patronato São José (escola que acolhia meninos pobres e vivia de doações) e outra no distrito de Santa Maria. Infelizmente, quando a Usina deixou de existir, o colégio acabou. Nos arquivos da Sociedade Musical Operários Campistas, encontram-se fotos dessas crianças negras tocando na banda do colégio, pelas ruas da cidade. A Banda do Patronato São José, onde hoje é a Fundação Municipal da Infância e da Juventude, foi regida por José Primo, pai de José Primo Filho, músico atual da Lira de Apolo. Muitas dessas crianças vieram a se tornar, posteriormente, músicos militares e maestros.

A Lira Conspiradora, banda centenária, participou da campanha abolicionista, ao lado de Carlos de Lacerda, José do Patrocínio e da campanha republicana. Este fato é um forte indício de que havia escravos na lira (Almanaque de Campos, 2000: 10).

A Lira Conspiradora, de Macaé, era conhecida, pejorativamente, em Campos dos Goytacazes, como a “banda dos negros”. Foi a primeira banda a ter, em seu estatuto, referência contra a discriminação de cor. As bandas sempre foram formadas por pessoas pertencentes a grupos sociais discriminados, “como o velho, o negro e o trabalhador” (Rio de Janeiro 1994: 36).

Rangel (1992), em suas pesquisas a respeito da memória musical de Campos dos Goytacazes, menciona que, nesta terra, as posses

do músico que vivia de sua profissão eram, geralmente, bastante modestas. Para o autor, os músicos eram tidos como inferiores socialmente se comparados aos demais artistas, mesmo que eles também tocassem em eventos de gala e fossem regidos por maestro europeu.

Preservar o repertório musical das bandas civis significa acatar a riqueza cultural brasileira, prezar pela matriz musical que acatou o batuque africano como parte de nossa história. Para Tinhorão (1997), o ritmo de senzala não se perdeu, mas talvez tenha passado, em espírito, à música do choro; e dos escravos, aos mestiços da baixa classe média carioca, os chorões.

Ainda com um olhar voltado para a educação, é importante ressaltarmos que a Lei nº 9.394 (Brasil 1996: cap.II art. 26-A), a partir de 2008, sugere a inserção do estudo da história e da cultura afro-brasileira na educação básica. Estas mudanças estão associadas ao que concerne a importância da divulgação das matrizes africanas que compuseram a brasilidade de nossa cultura.

Lira de Apolo: entre um sonho de cinzas e a realidade

A Lira de Apolo se destaca por ser uma banda civil centenária do município de Campos dos Goytacazes que perpassou sua história. Participou do movimento abolicionista da cidade, onde se apresentou em conferências abolicionistas e, inclusive, nas festividades em comemoração à Proclamação da Lei Áurea (Folha da Manhã, 19 de maio de 2013); recrutou voluntários para a Guerra do Paraguai; foi uma banda ligada ao Tiro de Guerra; recebeu Getúlio Vargas no Rio de Janeiro e em Campos; se apresentou na inauguração do antigo teatro Trianon no início do século XX (Rio de Janeiro 1984), dentre outros acontecimentos festivos.

Segundo Diniz (2007: 55), a partir da segunda metade do século XIX, as bandas passaram a ocupar um lugar de destaque na sociedade. Houve participação delas em “festas populares, leilões, rifas, bailes, jogos esportivos, circos, campanhas políticas e promocionais, saudações a personagens ilustres, enterros de figuras importantes,

festas cívicas, procissões, festas de padroeiros” e em carnavais.

Aproveitando o recente centenário do nascimento de Wilson Batista no ano de 2013, um dos sambistas mais respeitados do país, torna-se indiscutível apresentar a ligação que o músico teve com a Lira de Apolo, a qual frequentava, pela razão do seu tio ser músico desta Lira. No mesmo ano de 2013 a cidade de Campos apresentou um bloco que homenageou Wilson Batista, o “Rapaz Folgado”, que caminhou pelas ruas sob o som do grupo musical “Lenço no Pescoço” (O Diário 29 de abril de 2013).

Além de Wilson, apresentaremos Ricardo de Azevedo, músico que representa Lira de Apolo atualmente e que faz grande esforço para mantê-la viva e atuante.

Wilson Batista: um boêmio que sonhou em vencer como compositor de samba

Ovídio Batista era maestro da Lira de Apolo, além de tocar vários instrumentos. Tendo influenciado Wilson, seu sobrinho, despertou nele, juntamente com a banda, o gosto peculiar pela música, especialmente pelo samba.

No início do século XX, Wilson Batista estreou na Lira de Apolo tocando triângulo. Ainda em Campos dos Goytacazes, antes de partir para o Rio de Janeiro, compôs várias músicas para o bloco “Corbeille de flores”, do qual fez parte. Segundo o Dicionário Cravo Albin da Música Brasileira, Wilson foi um grande poeta, embora tivesse dificuldades para escrever quando se tratava de assuntos do cotidiano. Mas ao se tratar de poesia e música, suas limitações desapareciam.

No Rio de Janeiro, para onde se mudou em 1929, teve o encontro com a vida boêmia das noites cariocas, o que fez dele um grande compositor e vendedor de sambas, sem que soubesse tocar instrumentos musicais, exceto sua caixinha de fósforos. Seus sambas tornaram-se famosos tendo sido interpretados por grandes nomes entre intérpretes da época e executados nos teatros renomados. Carmen Miranda, Erasmo Silva, Silvio Caldas, Cyro Monteiro,

entre outros, estão entre estes. Noel Rosa, que era seu rival, acabou tornando-se seu amigo.

Esteve no exterior se apresentado em Buenos Aires com a orquestra “Os Almirantes Jonas” em 1936, juntamente com Erasmo Silva. Wilson não tinha a intenção de se tornar cantor, mas sempre desejou ser compositor, mesmo que fosse afinado. Nunca teve profissão diferente da de músico boêmio. Trabalhou em rádios em São Paulo e Rio de Janeiro: Rádio Tupi, Atlântica, Record e Rádio Mayrink Veiga, segundo o Dicionário Cravo Albin da Música Brasileira.

Além de negro, boêmio e malandro, Wilson dedicou sua vida a compor sambas. Para Abreu (2010), a criação musical que se iniciou no fim do século XIX e foi até os anos iniciais do século XX, investiu na construção ou na invenção da suposta identidade nacional brasileira. Em sua concepção, ela fez parte de uma realidade musical “múltipla e multifacetada” composta da mestiçagem racial de índios, portugueses e negros. Para a autora, os intelectuais dessa época ligados à música se envolveram na definição de uma música popular que valorizava seus traços mestiços.

Segundo Mello (*apud* Abreu 2010), a música era a arte “mais leal do sentimento humano” e a música popular brasileira era cheia de vitalidade, no que se refere à fusão do elemento “indígena com o português, o africano e o espanhol” (Abreu 2010: 2).

“A fisionomia musical do Brasil moderno se formou no Rio de Janeiro”, onde Wilson Batista se fez como artista popular. Ali se reproduzia o samba como uma expressão de grupos sociais marginalizados, como escreve Wisnik (2004: 204).

Nos anos de 1920 e 1930 o *ethos* do samba caracterizou-se por um anti-*ethos* que podemos considerar parte das características que permeavam a vida de Wilson: a malandragem, a negação moral do trabalho e da conduta exemplar, uma negativa ética acompanhada de um elogio da orgia e da entrega aos prazeres da bebida e do sexo.

Para Wisnik (2004) a afirmação do ócio significou “para o negro

a conquista de um intervalo mínimo entre a escravidão e a nova e precária condição de mão-de-obra desqualificada e flutuante”. Este foi o perfil de Wilson, pois ele desfrutava do “orgulho em ser vadio”. A figura do operário era, na época, “ofuscada pela ruidosa e alegre consagração da figura do malandro” (Vasconcellos e Suzuki *apud* Wisnik 2004: 205).

Assim, o perfil de “malandro” deve ter permeado a vida dos músicos da Lira de Apolo quando roubaram os trilhos da estação ferroviária para construir a sede da banda, o que também ilustra a vida não só de Wilson Batista, mas de todos os músicos que eram discriminados por serem sambistas daquele tempo ou comporem sociedades musicais. O maestro da banda descreve o roubo dos trilhos:

A sede atual foi inaugurada em 1914 e foi feita com a ajuda dos próprios músicos, ajudando em tudo, né? Por exemplo, as pedras do piso do alicerce da Lira de Apolo eram as pedras tiradas do trem. Todo músico, de madrugada, escondido da polícia, ia carregando nas costas as pedras pra fazer o alicerce; encostavam lá no Porto, perto da Praça São Salvador. A ferragem que tem na Lira de Apolo eram os trilhos velhos da Leopoldina, também levados às escondidas pelos elementos da banda (Ricardo de Azevedo Rio de Janeiro: 58).

Mais uma vez fica registrada a essência do sentido da malandragem, do ritmo das senzalas, do batuque africano que certamente influenciaram nossa história, nossa identidade, nossa história e matriz musical. Esse “tom” de malandragem no caráter do brasileiro talvez possa ser explicado a partir dos primeiros grupos de músicos do século XIX e das rodas samba, que vieram vislumbrar a originalidade de nossa cultura musical.

Barros (2001), ao escrever sobre a música brasileira do período do Estado Novo, apresenta o tema do “amor-malandro” como muito comum desde antes dos anos de 1930 e os seguidos destes, do qual Custódio Mesquita, compositor romântico da época, não faltou ao tema. Nas suas canções aparece o “encostado”, o amante explorador de mulheres, sustentado por elas, talvez devido às dificuldades em

se obter ocupação regular no sistema de produção. O autor realça o pensamento com o texto abaixo:

Seja como for, embora cada vez menos comum, muitos dos malandros se arregimentavam ao trabalho, mas, para a burguesia, a temática da cultura popular teimava em permanecer incômoda. Compositores da classe média foram recolher o tema movidos por muitas razões; “bebiam” na cultura popular, e aquele, afinal, era um tema cultural forte (Barros 2001: 119).

Compositores daquele tempo como Noel Rosa e Wilson Batista fizeram desse tema sua especialidade, não obstante fossem fascinados pela malandragem. Além de tudo, cultivaram muitos bons amigos no meio social frequentado por eles.

Ricardo de Azevedo: o grande herói da Lira de Apolo

Outra personalidade que não se pode deixar de mencionar é o maestro e presidente da Lira de Apolo, Ricardo de Azevedo. Figura ilustre e incansável, sem a qual, a banda não estaria em processo de se erguer das cinzas desde 1990, quando a sede sofreu um incêndio. Hoje o prédio está sendo reconstruído. Sua estrutura, forro, telhado, piso, enfim, tudo o que precisa ser refeito está sendo providenciado devido à persistência e luta do maestro Ricardo.

Ricardo de Azevedo é presidente da Sociedade Musical Lira de Apolo desde 2010. Tornou-se regente da banda na década de 1980. Diferente de Wilson Batista, ele estudou música e aprendeu a executar instrumentos. Passou a ser um erudito no que concerne ao conhecimento da memória musical do município de Campos dos Goytacazes, tanto pelo seu zelo em guardar documentos, fotografias e publicações a respeito das liras, quanto pela sua vivência no meio musical das bandas. É notória e imprescindível a sua dedicação em permanecer preservando não só a história da Lira de Apolo, mas sua existência enquanto banda civil centenária da cidade.

O músico decidiu reformar o prédio onde se localiza a sede da banda; o local, que foi atingido pelo incêndio em 1990. A reforma

está ocorrendo com recursos da própria banda, sem mais esperar pelo posicionamento de órgãos públicos e/ou doações. A banda está sem sede desde o incêndio. Os músicos ensaiam na rua ou no Teatro de Bolso, cedido pela Secretaria Municipal de Cultura. Ainda assim, a Lira insiste em se reerguer e não desistiu do desafio de ressurgir das cinzas. Constatamos, assim, a ausência de políticas culturais no município de Campos dos Goytacazes.

A Lira de Apolo tem duas lojas alugadas no térreo e é com este recurso que o sonho de ver a sede de pé vai se realizando. Vale ressaltar que o prédio é protegido por lei de tombamento estadual. O sonho vai além da reconstrução física. O maestro afirmou em entrevista que vai oferecer aulas de música para a comunidade na sede reestruturada (Moraes 2013).

Então, será possível ter novamente, depois um longo período de tempo, uma escola de música aberta à comunidade nos padrões de uma banda centenária, detentora de um tripé social, cultural e educativo, que estimulará adolescentes e jovens a adentrarem no mundo da arte por meio da música.

Referências Bibliográficas

Abreu, M. A invenção de um Brasil musical nas “histórias da música brasileira”. A invenção de um Brasil musical - o século XIX (1857-1900). Rio de Janeiro, CCB, 2010.

Almanaque de Campos, 2000.

Andrade, M. de. Pequena História da Música. São Paulo: Livraria Martins editora, s.d., 6ª ed.

Barros, O. de. Custódio Msquita: um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-45). Rio de Janeiro: Funarte/EdUERJ, 2001.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.839.

_____. Lei 11.769, de 18 de agosto de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade

do ensino da música na educação básica. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em mai. 2010.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em mai. 2010.

Bueno, S. Minidicionário da Língua Portuguesa, 6ª ed. Atualizada. São Paulo: Lisa S/A, 1992.

Cazes, H. Choro do quintal ao Municipal. São Paulo: Ed. 34, 1998.

Conduru, R. Arte Afro-Brasileira. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

Dicionário Cravo Albin da Música Brasileira. Wilson Batista. Disponível em <http://www.dicionariompb.com.br/wilson-batista/biografia>. Acesso em 6 de jan. 2014

Diniz, A. O Rio Musical de Anacleto de Medeiros: a vida, a obra e o tempo de um mestre de um choro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Dourado, H. A. Dicionário de termos e expressões da música. São Paulo: Editora 34 ltda, 2004.

Gomes, K. B. Bandas de Música: conservatório para o povo. Monografia (Especialização em Música, Educação Artística). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Sociedades de Euterpe: contribuições para educar. In: TEIXEIRA, Simonne (Org.). Contribuições à prática pedagógica para a educação patrimonial. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2008a, p-23-24.

_____. Um fenômeno sócio cultural centenário: patrimônio e memória da música brasileira clássica. Brasileira. Revista da Academia Brasileira de Música, Rio de Janeiro, n.28, 2008b, p.26-31.

Granja, M. de F. D. A Banda: Som e Magia. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação/UFRJ, 1984. Dissertação. Mestrado em Comunicação.

Kiefer, B. História da música brasileira dos primórdios ao início do século XX. Porto Alegre: Movimento, 1997, 4ª ed.

Moraes, F. Lira de Apolo começa obras para recuperação do prédio. Campos dos Goytacazes: Jornal O Diário, 13 de set. 2013.

Neves, J. M. Música Sacra Mineira. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

Rangel Jr. V. M. Recortes da Memória Musical de Campos (1839-1965): Subsídios Musicais para a construção de uma história da Cultura Campista. Itaperuna, RJ: Damadá Artea Gráficas, 1992.

Rio de Janeiro (Estado). Secretaria de Estado de Cultura. Fundação Museu da Imagem do

Som. Memória das Bandas Cívicas Centenárias do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Museu da Imagem e do Som, 1994, 81p.

Salles, V. A música e o tempo no Grão-Pará. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980.

_____. Sociedades de Euterpe. Brasília: Edição do autor, 1985.

Santiago, J. J. P. Liras e Bandas de Música entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC, Pontifícia Universidade Católica. 1992. Dissertação. Mestrado em História Social.

_____. Les lyres et orpheons comme pratiques sociales et culturelles urbaines. Cahiers du Brésil Contemporain, n° 25-26, p.11-35, s/d.

Sodré, M. Samba, o dono do corpo. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, 2ª ed.

Sousa, H. Cyclo Aureo – História do Primeiro Centenário de Campos 1835-1935. Itaperuna, RJ: Damadá Artes Gráficas e editora Ltda, 1985.

Tinhorão, J. R. Música Popular de índios, negros e mestiços. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

_____. Pequena história da música popular da modinha à lambada. São Paulo: Art. Editora, 1991, 6ª ed.

_____. Música Popular: um tema em debate. São Paulo: Ed. 34, 1997, 3ª ed.

Wisnik, J. M. Sem Receita. São Paulo: Publifolha, 2004.

Jornais

Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes, 19 de maio de 2013.

Jornal O Diário. Campos dos Goytacazes, 29 de abril de 2013.

O Patrimônio Industrial e a paisagem em Campos dos Goytacazes

Zandor Gomes Mesquita

O Patrimônio Industrial: gênese e conceitos

Ao se definir o patrimônio industrial deve-se levar em consideração que o mesmo não trata apenas de grandes estruturas, com grande valor arquitetônico, máquinas antigas ou espaços ociosos que foram engolidos pela modernidade, onde se dava o funcionamento de determinada produção. Seu conceito vai além, sendo parte constituinte da vida de homens e mulheres comuns, que lhe confere valor identitário e, através de seus estudos, faz-se possível compreender o tipo de industrialização (e tecnologia) de uma época, assim como o modo de vida da classe trabalhadora correspondente (Silva 2012). Os vestígios materiais das atividades produtivas tais como, fábricas antigas, ferramentas e edificações que as abrigam, tem uma excepcional importância para todos os estudiosos que tenham o desenvolvimento da sociedade como foco de pesquisa, pois através destes testemunhos materiais se faz possível compreender as

transformações ocorridas em uma sociedade e a maneira pela qual estas se deram (Dippold & Fonseca 2004).

Para Vichniewski (2004) o estudo do patrimônio industrial refuta uma leitura exclusiva do local de produção enquanto edifício, limitado aos aspectos particulares, tecnológicos e artísticos, excluída de uma complexa rede coordenadora que o define historicamente. Este objeto se apresenta segundo uma série de níveis de leitura, de aspectos ou de linguagens, todos intimamente relacionados, indispensável para o entendimento do espaço material no qual se desenvolveu uma dada sociedade industrial. Sendo assim, ele representa todos os vestígios, sejam móveis ou imóveis, que condicionaram as atividades industriais.

No mesmo sentido, Alves (2003) afirma que o patrimônio industrial é um conceito amplo, que trata dos edifícios industriais ou exemplares arquitetônicos excepcionais, mas engloba também seus produtos, equipamentos e vestígios técnicos, mesmo que de pequeno porte, suas documentações, testemunhos e a própria organização industrial. Mendes (2000), ao conceituar o patrimônio industrial ressalta que o mesmo vale essencialmente pelo meio em que se insere, pela paisagem em que se revela como ícone, pelas relações que estabelece com o espaço e as memórias na diversidade de referências. Com isso, a compreensão deste como algo a ser preservado passa pela subjetividade do indivíduo, sendo classificado certas vezes como um “patrimônio controverso”. Esta classificação se dá devido a vários fatores em que podemos citar como exemplos: a sua associação ao trabalho e a produção industrial, que lhe dá um aspecto pragmático; além de ter contra si o fato de não estar, de maneira geral, ligado a eventos de índole político-militar e religiosa que, até recentemente, constituía o principal foco de estudo da academia; e também pelo componente estético que destoa dos gostos mais em voga entre os elementos dos grupos sociais dominantes.

Mediante esta característica, o autor aponta que sua proteção ou reutilização deve alicerçar-se, principalmente, no seu o valor artístico,

valor histórico e o valor de uso. No primeiro caso, o aspecto a ser ressaltado é a evolução da arquitetura industrial, remetendo aos períodos das antigas oficinas e manufaturas, trazendo até os dias atuais, enfatizando os detalhes das pequenas construções, feita inteiramente por processos manuais, que era comum no período que antecedeu a revolução industrial. No que diz respeito ao valor histórico, leva-se em conta que determinada instalação industrial, além de ser considerada um monumento, é simultaneamente um documento, que se torna relevante não apenas pelo seu aspecto exterior, mas também por ser o lócus de uma série de relações entre o ambiente físico e humano, continuamente transformado pelo desenvolvimento industrial. Assim, independentemente do seu valor estético, as estruturas industriais podem nos transmitir informações diversas, de grande valia para o entendimento das relações da fábrica com o seu entorno. Por fim, no que tange ao valor de uso, há de se levar em consideração às necessidades da comunidade e, simultaneamente, procurando seu envolvimento e colaboração nos projetos de preservação e requalificação. Contudo, Mendes (2000) ressalta que não há soluções uniformes ou pré-estabelecidas para proteger determinado lugar, as características a serem ressaltadas dependerão do respectivo meio, suas necessidades e condições.

No decorrer dos estudos relativo ao patrimônio industrial constantemente têm-se utilizado o termo arqueologia industrial, sendo, por vezes tratados como sinônimos. Esta confusão é comum, pois os dois tem como foco o entendimento das grandes estruturas industriais, carregadas de valor cultural. Mas há uma diferença importante entre eles, segundo Campagnol (2008) a arqueologia industrial surgiu da necessidade de preservação dos resquícios industriais ameaçados, estabelecendo critérios e métodos para sua análise, servindo como uma ferramenta de estudo, análise, levantamento e proteção do patrimônio industrial.

Os estudos relacionados ao conceito de patrimônio industrial ocorreram, num primeiro momento, atrelados as pesquisas sobre

a história das ciências, da técnica, econômica e social, voltados ao processo de industrialização, produção de energia e meios de transporte (Kuhl 2006). Porém, na maioria dos casos, estes estudos preteriam os vestígios materiais da industrialização, relacionando-os de maneira pragmática com sua utilidade. Ora, as estruturas onde se dava a produção eram um subproduto do desenvolvimento industrial e, se não funcionam, seriam, sistematicamente, desativados, esquecidos ou destruídos, evitando assim que se tornassem um entrave à nova dinâmica desenvolvimentista (Mendes 2000).

O interesse acerca da preservação do patrimônio industrial aparece primeiramente na França, no século XVIII, de maneira isolada, em resposta ao processo chamado “vandalismo revolucionário”⁶⁵. Contudo, as questões relativas à sua proteção se intensificaram recentemente, no início do século XX, também no continente europeu. Este fato ocorreu influenciado pela destruição causada pela Segunda Guerra Mundial e pelo desenvolvimento econômico acelerado, ocorrido no seu término, que trouxe consigo um caráter destrutivo e uma necessidade de reestruturação. Neste momento, são desenvolvidos estudos levando em consideração as potencialidades histórico-culturais e até econômicas do tema, argumentando que estas estruturas não só eram partes integrantes do patrimônio cultural, como também deveriam constituir o objeto de uma nova ciência, disciplina ou ramo de saber: a arqueologia industrial.

Na década de 1960 o debate relativo a proteção do patrimônio industrial ganhou maior vigor, devido a destruição de importantes testemunhos arquitetônicos na Inglaterra, fruto de um processo de expansão e revitalização da área urbana (Kuhl 2009). A referida autora ressalta que neste momento vários foram os esforços feitos para se definir a temática e conhecer o patrimônio resultante do processo de industrialização. Neste contexto, o primeiro autor a ganhar destaque

65 Segundo Kuhl (2006) durante Revolução Francesa constantes foram os saques e destruição de todo símbolo que ressaltava as antigas classes dominantes, incluindo as estruturas de produção.

foi o inglês Michael Rix com os livros: “O Historiador Amador” (onde defendeu a importância do resgate e conservação dos vestígios materiais herdados da Revolução Industrial, com base em seu valor histórico e identitário para grupos sociais) e “Industrial Archaeology” (na qual traça os principais fatos relacionados com o desenvolvimento do estudo da arqueologia industrial na Grã-bretanha). Nesta última obra, o autor traz uma das primeiras definições de arqueologia industrial, afirmando que:

Arqueologia Industrial pode ser definida como registro, preservação de casos selecionados e interpretação de locais e estruturas do início das atividades industriais, notadamente os monumentos da Revolução Industrial (Rix 1967: 5).

Neste período, outros autores ingleses se destacaram com seus estudos acerca do patrimônio industrial, dentre os quais destacam-se Kenneth Hudson (Industrial Archaeology), Roberto Angus Buchanan (Industrial Archaeology in Britain) e Neil Cosson (Industrial Archaeology of the Bristol Region), cuja característica em comum foi a maneira pela qual os mesmos estruturaram seus textos, onde num primeiro momento apresentavam propostas de definição de arqueologia industrial, o interesse específico de proteção, a importância do mesmo e qual a melhor forma de abordá-lo (Kuhl 2009).

A preocupação pela preservação dos resquícios industriais foi se consolidando em diferentes países no decorrer da segunda metade do século XX. No entanto, os debates eram direcionados muito mais para a compreensão e definição da abrangência da arqueologia industrial do que trabalhos efetivos para a preservação do patrimônio industrial (Campagnol 2008). Kuhl (2009) destaca a forma com o que esse processo se deu na Suécia, sendo considerada a melhor das experiências, com uma fundamentação histórica consistente baseada em diversos estudos e no interesse popular sempre presente.

No Brasil o interesse pelo tema se deu tardiamente. A primeira obra nacional que tratava dessas questões foi publicada em 1978, pelo historiador Warren Dean, intitulado - “A fábrica São Luiz de

Itu: um estudo de arqueologia industrial”. Essa fábrica foi a primeira a empregar o vapor como energia na província de São Paulo e suas atividades foram iniciadas em dezembro de 1869. Nesse estudo, Dean faz um quadro das circunstâncias e do processo de industrialização da época, descreve minuciosamente as relações sociais da fábrica com a cidade, a tecnologia empregada na produção e construção da São Luiz, além de um estudo da arquitetura e de sua trajetória histórica. Os edifícios da fábrica, existentes até hoje, fazem parte dos atrativos turísticos da cidade e estão abertos a visitação (Vichnewski 2004).

Antes disso, porém, em 1964, o IPHAN tomba os remanescentes da Real Fábrica de São João do Ipanema, no município do Iperó (SP). Esta fábrica foi uma siderúrgica criada em 1811 por D. João VI e representava o principal empreendimento de fabricação e exploração de ferro no Brasil, produzindo grades, equipamentos agrícolas e armas brancas⁶⁶. No entanto, não se desenvolveram estudos, nos órgãos de preservação, visando a sistematização e proteção deste tipo patrimônio, tornando quase nula a tutela oficial dos bens vinculados ao processo de industrialização (Kuhl 2009).

Regulamentação dos estudos acerca do Patrimônio Industrial

A noção de patrimônio industrial, ao longo do século XX veio ganhando diferentes contornos e adquirindo uma regulamentação com o intuito de melhor direcionar as suas ações. Num primeiro momento, com a Carta de Atenas, produzida em outubro de 1931, elaborada pela Sociedade das Nações, os resquícios industriais eram tidos como algo danoso ao monumento histórico (e não como um bem), e com isso recomendava-se a sua eliminação, juntamente com: “(...) a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou de história” (IPHAN 1995: 2).

⁶⁶ Processo 0727-T-64, Arquivo Noronha Santos, RJ

No mesmo sentido, a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios, produzida em 1962 pela Unesco, em Paris, tratou de maneira pejorativa os resquícios industriais, assim como minas, pedreiras e diversos outros elementos culturais, pois os mesmos ameaçavam as paisagens e sítios, e por isso deveriam ser controlados. Assim, além de não serem considerados como um elemento constituinte da paisagem, e assim, passível de preservação, eram tidos como um entrave, um obstáculo, sendo protegidos somente com o intuito de minimizar os perigos que seu abandono poderia causar.

Tal concepção ganha novos contornos a partir da década de 1960, com um redimensionamento da noção do patrimônio cultural, num período que Choay (2003) denomina de “culto ao patrimônio”. A partir deste momento os bens menores, que revelam a cultura material e o cotidiano dos grupos passam a ser ressaltados, trazendo para o processo os resquícios da produção industrial. Como aponta a autora:

As fronteiras de seu domínio ultrapassaram, especialmente a jusante, os limites considerados intransponíveis da era industrial, e se deslocaram para um passado cada vez mais próximo do presente. Assim, os produtos técnicos da indústria adquiriram os mesmo privilégios e direito a conservação que as obras de artes arquitetônicas e as laboriosas realizações de produção artesanal (Choay 2003: 209).

Essa nova situação é refletida na elaboração da Carta de Veneza, em 1964, redigida pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS⁶⁷. A mesma enfatiza a necessidade de proteção dos grandes monumentos históricos (urbanos ou rurais), que testemunham a evolução histórica de um determinado grupo. Esta pode ser tanto uma grande criação, como “(...) obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significação cultural” (IPHAN

67 O ICOMOS é uma organização, civil internacional, ligada a UNESCO, que tem com uma de suas funções o aconselhamento no que se refere aos bens que receberão a classificação de Patrimônio Cultural da Humanidade.

1995: p.1). Mesmo com estes avanços, as discussões referentes a proteção do patrimônio industrial ainda não estavam bem definidas.

Na década de 1970, o debate acerca do patrimônio industrial, sua salvaguarda e seus aspectos conceituais são intensificados. Em 1975, com a Carta de Amsterdã, consolida a ideia de que os monumentos são partes integrantes do patrimônio cultural, pois auxiliam a remontagem de determinado grupo social. Concomitantemente, diversos países começam a trabalhar na proteção dos seus resquícios industriais, trocando experiências, criando inventários, promovendo debates, etc. (Campagnol 2008; Kuhl 2009). É neste contexto que em 1978 surge o The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), que realiza desde então reuniões científicas periódicas para desenvolvimento da temática. Vichnewski (2004) conceitua o TICCIH como:

(...) uma organização mundial para a arqueologia industrial, que fomenta a proteção, investigação, documentação e formação, em todos os aspectos do patrimônio industrial, e se encarrega em promover a cooperação internacional, apoiando congressos sobre patrimônio industrial na Europa, na América Latina e em outros países. Atualmente, há nessa organização representantes e correspondentes nacionais de 54 países (Vichnewski 2004: 5).

O TICCIH ainda hoje é importante para a proteção e desenvolvimento do patrimônio industrial, pois, juntamente com o ICOMOS, promovem o debate acerca da preservação deste bem. Outro avanço que obteve-se nesta área foi a criação, por parte da UNESCO, de grupos específicos que elaboram estudos e trabalham nas definições de critérios para a inserção dos resquícios industriais na lista do Patrimônio da Humanidade. Porém, mesmo com essas ações, a proteção efetiva do patrimônio industrial ainda é difícil (Kuhl 2009).

Das ações elaboradas pelo TICCIH merece destaque a reunião realizada em 2003⁶⁸, na Rússia, mais especificamente na cidade de Nizhny Tagil, na qual foi redigida e aprovada uma carta que

68 Esse foi o 12º encontro do órgão.

tratava diretamente das questões relativas ao patrimônio industrial. Este documento evidenciou a importância da herança oriunda da industrialização, expondo sobre temas vinculados a sua preservação (Kuhl 2009). A Carta de Nizhny Tagil foi apresentada para ratificação na XV Assembleia Geral do ICOMOS, na China e aprovada no evento seguinte, em 2008, no Canadá, pela UNESCO (Campagnol 2008; Kuhl 2009). Seguindo este documento, o patrimônio industrial pode ser definido como:

(...) os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (TICCIH 2003: 33).

Em seu preâmbulo, a Carta de Nizhny Tagil apresenta, de maneira resumida, a evolução das técnicas de produção, enaltecendo a importância do seu estudo, evidenciando que por seu intermédio aspectos culturais podem ser ressaltados. Nela, também há a definição da arqueologia industrial, que pode ser entendido como:

(...) um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais.⁶⁹ A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial (TICCIH 2003: 2).

Outro aspecto tratado na Carta que merece destaque, tange a importância do aspecto imaterial para o entendimento do patrimônio

69 A carta traz em si uma nota de rodapé esclarecendo que para melhor compreensão utilizará a palavra "sitio" para se referir a as paisagens, instalações, edifícios, estruturas e maquinaria, excetuando as vezes que estes termos forem utilizados num sentido mais específico.

industrial. Na mesma fica evidenciado que o local de produção, de maneira isolada, nada tem a dizer sobre a cultura de determinado grupo. O importante é trabalhá-los de maneira interligadas, pois:

Os edifícios e as estruturas construídas para as atividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizam, assim como outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, o seu sentido e o seu significado devem ser explorados e elucidados para o conhecimento do grande público (TICCIH 2003: 2-3).

Além de conter as principais definições que norteiam os estudos relativos ao patrimônio industrial, a Carta de Nizhny Tagil traz em seu corpo outros elementos que são importantes para o entendimento da temática⁷⁰. Dentre estes, destaca-se os pontos que dizem respeito ao seu valor, pois são ressaltados os aspectos sociais e identitários, que ressaltam a sua situação enquanto patrimônio. Segundo a Carta:

O patrimônio industrial reveste um valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitectura, do seu design ou da sua concepção.

Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registros intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições.

A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e devem ser cuidadosamente avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial (TICCIH 2003: 4).

Sendo assim, a Carta de Nizhny Tagil explicita que o patrimônio

70 A Carta de Nizhny Tagil está estruturada da seguinte maneira: preâmbulo; definições de patrimônio industrial; valores de patrimônio industrial; proteção legal; manutenção e conservação; educação e formação; e apresentação e interpretação.

industrial vale não somente pelo seu aspecto visível, ele representa as características de um grupo que investiu no seu processo produtivo sua singularidade. Com isso, o aspecto social deve ser ressaltado, pois este patrimônio é parte constituinte da vida de homens e mulheres, conferindo-lhe sentimento identitário, sendo parte de sua memória e tradição.

Patrimônio Industrial: antes ou depois da Revolução Industrial?

No estudo de qualquer temática é imprescindível contextualizá-la no tempo e no espaço, pois isso possibilita uma melhor abrangência e compreensão dos fatos. Quando se trata das questões referentes ao patrimônio industrial a contextualização no tempo suscita uma grande discussão de cunho conceitual. A delimitação do período pelo qual um vestígio produtivo pode ser considerado industrial gera discussões entre os autores. Num primeiro momento, os estudiosos que tratavam do assunto delimitaram o interesse do patrimônio industrial aos vestígios oriundos do processo de revolução industrial. Rix (1967) defendia essa ideia e afirmava que os estudos deste campo se restringiriam a esse período histórico.

No mesmo sentido, o CBA (Council for British Archaeology⁷¹) propôs que o monumento industrial fosse qualquer edificação permanente ou estrutura, especialmente do período da Revolução Industrial, que ilustrem a evolução do processo técnico e científico (Hudson *apud* Campagnol 2008). Corroborando com esta visão, Cordeiro (2004) observa que esta discussão pode ser entendida como a tentativa rigorosa de definir o campo de estudo desta temática. O autor defende que só pode ser considerado objeto de estudo da Arqueologia Industrial e, conseqüentemente, se tornar um patrimônio industrial, a estrutura produtiva (e o que dela possa derivar) posteriores a revolução industrial. Em suas palavras:

71 Órgão não-governamental, criado em 1959, na Inglaterra, que organizava reuniões para o debate do patrimônio e arqueologia industrial.

(...) segundo uma sucessão lógico-histórica, a arqueologia industrial não pode ser outra coisa que a arqueologia das formações sociais capitalistas. [...] O critério das divisões sincrónicas parece-me o único aceitável (Cordeiro 2004: 6)

Para o estudo de todo processo produtivo anterior a Revolução Industrial, Cordeiro (2004) propõe a criação de novas disciplinas, que sejam equivalentes ao seu respectivo tempo histórico como arqueologia pós-medieval, medieval, clássica ou pré-histórica. E complementa afirmando que:

De facto, nos outros períodos históricos anteriores à industrialização, como salienta Salvador Forner, ‘a indústria não é mais do que um complemento produtivo de estruturas económicas cuja lógica responde a relações sociais de produção completamente diferentes às das modernas sociedades industriais. Nestas últimas, pelo contrário, a indústria convertesse no próprio fundamento de um modo de produção, o capitalista, cuja lógica e consequências económicas se estenderão aos sectores não industriais e inclusivamente às sociedades não industrializadas (Cordeiro 2004: 6).

Entendimento similar pode ser visto em Choay (2003). Para a autora, o património industrial não deve ser confundido com os patrimónios produzidos no período pré-industrial, pois estão cronologicamente em tempos diferentes. Nas palavras da autora:

Se eu evoco as condições da sua reutilização em primeiro lugar, é com a finalidade de mostrar que, apesar da sua denominação comum, esse património [o industrial] não pode e não deve ser confundido, como é muitas vezes, com o património da era pré-industrial. Este último depende de valores e riscos diferentes (Choay 2003: 191).

Apropriar-se da história da indústria para afirmar que:

O período histórico de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais (TICCIH 2003: 5).

No entanto, nem todos concordavam com esta delimitação. Kuhl (2009) aponta que o principal argumento dos autores que divergiam

dessa concepção estava no fato de que a própria definição e surgimento da Revolução Industrial são controversos, logo não há como precisar seus diferentes tipos de organização e escala, nem pode-se expor com exatidão o momento em que um aparato produtivo deixou de ser artesanal para ser industrial. Além disso, o processo de industrialização passou por fases distintas em diferentes locais, impossibilitando a delimitação cronológica única para todo o mundo.

Kenneth Hudson argumenta a favor da não restrição do período que um resquício poderia ser tratado como patrimônio industrial. Para o autor, a arqueologia industrial se debruça sobre os vestígios físicos do passado industrial, de forma geral, sem limites históricos e cronológicos (Campagnol 2008; Kuhl 2009). No mesmo sentido, Angus Buchanan, desenvolve sua argumentação, apontando que a arqueologia industrial ressalta qualquer vestígio que tenha significância na história social e da técnica, não importando o período de criação e utilização. Nas palavras do autor:

(...) a arqueologia industrial é um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais. Almeja, além do mais, alcançar a significância desses monumentos no contexto da história social e da técnica. Para os fins dessa definição, um “monumento industrial” é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou de um sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram obsoletos há pouco (Buchanan *apud* Kuhl 2009: 39).

Alves (2003) também ressalta a importância dos resquícios surgidos antes da Revolução Industrial, enfatizando sua utilização e mostrando que estas influenciaram na construção da base operacional deste marco histórico, com técnicas comuns, com algumas permanecendo até os dias atuais. Conforme aponta o autor:

Ora, mesmo antes da Revolução Industrial, as configurações tecnológicas sempre revelaram uma vocação tendencialmente universalista e de unificação cultural, com as sociedades a revelarem-se muito porosas

(podemos mesmo dizer ávidas) em relação à transferência e à apropriação de tecnologias (vejam-se, por exemplo, os mecanismos para a captação da energia hidráulica). Esta característica de rápida difusão assume tal relevo que, para promover a inovação e salvaguardar as vantagens económicas dela derivadas, os países mais avançados tiveram de recorrer a dispositivos de protecção, desde a proibições alfandegárias ao privilégio da patente (Alves 2003: 6).

Outros autores corroboram com a não delimitação histórica do tema. Gantos (2004) desenvolve seu argumento em defesa da inclusão das unidades produtivas e suas respectivas técnicas e processos, definindo, primeiramente, o que significa o termo indústria. Posteriormente, propõe que o patrimônio industrial passe a ser considerado como o resquício de um sistema produtivo que utilize maquinários, com produção em série, na qual empregue energia, de origem não humana, que nos remetem a um passado e a uma cultura específica além daquela produzida pela Revolução Industrial. Neste sentido:

(...) o patrimônio industrial consiste em todo aquele vestígio tangível e intangível (material ou imaterial) surgido e mantido em torno da indústria, sendo de diversas origens e tipos, seja de determinada força motriz (hidráulica, eólica, vapor, elétrica, etc.) ou definida pelo tipo de produção: têxtil, mineração, açucareira, etc. Desta forma consideramos Patrimônio Industrial toda evidencia relacionada com a existência de um determinado espaço ou sítio industrial denominado “complexo” em seu aspecto integral (Gantos 2004: 2).

Dabat (2003) traz novos elementos para a discussão. A autora argumenta que o maior obstáculo para reconhecer a modernidade precursora do engenho do século XVII e XVIII reside na localização rural da plantação de cana-de-açúcar e/ou a (aparente) simplicidade das máquinas. A mesma afirma que há um erro em se associar o início do capitalismo a revolução industrial, mesmo reconhecendo que esta foi marcante para seu desenvolvimento, pois havia relações capitalistas nos antigos engenhos, anteriores

a este período. Sendo assim, não se pode excluir o engenho da categoria indústria, pois esta tem um processo produtivo que não difere (a não ser no avanço tecnológico dos materiais) em nada das modernas usinas de cana-de-açúcar. Ela também chama atenção para a visão “eurocêntrica” de industrialização e afirma que a construção histórica do termo industrialização está carregada de valores que impedem uma discussão imparcial do tema (Dabat 2003).

Para definir o que o estudo do patrimônio industrial abrange, deve-se primeiro definir o que é uma indústria. Não é a simples delimitação histórica do tema que irá apontar o seu referencial. Aceitando a revolução industrial como marco, excluiríamos os resquícios produtivos do século XVII, como os pequenos engenhos, que eram todos estruturados, com uma lógica, ferramentas e divisão do trabalho própria, similar a uma indústria, de proporções menores e com uma dinâmica diferenciada. No mesmo sentido, Meneguello (2004) afirma que:

Os engenhos podem ser considerados patrimônio industrial porque, embora não se refiram ao período da Revolução Industrial ou mesmo posterior, são registros do trabalho humano, do maquinário, das ferramentas e processos de produção que consideramos patrimônio industrial. Aliás, os primeiros trabalhos acadêmicos realizados no Brasil, nas décadas passadas, em termos de patrimônio industrial, foram exatamente sobre engenhos do Nordeste (Meneguello 2004: 4).

Neste sentido, os resquícios da produção do açúcar anteriores a Revolução Industrial podem ser enquadrados enquanto patrimônio industrial. No caso específico de Campos dos Goytacazes não há exposto na paisagem elementos que remetam este período. Principalmente após a modernização produtiva financiada pelo governo no século XIX, quando os pequenos engenhos foram substituídos por maquinários movidos a vapor, as pequenas unidades foram desaparecendo da região, cedendo lugar a aparatos mais modernos e produtivos.

O Patrimônio industrial e sua relação com a paisagem

Choay (2003) afirma que desde sempre as inovações tecnológicas exerceram influência no cotidiano da sociedade e na formação do ambiente vivido, atribuindo-lhes novas funções na medida em que surgiam. Devido às transformações geradas pelas constantes inovações, resquícios são gerados e, quando não destruídos, são, gradativamente, incorporados a sociedade, de duas maneiras distintas. Na primeira, edifícios antigos, construções sólidas adaptáveis a uma nova utilização são readaptadas a dinâmica vigente, recebendo novos usos e valores; na segunda situação, os restos são tratados como marcas anacrônicas, sem valor de uso, entretanto, com considerável valor afetivo, pois ressalta a memória daqueles que tinham neles seu território e local de sustento.

Estes resquícios, fruto do processo de industrialização, são carregados de signos, se apresentando como patrimônio, na medida em que evidenciam a coletividade que o construiu (Jeudy 1990). Com isto, o Patrimônio Industrial constituído possui um valor que vai além do seu aspecto visível, sendo considerado, essencialmente, pelo meio em que se insere, pela paisagem que representa, pelas relações que estabelece com o espaço e, principalmente, pelas memórias que nele está contida (Alves 2003). Como aponta Jeudy (1990):

Quando entramos num atelier onde estão reunidas máquinas que funcionavam há algumas dezenas de anos atrás, escutamos a explicação dada sobre o trabalho e a vida dos operários e assistimos as demonstrações, nos deixamos levar pela evocação dessa atmosfera imaginando os seres que lá estiveram, que partilharam um destino comum, escutamos o barulho das máquinas, vozes (...) (Jeudy 1990: 49).

No mesmo sentido, Choay (2003) afirma:

Que recordam então os edifícios antigos? O valor sagrado dos trabalhos que os homens de bem, desaparecidos e anônimos, realizaram para honrar o seu Deus, compor os seus lares, manifestar suas diferenças. Fazendo-nos ver e tocar o que viram e tocaram as gerações desaparecidas, o mais humilde lar (Choay 2003: 121).

De acordo com Jeudy (1990) no patrimônio industrial ficam retidos valores, modos de vida, memórias correspondentes a maneira de produzir de uma sociedade. Sendo assim, sua preservação é necessária, pois possibilita a apreensão de características importantes, num momento onde a mudança e a ruptura de sentido são constantes. Segundo o mesmo, “a cultura técnica pode então desempenhar um papel crítico nas modalidades de análise da história das sociedades” (1990: 102). Choay (2003) também ressalta essa característica do Patrimônio Industrial, quando aponta que o mesmo pode ser tratado como um documento e, por intermédio de sua análise, se faz possível remontar características importantes de um grupo. Em suas palavras:

[O Patrimônio Industrial] tem um valor de documento sobre uma fase da civilização industrial, documento em escala regional, que a memória fotográfica haverá de conservar, mas cuja a preservação real parece ter se tornado ilusória por suas próprias dimensões, numa época de urbanização e de regionalização de territórios (Choay 2003:219).

De maneira similar, atualmente a paisagem, enquanto objeto de estudo, não existe, *a priori*, como um dado da natureza (ou seja, somente em seu aspecto morfológico), mas sim, é ressaltado devido a sua relação com a sociedade (Luchiari 2001). Assim, ela é tratada como uma representação, tornando-se inesgotável, pois reproduz-se, renova-se e regenera-se, assim como a coletividade que lhe dá vida. Neste sentido, a paisagem assume caráter identitário na medida em que as sociedades recebem e percebem, constroem e reivindicam, representam e interpretam os lugares que estão inseridos. Deste modo, ela é considerada uma expressão concentrada da identidade coletiva, sendo um espelho acumulador que possibilita a representação do real e a união em torno de algo comum, influenciando na formação do ser (Pisón 2000). Com isso, criam identidades que se reforçam em relação a outras, sendo consideradas heranças, passíveis de preservação. Conforme ressalta Pisón (2000: 227): “Dime el paisaje que vives y te diré quien eres”.

Dotada de sentido e ancorada sobre uma base material,

a paisagem passou a ser vista como uma importante fonte investigativa, principalmente no que tange aos aspectos culturais de um determinado local. Pisón (2000) afirma que ela passou a ser vista como um marco de vida, pois dá suporte ao seu desenvolvimento, sendo realidades físicas individualizadas, inseridas em organizações (naturais ou culturais) dinâmicas, dotadas de próprio sentido, se fundamentando na relação direta de sua base (o aspecto estrutural), com a forma que se materializa (aspecto morfológico) e pela forma que se materializa (aspecto cultural social). Nas palavras do autor:

En este juego de interacciones el paisaje no aparece, pues, solo como un ente fisionómico y estético, sino que constituye un complejo vivo de formas que cristaliza, se articula, late y reposa sobre un sistema de condiciones y relaciones geográficas, susceptible de análisis cualitativo y funcional más allá de las apariencias. (...) es expresión de una civilización, tanto material como espiritual (Pisón 2000: 216).

Meinig (2002) coaduna com essa caracterização ao afirmar que a paisagem é constituída por aquilo que está sob o olhar do indivíduo e pelo o que está em sua mente, ou seja, o que se vê não é neutro, mas sim influenciado e condicionado pelas experiências e concepções de mundo. A partir deste aspecto a paisagem é caracterizada por ser dual, sendo resultado da observação e fruto de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, repleto de simbologia. Em cada período o imaginário coletivo varia e com ele a concepção social do natural, traduzidas em artefatos (materiais e simbólicos) que possibilitam a melhor vivência no espaço. Essas mudanças são percebidas na paisagem, pois além de ser um conceito abstrato de compreensão do meio, se apresenta também como materialidade pela qual os indivíduos enquanto seres sociais se organizam. Sendo assim, este conceito se apresenta como a melhor maneira de estudar essas transformações, pois é portador de sentido, representando tanto a variação quanto a ideologia que há por detrás (Luchiari 2001).

As transformações morfológicas ocorridas na paisagem não estão

separadas do seu contexto nem podem analisadas independentes das práticas sociais. Uma ferramenta, um material, uma maneira diferente de se produzir alteram funções, introduzindo outros valores e objetos, cada qual dotado de conteúdo e sob influência das ações contextualizadas por um novo sistema, imbuídos de significação e intencionalidade. Estar atento a essas mudanças é perceber e se inserir num espaço crítico. Conforme aponta Luchiari (2001):

Tomada pelo indivíduo, a paisagem é forma e aparência. Seu verdadeiro conteúdo se revela por meio das funções sociais que lhe são constantemente atribuídas no desenrolar da história. (...) os símbolos contidos nos objetos são perigosos, pois não se revelam totalmente a um olhar pouco reflexivo, podendo escapar à apreensão e tornar mais eficaz a feitiçização da paisagem (Luchiari 2001: 13).

As paisagens construídas e valorizadas expõem a estrutura social vigente e dão contorno a lugares, pois ela é a materialidade que permite a representação simbólica. Sendo assim, ela é socialmente configurada, edificada em torno de instituições sociais dominantes e ordenada pelo poder das mesmas (Castro 2005). Pisón (2000) ressalta a característica (acumuladora) torna a paisagem um documento que retém as particularidades de quem (ou o que) a influencia de maneira dominante e com isso é capaz de mostrar conteúdos e o modo de vida daqueles que lhe dão forma. Sendo assim, faz-se necessário sua apreensão, interpretação e leitura, enfatizando os seus símbolos, sistemas, imagens, etc. Entretanto, o autor ressalta que o espaço de representação é frágil e essa documentação exposta pode ser perdida de acordo com a variação do interesse do grupo que detém seu domínio. Neste sentido, por intermédio do estudo da paisagem pode-se mapear a cultura e o poder que a conforma, na medida em que as políticas implementadas tem por objetivo a preservação da condição social, cedendo benefícios a elite vigente, que ostenta seu poder na suntuosidade de suas construções (Corrêa 2003).

Segundo Tuan (2012) as paisagens se apresentam como a representação de diversas percepções, que por sua vez, variam de

acordo com as diferentes maneiras que podem ser interpretadas. As paisagens que possuem elementos industriais devem levar em consideração a relação existente entre o social e o econômico, pois estas influenciam a interpretação da mesma. Uma paisagem industrial serve de documento, possibilitando a apreensão de aspectos importantes, pois agem como um testemunho e são referências, na medida em que explicita a cultura que lhe deu forma, expondo os símbolos, sua representatividade técnica e social. Sendo assim, nelas ficam plasmadas o resultado da constante transmissão de habilidades, inovações tecnológicas, modos de vida que estão em constante contato, atuando como uma forma de conservação das memórias coletivas e individuais que foram sobrepostas nesse intenso intercâmbio. O patrimônio industrial possui qualidades que o ressaltam enquanto objeto de estudo. Por seu intermédio, apreende-se questões importantes que compõem a sociedade, como a dominação, hierarquização, etc., estando estas representadas não somente no campo material, mas também na dimensão imaterial (Dezen-Kempton 2011). Nele, o social se acha repensado e reinterpretado pela cultura técnica correspondente a um determinado modo de vida, não servindo apenas como um objeto de reconstituição ou de evocação, mas sim ressaltando o viés crítico, explicitando as ideologias que foram responsáveis pela sua composição.

O local de produção industrial remete a algo externo (valores, ideais, imaginário). Assim, no meio da desestruturação do espaço que se insere, ele funciona como marca, pois apresenta especificidades que são construídas pelas diversas formas que é retratado, formando um imaginário multifacetado (Dezen-Kempton 2011). Os resquícios materializados pelo monumento, pelos sítios ou pelas ruínas permitem a extração de informações que servem para a construção de sua história. Entretanto, mesmo tendo diferentes interpretações, o seu aspecto material é incontestável. Não se pode negar que ele está lá, não podendo, portanto, perdê-lo e depois encontrá-lo. O que pode acontecer é seu abandono e esquecimento. E esse é o destino das

forjas, olarias e fábricas deixadas a própria sorte, que gradativamente vão se decompondo, tendendo ao desaparecimento (Jeudy 1990)⁷².

Em Campos dos Goytacazes, as usinas de cana-de-açúcar ganham destaque na paisagem. Elemento importante para o estabelecimento e desenvolvimento do município, hoje, após o declínio do setor, o que temos são espaços vazios, estruturas em ruínas e, quando situadas em zona urbana, chaminés que disputam espaço com o recente processo de verticalização, sendo tratadas, na maioria das vezes, como um obstáculo para seu crescimento. O estudo destes resquícios e a compreensão do desenvolvimento do setor sucroalcooleiro é um ponto importante para a cultura local. Entender a constituição deste patrimônio industrial canavieiro, desde seu período áureo até o momento de declínio, é compreender a história do município, inclusive sua configuração urbana, dada sua íntima relação.

O desenvolvimento da Paisagem Industrial de Campos dos Goytacazes

Segundo Sergio Buarque de Holanda (1993), no Brasil colônia, os primeiros aglomerados urbanos nada mais eram que fortificações com algumas poucas casas, cercadas de plantações de cana, moendas e o engenho do açúcar, sendo considerado um prolongamento da zona rural. Os núcleos urbanos eram tidos como parte integrante da unidade produtiva, tendo seu espaço estruturado a partir de sua demanda. Com isso, os povoados eram formados em locais onde o escoamento da produção era favorável, onde a chegada de insumos, equipamentos e mão de obra escrava era facilitada.

É com essa realidade que começa a ser estruturado o aglomerado urbano que viria a ser Campos dos Goytacazes. Em verdade, a produção sucroalcooleira não foi a única atividade industrial desenvolvida no município, mas foi a de maior relevância. A relação do local com

72 O autor ainda ressalta que o abandono puro e simples de um local de produção industrial torna-se uma questão de gestão, na medida em que não há possibilidade de tudo preservar. A recusa de preservar se assemelha a uma ordem de demolição.

a cultura canavieira se inicia já no século XVI, quando em 1536, o tenente Pero de Góis da Silveira recebeu a recém criada Capitania Paraíba do Sul. Assim como os demais donatários radicados no Brasil, ele assumiu a responsabilidade de administrar a capitania e, para tanto, decidiu que a implementação da atividade canavieira, a exemplo da praticada no Nordeste, seria a mais adequada. No final de 1538, Pero de Góis fundou no local uma pequena povoação, denominada Vila da Rainha, onde introduziu as primeiras mudas de cana-de-açúcar, construiu engenhos movidos à água e importou escravos africanos para o trabalho na lavoura (Carvalho & Silva 2004). Têm-se então o início da influência da produção sucroalcooleira na conformação do território do município.

No contexto de implantação da atividade canavieira, o cenário que até então imperava na capitania era caracterizado pelo período que compõe o meio natural ou meio pré-técnico (Santos 1997). Esse momento é marcado pelas ações da natureza, influenciando as ações humanas de vários grupos, a exemplo dos indígenas que residiam na região e dos europeus que lá se instalaram, situação característica dos primeiros anos de colonização do país (Santos & Silveira 2001). No meio natural, o homem ainda não possuía instrumentos suficientes que o permitisse modificar e usufruir dos elementos naturais, em grande escala. As técnicas ainda eram rudimentares.⁷³ O processo produtivo dependia muito mais das condições naturais que da ação humana. Segundo os autores:

Durante pelo menos três séculos o povoamento do Brasil dá-se mediante uma contribuição relativamente pequena de recursos da técnica. As condições naturais eram quase diretamente solicitadas a fornecer resposta a uma intervenção humana, que buscava refletir demandas locais e forâneas, utilizando-se das facilidades oferecidas pela própria natureza (relevos, vegetação, hidrografia, solos, etc.) e criando, com função do tipo de

73 De acordo com Santos e Silveira (2001:28) como toda ação supõe uma técnica, a idéia de meio geográfico não pode ser desvinculada da noção de técnica. Portanto, é preciso relativizarmos denominações como 'natural' e 'pré-técnico'.

produção reclamado, áreas de densidade ou de rarefação (Santos & Silveira 2001: 29).

Apesar do meio natural apresentar características favoráveis ao desenvolvimento da cultura canavieira (vasta planície, solo fértil, fartura de lenha, recurso hídrico, etc.), a atividade não perdurou no século XVI. Isso ocorreu devido às constantes investidas das populações indígenas que ali residiam. Posteriormente, seu filho, Gil de Góis, renunciaria aos direitos hereditários que possuía junto à capitania. Numa segunda tentativa de colonizar a região, em 1627, a Coroa Portuguesa ordenou a divisão da capitania em glebas e as doou aos sete capitães portugueses, alguns deles donos de engenho no recôncavo da Guanabara, com o intuito de efetivar a ocupação. Os novos donatários introduziram a pecuária na região e, neste momento, intensificou-se o processo de colonização do local, culminando em 1667, na fundação da Vila de São Salvador, atual sede do município de Campos dos Goytacazes. No mesmo ano também foi fundado o município de São João da Barra (Lamego 1945).

No final do século XVIII, a atividade canavieira é reintroduzida no povoado e consolida-se em virtude do reaquecimento da demanda internacional. Com isso, a atividade pecuarista (que era voltada principalmente para atender as necessidades da metrópole) vai perdendo espaço para a cana-de-açúcar. Neste momento, o espaço local retoma importância e a atividade canavieira volta a centralizar os investimentos. Este fato dará início à conformação do meio-técnico na região.

Porém havia um desafio a ser superado, pois a geografia da região, dotada de terrenos alagadiços, dificultava o transporte do açúcar cultivado para o porto do Rio de Janeiro. De maneira paradoxal, os fatores que favoreciam o desenvolvimento da atividade sucroalcooleira estavam dificultando seu avanço. Mas com o avanço do meio técnico a situação iria se resolver.

No século XIX, o processo de mecanização do campo chega à região e atesta o surgimento do chamado meio técnico. A produção

aumenta e o espaço é modificado dada a introdução do engenho, que segundo Santos (1997), é a manifestação precoce da mecanização. Neste momento a lógica dos tempos humanos impõem-se então às condições naturais. “As áreas, os espaços, as regiões, os países, passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição (...) dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos” (Santos 1997: 189).

O século XIX foi especial para o desenvolvimento da atividade açucareira na região. Neste período a máquina a vapor é introduzida, juntamente com as novas técnicas, proporcionando um progressivo aumento da produção e beneficiamento da cana-de-açúcar (Pereira Pinto 2006). Neste contexto, o Governo Imperial⁷⁴ se apresenta como um parceiro na produção oferecendo créditos e garantias econômicas aos senhores do açúcar. Assim, se percebe a presença do Estado interferindo diretamente no processo produtivo, possibilitando a utilização do público em benefício do privado.

Com esta nova situação a paisagem industrial é novamente alterada, influenciada principalmente pela implantação dos novos maquinários adquiridos pelo governo imperial. Consequentemente, modifica-se o processo produtivo, o que é acompanhado da necessidade de uma nova organização no espaço, tanto no interior das unidades fabris (ampliação, divisão da produção, etc.) quanto no exterior (com a necessidade de novos espaços para cultivo devido ao aumento da capacidade produtiva). Assim, pode-se afirmar que a esta atividade agiu diretamente na conformação da região naquele momento, transformando e influenciando a história e paisagem local.

Porém, no fim do século XIX outro produto agrícola desponta e passa a concorrer com o açúcar no quesito exportação, dividindo a atenção do Estado: o café. Desta forma, para não perder espaço como principal produto exportador, era necessário aperfeiçoar a produção. São criados então, no Norte Fluminense, os Engenhos Centrais, sendo que o primeiro foi instalado em 1877, no município

74 Decreto Provincial Nº 310

de Quissamã, chamado de “Engenho Central de Quissamã”⁷⁵. No entanto, esta nova maneira de se produzir não perdurou, muito em função de problemas entre os fazendeiros e donos dos engenhos.

Com o fim dos Engenhos Centrais teve início o período das Usinas⁷⁶ de cana-de-açúcar, na qual a primeira do país foi criada em 1889, denominada Usina do Limão, localizada na região da baixada campista (Barbosa 2003). A partir de então, os investimentos de modernização na produção de açúcar introduziram novas plantas industriais na região Norte Fluminense e elevaram o nível de produtividade. Juntamente com a chegada das usinas de açúcar, desponta a figura do usineiro e, com ele, todo um sistema peculiar de práticas sociais, que se refletem principalmente no campo das influências políticas. Assim, cada vez mais o espaço vai sendo moldado de acordo com os interesses do grupo que detém o poder e, conseqüentemente, a paisagem vai incorporando as características culturais da classe dominante.

No final do século XIX, a indústria do açúcar se encontrava bastante desenvolvida no Brasil, principalmente no município de Campos dos Goytacazes. Esta fase da história ficou conhecida como a primeira modernização, cujo marco central foi a mencionada substituição dos engenhos de açúcar pelas usinas. Esta substituição permitiu um aumento do controle do processo produtivo da cana-de-açúcar e seus produtos finais. Conforme ressalta Neves:

A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas fez-se acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a

75 Este foi o primeiro Engenho Central da América Latina.

76 De acordo com Andrade (1994) *apud* Barbosa (2003), os engenhos centrais se diferenciavam das usinas pelo fato de que estes funcionavam em moldes de cooperativas, onde ficava proibida a existência de terras próprias cultivadas. A eles cabia somente o beneficiamento de canas de fornecedores, numa nítida separação entre a atividade agrícola e a industrial, que fracassou porque o segmento industrial funcionava com grande capacidade ociosa. As usinas, por sua vez, garantiam o fornecimento de matérias-primas ao possuírem terras e cultivarem a cana-de-açúcar.

atividade agrícola e explorando-as através de colonos e arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores (Neves 1997: 66).

De acordo com Barbosa (2003):

Identifica-se, então, um novo período, em que há concentração industrial; transformações tardias nas relações de trabalho (da escravatura passou-se às parcerias e à predominância do trabalho assalariado); aprofundamento da divisão social do trabalho; reconfiguração dos atores no processo produtivo, com o empobrecimento dos antigos senhores de engenho que agora passam a ser fornecedores (...). Paralelamente a esta ampliação de fornecedores e de área plantada, se desenvolve a concentração de capitais. As áreas em torno da usina foram sendo adquiridas pelos usineiros numa fase marcante de territorialização do capital (Barbosa 2003: 113).

Como observam Santos e Silveira (2001), neste momento chegou ao fim a regência do tempo natural que, imediatamente, cedeu lugar a um tempo lento, para dentro do território, associado com um tempo rápido para fora deste. O resultado desta transformação para o setor sucroalcooleiro foi a penetração do capital financeiro e industrial no campo. Este capital passou a controlar toda a cadeia produtiva açucareira, desde o cultivo até a sua distribuição comercial. Assim, a industrialização da produção do açúcar contribuiu para o surgimento de novas relações econômicas e de trabalho na região Norte Fluminense, exercendo influência direta na paisagem local. Estas passaram a fundamentar-se nos moldes do capitalismo moderno.

No início do século XX a produção canavieira era crescente e as usinas predominavam na paisagem da região. Em Campos dos Goytacazes, segundo Pereira Pinto (1995) haviam 27 unidades produtivas, sendo que as maiores eram Cupim, Mineiros, Santa Cruz e Tocos. Nesse período, o município passou a ser o maior produtor de açúcar cristal do Brasil. Entretanto, com a crise de 1929 a exportação retraiu, o que refletiu diretamente na produção da região (Carvalho & Silva 2004).

Para sair da crise recém instaurada, o grupo de usineiros

pressionou o Estado que, por sua vez, adotou uma série de medidas visando o benefício desse setor. Uma delas foi a criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA). Segundo Szmrecsányi (1991), o papel principal deste Instituto era o de estabelecer cotas de produção, em que cada usina só poderia fabricar determinada quantidade de açúcar. Num primeiro momento a ação ajudou aos usineiros da região a saírem da crise. Porém, com a consolidação de São Paulo como importante produtor de açúcar, as unidades produtivas do Norte Fluminense entram novamente em crise. Tal situação é agravada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, fazendo com que as exportações de açúcar fossem praticamente interrompidas. Sendo assim, muitas usinas campistas não suportaram a concorrência com São Paulo e faliram, a exemplo das usinas São José, Santo Amaro, Sapucaia, Cupim, Santana, Paraíso, Outeiro. Neste contexto, a paisagem volta a sofrer alterações. O grupo de usineiros que dominavam o município perde um pouco de sua influência e os recursos que até então tinham destinos voltados a atender suas necessidades passam a ser alocados em outras benfeitorias. O território campista passa a ser re-caracterizado.

De acordo com Santos e Silveira (2001), o final da Segunda Guerra Mundial inaugura o início de uma nova racionalidade no modo de produção capitalista e assinala a emergência da revolução técnico-científico-informacional. Inicia-se a aproximação entre a ciência e a técnica, ambas regidas pelas leis do mercado global que ascendera. Deste modo, a ideologia do consumo, atrelada ao crescimento econômico e ao planejamento, forneceram as idéias que subsidiaram e deram contorno a economia, a sociedade e a política. Isto repercutiu diretamente no gerenciamento do território. Era preciso, pois, modernizá-lo. Santos (1997) afirma que nesse novo contexto:

Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização, das relações sociais etc. Consequência mais estritamente geográfica diminui a arena

da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo (Santos 1997: 192).

Esta modernização é então acompanhada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, informação e transporte, acirrando os fluxos materiais e imateriais. Estes passam a condicionar o território de modo a assumir uma nova forma de funcionamento, o que culmina na exacerbação do processo de alienação do espaço. Ora, mediante o grande fluxo material e imaterial, o uso da terra passa a ser, gradativamente, regulado pelos interesses de empresas, favorecendo então, a perda do controle do território por parte do Estado.

Nesta arena de transição do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional, o Estado brasileiro desencadeou um amplo processo de modernização das condições de produção, não só do setor sucroalcooleiro, mas de diversos setores da agricultura. Nesta situação emerge a política de reestruturação e modernização do parque industrial sucroalcooleiro nacional. Todavia, de acordo com Bernardes (1997), a introdução da mesma técnica, repercute de forma diferente segundo cada espaço, isso porque o uso dos objetos não é idêntico. As técnicas não são independentes. Sua introdução e utilização estão vinculadas diretamente ao uso e gerenciamento do território onde estas serão aplicadas.

No momento desta reestruturação do parque industrial sucroalcooleiro, o Norte Fluminense não reunia condições necessárias de acumulação plena, já que os objetos técnicos encontravam-se desarticulados. As usinas, principais unidades produtoras, operavam praticamente de maneira independente, resultando em um baixo dinamismo neste território. Ao contrário de São Paulo, em que uma maior racionalidade do processo produtivo estava presente (Bernardes 1997). Portanto, o processo de modernização e reestruturação do padrão produtivo das usinas sucroalcooleiras, no Norte Fluminense, com destaque para o município de Campos dos Goytacazes, ocorreu

desacompanhado de um aumento e transformação da capacidade de produção, cultivo e qualidade da matéria-prima essencial, na mesma proporção: a cana-de-açúcar (Neves 1997). O resultado é que sem matéria-prima para trabalhar muitas usinas entraram em falência. Por isso, apesar da reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro campista ter ocorrido no contexto de insurgência do meio técnico-científico-informacional, o mesmo não conseguiu absorver as características deste período e revertê-las em benefício.

Assim, a posição de dominação gradativamente vai se perdendo, dando a oportunidade a outras iniciativas (principalmente para o ramo petrolífero que vai se fixando). Com isso, o setor passa a dividir as atenções e os recursos, deixando de ser o elemento dominante da paisagem, para se tornar residual. A situação é agravada no decorrer da segunda metade do século XX, com dez unidades produtivas encerrando a produção (Mineiros, Poço Gordo, Santo Antonio, Novo Horizonte, Santa Maria, Outeiro, Queimado, Victor Sence, Cambaíba e São João). Hoje a situação é ainda pior, com apenas a usina COAGRO (Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro) em operação.

Porém, mesmo com a derrocada do setor, as grandes estruturas permanecem espalhadas por todo município (além de suas plantações), algumas em ruínas, outras com novas funções, sendo parte integrante da paisagem e um elemento de caracterização. Ressaltar a memória de um local por intermédio de sua cultura industrial possibilita o desenvolvimento de uma identidade individual e social relevantes à evolução das sociedades. O patrimônio industrial traz consigo recordações que integram sua constituição, assim como as histórias das pessoas que fazem parte dele. A indústria, por ser um elemento importante na sociedade capitalista, centraliza ações, exerce influência nas decisões, conforma espaços, mudam o entorno de acordo com sua demanda, para assim se manter dominante.

Sob essa perspectiva, ressaltar o patrimônio industrial a partir de sua inserção na paisagem se torna interessante, pois abre a

possibilidade de apreensão desse processo como um todo. A partir de sua predominância, ou não, verifica-se o quão importante o estabelecimento desta indústria foi para a região. Assim, trata-se da constituição deste patrimônio para aqueles que estavam diretamente ligados ao mesmo, mas também para toda população a sua volta, que conviveram com essas estruturas, seja como de seu entorno, seja de maneira secundária, “esbarrando” com elas em seu dia-a-dia.

Em Campos dos Goytacazes, o contato com este patrimônio industrial é constante. Por diversos pontos do município percebe-se a presença dos resquícios ligados a produção canavieira. São grandes extensões de terra que eram utilizados para o cultivo da cana, espaços vazios deixados pelo fim da produção e, principalmente, grandes unidades produtivas que se destacam na paisagem, algumas inclusive no interior do perímetro urbano, dividindo espaço com prédios, supermercados, condomínios etc.

Assim, essa produção cuja história se confunde com o desenvolvimento do município, que exerceu tanta influência na sua conformação, mesmo com sua derrocada, ainda se faz presente no cotidiano dos campistas. Porém, hoje não exerce mais a centralidade de outrora, pelo contrário, por vezes é tratado como um entrave para o crescimento local, oferecendo, inclusive, riscos a população que reside em seu entorno, dada a precariedade em que se encontra. Algo há de ser feito para mudar essa situação. Tratar os resquícios da produção canavieira enquanto um patrimônio e ressaltá-lo como um elemento constituinte da paisagem local é proteger uma parte importante da cultura de Campos dos Goytacazes, parte esta que foi fundamental para a constituição do município.

Referências Bibliográficas

Alves, J. F. Patrimônio industrial, educação e investigação – a propósito da Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave. In: SEMINÁRIO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO VALE DO AVE: UMA ROTA COM HISTÓRIA. Guimarães, 2003.

Barbosa, P. P. B. C. “A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na região norte fluminense”. In: Marafon, G.J & Ribeiro, M.A (org.). Revisitando o Território Fluminense. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2003.

Bernades, J. A. “Mudança Técnica e Espaço: Uma Proposta de Investigação”. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C. & Corrêa, R. L. (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Campagnol, G. Usinas de Açúcar: habitação e patrimônio industrial. São Carlos: Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Carlos, 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).

Carvalho, A. M. & Silva, R. C. S. “Formação Econômica da região Norte Fluminense”. In: Pessanha, R. M. & Silva Neto, R. (org.). Economia e Desenvolvimento da região Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004.

Castro, D. G. Patrimônio histórico e arquitetônico como marca de qualificação da paisagem de Quissamã: identidade cultural, poder e consumo. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Geografia/UERJ, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia).

Choay, F. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: UNESP, 2003.

Cordeiro, J. M. L. Arqueologia Industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender. In: I ENCONTRO EM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. Campinas: Fundação Biblioteca Nacional – UNICAMP, 2004.

Corrêa, R. L. Região e Organização Espacial. São Paulo: Editora Ática, 2003.

Dabat, P. Y. R. Moradores de Engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Programa de Pós Graduação em História/ UFP, 2003. Tese (Doutorado em História)

Dezen-Kempter, E. Espaço fabril enquanto lugar de memória. Urbana. Campinas, n° 3, ano 3, 2011.

Dippold, D. & Fonseca, F. P. Bombas Elevatórias: Um estudo de Arqueologia Industrial. In: I ENCONTRO EM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL.

- Fundação Campinas: Biblioteca Nacional – UNICAMP, Campinas, 2004.
- Gantos, M. C. Apontamentos para uma arqueologia agroindustrial do complexo sucroalcooleiro em Campos Dos Goytacazes, RJ. In: I ENCONTRO EM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. Fundação Campinas: Biblioteca Nacional – UNICAMP, Campinas, 2004.
- Holanda, S. B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993.
- IPHAN. Cartas patrimoniais (Cadernos de documentos nº3). Brasília, 1995.
- IPHAN. Portaria nº127, 30 e abril de 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1756>
- Jeudy, H.P. Memórias do Social. Rio de Janeiro: Editora Forense Univesitária, 1990.
- Kuhl, B. M. Algumas questões relativas ao Patrimônio Industrial e à sua preservação. In: “Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN”. Brasília: 2006. Disponível em: [http:// www.revista.iphan.gov.br](http://www.revista.iphan.gov.br). Acessado em 10 de fevereiro de 2011.
- _____. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- Lamego, A R. O Homem e o brejo. Rio de Janeiro: IHGB, 1945.
- Luchiari, M. T. D. P. “A (re) significação da paisagem no período contemporâneo”. In: Corrêa, R. L. & Rosendhal, Z.(org). Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- Mendes, J. A. Uma Nova Perspectiva sobre o Patrimônio Cultural: Preservação e Requalificação de Instalações Industriais. Coimbra: 2000. Disponível em: http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_197.
- Meneguello, C. Patrimônio Industrial: perspectivas e abordagens. In: I ENCONTRO EM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. Fundação Campinas: Biblioteca Nacional – UNICAMP. Campinas, 2004.
- Meinig, D. W. O olho que observa: dez visões da mesma cena. Espaço e cultura. Rio de Janeiro, n. 13, Jan/Jun 2002.

Neves, D. P. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: um estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana. Niterói: EDUFF, 1997.

Pereira Pinto, J. R. Um pedaço de terra chamado Campos: sua geografia e seu progresso. Campos dos Goytacazes: Almeida Artes-gráficas Editora, 2006.

_____. O Ciclo do Açúcar em Campos. Campos dos Goytacazes, 1995.

Pisón, E. M. Estudios sobre El paisaje. Madri: Fundacion Duques de Sória, 2000.

Rix, M. Industrial Archaeology. London: The Historical Association, 1967.

Santos, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Santos, M. & Silveira, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Silva, L. M. Patrimônio Industrial: passado e presente. In: “Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN”. Brasília: 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=530>.

Szmrecsányi, T. & Moreira, E. P. O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda. Guerra Mundial. Estudos Avançados. São Paulo, v.11, 1991.

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, 2003. Disponível em: <http://www.ticcih.org>. Acesso em: 30 de janeiro de 2014

Tuan, Y. F. Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

Vichniewski, H. T. As Indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). IN: I ENCONTRO EM PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. Fundação Campinas: Biblioteca Nacional – UNICAMP. Campinas, 2004.

Patrimônio e legitimidade social, um estudo do pedido de registro da ayahuasca

Jânio de Oliveira Silva Júnior

A cultura popular é forjada por diferentes matrizes e heranças étnicas, muitas delas aparecendo em diferentes situações e lugares na história brasileira. Reconhecer saberes, modos de fazer, rituais, lugares, ou outros elementos ligados à cultura popular a partir do Decreto 3.551, foi algo inédito na história patrimonial no Brasil, inserido em um contexto marcado por um jogo de relações de conflitos e negociações.

Em 4 de agosto de 2000 o Decreto nº 3.551 instituiu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro” e criou “o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”. Esse decreto foi resultado da união de uma Comissão organizada pelo Ministério da Cultura com o objetivo de elaborar uma proposta que regulamentasse a salvaguarda do patrimônio imaterial, junto ao Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) criado especialmente para assessorar tal Comissão. Quatro anos depois da instituição do Decreto nº 3.551, no ano de 2004, com Gilberto Gil como Ministro da Cultura, foi aprovado o Decreto nº 5.040, que criou

o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), ao qual se integra o Centro de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) (Fonseca, 2008).

Rompendo com a dicotomia assentada no tangível e intangível, os novos instrumentos de identificação possibilitaram de forma sistemática e abrangente a análise de bens culturais de natureza processual e dinâmica. O Departamento do Patrimônio Cultural (DPI), é o principal setor do IPHAN responsável pelas políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial, e tem como instrumentos o Registro, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), e os Planos de Salvaguarda.

Se antes do Decreto só se era possível reconhecer bens de natureza material, símbolos presenciais de uma cultura hegemonicamente branca, católica europeizada, com os novos instrumentos legais de reconhecimento, se fez possível o registro e salvaguarda de práticas culturais ligadas a grupos sociais historicamente marginalizadas por essa elite. Podemos ter como exemplo desse processo o jongo, o samba de roda e a capoeira, onde ambos são representações de práticas culturais negras, que trazem em sua história um forte traço de identidade e resistência.

O trabalho que segue, busca discutir a regulamentação do uso ritual da ayahuasca no Brasil, e o pedido de reconhecimento enquanto patrimônio imaterial da cultura brasileira. O objetivo central desse trabalho é ilustrar as intenções presentes no pedido de registro, que vão além da salvaguarda do ritual, onde os grupos ayahuasqueiros parecem apostar que o reconhecimento do uso ritual da bebida como Patrimônio Imaterial brasileiro reforçará sua frágil legitimidade social.

Inicialmente, traço um breve histórico do uso da ayahuasca no Brasil, apontando como o uso originário indígena desdobrou-se em contextos religiosos ricos em sincretismo; em um segundo momento, discorro sobre os estigmas que tais grupos religiosos sofrem no Brasil, e em meio a isso, a discussão que envolve a legalidade e regulamentação de seu uso em contexto religioso. Após essa etapa,

abordo as possíveis dificuldades a serem enfrentadas durante o processo de registro, como base nas diretrizes do IPHAN.

Ayahuasca no Brasil

A Ayahuasca é uma bebida milenar utilizada ritualisticamente por tribos indígenas da Amazônia, preparada a partir da decocção⁷⁷ do caule do cipó *Banisteriopsis caapi* - conhecido popularmente como: Jagube, Mariri, Cabi, Caupurí, Uni, entre outros -, com as folhas do arbusto *Psychotria Viridis Ruiz & Pavón*, conhecido como, Chacrona, Rainha, Chacrana e Kawa. O termo ayahuasca é de origem quíchua, onde *Aya* quer dizer *pessoa morta ou espírito*, e *Huasca* significa *cipó, corda, liana*; traduzindo aproximadamente: cipó das almas, ou cipó dos mortos (Mckenna, 1995). Entre as diversas tribos da bacia Amazônica que fazem uso da Ayahuasca em seus rituais, ela é tida como uma bebida de origem divina, carregada de conhecimentos sagrados, que possibilita a transcendência e desprendimento do espírito de seu confinamento corpóreo. O uso nativo da beberagem tem o propósito de alcançar visões em busca de respostas com o objetivo de cura para enfermidades, planejamento de caça, e organização social da tribo; ou seja, o uso ritual da ayahuasca esta fortemente presente na realidade espiritual indígena (Luna, 1986; Gentil, 2004).

Em relação aos seus modos de preparo, o que até pode variar, principalmente no que se diz respeito ao uso da *Psychotria Viridis*, onde plantas com as propriedades semelhantes às dela podem substituí-la, o ritual de preparo segue um padrão. É bom que fique claro que a decocção de apenas uma das plantas não geraria efeito algum. A *harmina* é um indol presente na *Psychotria Viridis*, que a não ser que seja tomado em grandes doses, não tem muita capacidade psicodélica. Porém, a harmina é um excelente inibidor temporário (mesmo administrada em pequenas doses) de *oxidase de MAO (monoamina)*⁷⁸. Dessa forma, um alucinógeno como

77 Ação de ferver plantas num líquido, a fim de lhes extrair os princípios ativos. O produto dessa ação; cozimento.

78 Responsável pelo metabolismo de noradrenalina e serotonina.

o DMT (Dimetiltriptamina) (princípio ativo da *Banisteriopsis caapi*), que é inativo quando tomado via oral por conta da MAO, quando administrado junto à harmina se torna um poderoso psicoativo (Mckenna, 1995).

Não é possível precisar as origens do uso da Ayahuasca. Segundo o etnógrafo Plutarco Naranjo (1979, 1986), são poucas as informações encontradas que possam mapear precisamente o consumo da bebida pelo homem. As origens do uso da ayahuasca na bacia amazônica estão perdidas por entre as névoas da pré-história. Ninguém pode afirmar com certeza onde se deu o início desta prática, embora se possa dizer com alguma certeza que sua utilização disseminou-se por inúmeras tribos indígenas da bacia amazônica, e que ela acabou chamando a atenção dos etnógrafos ocidentais na metade do século XIX (Mckenna, 2002). Segundo Luna (1986), o psicotrópico é usado por cerca de 72 tribos, possuindo mais de 40 denominações⁷⁹.

No contexto religioso indígena, a ayahuasca é uma bebida sagrada tomada pelo pajé (xamã)⁸⁰ - ou por mais pessoas guiadas por ele -,

79 Dentre os mais de 40 nomes que a ayahuasca é conhecida, ainda existem variações dentro das etnias indígenas. Segue os principais nomes pelos quais as conhecem: Natema, Yagé, Nepe, Ayahuasca, Dopa, Pinde, Runipan, Bejuco Bravo, Bejuco de Oro, Caapi (Tupi Brasil); Mado, MadoBidada e Rami-wetsemCulina); NucnuHuasca e ShimbayaHuasca (Quechua); kamalampi (Piro); Punga Huasca, Rambi e Shuri (Sharanahua); Ayahuasca Amarillo, Ayawasca, Nishi e Oni (Shipibo); Ayahuasca Negro, Ayahuasca Blanco, Ayahuasca Trueno, Cielo Ayahuasca, Népe, Xono, Datém, Kamarampi, Pindé (Cayapa); Natema (Jivaro); Iona, Mii, NixiPae, Ka-hee (Makuna); Mi-Hi (kubeo); Kuma-basere, Wai-bu-ku-kihoa-Ma, Wenan-Duri-Guda-Hubea-Ma, Yaiya-Suava-Kahi-Ma, Wai-Buhua-Guda-Hebea-Ma, Myoki-Buku-Guda-Hubea-Ma (Barasana); Ka-Hee-Riama, Mene'-Kají-Ma, Yaiya-Suána-Kahi-Ma, Kahí-Vaibucuru-Rijoma, Kaju'uri-Kahi-Ma, Mene'-Kají-Ma, Kahí-Somoma' (Tucano); Tsiputsueni, Tsipu-Wetseni, Tsipu-Makuni, AmarrónHuasca, IndeHuasca (Ingano); Oó-Fa, Yagé (Kofan), Bi'-ã-Yahé, Sai-Sewi-Yahé, Sese-Yahé, Weki-Yajé, Yai-Yajé, Nea-Yajé, Noro-Yajé, Sesi-Yajé (ShushufindSiona); Shillinto (Peru); Nepi (Colorado); Wai-YAjé, Yajé-oco, Beji-Yajé, So'-Om-Wa-WAiYajé, Kwi-Ku-Yajé, Aso-Yajé, Wait-Yajé, Kido-Yajé, Weko-Yajé, Weki-YAjé, Usebo-Yajé, Yai-YAjé, Ga-Tokama-Yai-YAjé, Zi-Simi-Yajé, Hamo-Wejo-YAjé (Sinonas do Puntomayo); Shuri-Fisopa, Shuri-oshinipa, Shuri-Oshpa (Sharananahua) (Labate, 2002).

80 O pajé ou o xamã, é uma pessoa de destaque nas tribos indígenas, são curandeiros, tidos como portadores de poderes ocultos ou orientadores espirituais.

com o fim de ter revelações e a partir delas tomar decisões. Ao fazer uso do chá, os índios transcendiam ao mundo espiritual da planta; aguçavam seus sentidos, tinham delírios psíquicos, vivenciavam fenômenos paranormais como, o de se desprender de seu próprio corpo, telepatia, e contato com os antepassados mortos. Muitos pajés usavam a bebida para descobrir formas de tratar enfermidades (Labate, 2000)⁸¹.

Segundo Labate, no século XX, o uso da bebida se difundiu amplamente. Seringueiros, aventureiros, militares, comerciantes e missionários, que circulavam pela região amazônica tomaram conhecimento de tal prática, e começaram a também fazer uso da beberagem. Como consequência desse contato, esses indivíduos não-índios somaram seus costumes aos já estabelecidos pelos índios originalmente, introduzindo elementos do catolicismo, espiritismo, umbanda, candomblé e esoterismo, modificando enormemente as estruturas tradicionais do ritual. Dessa forma, nasceram diversos movimentos de sincretismo religioso que utilizam o chá ritualisticamente, como o Santo Daime, a União do Vegetal (UDV), a Barquinha e diversos outros rituais de reinvenção do uso da bebida em centros urbanos (Labate, 2000).

Cronologicamente, a primeira religião ayahuasqueira brasileira foi o Santo Daime, que de certa forma, serviu de base para todas as outras religiões que fazem uso da ayahuasca. Foi criada pelo seringueiro nascido no Maranhão, Raimundo Irineu Serra, conhecido como Mestre Irineu, por volta dos anos 30 do século XX, em Rio Branco, Acre (Goulart, 2008). O termo Daime refere-se tanto ao culto, quanto a bebida utilizada nele (a ayahuasca); segundo Goulart

81 O uso de plantas são comuns no universo xamânico. Fora a ayahuasca, podemos citar como representantes endêmicos nas américas: o Peiote (*Lophophora William-sii*) natural da América Central; o San Pedro (*Echinopsis Pachanoi*), a folha de coca (*Erythroxylon Coca*), e a Jurema (*Mimosa Hostilis Benth*) na América do Sul. Em outro lugares do mundo também são encontradas esse tipo de plantas como alboga (*Tabernanthe iboga Baill*) na África; o Pégano (*Peganum harmala L.*) no Oriente Médio; e os fungos *Amanita* na Sibéria.

(2008), “dai-me” é o pedido feito por quem consome o chá: “dai-me saúde, dai-me amor, dai-me luz, etc.” Pois para os daimistas, uso do chá traria a tona o contato com o espírito da planta, que através de tal experiência traria o aprendizado a quem o consumisse.

Para Goulart (2004), o Santo Daime seria fruto da reelaboração de várias matrizes religiosas e culturais; a autora aponta em primeiro lugar as antigas práticas de catolicismo popular apoiadas em suas instituições de irmandades, compadrio, mutirão e festas destinadas a santos. Outra matriz importante presente na religião daimista seria o kardecismo⁸². Segundo Goulart, a possibilidade que a filosofia de Allan Kardec oferecia de cada fiel poder se conectar ao mundo espiritual, buscando orientação para sua vida, dialogava com a estrutura individualista presente na nova realidade social, permitindo a democratização do transe que anteriormente era restringido ao pajé ou xamã.

O Santo Daime enquanto tradição religiosa pode ser concebido por dois momentos distintos; o primeiro seria o seu surgimento com a fundação do Alto Santo ou CICLU, junto a figura de Mestre Irineu, e , em um segundo momento, após o falecimento de Mestre Irineu, a dissidência de Padrinho Sebastião e a criação do CEFLURIS, que alterou as fronteiras geográficas do Santo Daime, expandindo para novos grupos e territórios⁸³.

82 Doutrina que surgiu na França no século XIX, por obra de Léon Hyppolite Denizard Rivail, que se tornou popularmente conhecido como Allan Kardec.

83 Com a morte de Mestre Irineu em 1971, o Santo Daime sofreu algumas modificações e dissidências; com a ausência de um líder com as características do Mestre Irineu, foi difícil manter a união dos membros da doutrina daimista, gerando assim algumas modificações no tronco original da doutrina. Uma das mais expressivas cisões foi a do Senhor Sebastião Mota de Melo, conhecido popularmente como Padrinho Sebastião, que em 1975 fundou junto com outros membros do CICLU o Centro Fluyente Luz Universal Raimundo Irineu Serra (CEFLURIS). O CEFLURIS teve um importante papel na divulgação da cultura daimista. Geralmente quando se fala em Santo Daime hoje, é em referência a tal vertente religiosa. Em 1976, a Colônia passa viver em experiência comunitária com cerca de 300 pessoas entre agricultores e ex-seringueiros em sua maioria; o que começou a chamar a atenção de mochileiros, curiosos, e de pessoas em busca de cura, ou de modos alternativos de se viver; todos provenientes de diversas partes do Brasil e do exterior (Labate, 2000).

Em 1945, também em Rio Branco, surge outra religião ayahuasqueira, a Barquinha ou Capelinha de São Francisco, criada por Daniel Pereira de Mattos, o Mestre Daniel, conhecido também como Frei Daniel. Mestre Daniel nasceu 1888, e conheceu o Santo Daime em 1936 quando foi em busca da cura do alcoolismo junto a Mestre Irineu, freqüentando o Alto Santo por cerca de dez anos (Goulart, 2008). Por volta de 1945, Mestre Daniel teve uma miração⁸⁴ onde recebeu um *livro azul de anjos vindos do céu*, que continha sua missão terrena; a partir daí, começou a receber hinos, ou melhor, salmos que compõem o ritual da Barquinha (Labate, 2000).

O uso do termo Barquinha, para designar o culto elaborado por Mestre Daniel, segundo Goulart (2008), é uma associação a um dos ofícios exercidos pelo fundador do culto que, antes trabalhou como piloto fluvial. Labate (2000) aponta que, a Barca representaria a missão deixada por Daniel, significaria a viagem de cada um dentro desta grande viagem, a viagem de suas vidas; seus adeptos são tidos como os marinheiros do mar sagrado.

Uma das diferenças mais significativas entre a Barquinha, e os cultos que descendem do Santo Daime de Mestre Irineu, é sem duvida o que confere à barquinha sua característica mais marcante, a estreita aproximação com práticas e crenças de religiões afro-brasileiras, principalmente da Umbanda. No culto ayahuasqueiro criado por Mestre Daniel, muitas das entidades cultuadas são provenientes do panteão umbandista como, Preto-Velho, Caboclo, Oxum, Iemanjá, Xangô, que pertencem tanto a Umbanda quanto ao Candomblé (Goulart, 2008). Em tais cerimônias, junto à ingestão do Daime, ocorre a incorporação de entidades espirituais que expressam os três planos cosmológicos: o astral, a terra e o mar (Labate, 2000). O plano astral é tido como o mais elevado, ele seria povoado por entidades com maior grau de luz, tais como São Francisco das Chagas, São Sebastião e São José; nos planos da terra e do mar, existiriam entidades com menor grau de luz, como caboclos, preto-

84 Visão decorrente da ingestão da beberagem.

velhos, indígenas, sereias, golfinhos, polvos, cobras d'água, príncipes e fadas (Labate, 2000; Luna, 1995).

Vale lembrar que tal como na Barquinha, o CEFLURIS, apesar de esta ser uma religião com doutrinas muito próximas ao Alto Santo de Mestre Irineu, também existe a prática da incorporação de entidades em algumas de suas cerimônias daimistas, o que é, como já dito, motivo de grandes críticas por parte das comunidades ligadas ou, auto intituladas ao Alto Santo.

Em 1961, é criado o *Centro Espírita Beneficente União do Vegetal* (CEBUDV), conhecido popularmente como União do Vegetal ou UDV, que em termos históricos, é a terceira religião ayahuasqueira do Brasil (Goulart, 2008). A UDV foi fundada pelo baiano José Gabriel da Costa, o Mestre Gabriel, nascido em 1922 em Feira de Santana, e estabelecido em Porto Velho, Roraima, por volta de 1942 fazendo parte do fluxo migratório de nordestinos que foram tentar a sorte nos seringais para extração de látex no Norte do país (Labate, 2000).

A UDV teve uma origem mais autônoma enquanto doutrina religiosa se comparada ao Santo Daime e a Barquinha. A Barquinha e o Santo Daime foram fundamentados no mesmo bairro, e o fundador da Barquinha, Mestre Daniel, teve contato, e foi inicializado por Mestre Irineu. Mestre Gabriel fundou a UDV fora do contexto acreano, onde segundo Goulart (2008), apesar de existirem alguns rumores de um contato entre Mestre Gabriel e Mestre Irineu, não se pôde comprovar. Além disso, o Santo Daime e a Barquinha foram criados entre os anos de trinta e quarenta, tendo seus fundadores chegado ao Acre no início do século XX, e por sua vez, o fundador da UDV só chega a Rondônia nos anos 40, e começa a articular o novo dogma religioso a partir dos anos sessenta (Goulart, 2008).

As diferenças entre o Santo Daime, a Barquinha e a UDV não se limitam apenas aos processos históricos presentes em sua formação; segundo Goulart (2008), existe inúmeras diferenças entre suas formas rituais, preceitos doutrinários, e nos elementos místicos expressos em cada uma delas. Vale apontar em primeiro lugar a

denominação da bebida, onde nas duas primeiras religiões o chá recebe igualmente o nome de Daime, e na UDV ele é denominado de vegetal. Em segundo lugar, no Santo Daime e na Barquinha, o bailado⁸⁵ possui uma importante função durante as cerimônias e nos princípios doutrinários, já na UDV, o bailado é completamente excluído das cerimônias rituais, assim como (em parte) a entonação dos hinários, que quando ocorre é feito apenas por uma pessoa. Ao contrario das duas primeiras religiões, na UDV, depois do vegetal ser servido, os participantes sentam-se e entram em um processo reflexivo de concentração que dura até o fim da sessão⁸⁶. A palavra falada possui um papel chave na organização do ritual; no decorrer das sessões da UDV todos os participantes podem e devem realizar perguntas aos mestres que dirigem a cerimônia; diferentemente do Santo Daime onde a palavra falada durante a maioria dos rituais é evitada, e da Barquinha onde apesar de ocorrer com frequência, ela é discursada apenas pelos dirigentes ou pelos guias incorporados nos médios (Goulart, 2008). Embora exista na UDV uma grande influência kardecista e cristã, em tal grupo religioso, não a espaço reservado para devoção a entidades, hinos ou preces, suas sessões estão voltadas a concentração mental (Luna, 1995).

O Alto Santo e a Barquinha não são religiões de caráter expansionista; são muito fechados em suas tradições caboclo amazônicas, e basicamente concentram-se no estado do Acre. A UDV por sua vez, seguida pelo CEFLURIS, é a maior religião ayahuasqueira, e a que mais possui filiais no Brasil e no mundo. Um fato que aproxima o Alto Santo, a Barquinha e a UDV, é que após a morte de seus líderes, ocorreram algumas dissidências do tronco original de cada religião.

85 No bailado daimista os participantes são dispostos segundo uma divisão principal entre homens e mulheres e, dentre estes, casados e solteiros, formando-se quatro blocos, que se posicionam uns distantes dos outros. A dança propriamente dita consiste em uma movimentação sincrônica de todos os participantes ao som dos hinos cantados, através de pequenos passos, quando todos movimentam-se apenas alguns centímetros. Há três tipos de ritmos: a marcha, a valsa e a mazurca (Goulart, 2008).

86 Termo utilizado para se referir as cerimônias da UDV.

A expansão de algumas religiões ayahuasqueiras para grandes centros urbanos – em geral encabeçados pelo CEFLURIS e pela UDV – possibilitou que diversos tipos de pessoas, provenientes de diferentes classes sociais, com diferentes concepções religiosas, assim como filosóficas, experimentassem a ayahuasca, e somassem ao seu uso novas perspectivas. Assim, mesmo quando esse uso da ayahuasca aparece em uma forma ritualizada, ele tende a apresentar peculiaridades em relação às matrizes religiosas ayahuasqueiras tradicionais.

Esses novos grupos que se encontram em expansão nos centros urbanos do Brasil e de alguns outros países, são desvinculados das religiões ayahuasqueiras tradicionais, representando como afirma Labate, um subproduto da expansão do Santo Daime (CEFLURIS) e da UDV. As práticas da maioria dos grupos neo-ayahuasqueiros⁸⁷ somam ao sincretismo religioso já estabelecido técnicas de meditação, e princípios religiosos de origem oriental. Algumas práticas de consumo ocorrem fora do contexto religioso-institucional, através de ayahuasqueiros independentes, que criam novas modalidades de consumo da ayahuasca, aliando seu uso com o universo das artes, ou da psicoterapia (labate, 2000).

Ayahuasca, legalidade e preconceitos

As religiões daimistas nascem, e respectivamente ganham força no Brasil, no período entre o boom da extração de látex no norte do país, e o seu enfraquecimento com o deslocamento dos trabalhadores do interior das florestas para as capitais da região. Rio Branco, por exemplo, apresentava uma frágil estrutura habitacional, carecendo de saneamento básico, e serviços de saúde, principalmente para a população que se encontrava nos arredores da cidade, como era o caso da maioria dos ex-seringueiros que ali passaram a viver tornando-se pequenos agricultores. Além das já difíceis condições de vida, a

87 Digo maioria, porque existem diversas formas e objetivos de uso da ayahuasca no campo neo-ayahuasqueiro, não sendo adequado a generalização.

situação começa a piorar com a chegada de poderosos investidores agropecuários na região, aumentando assim a competição (Monteiro Silva, 1983).

É nesse contexto que desponta a figura de Mestre Irineu e o Santo Daime fundado por ele, sendo resultado da organização social de um grupo de ex-seringueiros que moravam próximos um dos outros (Goulart, 2008). Diante do precário quadro de higiene e saúde apresentado, a procura por ajuda em razão de doenças era grande. Segundo Goulart, pode-se dizer que o culto do Santo Daime tem sua configuração inicial como um culto de cura, e através desses trabalhos de cura que Mestre Irineu torna-se conhecido, e começa a atrair novos adeptos às sessões daimistas.

Em muitos casos, o Daime e a orientação do Mestre Irineu eram preferidos e valorizados em comparação a uma medicina considerada ruim, ineficiente ou mesmo ausente, revelando a falta de acesso de uma determinada população aos serviços médicos. Muitas vezes, mesmo quando esse acesso era possível, as narrativas apontam para existência de uma distância entre o discurso dos médicos e o universo do doente, que acabava impossibilitando a cura. Assim, alguns antigos adeptos afirmaram que, antes de procurar o Daime, passaram por vários médicos, mas que eles não conseguiam “entender” qual era o problema ou a doença que os afligia, como também não “acertavam” o seu remédio. A recorrência ao Daime aparecia, deste modo, como uma alternativa ao tratamento médico convencional, seja em função de uma infra-estrutura precária deste ou de uma inadequação entre a demanda dos doentes e a lógica e a linguagem terapêuticas da medicina oficial (Goulart, 2008: 258-259).

Mestre Irineu passa a ser visto como “protetor”, “padrinho”, liderança, um tipo de benfeitor ou organizador da população pobre, que em sua maioria era negra como ele. Suas ações não era bem vista pelas autoridades e representantes das classes mais altas da região (Macrae, 2008). Além disso, o uso de um chá proveniente da cultura indígena despertava no imaginário popular uma série de especulações, gerando desconfiança e muitas vezes perseguição

ao culto daimista (Goulart, 2008). Eram muitas as acusações de “macumba”, charlatanismo e curandeirismo dirigidas ao culto.

Esses tipos de acusações e perseguições, não se restringiam apenas as religiões ayahuasqueiras⁸⁸, eram direcionados também a outras religiões, principalmente as de matriz afro-brasileira, como é o caso da Umbanda. Os tratamentos a base de fitoterápicos contidos nas sessões umbandistas eram taxados como “baixo espiritismo”, curandeirismo e charlatanismo, tendo como base para isso o Código Penal Brasileiro de 1890, que proibia explicitamente o exercício ilegal da medicina, do espiritismo, da magia e do curandeirismo, institucionalizando a repressão a essas práticas e classificando-as, geralmente, de charlatanismo (Maggie, 1992). Nesta forma, por conta do desejo da consolidação de uma medicina científica oficial, as práticas terapêuticas populares passam a ser combatidas, sendo perseguidas e estigmatizadas.

Assim, neste período, por um lado, o estigma de raça levava a acusações como as de “macumba” e “feitiço” contra os primeiros grupos ayahuasqueiros, e em especial contra o Santo Daime. Por outro lado, as práticas destas religiões ligadas diretamente a questões de saúde e doença, que podiam envolver o uso do próprio Daime como remédio, conduziam a acusações como “curandeirismo” e “charlatanismo”. Esse conjunto de acusações e estigmas, por sua vez, se mostrava relacionado a uma desconfiança de setores dominantes ou representantes das autoridades locais (policiais, delegados, tenentes, etc.) em relação a uma camada da população bastante carente, na sua maioria de negros que se organizava por meio da ação de líderes religiosos carismáticos e também negros. Nesse sentido, a perseguição das práticas religiosas organizadas pelo Mestre Irineu, e talvez em menos escala pelo Mestre Daniel, em Rio Branco, da década de trinta aos anos cinquenta, evidenciava uma tentativa de controle social de um grupo desfavorecido, uma minoria discriminada (Goulart, 2008: 262).

88 Lembrando que o período é marcado pelo surgimento do Alto Santo e, posteriormente da Barquinha e, além disso, assim como Mestre Irineu, Mestre Daniel também era negro.

Goffman (1982) define Estigma como sendo relativo a um “atributo profundamente depreciativo”, mas, não é a presença ou ausência de um atributo em si, e sim uma linguagem de relações que estabelecem determinados atributos como estigmatizados. Segundo o autor, a sociedade estabelece categorias que são tidas como normais, naturalmente presentes em todos, assim as relações sociais em ambientes estabelecidos, o relacionamento rotineiro, aumenta a previsibilidade, a normalidade da “identidade social”. Deste modo a sociedade cria pré-concepções que são transformadas em expectativas normativas, onde se deve encontrar no outro, aquilo que é comum a todos, e quando esses atributos não são reconhecidos, ou melhor, quando a identidade social que lhe imputam, é classificada como uma espécie menos desejável, fraca ou diminuída, temos o que Goffman define como estigma⁸⁹.

A partir da década de 70, com o recrudescimento político causado pela instalação do regime militar no Brasil em 1964, e com a intensificação da repressão a qualquer grupo que seja enquadrado como subversivo, as acusações sofridas pelas religiões ayahuasqueiras mudam de foco com o surgimento de um “novo” tipo desviante⁹⁰, o drogado (Becker, 2008; Goulart, 2008)⁹¹.

Junto a esse contexto, é necessário apontar que é nesse momento

89 Goffman (1982), ainda define três tipos de estigma que podem ser oriundos de deformidades físicas; de aspectos morais ou de caráter; e de procedência tribais, ou de raça, nação e religião. Para fins deste trabalho, me deterei nos dois últimos. A questão dos desacreditáveis e das técnicas de controle da informação me parece bastante interessante, pois de certa forma, engloba os dois tipos de estigma focados.

90 Assumindo o conceito de desvio de Howard Becker, onde desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele.

91 Goffman (1982) discorre sobre os usuários de drogas como sendo um grupo desacreditado, imputando a esses indivíduos a condição de vício como sendo a única atividade em sua vida. Acredito que, por outro lado, o aspecto do vício (seja em alguma droga ou em qualquer outra coisa) seja apenas um componente na vida do indivíduo, podendo ser desacreditável, na medida em que sua condição não necessariamente é conhecida por todos.

que no âmbito internacional, principalmente nos EUA, começa a política de perseguição e proibição a determinados tipos de drogas; vale destacar que medidas visando o controle ou a proibição pura e simples de algumas substâncias que hoje denominamos drogas não é um procedimento recente. Porém restringir um conjunto específico de drogas, levando em consideração modalidades como o uso médico ou não, restringindo principalmente seus olhares às substâncias psicoativas, não é só recente, mas, como também é contemporânea a partilha moral entre drogas de uso livre, e drogas de uso ilícito (Vargas, 2008).

Para Henrique Carneiro,

O uso e drogas pode ser feito a partir de critérios autônomos, do próprio usuário, ou heteronômico, ou seja, de outro, em geral, as autoridades médicas. A dieta psicoquímica, diferentemente da alimentar, não é integralmente auto-prescritiva na sociedade contemporânea. A esfera do gosto alimentar também é regida por padrões societários, mas se reconhece a primazia da idiossincrasia, praticamente não havendo mais tabus alimentares e sim consensos baseados nos costumes e identidades sociais. No que se refere as drogas, permanecem, contudo, os tabus com algumas substâncias proscritas e outras reguladas conforme diferentes graus de permissividade (Carneiro, 2008: 65)

É importante lembrar que, o princípio ativo da bebida como já dito, é a DMT (N-Dimetiltriptamina) que consta em uma lista elaborada pela ONU (Organização das Nações Unidas), na qual o Brasil é signatário, de drogas classificadas como extremamente nocivas a saúde, através da Convenção de Viena sobre Substâncias Psicotrópicas das Nações Unidas. Diante dessa conjuntura, o governo brasileiro reforça o olhar no chá enquanto droga, concebendo mais do que nunca a ayahuasca como uma droga tóxica e causadora de dependência. Por conta disso, o uso da ayahuasca por diversas vezes esteve ameaçado, beirando a ilegalidade. Inclusive, em 1985, chegou a ser proibido por quase um ano pela Divisão de Medicamentos do Ministério da Saúde (DIMED), sendo inscrito na lista de

substâncias psicotrópicas proibidas (Goulart, 2008). Após membros UDV recorrerem a tal ação, através de trâmites legais e políticos, o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) constituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a questão do uso religioso da ayahuasca (Brasil, 1985 *apud* Macrae, 2008).

A primeira ação deste Grupo de Trabalho organizado pelo CONEN foi a suspensão temporária da ayahuasca da lista do DIMED, e em um segundo momento, a elaboração de pesquisas que duraram cerca de dois anos, principalmente nas comunidades situadas na região amazônica, e no Rio de Janeiro. Como resultado dessas pesquisas, foi apresentado um documento em 1987, que concluía que as espécies vegetais que integram a elaboração da bebida (jagube e chacrona), ficassem excluídas da lista de substâncias proscritas pela DIMED (Macrae, 2008).

Por conta das preocupações em torno do uso legítimo da ayahuasca, nascidas da suspeita que a expansão da utilização da bebida para além dos horizontes amazônicos poderia acarretar em um uso errado do psicoativo, levaram ao CONFEN a fazer um novo parecer em 1989 abordando o tema, que desencadeou na elaboração, e aprovação em 2004 do mais atual documento sobre a utilização da ayahuasca, elaborado pelo Conselho Nacional Antidrogas (CONAD). Este documento sanciona juridicamente o uso religioso da beberagem, tendo como fundamento o princípio da garantia do direito constitucional do livre exercício de fé e culto; tornando o consumo da ayahuasca de uso exclusivo religioso (Goulart, 2008; Conad, 2004)⁹². Assim, em situações entendidas como não religiosas o uso da ayahuasca seria encarado como inadequado.

92 Outra importante resolução do CONAD foi a instituição de um novo Grupo Multidisciplinar de Trabalho, que ficou conhecido como GMT Ayahuasca, para fazer o levantamento e acompanhamento do uso religioso da bebida. Esse GMT seria composto por doze membros onde seis seriam profissionais das áreas de farmacologia e bioquímica, psiquiatria, psicologia, antropologia, serviço social e direito, indicados pelo CONAD; e os outros seis, seriam pessoas indicadas pelas lideranças ayahuasqueiras.

Se observarmos, desde o surgimento das primeiras religiões ayahuasqueiras, é perceptível que elas foram alvo de perseguições, estigmatização e repressão. Em um primeiro momento, seus estigmas eram pautados em críticas às práticas terapêuticas populares, provenientes das camadas de baixa renda, centralizadas nas acusações de “macumba”, curandeirismo e charlatanismo. O foco dessas acusações não estaria diretamente ligado ao consumo da bebida, e sim ao conjunto de práticas e crenças compartilhados em tais religiões. Situação semelhante, como explica MacRae (2008), ocorreu com os cultos afro-brasileiros onde, “a ciência médica associava loucura e possessão dentro de uma fórmula mecanicista, fazendo com que os cultos afro-brasileiros figurassem ao lado da sífilis, alcoolismo e doenças contagiosas como fonte de doença mental”.

Em um segundo momento, que se estende até os dias de hoje, as acusações referentes à prática de macumba, feitiçaria, charlatanismo e curandeirismo dão espaço à categoria de droga. Tais comunidades ou grupos ayahuasqueiros passam a ser associados ao uso de substâncias alucinógenas tidas como tóxicas, prejudiciais à saúde e à vida em sociedade. Nesse momento histórico o uso da ayahuasca no Brasil, rompe as fronteiras da floresta, indo para grandes centros urbanos, ou para locais mais afastados como Mauá, e Lumiar (ambos no estado do Rio de Janeiro), e passa a ser utilizada por pessoas de classe média e alta. Assim os estigmas que anteriormente eram voltados às classes sociais populares, perdem sentido, e passam a ser dirigidos aos estilos de vida contrastantes e desviantes aos da classe dominante em geral (Becker, 2008).

Porém, um aspecto semelhante presente nos dois momentos históricos de acusações a essas religiões, é o debruçar médico fundamentando toda a lógica de pré-conceitos e estigmatização a essas religiões⁹³. No primeiro momento, onde as acusações giravam

93 Não só as que possuem seus cultos centrados no uso da ayahuasca, mas as provenientes de matrizes afro-brasileiras.

em torno do curandeirismo e charlatanismo, existia uma ciência médica ainda em processo de legitimação, procurando se afirmar frente às demais práticas de cura (Foucault, 1982; Macrae, 2008).

Hoje, de maneira geral, as acusações às religiões ayahuasqueiras do Brasil, estão baseadas na categoria droga, sendo centralizadas no uso da própria bebida. As idéias de droga, drogados, tóxico e vício, estão intrinsecamente vinculadas à noção de doença, sendo construídas a partir de uma perspectiva e de uma mentalidade médica (Goulart, 2008); mentalidade esta que não se restringe apenas a tal corpo profissional, sendo amplamente acionada, como formadora de opinião e discurso de diversos agentes sociais⁹⁴.

Mesmo com a regulamentação do uso em contexto religioso da ayahuasca, diversos setores sociais ainda vêem sua prática com muito preconceito; seja diante das inúmeras dificuldades impostas em relação a produção, e transporte do chá, ou como menciona Goulart, através da forma que é construída a imagem destas religiões através das mídias, onde seus membros são ainda vistos de maneira exótica, pertencentes a “seitas” que levam ao fanatismo, e a loucura, que fazem uso de uma “droga alucinógena perigosa”.

A ayahuasca enquanto patrimônio imaterial da cultural brasileira

As discussões sobre os efeitos psicoativos causados pela ayahuasca, e em torno do universo que a circunda, duraram mais de vinte anos, até se chegar a um denominador que permitisse seu uso no contexto religioso. O uso da Ayahuasca foi regulamentado pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, através da criação do Grupo Multidisciplinar de Trabalho (GMT)

94 O discurso médico por trás da discussão sobre a Ayahuasca, se ela faz mal ou bem à saúde, se deve ser consumida ou evitada, servem como base às argumentações de diversos setores da nossa sociedade, como: mídia, polícia, justiça, assistentes sociais, intelectuais de diferentes áreas, leigos, e ainda pelos próprios usuários.

que a regulamentou. Em 2006 foi reconhecida a utilização da bebida como prática legítima de manifestação cultural, vedando sua utilização com fins terapêuticos, comerciais e turísticos. Porém, como já advertimos nesse trabalho, os membros de tais grupos religiosos ainda continuam a sofrer com preconceitos frente à sociedade brasileira.

Em busca de legitimidade social, em 2008, foi entregue um pedido de reconhecimento do uso da Ayahuasca em rituais religiosos como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira para o então Ministro da Cultura Gilberto Gil durante uma visita oficial ao Acre. Esse documento foi assinado pelos responsáveis das Fundações Culturais do Estado do Acre e do Município de Rio Branco, e pelos líderes das três principais religiões ayahuasqueiras, que dão continuidade aos dogmas de seus mestres fundadores, Raimundo Irineu Serra (*Mestre Irinen*), Daniel Pereira de Mattos (*Mestre Frei Daniel*), e José Gabriel da Costa (*Mestre Gabriel*), respectivamente fundadores do Alto Santo (ou CICLU), Barquinha, e União do Vegetal (UDV).

Como vimos, a história dos grupos ayahuasqueiros é marcada por uma série de estigmas; ora são chamados de macumbeiros, ora são chamados de drogados. Tais preconceitos, mesmo após a regulamentação do uso restrito ao contexto religioso, persistem ainda hoje em uma grande parcela da sociedade brasileira. Ainda com o objetivo de se legitimar socialmente, três das principais matrizes religiosas do campo ayahuasqueiro (CICLU - Alto Santo, Barquinha, e UDV), se articularam em 2008, formulando um documento que foi entregue ao então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, pedindo o reconhecimento do uso ritual da ayahuasca como patrimônio cultural brasileiro.

Porém, como aponta Arantes (2004), reconhecer um bem enquanto patrimônio cultural brasileiro, não se trata simplesmente de uma proclamação, em que se anuncia a importância de algo. Para o antropólogo, quando o Estado se compromete com uma prática de salvaguarda, cria-se no universo cultural do bem, um novo fato,

que acarretará em conseqüências diversas, difíceis de serem previstas. Por isso a importância de um sério levantamento no entorno do bem a ser salvaguardado. Para esse levantamento, o IPHAN disponibiliza enquanto ferramenta metodológica o INRC⁹⁵. Assim, é necessário o enquadramento do bem pesquisado, a tal metodologia.

Em um primeiro momento, o requerimento feito pelos grupos ayahuasqueiros de reconhecimento patrimonial foi negado pelo IPHAN, pois no pedido não continha dados suficientes para identificar o objeto do Registro⁹⁶, frente às categorias e critérios estabelecidos pelo Decreto 3.551/2000. É importante ressaltar que segundo as diretrizes do PPI/IPHAN, crenças, teologias, filosofias, comidas e bebidas, não podem ser encarados como bens culturais passíveis de Registro, e sim referências centrais para produção e reprodução de representações, práticas, e processos culturais.

Diante disso, o IPHAN sugere como contraproposta uma investigação em torno dos usos rituais da ayahuasca, e qual é o seu papel na constituição de referências culturais e para os grupos que fazem uso da bebida desde sua origem indígena.

Para atender esse tipo de investigação, o IPHAN apresenta como metodologia o INRC. Além disso, é de suma importância a participação dos grupos envolvidos neste processo junto às equipes de pesquisa, pois cabe a eles apontar os limites dessa salvaguarda, quais são os elementos em que eles se reconhecem, ou quais são ilegítimos. E é aí que começa a aparecer os primeiros desafios e dificuldades.

95 O Inventário Nacional de Referências Culturais, é uma metodologia de pesquisa usada pelo IPHAN, para estudar e produzir conhecimentos referentes a vida social dos indivíduos entorno de um determinado bem a ser reconhecido, identificando sentidos e valores aos marcos referenciais de identidade no universo cultural do grupo em questão.

96 O Registro seria antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca a valorização desses bens, sendo visto mesmo como um instrumento legal que, segundo o IPHAN (2006), “resguardadas as suas especificidades e alcance, equivale ao tombamento. Em síntese: tombam-se objetos, edificações e sítios físicos; registram-se saberes e celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem”.

O uso ritual da ayahuasca no Brasil é dividido em três campos, o tradicional, onde se encontram as religiões ayahuasqueira, campo do qual saiu a intenção de Registro; o originário, como o próprio nome sugere, representa a origem do uso, ou seja, o campo originário refere-se ao uso indígena; e o dos neo-ayahuasqueiros (ou ecléticos), é relacionado a novos usos da ayahuasca em meio urbano.

A expansão do Inventário até o campo dos originários, e neo-ayahuasqueiros, foi de grande importância, afinal a ayahuasca foi e ainda é usada de formas, e com objetivos e processos diferentes aos encontrados no campo tradicional. Lembrando que o campo tradicional nasce a partir de ressignificações feitas no ritual ayahuasqueiro presentes no campo originário. Por essa razão, é mais que necessária a participação dos povos indígenas nesse inventário, e no possível bem a ser registrado.

O posicionamento do IPHAN em fazer a pesquisa levando-se em consideração todo o campo ayahuasqueiro, desde suas origens em meio aos indígenas amazônicos, até os desdobres do fenômeno nos dias de hoje, será uma árdua tarefa. Primeiramente por conta da constituição da equipe que fará o levantamento preliminar, os trabalhos de identificação e documentação dos bens em torno do uso ritual da ayahuasca, organizando esses dados na forma de Inventário da Ayahuasca. Em segundo lugar, as dificuldades são acentuadas por conta do tamanho do campo de pesquisa, e o acesso a ele. Levando-se em consideração também, ao tratar das dificuldades a serem enfrentadas, as divergências entre os campos ayahuasqueiros, e as múltiplas possibilidades encontradas em cada um deles.

Sobre a equipe, ela atuará junto aos grupos envolvidos no processo, e deverá ser composta por profissionais das áreas de Ciências Sociais, Arqueologia, História, Geografia, Museologia, Arquitetura e Letras, sendo coordenados por um profissional da área de Ciências Sociais, Antropologia ou História. A tarefa de montar uma equipe de pesquisadores da ayahuasca vai ser muito difícil por conta da falta de profissionais especializados no assunto.

Será tarefa dessa equipe a organização da bibliografia, e documentação referente ao uso ritual da ayahuasca, realizando uma densa descrição do bem cultural. Desse modo, é responsabilidade da equipe fazer a avaliação das condições que o bem se encontra, propondo a partir daí ações para a salvaguarda. Também cabe a ela, a produção de um texto dissertativo, de fotografias, documentos audiovisuais, e dentre eles, dois vídeos documentários com a duração de 15 e 60 minutos respectivamente. Tal trabalho terá que ser feito em todos os campos da ayahuasca, e é aí que se encontram as verdadeiras dificuldades.

Os grupos religiosos ayahuasqueiros apresentam algumas divergências entre eles. Devido aos fortes estigmas e perseguições presentes desde o gênesis dessas religiões, e a incorporação de muito deles, tornou-se comum que esses grupos em sua busca por legitimidade, se reafirmassem frente um dos outros a partir da diferença. Algo semelhante ao que ocorreu com as religiões afro-brasileiras durante seu período de auto-afirmação frente à sociedade civil e ao Estado (não que tenham alcançado, mas já não são perseguidas como eram antes)⁹⁷, onde religiões provenientes da cosmologia banto e nagô se acusavam mutuamente com os mesmo estigmas desferidos a elas, para se diferenciarem (Macrae, 2008).

Assim, por si só, o levantamento dos bens em torno do uso ritual da ayahuasca dentro do campo tradicional, já é um desafio. Embora o chá enquanto produto final seja basicamente o mesmo, as formas de fazê-lo, desde o seu cultivo, “colhimento” e preparo são diferentes. Sem contar a forma, e preposições que o ritual assume em cada religião. Aqui deve-se lembrar, que o pedido de reconhecimento da ayahuasca como patrimônio imaterial partiu dos três principais grupos religiosos; grupos esses que são tidos como os mais fiéis aos dogmas ideais de seus criadores, e que se julgam os legítimos guardiões do saberes tradicionais da ayahuasca. Daí então surge a questão, e os outros grupos ayahuasqueiros (como o CEFLURIS), também serão incluídos no processo?

97 Até 1970, centros religiosos afro-brasileiros eram obrigados a se cadastrarem, e se apresentarem periodicamente a delegacia de costumes (Macrae, 2008).

Arantes em uma entrevista concedida a Beatriz Labate e a Ilana Goldstein, aponta uma possível forma de resolução desse problema frente a tal pluralidade. Segundo o antropólogo, e ex-presidente do IPHAN, uma possibilidade de abordagem seria de tipificar as várias ocorrências de uso ritual da ayahuasca, e dentro de cada tipo, escolher casos exemplares. Essa foi abordagem usada para se estudar os terreiros de candomblé na Bahia, onde tal debruçamento antropológico foi feito nas centenas de terreiros existentes na época, mapeando os templos, identificando coisas que se repetiam e se encaixavam; onde, para cada tipo de coisa encontrada e identificada, eram destacados e indicados os exemplares mais significativos⁹⁸.

Outro possível problema a ser encontrado no campo tradicional, é a consulta, e a elaboração de materiais, sejam eles audiovisuais ou não dos rituais ayahuasqueiros. Por conta dos preconceitos que esses grupos religiosos sofreram e sofrem, eles são estruturados de forma que possam se blindar das perseguições tanto do Estado, quanto da sociedade civil. Assim, de maneira geral, tais grupos são discretos. A elaboração de materiais que atendam as exigências do INRC serão paradigmáticas para esses grupos religiosos, pois tudo que entrar em tais materiais, que em um primeiro momento só podia ser acessado pelos iniciados ou por alguns visitantes, se tornara conhecimento de domínio público.

Ainda em 2008, indígenas dos povos Pano, do Estado do Acre, reivindicaram, enquanto pertencentes ao campo originário, a participação no processo de reconhecimento da Ayahuasca como bem imaterial. Estima-se que existam mais de uma dezena de comunidades indígenas que fazem uso da ayahuasca no Acre (Labate, 2000), mas não se sabe do interesse delas de terem o uso ritual da ayahuasca registrado, ou de participar de todo o processo. Além disso, deve ser levado em consideração o tamanho do estado do Acre, que é a principal área de recorte da pesquisa, que ocupa uma

98 Entrevista com Antônio A. Arantes; Ayahuasca: de droga perigosa a patrimônio nacional. <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/3140,1.shl>

área de 164.123, 04 km², com difíceis vias de acesso a determinadas regiões, sendo que a situação piora durante o período de cheias, fazendo com que muitas localidades fiquem isoladas. Com isso, para tal empreitada, será necessário atender a um alto custo de recursos financeiros, materiais e humanos para a realização do inventário. Diante dessas condições, fica claro que para a execução da pesquisa, será necessário dispor de financiamento.

Os desafios, dificuldades e limitações apontados até o momento, aumentam frente ao campo dos neo-ayahuasqueiros. Para começar a falar dos problemas a serem enfrentados em tal campo, os neo-ayahuasqueiros ou ecléticos, não se encontram restritos ao recorte territorial amazônico, sendo encontrados em diversas capitais brasileiras. Apesar de alguns membros desse grupo se reconhecerem frente a alguma das religiões do campo tradicional, eles são frutos de reapropriações, e novas interpretações do uso da ayahuasca. Alguns grupos nem mesmo fazem uso da decocção, em um contexto propriamente dito como ritual, sendo assim, muito mais próximo de uma perspectiva recreativa travestida de religiosa.

O uso da ayahuasca pelos neo-ayahuasqueiros podem atender diversos motivos, ainda mais se for levado em consideração que os grupos pertencentes a esse campo não cumprem com os princípios deontológicos acordados ao final do GMT Ayahuasca⁹⁹. Todavia, segundo Labate (2011), em relação aos grupos neo-ayahuasqueiros, suas práticas, e rituais, são processos sociais recentes, que apesar de serem passíveis de legitimação, ainda não se constituem enquanto cultura, no máximo cultura em formação.

Apesar das dificuldades e limitações de ordem técnica, logística, financeira, se faz necessário pesquisar e inventariar campos tão vastos sob risco de inviabilidade do desenvolvimento e andamento do processo de pedido de registro do uso ritual da ayahuasca. Será

99 Muitos dos grupos, notadamente os menores, não cumprem a deontologia recomendada pela Resolução nº 1 do CONAD, de 25/01/2010 no que diz respeito a não comercialização da bebida ayahuasca (Labate, 2000).

responsabilidade da equipe de pesquisa discernir quais manifestações são de fato significativas.

Considerações Finais

Com base no que foi apresentado nesse trabalho, podemos perceber que o uso ritual da ayahuasca vem sofrendo rupturas e ressignificações desde a sua origem indígena, através do contato de indivíduos não índios com a bebida principalmente a partir do início do século XX. Embora as transformações ocorridas desde o uso xamânico indígena, passando pelas religiões ayahuasqueiras brasileiras, até o contexto contemporâneo neo-ayahuasqueiro, representem em parte uma ruptura de tradições, sendo elas indígenas ou religiosas, devemos levar em conta que a maior característica da ayahuasca enquanto bem cultural é o seu processo de reinvenção dinâmico, que sempre caracterizou seu uso.

A ayahuasca é consumida por diversos povos indígenas no Brasil, mas a expansão de seu consumo tem ocorrido, sobretudo, por conta das religiões ayahuasqueiras pois, as matrizes religiosas que fazem uso da decocção, possuem uma hegemonia simbólica e concreta, devido o acesso a bebida ser em grande parte mediado por essas religiões. Assim, o consumo religioso é permitido no Brasil, e o seu uso terapêutico é amplamente vetado.

No Brasil, os conflitos em torno do uso ritual da ayahuasca estão assentados na categoria droga. Mesmo diante da regulamentação do uso do chá em contexto religioso, os preconceitos em relação aos grupos ayahuasqueiros nunca deixaram de existir. Em busca de legitimidade frente à sociedade, e ao próprio Estado, representantes de três dos principais segmentos religiosos que tem a bebida enquanto sacramento, fizeram o pedido para serem reconhecidos enquanto bem cultural brasileiro, apostando que o registro reforçara sua frágil legitimidade social.

Mesmo que as religiões ayahuasqueiras brasileiras também tenham como intenção salvaguardar seus conhecimentos tradicionais, tendo

como referência os ensinamentos de Mestre Irineu, Mestre Daniel, e Mestre Gabriel, é notável que seu principal objetivo é obter, mesmo que minimamente, legitimidade e reconhecimento social.

Referências Bibliográficas

Arantes, A. A. (2004). O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. *Revista Da Cultura*, 4(7), 9-14. Disponível em <http://www.funceb.org.br/pdf.html> Acesso em: 2013

Becker, H. S. *Outsiders: estudo de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008. 231p.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Federal de Entorpecentes. Resolução n. 04, de dia mês de 1985.

BRASIL. Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 7 ago. 2000. Seção 1, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.html Acesso em: 2013

Carneiro, H. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. In: Labate, B.; Goulart, S.; Fiore, M.; Macrae, E.; Carneiro, H.. (Org.). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador-BA: EDUFBA, 2008. p. 65-90.

CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS. Grupo Multidisciplinar de Trabalho Ayahuasca. Brasília, 23 nov. 2006. Relatório Final.

Fonseca, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

Fonseca, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009.

Foucault, Michel. O nascimento da medicina social. In: Machado, R. (Org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 79-88.

Gentil, L. R. B.; Gentil, H. S. *O uso de psicoativos em um contexto religioso*:

a União do Vegetal. In: Labate, B. C.; Araújo, W. S. (Ed.). O uso ritual da Ayahuasca. Campinas: Mercado das Letras/FAPESP, 2004.

Goffman E. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 158 p.

Goulart, S. L. Contrastes e Continuidades em uma tradição Amazônica: as religiões da Ayahuasca. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2004. 311 p.

Goulart, S. L. Estigmas de grupos ayahuasqueiros. In: Beatriz Caiuby Labate; Sandra Lucia Goulart; Maurício Fiore; Edward MacRae; Henrique Carneiro. (Org.). Drogas e Cultura: novas perspectivas. 1aed.Salvador: EDUFBA, 2008, p. 251-287.

GRUPO DE TRABALHO DO CONFEN. Relatório Final do Grupo de Trabalho designado pela Resolução do CONFEN de número 04/1985. Presidente do Grupo de Trabalho: Domingos Bernardo Gialluisi da Silva Sá, 30 de junho de 1987.

IPHAN. Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília: IPHAN, 2000.

IPHAN. O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4.ed. Brasília: Instituto Patrimônio Histórico Nacional, 2006.

Labate, B. C. A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos. Dissertação de mestrado em antropologia social, UNICAMP, 2000.

Labate, Beatriz C. ; Goulart, S. L. ; Fiore, M. . Introdução do Livro Drogas e cultura: novas perspectivas. In: Labate, Beatriz C. ; Goulart, S. L. ; Fiore, M. ; Carneiro, H. S. ; Macrae, E.. (Org.). Drogas e cultura: novas perspectivas. 1ed.Salvador - BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 23-38.

Luna, L. E. Vegetalismo: Shamanism among the Mestizo Population of the Peruvian Amazon. Estocolmo, Almquist and Wiksell International, 1986.

Luna, L. E. Ayahuasca em Cultos Urbanos Brasileiros. Estudo contrastivo

de alguns aspectos do Centro Espírita e obra de Caridade Príncipe Espadarte Reino da Paz (a Barquinha) e o Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (UDV). Trabalho apresentado para o concurso de professor adjunto em antropologia, Departamento de Ciências Sociais da UFSC, 1995.

Macrae, E. A elaboração de políticas públicas brasileiras em relação ao uso religioso da ayahuasca. In: Beatriz Caiuby Labate; Sandra Goulart; Mauricio Fiore; Edward MacRae; Henrique Carneiro. (Org.). Drogas e Cultura: novas perspectivas. 01ed. Salvador: EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 289-314.

Maggie, Y. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

Mckenna, D. Ayahuasca: uma história etnofarmacológica. In: Ayahuasca: alucinógenos, consciência e o espírito da natureza. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

Mckenna, T. O alimento dos deuses. Rio de Janeiro: Record, 1995. 323 p.

Monteiro da Silva, Clodomir. O palácio de Juramidam - Santo Daime: um ritual detranscendência e despoluição. 1983. 209 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

Naranjo, P. Hallucinogenic plant use and related indigenous belief systems in the Ecuadorian Amazon. In journal of Ethnopharmacology, 1979. .

Naranjo, P. El ayahuasca en la arqueología ecuatoriana. In America Indígena, 1986.

Vargas, E. V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz C. et al. (orgs). Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. Salvador, EDUFBA, 2008, pp.41-63.

Cultura e cidade. A sociedade urbana e as novas representações de Campos dos Goytacazes (Séculos XIX-XX)

Teresa de Jesus Peixoto Faria

Introdução

O município de Campos dos Goytacazes, apesar das transformações econômicas e sociais que vivenciou a partir da segunda metade do século XX, em especial a partir dos anos 1990, com a exploração e produção de petróleo e gás, tem sua história fortemente ligada à atividade sucro-alcooleira.

Nossa hipótese é que as transformações ocorridas no espaço urbano de Campos dos Goytacazes, a partir da segunda metade do século XIX, são decorrentes não somente de sua atividade açucareira, mas também de uma série de outros fatores ligados ao processo de

urbanização brasileiro que trouxe novas atividades, novo modo de vida e uma nova forma urbana¹⁰⁰. Mudanças que produziram novas representações da cidade que terminaram por ficar escondidas por detrás das fumaças dos engenhos e usinas de açúcar. Buscamos também destacar, além da elite social e economicamente dominante – “os barões de açúcar” – outros atores sociais e a relação destes com o contexto social e material em questão o que nunca foi analisado como parte integrante e indissociável do processo de urbanização da cidade.

Assim, o objetivo principal deste artigo é identificar outras práticas, outras representações da cidade, buscando mostrar as atividades surgidas no processo de urbanização que a princípio podem estar ligadas à atividade açucareira, mas que no decorrer desse processo adquirem uma autonomia, principalmente com a entrada em cena de uma sociedade especificamente urbana.

Chartier (1990) nos esclarece que as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Estes produzem estratégias e práticas tentando, assim, impor a sua autoridade, legitimar o seu projeto reformador, ou justificar as suas escolhas e condutas. Na compreensão dos mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, dos seus valores e seu domínio, as lutas de representação são tão importantes quanto as lutas econômicas. Portanto, torna-se necessário para cada caso, o relacionamento das percepções do mundo social com a posição de quem as profere.

Partindo das reflexões de Roncayolo (1997) que considera a cidade representação ou um conjunto de representações, buscamos, através

100 O fenômeno de urbanização é entendido aqui como um processo social e histórico, cujo desenvolvimento é o resultado da interação dos atores sociais implicados neste processo. Assim, diferentes fatores devem ser observados, como: demográficos, geográficos ou políticos e administrativos, por exemplo. Estes diferentes aspectos ou “elementos estruturantes” do urbano se combinam uns com os outros, sendo necessário analisá-los em conjunto.

de um novo olhar, de uma nova abordagem da história de Campos, através da análise de diversas obras, de fontes como jornais, revistas, almanaques, documentos da Câmara Municipal, e com o apoio de fotografias, planos, foram observadas as diferentes representações e práticas sociais e culturais produzidas e desenvolvidas na cidade de Campos.

Sem dúvida, este nosso olhar sobre a cidade de Campos dos Goytacazes não é exaustivo, nem exclusivo. Ele considera que a dimensão espacial inclui um conteúdo histórico e social, e que o espaço urbano, em sua materialidade, é uma construção social, buscando revelar a diversidade dos atores que contribuíram para a construção da cidade, de seu caráter urbano e de suas representações. Nossa atenção é voltada para as elites ou os grupos de prestígio, ou os notáveis da cidade, para contrapor a ideia disseminada pela literatura tradicional de que apenas os proprietários de terra seria o único grupo dominante inclusive no espaço urbano¹⁰¹.

No século XIX, a cidade de Campos emergiu no processo de urbanização brasileiro, como um dos principais centros urbanos do país. O município do qual ela é sede, era um dos mais povoados. Em 1872, no primeiro censo brasileiro, apenas três cidades, aliás capitais, contavam com mais de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671). Campos possuía, então, 88.825 habitantes, seguida de Belém com 62000 habitantes. São Paulo possuía 31.385¹⁰².

Em face desses dados, pode-se perguntar como e por que

101 Sem negligenciarmos a importância das classes ditas populares, cujo estudo exige uma outra metodologia e abordagem assim como fontes específicas, pois como se sabe, os grupos populares só aparecem nos documentos da Câmara Municipal (atas, posturas) e na imprensa pelo viés da repressão ou condenação de suas práticas sociais e culturais.

102 É interessante lembrar que é muito difícil obter dados precisos para os períodos antes de 1940, pois os censos não separavam a população urbana da rural. Além disso, os territórios passaram por várias que mascaram a taxa de crescimento da população das cidades.

Campos tendo passado pelo mesmo processo de criação de muitas aglomerações brasileiras do período colonial, produziu, a partir de mecanismos que lhe são próprios (luta de interesses e representações dos diferentes atores sociais), uma forma urbana particular e construiu uma sociedade distinta de sua área rural demarcando sua própria identidade, contribuindo, dessa forma, para que a cidade se beneficiasse de obras de planejamento, saneamento e de infraestrutura urbanos, visando a ajustar o modo de vida urbano à nova organização espacial e social que se instituía, ao longo do século XIX, impulsionada por uma sociedade urbana que se consolidava.

Mas como situar Campos, enquanto fato urbano, no meio do processo de urbanização brasileiro diante de cidades como Salvador e Rio de Janeiro? De imediato uma questão se coloca: qual definição ou noção adotar de cidade e do conceito de urbano?

Reis Filho (1968), estudando a urbanização no Brasil no período colonial, formulou as bases do fato urbano, a partir da utilização de critérios demográficos, econômicos e geográficos, somados a um conjunto de características culturais e sociais, de estruturas e de funções que orientaram a nossa análise da cidade Campos.

Embora não exista e nem seja adequado formular um conceito universal de cidade, podemos nos referir às características e critérios utilizados por Marcel Roncayolo (1997) para definir a cidade e o urbano.

A noção de cidade implica a aglomeração de uma população, quer dizer, a concentração do habitat e de atividades; de atividades que se distinguem da exploração direta do solo e que conduzem à especialização de tarefas e contribuem especialmente para as trocas e para a integração de uma sociedade; um modo de vida ou de sociabilidades singulares; um planejamento dos espaços e dos objetos urbanos que implicam uma organização coletiva. A cidade é, em resumo, uma acumulação sucessiva de um conjunto de experiências históricas. (Roncayolo, 1997: 29).

Sem transpor mecanicamente, as concepções existentes de cidade de uma sociedade para outra e nem utilizar, em prioridade,

um dos diferentes critérios de análise, que ele seja demográfico, estatístico ou geográfico, econômico ou político-administrativo, proponho observar de que maneira, esta sociedade particular vai produzir seu próprio processo de urbanização e construir seu próprio caráter urbano. Neste sentido, é importante destacar a dimensão urbana que não se limita apenas à acumulação sucessiva de elementos, justapostos, de infra-estrutura, de instalações urbanas, de construções, de espaços planejados, de atividades econômicas, de funções, mas que integre também as dimensões suscetíveis de explicar a emergência de seu caráter urbano como uma qualidade que a distingue progressivamente do espaço rural que a cerca.

Partindo do pressuposto que o processo de emergência e desenvolvimento de formas e de culturas urbanas no Brasil, especialmente durante o século XIX, parece encontrar no caso de Campos, uma modalidade particular, é necessário analisá-lo, ao mesmo tempo, como um modelo exemplar e singular deste processo.

Vários fatores de ordem demográfica, econômica, política e cultural influenciaram no processo de urbanização no Brasil. Uma “primeira” urbanização pode ser definida como o empreendimento político e administrativo do governo português para criar vilas e cidades com o objetivo de dominar espaços e controlar um processo de urbanização cujos efeitos, como se sabe, são imprevisíveis. Essa urbanização foi estimulada pelos poderes públicos que dotaram as vilas e cidades recém criadas, de instalações, equipamentos e serviços dando-lhes características cada vez mais urbanas.

Mas a consolidação da urbanização do Brasil, ao longo do século de XIX, aparece em toda a sua dimensão pela consolidação da vida nas cidades, ou seja, por práticas sociais que, progressivamente, conduzem à estruturação e a valorização do espaço urbano e ao estabelecimento de um modo de vida especificamente urbano em oposição ao modo de vida rural, até então predominante (Faria 1998).

A urbanização brasileira, neste período, pode ser assim definida como a transferência progressiva de uma estrutura antes atrelada ao

espaço rural para o espaço urbano, anunciando o fim da supremacia do mundo rural sobre o urbano, dos senhores de terra sobre a burguesia nascente. Finalmente, é a clara demarcação da dualidade cidade-campo que podemos observar pela consolidação de uma sociedade citadina e do fortalecimento das funções urbanas de cidades.

Neste processo de urbanização, as transformações vividas pelas cidades foram marcadas pela crítica e até mesmo a negação da forma urbana precedente, que se torna pelo desejo de se criar o novo, o moderno, a “cidade antiga”, segundo um movimento crítico comparável ao do pensamento iluminista com relação à cidade medieval. Foi assim, no Brasil em relação a “cidade herdada do período colonial”, após a passagem da colônia para a sede da Corte portuguesa (1808), após a independência e introdução do Império (1822) e também após a passagem do Império para a República (1889).

O século XIX a consolidação das funções e da sociedade urbanas de Campos.

Desde o início do século XIX, as principais cidades brasileiras ganham um impulso: as suas funções administrativas são ampliadas, o que requer um maior número de funcionários qualificados. No caso de Campos, a criação da Comarca separada da do Espírito Santo, em 1833, confere à cidade uma jurisdição independente.

Desde a década de 1840, começamos a ver claramente muitos sinais de transformação de sua morfologia urbana. Campos chega aos meados do século XIX, com uma nova paisagem urbana. A maioria das ruas já está pavimentada e com passeio público e as principais vias são iluminadas a gás hidrogênio líquido (1848). A cidade possui 34 ruas, dois largos e 2 praças, um teatro (Teatro São Salvador inaugurado em 1845), um Banco de Poupança (1834), uma escola secundária Provincial instalada em 1848, no Seminário da Lapa. O Canal Campos Macaé está em construção e a parte concluída está em operação (Souza 1985).

A vida urbana ganha uma nova “dinâmica” devido, em parte, à instalação de um “barco ponte” para a travessia do rio Paraíba do Sul (1846); ao movimento de *tilburys* (por volta de 1854), nas principais ruas centrais; à circulação, no rio Paraíba do Sul, dos primeiros barcos a vapor (o primeiro foi construído pelo Inglês Alexander Davidson, em 1852); em 1854, cria-se a Companhia de Navegação Campos-Macaé destinada ao transporte de passageiros de Campos (dos portos da Banca e da Cadeia) a São João da Barra, onde embarcam em grandes vapores passando por Macaé até o Rio de Janeiro; em 1855, a Companhia de Navegação União Campista – Fidelense inicia as viagens em Campos e São Fidélis, em conjunto com os vapores da Cia Campos-Macaé.

De acordo com Pereira Pinto (1987), o censo municipal de 1850 informa que o município de Campos possui uma população de 69.622 habitantes, sendo 31.475 homens livres e 37.747 escravos. A Província do Rio possuía então 557.080 habitantes, sendo 263.526 homens livres e 293.554 escravos.

A partir da segunda metade do século XIX, ocorrem mudanças importantes no Brasil - a introdução de novos valores inspirados da sociedade européia e de novas configurações sociais e econômicas que tiveram como consequências mais marcantes a abolição da escravidão e a instauração da República. Desenvolve-se, então, um movimento de crítica e de modernização (Hershmann & Pereira 1994) acompanhado de mudanças sensíveis na morfologia social e urbana, no comportamento e nos fundamentos do sistema produtivo brasileiro.

Entretanto, o projeto modernizador, embora pretendendo a integração do território e a construção de uma identidade nacional, não resolveu as contradições e nem apagou os contrastes entre as cidades do litoral, prontas para receber as mudanças e aquelas situadas no interior do país, ainda ligadas à tradição agrícola.

Campos dos Goytacazes situava-se entre estas duas realidades: a adequação a esta nova ordem - representada pela cidade - e

a manutenção dos antigos modos de vida - representados pelo campo. É na relação entre estes dois mundos que se constituiu a realidade urbana da cidade. Sua indústria açucareira modernizou-se acompanhando as exigências do capitalismo, ao mesmo tempo em que a cidade ganhava equipamentos modernos, infra-estrutura e novos serviços. A introdução de novas tecnologias e de produtos industrializados não transformou apenas o espaço urbano, mas também, a vida urbana. Transformações de ordem material se viram imediatamente na paisagem da cidade através da arquitetura das construções, da organização dos espaços e dos novos equipamentos e serviços urbanos. Criaram-se bancos, companhias de seguro, companhias de navegação; construíram-se vias férreas; instalaram-se esgotos, água corrente e iluminação elétrica, ao mesmo tempo em que mudava a sua estrutura social (Faria 2008).

Em 1872, a população urbana em Campos era de 19.520 habitantes; a população rural, por sua vez, de 69.305, totalizando 88.825 habitantes. Da população total, 56.232 eram homens livres contra 35.593 escravos. Num rápido panorama da cidade, em 1873: a zona urbana possuía 3116 casas térreas e 316 sobrados, 15 igrejas, dois hospitais, um orfanato, um teatro, um gasômetro, dois Bancos, uma Caixa Econômica, cinco hotéis, quatro armazéns, três jornais diários, 15 estabelecimentos de ensino privado e público, uma biblioteca, quatro fundições, seis cemitérios, uma serraria a vapor, dois curtumes e um estúdio fotográfico, além da ponte metálica sobre o rio Paraíba (Teixeira de Mello, 1886:101-104). As ruas principais do “centro da cidade” já eram iluminadas com gás hidrogênio pela sociedade de *Dutton & Chandler*, sob à direção da Companhia Campos Gás.

A “explosão” do mundo urbano provocou significativamente a identificação de seus habitantes com a cidade. Um projeto nomeado “Uma consciência cidadina”, elaborado por uma comissão especial, formada pelo médico Manhães Barreto, o jornalista João de Alvarenga, o comerciante Cesário de Gusmão e o jornalista e escritor Silva Ultra, foi apresentado à municipalidade. O Conselho aprovou

justificando que tudo o que pode contribuir para o desenvolvimento e a modernização da cidade seria adotado:

Estas transformações apresentam um grande interesse visto o estado presente de nosso comércio e de nossa indústria nascente, e ao mesmo tempo elas evitarão a depreciação dos imóveis urbanos. Ninguém pode contestar o imenso benefício que a distribuição obrigatória de água trará para a cidade (Ata da Câmara Municipal de Campos de 1890).

Os diferentes grupos sociais na cidade e a diversidade das atividades urbanas

A Câmara Municipal, onde no período colonial, só participavam os “homens bons”, evolui rapidamente e consolida cada vez mais sua importância com relação às decisões relacionadas às intervenções no espaço urbano. Inúmeros de seus membros ocupando cargos relevantes e de prestígio – juizes, conselheiros, engenheiros, com destaque para o presidente – desfrutam de influência política na capital, proporcionando benefícios para a cidade e também pessoais. Nestes fins do século XIX, dela participam médicos, advogados, engenheiros, professores, religiosos, sem esquecer, a sociedade agrícola formada pelos proprietários de terras que ainda mantém sua influência.

A nova sociedade urbana: comerciantes, profissionais liberais, funcionários e intelectuais

Paralelamente às transformações econômicas e às reestruturações do espaço urbano que constatamos em Campos, nestas últimas décadas do século XIX, sua estrutura social muda progressivamente. Novos grupos sociais se distinguem na paisagem da cidade, constituídos de comerciantes, investidores, industriais, profissionais liberais, intelectuais, altos funcionários públicos. Sem dúvida, essa diversificação e heterogeneidade social se tornaram possível graças ao movimento de modernização e dinamização da economia e da diversificação das atividades comerciais, proporcionando a

implantação de numerosas indústrias, empresas de navegação, estradas de ferro.

É importante assinalar que esses novos grupos sociais que se distinguem no processo de urbanização da cidade, constituem uma nova elite de caráter estritamente urbano e burguês, participante da elaboração de uma nova configuração espacial e social, a partir de seus valores, de suas escolhas estéticas, de suas necessidades e aspirações.

A sociedade de Campos, nos finais do século XIX, é verdadeiramente uma sociedade em transição e pode-se assistir a instauração de uma ordem burguesa que se segue após a extinção da escravidão e da instauração da república¹⁰³.

Dentre os novos grupos sociais que emergem no espaço urbano, nós privilegiamos, neste estudo, as elites urbanas, em expressa concorrência com a elite rural dominante – “os senhores de terra e de engenhos” – com o intuito de ressaltar que são esses grupos próprios da cidade que configuram a cultura urbana campista, objeto deste estudo.

Talvez seja interessante relembra a importância e a representação dos grupos dos senhores de terra e suas práticas culturais até então¹⁰⁴ predominantes nos escritos sobre Campos, bem expressas por Oliveira Viana e Alberto Ribeiro Lamego, para melhor compreensão do propósito do presente capítulo que é o de revelar outros grupos sociais outros modos de vida na cidade de Campos.

O sociólogo Oliveira Viana, no prefácio do livro de Alberto Ribeiro Lamego, *A Planície do Solar e da Senzala*, descreve o que identifica como os traços culturais característicos da elite fluminense:

103 Um exemplo contundente é a campanha higienista sustentada por um discurso de médicos, engenheiros e intelectuais cujo principal alvo era os pobres, suas práticas e, principalmente suas moradias, iniciando assim, com as intervenções nos espaços centrais das cidades, cujo intuito era modernizá-las segundo os moldes europeus, um processo de expulsão dos pobres (ex-escravos, operários, “classes ociosas e perigosas” ou para usar um termo mais presente na imprensa campista da época, “os deserdados da sorte”) para as periferias ou “favelas” (no caso emblemático do Rio de Janeiro).

104 Refiro-me ao ano de 1998, quando concluí minha tese de doutorado (Faria 1998), que inspira este artigo.

O traço característico, o aspecto dominante do nosso grupo fluminense, se revela nas manifestações sociais de sua cultura, no que podemos chamar de sua “civilização”, no sentido mais espiritual da expressão. Nenhum outro é, neste aspecto, mais claramente impregnado, mais ricamente dotado; claro, entendendo por civilização, a educação, a boa conduta, o bom gosto, o hábito do conforto, o prazer mundano de viver, o amor ao luxo, do fausto, da suntuosidade, a preferência pelas cosas do espírito, pelas artes, as letras a sociabilidade afável, e refinada dos salões (...) [A planície campista] O grupo social que se formou é o mais característico, o mais específico o mais vibrante do Estado do Rio de Janeiro. Hoje como no passado, desde os tempos dos “héreus” e das lutas contra os Assecas.

Nosso autor [Lamego Filho] fez uma feliz escolha ao selecionar este sub grupo [os barões do açúcar de Campos, sendo o outro os barões do café do vale do Paraíba do Sul] para iniciar seus ensaios sobre a formação histórica e social da comunidade fluminense.

Os comerciantes: a elite no espaço urbano.

Segundo Lamego (1974), a indústria açucareira representava a riqueza da planície, mas o comércio monopolizava os lucros. O comércio sempre foi uma fonte de riqueza, porém quem gozava de prestígio eram os proprietários de terras. Mesmo depois da República as grandes famílias proprietárias constituíam a oligarquia brasileira.

Em Campos, desde os anos 1880, após a transformação dos antigos engenhos a vapor em engenhos centrais e usinas, seus proprietários – os usineiros – passaram a constituir, a elite socialmente e economicamente dominante tanto no meio rural como no meio urbano. Eles querem se distinguir¹⁰⁵ dos outros grupos sociais, ou seja, das camadas urbanas em ascensão, mantendo as mesmas práticas dos barões do açúcar.

Por outro lado, os comerciantes buscam aceder ao poder político e ao prestígio social e o meio que eles utilizam para tal é o capital. De fato, os comerciantes pouco a pouco obtêm a posse da terra e da

105 O conceito de distinção é empregado aqui no sentido dado por Bourdieu (1979).

produção do açúcar. Suas relações com os proprietários de terra ou com os produtores de açúcar passam pela via do casamento e pelo empréstimo de dinheiro.

A liberação do capital e a lei das sociedades anônimas, promulgada em 1875, permitem aos comerciantes que se enriqueceram, particularmente com os negócios do açúcar, a se associarem aos usineiros, concretizando a união do capital comercial com o setor agrícola. São criadas várias firmas distribuidoras de açúcar, algumas a partir de empreendimentos familiares visando reunir os esforços para se investir mais amplamente, o que isoladamente ficaria mais difícil¹⁰⁶.

O empresário Francisco Saturnino Braga é um caso exemplar do poder, influência e de representação social do setor do comércio e indústria na cidade, conquistados devido à sua ligação com diversos segmentos sociais e econômicos do meio rural e urbano. Ademais de ser proprietário da Cia. Tecidos Industrial Campista, ele é fazendeiro, sócio de usinas de açúcar, presidente da Companhia Estrada de Ferro Campos-Carangola, membro do conselho administrativo da Caixa Econômica de Campos e sócio da Companhia Estrada de Ferro Campos-São Sebastião. Outro exemplo é o comendador José Gomes da Fonseca Paraíba, que se dedica quase que exclusivamente às atividades comerciais de importação e exportação. Ele também é membro da direção das Companhias Estrada de Ferro Campos-São Sebastião e Campos-Carangola.

O *Almanaque* de 1884¹⁰⁷ menciona que, em 1881, Campos possuía:

106 Alves (1996) descreve a trajetória de alguns comerciantes e identifica a participação deles nas diferentes sociedades empresariais ou comerciais na cidade, ou nas usinas e nos negócios do açúcar. Ela cita como exemplos: Arthur Fernandes Dias instalado na rua XV de Novembro, n. 283; Ferreira Machado e Cia, na rua do Rosário, n. 16; G. Affonso e Cia., rua Primeiro de Maio, n. 8. Esses comerciantes financiam as colheitas garantindo, assim a exclusividade da comercialização do produto.

107 *Almanak Mercantil e Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade e do Município de Campos, São Fidélis, São João da Barra e Macaé para 1884*, publicado por João Alvarenga, Typographia du Monitor Campista.

267 casas comerciais e 143 oficinas. Os comerciantes e empresários constituíram a Associação Comercial (cuja criação já era discutida desde 1884). Antes de ter uma sede própria, as reuniões aconteciam na sede do conselho Municipal, o que demonstra o prestígio e sua influência no meio político. Ela adquire sua magnífica sede própria, em 1893, na Praça São Salvador.

É através da Associação Comercial e Industrial de Campos que comerciantes e empresários legitimam suas representações na sociedade. Ela vai estar presente na maioria dos grandes empreendimentos relativos ao espaço urbano. Ela vai incitar, sugerir e mesmo empreender diferentes meios e ações visando a melhorar as condições materiais da cidade principalmente o desenvolvimento do comércio. As informações relativas aos seus trabalhos, projetos e ideologia são principalmente veiculadas pelo jornal *Folha do Comércio* (1907).

Os empregados do comércio também possuem associação própria, fundada em 1894 com sede na Praça São Salvador e uma publicação mensal, a revista a *Gênesis*.¹⁰⁸ Ela, juntamente com outras revistas que se publicavam à época como a *Aurora*, *Letras*, *Artes e Ciências*¹⁰⁹ e jornais como *O Monitor Campista* e o *Jornal do Comércio*, tem um papel muito importante nas tessitura do espaço urbano e na elaboração das novas concepções da cidade e do mundo urbano¹¹⁰.

108 Criada em 1918, era quinzenal e continha e torno de 30 páginas. A sua sede era na Associação dos Empregados do Comércio, na Rua 13 de maio 95. A impressão era feita na Oficina Gráfica Cruzeiro, Rua 13 de maio 65. Francisco Riscado, Octaviano Chaves e Leovigildo Leal compunham o corpo editorial da revista.

109 A revista *Aurora Letras-Artes-Sciencias* foi criada em 1885 por Theóphilo Guimarães e Alexandre Gusmão, dois jovens estudantes do conceituado Liceu de Humanidades de Campos. Quando foi criada em 1885, o título do semanário era *A infância*. Em 1886 o título mudou para *A Aurora – jornal Litterário, poético e Noticioso*. E, a partir de 1900, quando, finalmente, tornara-se uma revista com publicação regular, recebeu o título de *A Aurora – Letras – Artes – Sciencias* (Pohlmann 2003)

110 Para mais informações sobre o papel de ambas as revistas no processo de modernização e na construção de novas representações da cidade de Campos, ver Pohlmann e Faria (2004) e Pohlmann (2004).

As atividades comerciais enquanto motores da economia urbana proporcionavam aos comerciantes, seja através da construção de belas lojas, belos edifícios em pleno coração da cidade, ou pela sua participação na maioria dos empreendimentos urbanos, tornarem-se os principais agentes da transformação da cidade pela via da modernização e, conseqüentemente, a elite dominante no espaço urbano, isto é, o grupo que detinha o poder de decisão sobre o destino da cidade. Um dos presidentes da Associação Comercial (1907-1908), o jornalista e comerciante, Bruno de Azevedo foi conselheiro municipal e mais tarde prefeito da cidade de Campos (1924-1927).

Os imigrantes impulsionando o comércio, a indústria e as artes

As transformações dos meios de produção e de transporte e o surgimento de novas funções urbanas contribuíram para a expansão e abertura da cidade, com reflexos no quadro demográfico, tanto pelo afluxo da população rural como pela chegada de novos investidores, inclusive de origem estrangeira.

Horácio de Souza (1985) dedica no seu livro, *O Cyclo Áureo*, um capítulo intitulado “As colônias amigas”, onde se refere aos diferentes imigrantes de vários países que se instalam na cidade, a partir da segunda metade do século XIX e ressalta que o número aumenta no fim do século. Ele cita aproximadamente quinhentos nomes de franceses, ingleses, sírios, libaneses, belgas e portugueses dos quais menciono alguns. A maioria se dedica ao comércio, à indústria e a diversos ofícios: os franceses Jean Vigné e Jean Arthés, com suas lojas de tecido e moda franceses; a padaria “A Francesa” de Ressignier; o tintureiro Benoît et o artista plástico (pintor) Clovis Arrault que, inclusive, fundou o Liceu de Artes e Ofícios; o alemão Guilherme Bolkal, fotógrafo; os italianos Vicente Renne (relojoeiro), Carlos Rinaldi, (pianista) e o “hábil arquiteto” José Benevento (Souza 1985: 117).

Os profissionais liberais

Nesse processo de diversificação da sociedade e da elite campista, os profissionais liberais vão desenvolver um papel igualmente notável, em especial os médicos e engenheiros. Estes serão atores destacados nas mudanças da cidade, adquirindo consequentemente uma posição social e política importante. Os médicos exercem influência na construção do espaço urbano pelo viés da problemática de saúde pública, exacerbada, no final do século XIX, com o higienismo que através dos discursos de cunho positivista, se torna uma questão social e moral (Faria 2005).

Eles vão ocupar um lugar indispensável na administração municipal com a criação de diversos setores especializados responsáveis pela saúde e higiene públicas. Além disso, os médicos irão participar do meio intelectual campista enquanto responsáveis pela publicação de várias revistas relativas à higiene.

Os engenheiros, neste período de grandes reformas urbanas de cunho higienista e de importantes transformações técnicas no que tange a equipamentos, à construção e à infraestrutura (instalação de redes de estrada de ferro, bondes, esgotos e energia elétrica), também vão deter um lugar importante no meio social e político brasileiro. Os engenheiros serão os principais responsáveis pelas reformas urbanas executadas, nos fins do século XIX e início do século XX¹¹¹.

Os advogados também adquirem cada vez mais lugar de importância no meio social e político. Eles ampliam cada vez mais suas participações na administração pública local e nos órgãos jurídicos. É particularmente neste período de intervenções no espaço urbano que eles vão desenvolver um papel notável, pois as reformas vão a par e passo com a elaboração de um código rígido de comportamento e de leis regulamentando o uso do solo e a maneira de construir.

111 Um exemplo de reconhecida importância é o engenheiro sanitarista Saturnino Rodrigues de Brito que desenvolveu projetos para as principais cidades brasileiras como Vitória, Santos, Recife, incluindo Campos. Todos os projetos e outras publicações foram publicados em suas *Obras Completas* (Brito 1943).

O *Almanak de 1884* traz uma lista de profissionais que nos permite ter uma ideia do número e das profissões que são destacadas na cidade (sem contar os que trabalham nos distritos do interior): 6 engenheiros, 2 arquitetos, 22 médicos, 6 dentistas e 23 advogados. E ainda 29 contadores, 6 empresários do ramo da construção, 11 professores de piano, 4 afinadores de piano.

Os intelectuais na difusão de novas formas de comportamento e construção de novas representações da cidade.

Os intelectuais constituem, sem dúvida alguma, o grupo social mais facilmente identificável nessa paisagem urbana em constante renovação pelas intervenções inéditas. Estas, por sua vez, conduzem a novos modos de funcionamento dos espaços sociais e de comportamento nos espaço público e privado, fazendo surgir novos valores que finalmente levam a constituição de novas práticas e relações sociais.

É importante sublinhar o impacto dos intelectuais, produtos e agentes da expansão da produção industrial e agrícola e nas reformas urbanas. Os intelectuais vivenciaram e transmitiram em seus escritos e manifestações, o momento de consolidação de uma opinião pública cidadina e burguesa, em Campos. A atividade jornalística, por exemplo, se desenvolve consideravelmente na cidade e começa a difundir uma importante parte da produção dos intelectuais e profissionais, seja ela política, literária ou técnica.

Os intelectuais e jornalistas são os novos agentes responsáveis pela instituição de n formas e espaços de sociabilidade inéditos. Eles criam espaços culturais, favorecem a publicação de jornais e revistas de existência, às vezes tão efêmeras como são rápidas as transformações no espaço urbano (incluindo os dados socioculturais que orientam essas transformações). Através seus escritos eles participam ativamente da construção e divulgação da concepção do “urbano” e do “moderno” e assim, das novas representações desta Campos que se deseja modernizar.

As transformações da cidade de Campos, sempre foram registradas e comentadas pela imprensa local. O jornal *O Monitor Campista* fundado em 1834, por exemplo, funcionava como órgão oficial da Câmara Municipal. É na imprensa, dinamizada graças à invenção de equipamentos modernos, que os intelectuais expressam suas ideias. Segundo Múcio da Paixão, de 1885 a 1935 publicou-se mais de 172 jornais em Campos dos Goytacazes (Paixão, 1935). Este grande número de jornais em Campos também é ressaltado por Horácio de Souza (1985).

Captar a ambiência sócio-política e cultural da cidade é importante para entendermos a dinâmica da articulação dos vários grupos intelectuais (Gomes 1999:10). Assim, vamos rever alguns exemplos de espaços culturais e de sociabilidades e também de publicações animadas pelos intelectuais, que pudemos notar a partir de nossa pesquisa nos jornais, revistas, almanaques da época.

A imprensa periódica é fonte documental importante, pois revela o processo de construção de identidade de uma sociedade e de suas representações. Nas palavras de Ana Lúcia Martins (2000), os periódicos são fontes privilegiadas pelo historiador por envolvê-lo no tempo pretérito que ele busca reconstruir e por documentar o passado através do registro múltiplo: do textual ao iconográfico, do perfil de seus editores ao de seus leitores, reunindo suas variadas visões de mundo e imaginários coletivos. Deste modo tanto quanto o jornal, porém mais que o livro, a revista foi um instrumento eficaz na propagação de valores culturais, em virtude de seu caráter de momento, condensado, ligeiro e fácil consumo.

O grupo organizado sob o nome de *Phênix Literária* publicava uma revista de mesmo nome, com uma sede dotada de uma biblioteca aberta ao público. Ele anuncia no jornal o *Monitor Campista* de 15 de janeiro de 1870 a festa de aniversário de um ano de sua criação com manifestações literárias e artísticas e um baile no solar da viscondessa de Araruama (onde hoje funciona o Museu Histórico de Campos). Também encontramos notícias da União Artística Beneficente

fundada por homens artistas, em 1870, com o fito de ajudar aos seus sócios, seus órfãos e suas viúvas, assim como promover o desenvolvimento da indústria municipal. Em 1888, a associação contava com 378 membros.

Os médicos participam desse movimento intelectual, publicando vários artigos em jornais e editando revistas. Muitas dessas publicações são marcadamente de cunho positivista e higienista, pois a higiene ocupava, neste momento, o cerne das reformas urbanas em curso, no Brasil. E como esclarece Sidney Chalhoub:

A Higiene é vista como uma ideologia, ou seja, como um conjunto de princípios destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, o que implicava na despolitização da realidade histórica e legitimava as novas decisões quanto às políticas públicas aplicadas no meio urbano (Chalhoub 1996:35).

Citamos como exemplo, em Campos, a revista de medicina do doutor Pedro Autrânt da Matta Albuquerque Júnior, *O observador médico cirúrgico*, e a revista *Alvorada Campista* cujo redator era o médico Miguel Herédia de Sá.

Outro exemplo é a revista *A Aurora-Lettras-Artes-Sciencias* que publicava, além de assuntos de interesse geral (entretenimento, cultura e informação), artigos escritos por médicos, engenheiros e intelectuais, que veiculavam, através de seus discursos, as imagens do progresso e da civilização que iluminavam o universo cultural da burguesia em ascensão.

Os teatros, sobretudo a partir da criação do teatro São Salvador, em 1864, favoreceram amplamente as letras e a cultura campistas. Eles acolhiam as manifestações literárias, musicais e as apresentações dos grupos amadores e profissionais de teatro locais e também vindos de outros estados brasileiros. Podemos citar dois nomes importantes da memória cultural da cidade: Silva Ultra (participante ativo das atividades teatrais desde 1834, ele também editor do *Monitor Campista*) e Múcio da Paixão jornalista, escritor, dramaturgo, escreveu entre outras obras, *Scenographo*, editado em 1905 e *O movimento litterário de Campos*, em 1924.

O meio intelectual se distingue, então, por essas práticas literárias e principalmente através do jornalismo que pode alcançar maior público. Ele é responsável pela publicação de jornais de oposição como *O Corsário*, *O Rebate*, *O Independente*. Estes, mesmo se não obtivessem eco ao lado do grande público, incomodavam a imprensa oficial. Aliás, eles tinham posicionamento às vezes satírico, às vezes visivelmente provocativo, com relação à imprensa oficial e às diferentes representações das elites. O que podemos depreender no conteúdo das respostas e comentários publicados no jornal *O Monitor Campista*, referentes às provocações. O que nos permite identificar uma variedade de posições políticas e uma multiplicidade de opiniões, com relação às mudanças em curso no espaço urbano, por exemplo, nos autorizando a dizer que os “cidadãos” começam a se expressar. Indica também a ampliação progressiva das atividades e a evolução de comportamentos, animando e enriquecendo as discussões intelectuais e políticas na cidade.

Os espíritos críticos, ávidos por mudanças na estrutura social escravagista e rural de Campos, criaram jornais de oposição, veículos de propaganda contrários a ordem estabelecida, se integrando, assim, ao movimento dos intelectuais brasileiros que defendem mudanças profundas na estrutura socioeconômica e política do país, assim como a modernização e o progresso, contestando os preceitos teóricos evolucionistas como de Spencer e as concepções organicistas do funcionamento social, herdadas do positivismo de Auguste Comte. Destacamos o jornal *25 de Março* (1884 a 1887) publicado pelo abolicionista Carlos de Lacerda e o *A República*, cujo redator era o médico Miguel Herédia de Sá. O movimento republicano era também representado por um partido e um clube republicano fundado em 1888 (Feydit 1979: 374).

A rua era considerada o espaço dos pobres, consagrada à diversão, às manifestações culturais, ao encontro e ao trabalho, como o mercado da Praça das Verduras, a Praça do mercado de cavalos ou os portos. Os estivadores trabalhando nos cais, curvados pelo

peso das mercadorias, amenizam através do canto, o duro trabalho, transformando a Rua beira rio em verdadeiro local de animação. Mas para certos habitantes da cidade, conforme denuncia uma pequena carta publicada no jornal *O Recopilador Campista* (21/11/1850), parece “que a Africa foi transplantada na nossa cidade por conta da algazarra que os negros fazem carregando e descarregando as mercadorias nos portos”.

Assim, o burguês deve ser resguardado no reduto do lar entregando a rua ao domínio público. Por isso, nessa nova cidade que se constrói, o espaço público deixa de ser o lugar onde se forja a cultura e se transforma em puro espaço de circulação (Pechman 1994). A família burguesa brasileira, do século XIX, como explica Pesavento (1994), tentou preservar certa distinção entre o sentido da vida privada e a realidade exterior ao Lar.

O domínio público parecia perigoso e atentatório para os padrões morais da família burguesa, afinal de contas, era no espaço público que a maior parte dos crimes se perpetravam e cujos agentes eram, em sua maioria, gente pobre.

Em um artigo escrito em 1887 por Theotônio Guimarães, lê-se a transmissão do ideal da família burguesa de resguardar a vida privada, refugiando-se dos perigos do espaço público, abrigando-se no privado representado pelo lar. O artigo exalta o lar e a família como fundamentais no processo de reeducação do indivíduo demarcando os domínios do convívio familiar daqueles do público.

Há no mar proceioso da vida um lugar de refugio, um posto salvador, que buscamos ansiosos depois de haver sido arrojados pelas ondas do infortúnio de encontro as rochas dos desenganos, esse lugar é o LAR, residência tranqüila e ditosa de nossas illusões gratíssimas, do embelecimento de nossa existência.

Quem há que não tenha sentido alguma vez sobre sua fonte o soprar da desventura! Quem, por feliz que se julgue, não experimentou siquer um dia, um desses arroubos de desespero supremo, filho da angustia que nos atormenta sem compaixão quando o mundo, occultando-nos todos os seus

atractivos, se nos apresenta imponente e ameaçador como um monstro feroz que nos quer devorar? Contra esses acerbos, contra essas dores terríveis, só existe o suave bálsamo do LAR – santuário da paz – bons os consolos da esposa e dos filhos queridos – emblema sublime da família – incentivo a todas as resignações e a todos os nobres impulsos do amor e da esperança”. (*Aurora, Letras, Artes, Ciências*, Anno III, Campos, 22/5/1887, nº20).

No início do século XX, a imprensa divulgava imagens de Campos após os investimentos realizados na área central para a urbanização, higienização e modernização da cidade. O jornal *O Monitor Campista*, de 05 de novembro de 1916, publicou a inauguração das obras executadas na gestão municipal do médico Luiz Guimarães Sobral, sob o título “Melhoramentos de Campos”. Na ocasião estiveram para as festividades de inauguração das obras, o então “presidente” do Estado do Rio de Janeiro, o campista Nilo Peçanha e o presidente da República Wenceslau Braz. Neste evento, também esteve presente um jornalista argentino correspondente do jornal *El Diario* e da revista *Caras y Caretas*, Manuel Láinez que divulgou através de uma publicação intitulada “Notas Del Brasil: Crónicas e Impresiones” (publicadas em *El Diario de Buenos Aires*, em 1917) suas impressões sobre Campos:

Campos, ciudad que trabaja y rie – Lo que revelan nuestros diarios – El doctor Nilo Peçanha es el estadista más notable. – Lo que el periodista argentino piensa del Dr. Luis Sobral y del coronel Sebastián Brandão.
(...) Ellos me han revelado no solamente la cultura y el progreso moral y material de Campos, sino también su potencialidad financiera y comercial: los avisos de los diarios son los mejores termómetros de la vida económica de los pueblos. Y cuántos avisos tienen vuestros diarios! Campos me dió la sensación inmediata de una ciudad que vive, que prospera, que trabaja; he visto su movimiento de noche y lo he visto de día: vi una población alegre, bien vestida, que se divertía, que reía; vi una población sana, pues la risa es síntoma de salud, y vi luego la población que trabaja.

A revista *Génesis* (1917-1918) era direcionada ao comércio e à propaganda, mas também publicava contos, poesias e crônicas.

Ilustrada com fotos dos principais edifícios e trechos da cidade com o título de “Campos Moderna” ou “Campos de hoje”, desvinculadas dos textos que acompanhavam, teriam apenas o objetivo de divulgar a imagem da cidade urbanizada e moderna idealizada pelas elites campistas (Pohlmann 2006).

O movimento intelectual adquire uma nova importância na cidade com a criação da Academia Campista de Letras (1939) e da Associação de Imprensa Campista (AIC), no início do século XX. A primeira, ganha nova e bela sede, em 1945, no Jardim São Benedito, no prédio onde funcionou a Escola Aberta Wenceslau Brás. A AIC construiu sede própria em 1944, na Rua Formosa (atual Tenente Coronel Cardoso). Ambas as entidades por suas funções de reconhecido destaque e suas formas influenciadas pela arquitetura da época passam a constituir exemplos de edifícios importantes e marcantes na nova paisagem urbana “moderna” que eles ajudam a configurar.

Marshal Berman conceitua o moderno retratando, claramente, a ebulição que a modernidade trouxe para o cotidiano da sociedade e os seus longos efeitos:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor - mas que ao mesmo tempo ameaça destruir o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (Berman 1999:15).

A rua, antes considerada o espaço do povo, passa a ganhar novas representações. No Boulevard da Imprensa, a vida cultural da cidade era intensa, pois nele se concentravam teatros Orion (1913) e Trianon (1921); variados cafés, como o Americano Clube, o Clube dos Políticos, o Chat Noir, o Café Leme e o cultuado Café High Life.

Concluímos, citando uma passagem de um texto do livro de Múcio da Paixão, *O movimento litterário de Campos*, mencionado acima, que pode sintetizar o quanto os intelectuais descortinavam à opinião pública os eventos e mudanças importantes, as novas concepções do mundo urbano, criando novas referências espaciais e centralidades, assim como novos comportamentos:

(...) Ninguém sonha com a monarquia,
E nós não temos medo do cometa!
No Boulevard
Nós temos a imprensa,
Café e pão de manhã bem cedo.
Nós temos bilhares, restaurantes,
E bancas de jornais,
E mesmo cafés dansantes,
Todas as coisas diferentes.
(...) Ruídos nas ruas...
Mas nós gozamos a vida.
Viva o Café (o café High Life)!
Viva a República!
Viva o nosso célebre Boulevard!

Referências Bibliográficas

- Almanak Mercantil e Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade e do Município de Campos, São Fidélis, São João da Barra e Macaé para 1884, Campos, Typographia do Monitor Campista, 1884.
- Alves, H. M. Reformas Urbanas e Poder Político: os empresários e o projeto de modernização da cidade de Campos - 1890/1930. Niterói: UFF, 1996. Dissertação. (Mestrado)
- Berman, M. Tudo que é sólido desmancha no ar - A aventura da modernidade. 16ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- Bourdieu, P. La distinction: critique sociale du jugement. Paris, Les Editions de Minuit, 1979.
- Brito, S. de. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- Chalhoub, S. Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Chartier, R. A História Cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

Faria, T.de J. P. Campos dos Goytacazes : Ressources et virtualités d'une ville brésilienne- données de l'histoire. Paris: EHESS, 1998. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos).

Faria, T.de J. P. O papel de médicos e engenheiros na modernização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes, no início do século XX. In XXIII ENANPUH. Anais, Londrina, UFPR, 2005. p.1-15

Faria, T.de J. P. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo citadino”. In: Agenda Social. Revista do PPGPS, v. 2, n.2, mai-set, 2008, pp.40-64.

Feydit J. Subsídios para a História de Campos dos Goytacazes: 1979 [1900].

Gomes, A. de C. Essa Gente do Rio. Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Guimarães, T. Subsídios para a História do Jornalismo em Campos. Rio de Janeiro: s.n., 1927.

Herschmann, M. P. y Pereira, C. A. M. (eds.): A invenção do Brasil Moderno - medicina, engenharia e educação nos anos 20/30, Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

Lamego, A. R. A Planície do Solar e da Senzala. Rio de Janeiro Livraria Católica, 1934.

Lamego, A. R. O Homem e o Brejo, Rio de Janeiro, Lidador, 1974, [1945].

Martins, A. L. Revistas em Revistas: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1890-1922). São Paulo: Imprensa Oficial SP/ EDUSP/FAPESP, 2000.

Mello, A. T. de. Campos dos Goytacazes em 1881. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a Vapor Laemmert & C., 1886.

Paixão, M. Movimento Literário em Campos. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1924.

PECHMAN, R. M. “Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular”. In: BRESCIANI, S. (Org.) Imagens da Cidade Séculos XIX e XX. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.

Pereira Pinto, J. R. Um pedaço de terra chamado Campos. Campos: s/e, 1987.

Pesavento, S. O Imaginário da Cidade. Visões Literárias do Urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

Reis Filho, N. G. Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720), São Paulo: Ed. Pioneira, 1968, pp. 66-67.

Pohlmann, Alice de O. Gênesis, um novo olhar sobre Campos dos Goytacazes. In XVIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Anais, Niterói, 2006.

Pohlmann, M. A. de O. & FARIA, T. de J. P. Aurora-Lettras-Artes-Sciências e as “questões de seu tempo”. Os Urbanitas, Revista de Antropologia Urbana, Ano 1, vol. 1, número1, julho, 2004. Disponível em:

<http://www.osurbanitas.org/osurbanitas/pohlmannefaria01-2004.html>

Revista A Aurora Lettras – Artes – Sciencias. Campos: s.n., 1887-1889; 1900-1912.

Revista A Aurora Lettras – Artes – Sciencias.. Rio de Janeiro: Typographia Aurora, 1917.

Rocayolo, M. La Ville et ses Territoires, Paris : Gallimard, 1997.

Sousa, H. de. Cyclo Áureo. História do 1º centenário de Campos 1935. Itaperuna: Editora Damadá, 1985 [1935].

Educação Patrimonial também se faz com passeios ao cemitério

Sylvia Marcia Paes

Introdução

Os cemitérios são fonte de informação histórica para preservação da memória familiar e coletiva, estudo das crenças religiosas, expressão do gosto artístico, expressão da ideologia política, preservação do patrimônio histórico, conhecimento da formação étnica e para o estudo da genealogia e reveladora da perspectiva de vida. Essas informações podem ser obtidas através da análise de epitáfios, de fotos tumulares, das simbologias contidas nas obras funerárias e da expressão artística dos monumentos sepulcrais.

Certamente não podemos denominar historiadores que trabalham com a história da morte como cemiteriólogos¹¹², afinal estes estudam muito mais o objeto cemitério do que propriamente o objeto morte.

112 Cemiteriólogos estuda os cemitérios em todas as suas possibilidades de interrogantes e em todas as áreas do conhecimento.

Mas estamos certas de que se pode sim trabalhar com Educação Patrimonial em passeios pelos cemitérios, uma vez que esse é um lugar privilegiado onde a vida e suas construções estão reafirmadas na arte tumular, mesmo a sua conformação ou ordenação no espaço cemiterial. Eles podem nos dizer muito não somente da pessoa defunta, do seu lugar social, mas também do espaço cidade.

Os rituais fúnebres e a necessidade de sepultar os mortos fazem parte da história da humanidade desde os tempos mais remotos. Se partirmos da observação empírica dos cemitérios, é possível perceber em seus túmulos verdadeiras obras de arte, o que confere ao mesmo, o título de museu a céu aberto.

Georges Duby, medievalista francês da terceira geração de historiadores da Escola dos Annales, foi um dos organizadores da coleção *História da Vida Privada da Europa*, com uma parte especialmente dedicada à História da Morte.

Cerimônia pública, transporte de um lugar privado, o quarto, o leito, a um outro lugar privado, fechado, a sepultura, mas atravessando necessariamente o espaço público; portanto, necessariamente festivo, tanto quanto as bodas era pelo mesmo desenrolar de um cortejo, toda a casa, em fila, em ordem, oferecendo a imagem de uma coesão atrás do defunto do qual era a última ostentação, [...] (Duby, 1990, p. 94).

No Brasil Claudia Rodrigues (UFF - Universidade Federal Fluminense) escreveu uma História da morte também para coleção da História da Vida Privada no Brasil. Outra importante obra sua é *Nas Fronteiras do Além* de onde podemos extrair:

Na primeira metade do oitocentos, o tema dos enterramentos ganha publicidade decorrente das propostas médico higienistas de transferência dos sepultamentos *ad sanctos* e *apud ecclesiam* para fora das igrejas. Propunham sua transferência para locais afastados do convívio da população, [...] O argumento utilizado era de que os eflúvios miasmáticos produzidos na decomposição cadavérica tornavam as sepulturas focos de transmissão de doenças, principalmente por elas se localizarem majoritariamente nos ambientes fechados dos templos. (Rodrigues, 2005, p. 152) .

Não menos importante temos entre nós rala oferta de informações a esse respeito, mas são significativos, pois que são únicos. Assim, “A História Viva da Morada dos Mortos - Fatos e curiosidade sobre o Cemitério do Caju” de Hêlvio Cordeiro (2011) e um trabalho realizado pelos acadêmicos de Comunicação da FAFIC Guia Histórico: resgate da história do Cemitério do Caju (2007) para a Companhia de Desenvolvimento de Campos que administra os cemitérios do município.

Não fiquemos restritos aos historiadores e memorialistas. Turismólogos também tratam do assunto, uma vez que são os cemitérios destinos que despertam interesse de viajantes. José Saramago, prêmio Nobel de Literatura em 1998, escreveu em 2005 o romance *As Intermitências da Morte*, e sai em defesa da morte “- Cansada de ser detestada pela humanidade, a ossuda resolve suspender suas atividades”. A literatura de auto-ajuda, a religiosa e até a voltada para psicologia são recorrentes ao tema.

O ser humano, por não suportar a ideia da não existência, busca de várias formas a imortalidade, mesmo que essa imortalidade seja conseguida através da produção de obras culturais e grandes feitos. O medo da morte e dos cemitérios, e, por conseguinte tudo que está associado a estas ideias, se deve ao apego material que os homens ocidentais têm pela vida. É na busca incessante pela juventude, por uma melhor qualidade de vida, em detrimento à velhice, à doença e à finitude que torna a morte insuportável ao homem. Portanto a morte é um assunto tão complexo, que não existe um consenso entre os cientistas de como defini-la. Ela não pode ser determinada apenas pelo critério biológico, porque existem questões filosóficas, religiosas e sentimentais envolvidas. O temor que a morte provoca nas pessoas é perfeitamente compreensível por se tratar de um evento desconhecido e que não pode ser controlado. Na Idade Média a religião funcionava como alento e resposta às questões da finitude.

Para Eigenheer (2003) o culto à morte é na verdade “o culto à imortalidade, inicia e conserva as religiões” lembrando que, todavia o

que diferencia o homem dos demais animais é o guardar seus mortos sem entregá-los ao descuido da natureza.

No século XX se opera outro fenômeno importante em relação à morte, há um deslocamento da hora derradeira. Já não se morre em casa ao lado de parentes e amigos, mas sozinho num hospital, vivenciando um dos medos mais primitivos do ser humano: a solidão. Perdeu-se o convívio com a morte, que de familiar e íntima, passou a ser distante e escondida. A felicidade é uma grande aspiração das sociedades modernas e por isso mesmo a morte não é admitida, porque causa tristeza, porque sua simples presença é um pecado contra a felicidade existente. A tristeza exacerbada é sinal de um problema psicológico e deve ser combatida.

O projeto “Visita Guiada ao Cemitério do Caju” pretende mostrar aos acadêmicos e estudantes de nossa região parte de nossa histórica estampada na arquitetura e evidenciada nas questões culturais quanto à morte.

O passeio se realiza sempre aos sábados, das catorze às dezessete horas e atende alunos interessados de quaisquer cursos oferecidos pelas universidades locais e até mesmo aos alunos de escolas da rede pública ou privada de nossa região e comunidade.

Dentre os objetivos que envolvem essa visita podemos citar: inferir sobre os relacionamentos abstratos que envolvem os sentimentos humanos em torno da vida e da morte. Traduzir as diversas formas de arquitetura e arte, extrapolando a simples descrição e, refletindo sobre a construção simbólica dos elementos ligados à morte e à vida. Reconhecer a transformação da paisagem geográfica da cidade dos vivos e dos mortos, que resulta em conceitos singulares.

Os Campos Santos

Há muito que as Pirâmides nos encantam, mas poucos a associam a túmulos, mas são o que elas são, túmulos de faraós e daqueles que com eles eram enterrados vivos.

A palavra “cemitério” significa em latim tardio “fazer deitar”, criada pelos primeiros cristãos aos terrenos destinados à sepultura de seus mortos e que geralmente ficavam longe das igrejas, fora dos muros da cidade, como forma de segurança, uma vez que eram perseguidos.

Segundo o pesquisador Gonçalo Vasconcelos (apud Almeida, (2012) “... lugar da morte e da vida, numa estranha dialética em que o fluir das mentalidades foi postulando diferentes atitudes e distintas perspectivas”.

Nem sempre houve um lugar específico para os mortos no Brasil. Durante muitos séculos o lugar dos mortos era nas igrejas, bem pertinho dos vivos. Os defuntos mais abastados em geral eram sepultados dentro das igrejas e os menos favorecidos economicamente eram enterrados nos adros dos templos religiosos.

As igrejas eram vistas como lugares sagrados e estar sepultado nelas conferia ao morto uma união com Cristo e os santos, tão almejada para a vida eterna. Essa proximidade entre vivos e mortos começou a incomodar os médicos a partir do século XIX. A morte passou a ser uma questão de saúde pública. Especialistas em medicina criticavam principalmente os enterros nas igrejas porque propiciavam o contato com os cadáveres transmissores de doenças. Acabar de uma vez com os enterramentos dentro das igrejas, significava livrar a população do convívio diário com os mortos e os gases exalados, supostamente os causadores de doenças¹¹³.

O lugar ideal para os cemitérios seria fora da cidade, bem afastados do convívio dos vivos. As necrópoles deveriam ser muradas para evitar a proliferação dos miasmas. E ainda deveriam ser adornadas por árvores que serviriam para purificar o ar.

[...] No Brasil, essa matéria vinha sendo estudada desde o final do século XVIII, ocasião em que Dona Maria de Portugal (1734-1816), em 1789, orientou para a construção de cemitérios na colônia. No início do

113 Acreditava-se que os cadáveres emanavam gases que poluíam o ar, esses gases eram chamados de miasmas.

século XIX através de uma carta-régia determinava-se a proibição dos enterramentos nas igrejas e ornava-se a construção de cemitérios pelo bem da saúde pública. Em 1825 uma nova portaria legisla sobre os sepultamentos. Em 1828 o Imperador decreta, através da Lei de 28 de outubro, o fim dos sepultamentos nos recintos religiosos, conferindo às Câmaras o dever de zelar e fazer cumprir as normas. (Almeida 2012: 2) .

Quando os cemitérios foram expulsos das cidades e construídos em lugares distantes, onde não havia habitações por perto, propiciou-se o medo das necrópoles por estas se situarem em lugares ermos e assim ganharem um caráter sombrio. O deserto, o silêncio e a solidão dos cemitérios era um cenário de horror para a maioria das pessoas.

Com o tempo o cemitério passou a ser considerado como o lugar específico dos mortos e a sepultura a última morada dos jacentes. Os túmulos passaram a ser uma propriedade de caráter perpétuo, claro que só para os que possuísem condições de comprar um jazigo. A necrópole adquiriu um caráter ambíguo entre o sagrado e impuro. Mesmo considerado um campo santo, era o lugar da impureza que emanava dos corpos desprovidos de vida.

De acordo com o historiador Philippe Áries em seu livro *História da Morte no Ocidente* (1997), o culto dos túmulos e cemitérios tem origem na recusa da morte do outro, que começou a ser expressa no século XVIII.

O túmulo como algo análogo a uma residência, permite aos viventes que visitem seus mortos como se os visitassem em suas casas. É uma morada eterna e repleta de recordações. A recordação que está ligada à memória, confere ao jacente um tipo de imortalidade. Não se trata da imortalidade da alma, mas da memória. Se o túmulo designa o local exato do culto funerário, é porque também tinha por objetivo transmitir às gerações seguintes a lembrança do defunto. Então o túmulo é um memorial. A sobrevivência do morto dependia do renome que era mantido na terra, através do túmulo com os seus signos e suas inscrições. O anonimato é a verdadeira morte, completa e definitiva.

O Cemitério do Caju em Campos dos Goytacazes

Em abril do ano de 1836 a Câmara Municipal apresentou à Assembleia Provincial uma sugestão apontando:

A necessidade de remover para fora da povoação os Cemitérios, focos de enfermidades, que um mal-entendido com respeito aos depósitos mortais fez estabelecer nos templos, e que uma perniciosa e indecente prática tem conservado a despeito das luzes do século. (Câmara Municipal, 1836).

Nada foi feito a respeito dessa sugestão e os sepultamentos continuaram a ser feitos dentro dos templos. Em dezembro de 1836, após uma reforma na Constituição, a Câmara Municipal de Campos passou a agir com o intuito de transformar o costume de sepultar os mortos na Casa de Deus, que tornou os templos foco de doenças e da peste (Ofício de dezembro de 1836).

Esse novo modo de pensar era reflexo de um modelo europeu. Lá, desde o século XVIII a crescente urbanização e consequente aumento populacional provocaram uma falta de espaço para os enterramentos realizados dentro das igrejas. É também nesse momento que o movimento Iluminista condenou os enterramentos *ad santos* (em campo santo) laicizando as ações sociais sobre a morte.

[...] nasce uma estética laica em relação à construção dos sepulcros que deixam de ser lápides numeradas ou privilégio de poucos na construção de túmulos no interior das igrejas e passa a ser um hábito para a burguesia vitoriosa e emergente ao exibir o espírito individualizado, o poder e ao mesmo tempo dar a noção da morte um sentido romântico. (Almeida 2012: 6).

Em 1850 começou o planejamento para a construção do Cemitério, tais estabelecimentos devem ficar extra-muros¹¹⁴. A Comissão designada para o planejamento do Cemitério Geral:

Achou mais adaptável a Chácara de D. Luiza Martins, adiante no Fundão na Estrada para São Fidelis, porque ao lado de terreno alto e espaçoso que oferece todas as condições convenientes, acrescendo mais, que os corpos podem para ali ser conduzidos, ou por terra, ou pelo rio. (Feydit 1979: 437)

114 Longe do centro da cidade, fora dos “muros” da cidade.

Em Campos dos Goytacazes, até o ano de 1855, os enterramentos eram feitos dentro das Igrejas e nos cemitérios em terreno ao lado se o morto era membro de Irmandade ou fosse bem abastado. Nos cemitérios das fazendas afastadas e no cemitério do Quimbira caso fosse escravo, índio ou não católicos. O Quimbira se localizava na Rua Alberto Torres, esquina com a Rua Voluntários da Pátria (onde hoje se encontra a Faculdade de Medicina de Campos), pertencia à Santa Casa de Misericórdia e durante a primeira epidemia de *cólera-morbus* que afetou a cidade, em 1855, não pôde receber corpos por não caber mais¹¹⁵.

O mesmo local onde foi escolhido para sediar o Cemitério Geral, em outras eras, fora também escolhido pelo Índio Goitacá para estabelecer aldeamento e cemitério indígena. A descoberta ocorreu quando se abriram covas para as vítimas do *collera* em 1855 e em anos seguintes.

Com a população campista à mercê do *cólera-morbus*, o vereador cônego Brito, disse:

Atendendo à gravidade do momento e à demora que tem de forçosamente dar-se com a obra do Novo Cemitério propunha que se ordenasse ao engenheiro fazer com urgência no Cemitério um cerco provisório com estacas e grades de ripas, de modo que não embargasse o cerco de tijolos a construir-se devidamente, a fim de poder o Cemitério ser logo benzido e entrar em funcionamento. (Câmara Municipal - Ata de 10 de outubro de 1855).

Aprovada a sugestão do cônego, oficializou-se logo após a tapagem do Cemitério. Nos primeiros anos, o cemitério era separado da via pública por uma tapagem de madeira, segundo Machado (1955). Vejamos o que diz a Ata da Câmara a esse respeito:

O Vigário da Vara procedesse ao seu benzimento, informar à Santa Casa de Misericórdia para ali fazerem os enterros, e também aos administradores

115 Espalhou-se um boato de que os corpos de alguns negros escravos estavam se levantando dos túmulos e voltando para suas casas. Sobre o *collera* ver Feydit, 1979, p.455.

das Ordens e Irmandades a fim de demarcarem os terrenos preciosos para seus Cemitérios, a serem pagos posteriormente à Câmara Municipal de Campos. (Câmara Municipal de Campos – Ata de 10 de outubro de 1855).

No dia 25 de outubro de 1855, o cônego Antônio Pereira Nunes¹¹⁶ oficiou o benzimento do Cemitério e os enterros começaram a ser feitos no dia 26 de outubro daquele mesmo ano. A primeira pessoa ali sepultada foi Dona Josefa Pinheiro Feydit. Nos dias que se procederam muitos cadáveres se encontravam insepultos e três homens se propuseram a ajudar: Bernardino de Sena, Manuel Joaquim Pires e Felipe Nery dos Santos; do dia 04 de novembro em diante três franceses, Júlio Esberard, Luis Renner, Carlos Leroy e um alemão, Felipe Randestel, gratuitamente fizeram covas no Cemitério Público e enterraram os mortos que estavam insepultos, ajudando aos que precederam naquela obra misericordiosa. (MACHADO, 1955)

O Cemitério foi aberto durante a pavorosa mortandade determinada pelo *cólera-morbus*, que flagelou a população campista no segundo semestre do ano de 1855 sob forma de epidemia. Segundo um quadro estatístico da época a peste fez 2.279 vítimas, sendo a maioria mulheres, e escravos.

A partir de dezembro de 1855, a Irmandade Nossa Senhora do Terço solicitou a demarcação do seu cemitério. Em fevereiro de 1856 começaram a ser feitos os da Ordem de São Francisco e o da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e em outubro do mesmo ano o da Ordem da Boa Morte. Em 1857, foi benta a capela do Cemitério do Carmo e em novembro daquele ano o Cemitério de São Benedito. Algum tempo depois, em 1885, demarcaram os seus Cemitérios as Irmandades de São Miguel e Almas e Santa Iphigênia, em 1886 foi adquirido o Cemitério da Sociedade Portuguesa.

Em 30 de março de 1858, foi inaugurado um muro de tijolos, com duas colunas no portão que ainda existem no Cemitério do Caju.

No ano de 1859 a Baronesa de Muriaé requereu à Câmara

116 Ilustre médico e político campista.

Municipal a perpetuação do seu jazigo, em um terreno de 50X50 palmos no cemitério. O próximo a pedir a perpetuação do jazigo foi o Barão de Carapebus, em que sepultou a Baronesa de Carapebus em 1870. A Câmara começa então a vender jazigos perpétuos.

Com a vinda dos ingleses para a cidade, e o aumento dessa comunidade ano a ano, os ingleses residentes aqui trataram logo de instalar um cemitério à parte, já que os seus membros eram protestantes, em sessão de abril de 1862 a Câmara aprovou o pedido. Este cemitério desapareceu em 1925, quando seus terrenos foram abertos e anexados novamente ao Cemitério Público.

Em 1918, sendo o então prefeito Dr. Luiz Sobral, realizaram obras de vulto cuja inauguração se verificou em 30 de julho do mesmo ano. O gradil do velho jardim da Praça São Salvador, retirado em 1916 para remodelação daquele logradouro público, foi aproveitado no cemitério, indo a outra parte para o Mercado Municipal aberto em 1920. (MACHADO, 1955: 1).

Ali estão sepultados os vultos campistas, pessoas que durante sua vida fizeram história e participaram de muitas outras. Essas estão contadas através de uma arquitetura tumular requintada em detalhes e aparatos, que mostram com louvor a vida e a importância do morto, para a família e para a sociedade.

O ano de 1920 representa também um marco com uma nova ocupação no campo santo, a doação de terreno, pelo prefeito Pereira Nunes, para a abertura de um cemitério para os judeus. Entre esta data e o ano de 1985¹¹⁷, o número de óbitos por ano não ultrapassou quatro. Hoje apesar da área se encontrar ainda delimitada, está abandonado como, aliás, boa parte do Cemitério do Caju.

Pedagogia da degenerescência

Para Sêneca era importante compreender a morte e aprender a morrer, pois o destino do ser humano é a finitude e a pessoa

117 Esta é uma data destacada na obra pesquisada para tal assunto, de Egon e Frieda Wolff.

consciente de sua mortalidade, pode aproveitar melhor a vida, porque sabe que não viverá eternamente para fazê-lo. Para os vivos a proximidade com os mortos era benéfica porque assim lembrariam de orar por eles e também lembrariam que o destino de todos os seres humanos é finito.

Mas aprender a morrer alguém sabe? Somos preparados para isso? Morre-se de medo de falar da morte - um paradoxo.

A Tanatologia é a educação para a morte e esse trabalho se iniciou mais recentemente entre psicólogos, depois com médicos de UTIs – Unidades de Tratamento Intensivo, mas a pedagogia ainda não iniciou o seu trabalho.

Na América do Sul o cemitério de São Pedro de Medellín e Presbítero Maestro em Lima envolvem a criação de uma fundação e de uma associação de amigos, como é o caso do Cemitério Highgate de Londres, tanto se ocupam da educação para a morte como da educação patrimônio de seus espaços sagrados. Em Paris o Père-Lachaise, construído pelo rei Luiz XIV no ano de 1675, é o maior cemitério da cidade e um dos mais famosos do mundo, se destacando como um dos mais procurados destinos turísticos.

A infância costuma ser revelada como um dos momentos mais sublimes de nossas vidas. A verbalização da palavra infância vem quase sempre acompanhada de imagens de flores, frutos maduros e saborosos, tarde mornas, aconchego... No entanto as noites vêm acompanhadas de medos. Medo de bicho papão, medo da morte.

Os rituais de vigília que sucedem ao falecimento, o velório, o caminhar junto ao ente querido até a sua derradeira morada, as lágrimas, as velas, as orações, as flores complementam o sentido ritualístico da morte, que se concluirá com o enterramento.

Mas, por toda a nossa história, chorar nossos mortos e dedicar a eles um lugar especial, com oferendas e formas diferenciadas de manifestação de espanto e dor frente à perda, é que varia de acordo com as diferentes culturas e temporalidade histórica. O temor que a morte provoca nas pessoas é perfeitamente compreensível por se

tratar de um evento desconhecido e que não pode ser controlado.

O filósofo Emílio Eigenheer¹¹⁸, refletindo sobre o lixo é levado a concluir que a morte é assim vista por muitos. Um corpo sem vida é tudo o que sobra da vida. Destaca:

[...] que as práticas de uma pedagogia da degenerescência podem se dar tanto em nível individual como de políticas públicas. Escolas, comunidades, grupos de interesse, podem desenvolvê-la em níveis de estágios diversos. O importante é retirar dela consequências práticas, já que a degenerescência e a morte não são exercícios teóricos, mas de dramática atualidade empírica. (Eigenheer, 2003, p. 177).

No imaginário popular o medo ganhou a forma de lendas. Como é o caso da história da mulher de branco que ao início da noite “pegava” o bonde de número 14 - Caju, que circulou pela cidade até o ano de 1964, e saltava no centro da cidade. Com o passar dos anos a lenda ganhou outras versões, mas persiste no imaginário dos campistas até os dias de hoje. Já em São Fidélis município vizinho, conta-se que existem dois túmulos pretos amarrados um ao outro, por se moverem. Seus ocupantes são dois antigos fazendeiros, muito ricos e senhores escravocratas muito maldosos, daquele tipo que ninguém quer por perto. Pelo Brasil afora muitas lendas envolvendo cemitérios povoam o imaginário popular e reforçam o medo das necrópoles.

O Projeto Passeio no Cemitério do Caju - Educação Patrimonial

Se pensarmos o conceito de Educação Patrimonial como um processo educativo focado no patrimônio cultural como bens construídos por gerações anteriores e que se volta para a aquisição de comportamentos que permitam o reconhecimento, a valorização e a preservação desses bens, então podemos pensar em educação

118 Professor da Universidade Federal Fluminense, mestre em Educação. Atua nas seguintes linhas de pesquisa: coleta seletiva de lixo, educação ambiental e história da limpeza urbana.

patrimonial como a do conhecimento e reconhecimento de bens culturais como parte da nossa identidade individual e grupal (social), o patrimônio da coletividade.

Assim sendo tem-se como resultado um dos aspectos importantes da metodologia e da estratégia da ação educativa que é o protagonismo, entendido como a participação efetiva do indivíduo, grupo ou comunidade, no processo de apropriação da cultura e do patrimônio, a partir do estabelecimento de uma relação afetiva.

Somente com o conhecimento e reconhecimento de bens culturais é que podemos valorizá-lo. São histórias, expressões de sentimento, arte e tudo isso está presente nos cemitérios, uma vez que é a sociedade viva, ativa, que os constrói segundo seus valores e critérios.

O protagonismo tem ainda reverberações por si mesmos, o que deve e o que é importante ser preservado, o que delimita a fronteira entre a identidade e a alteridade.

Nos últimos anos da década de 1990, Antônio Carlos de Góis Cavalcante (Kapi), então chefe do Departamento de Turismo, promoveu em parceria com o SENAC / EMBRATUR / TurisRio, o primeiro curso de formação em Guia Turístico Regional, onde nós professores, tínhamos que organizar um passeio com os alunos. Como era o primeiro curso, não havia disponibilidade de condução, então o passeio foi ao Cemitério do Caju, uma vez que cemitérios em outras partes do mundo já é parte integrante de roteiros turísticos. Por que não explorarmos o nosso, que afinal é muito parecido com o de Paris?

Foi um choque para turma e um desafio para nós. Mas deu tão certo que a primeira turma de Guias de Turismo Mirins, em parceria com a Fundação Municipal da Infância e da Juventude - FMIJ, também acabou visitando o Caju, não mais por falta de condução, mas por opção mesmo.

Fim dos cursos de guiamento em turismo e já na universidade, fomos chamados a preparar Atividades de Extensão para nossas

turmas do Curso de História. Na grade não havia História da Arte, então seria uma oportunidade levá-los ao Cemitério do Caju para tratarmos de História da Arte, História Regional e de História da Cidade, Mentalidades, Morte etc.

Hoje o passeio é realizado com alunos dos mais diversos cursos e instituições de ensino, também somos solicitados por escolas para realizar o passeio com estudantes dos cursos fundamental e médio. Os encontros acontecem a partir da portaria do Cemitério, junto ao cruzheiro, onde são feitas as primeiras reflexões sobre a vida e a morte. Depois seguimos visitando os túmulos do cemitério público (área da frente), os cemitérios das Irmandades e os demais túmulos do cemitério público (parte dos fundos). Retornamos junto à área reservada aos indigentes e daí seguimos até ao cemitério israelita, quando então voltamos à portaria do cemitério do Caju e encerramos o passeio.

Há também a presença de juvenzinhos de 10, 12 anos acompanhados dos pais que são alunos. Há a vinda de pessoas, que estando em visita no Caju, acabam nos acompanhando. Também senhores e senhoras, mães e pais de alunos.

Quero ilustrar com casos vividos: Ao serem convidados ao passeio perguntam se é obrigatório, se vão ganhar nota, “- fala sério professora! ...”.

Uma aluna pediu dispensa do passeio por ter passado por um trauma ao enterrar no mesmo dia o marido e o único filho. Confessou que nunca mais havia voltado ao cemitério, que lá era um lugar de dor e sofrimento. Respondi que entendia, mas que a desafiava, uma vez que naquele momento não haveria luto, mas conhecimento turístico. Para minha surpresa ao chegar ao Caju, ela já estava lá. Disse-me que foi cedinho, para poder chorar os seus mortos e me agradeceu o desafio feito, pois passou a entender que seus mortos queridos mereciam ainda seus cuidados e atenção.

Outra ao avisar em casa que tinha esse passeio, a mãe perguntou ao outro filho, também professor na Universo, se era verdade que

tinha uma professora que levava os alunos para passear no cemitério. A mãe estava achando esquisito e pensou que a filha fosse mesmo se encontrar com um namorado.

Uma aluna chega ao cemitério agarrada ao caderno que levou para anotações e indagada, confessou o medo exagerado da morte. Como o passeio é feito sem a agregação do luto, da perda, torna-se agradável, com brincadeiras e até músicas ligadas ao tema. Para nosso encantamento, na metade do passeio a referida aluna já havia delegado seu caderno a uma colega e estava então possuída de uma máquina fotográfica, e não só fotografava os túmulos, como se colocava nas fotos ao lado de monumentos e nomes de pessoas conhecidas.

O que ver no Cemitério do Caju?

O Cemitério do Caju é o mais antigo da região, tendo sido fundado em 1855 e recebido algumas reformas nas últimas décadas. A Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (CODEMCA), órgão ligado à Prefeitura, é a responsável pela administração do Cemitério do Caju, distribuído em uma área total de 150 mil metros quadrados. Mas no total, Campos possui 23 cemitérios municipais, todos administrados pela mesma empresa, além de um particular, o Campo da Paz. No ano de 2014 os titulares dos túmulos foram convocados pela CODEMCA para um recadastramento das sepulturas objetivando a atualização e sistematização dos cadastros, assim como abrir espaço para novos titulares - os túmulos abandonados serão requeridos pela Prefeitura para posterior venda sendo possível a contabilização de 18.600 túmulos com 228 mil enterramentos.

O passeio se inicia ao pé do cruzeiro com uma reflexão sobre a história da morte biológica. Seguimos para as diferenças culturais em relação à morte e seus ritos. Levantamos a mitologia e a imaginação em torno da morte e do morto. Esclarecemos que a morte mudou de dono no século XIX e que dessa passagem também há marcas no campo santo.

Chamamos a atenção para o Sítio Arqueológico do Caju, o aldeamento indígena que também fazia ali o enterramento dos seus entes queridos. Lembramos que onde está o Caju foi uma imensa lagoa, ainda com seus vestígios marcados na paisagem. E que o cemitério data de 1855 quando se abateu na cidade a epidemia do *cólera morbus*, sua localização estratégica para fora da cidade.

Partimos então para o reconhecimento de túmulos e seus donos, iniciado o circuito pelo lado esquerdo: Philipe Uébe, Manuel Rodrigues Peixoto, John Duncan, o da minha família, etc. Entramos em todos os Cemitérios das irmandades e fazemos também um reconhecimento em primeiro lugar da marca geográfica da antiga lagoa e depois de líderes políticos, escritores, músicos, barões, ilustres do império, anônimos, inscrições interessantes, esculturas divinas.

Vamos seguindo percebendo a diferença na arquitetura tumular e na mudança de seus adornos, não apenas imposta pelo dinheiro, mas também pelo tempo histórico da violência e roubos, da marca do concreto, da falta de identidade.

Chegamos ao cemitério dos indigentes e chamamos a atenção para o cuidado na colocação de plantas ornamentais (comigo-ninguém-pode, espada-de-são-jorge, maria-sem-vergonha) velas, despachos arranjados com cuidado junto ao chão.

Seguimos para a parte final em direção ao cemitério dos Judeus, um espaço próprio que já foi mais bem cuidado, mas pela ausência hoje de judeus na cidade, se encontra abandonado.

Conclusão

O Campo Santo é um espaço especial, preparado e cuidado pelos vivos para guardar seus mortos queridos. Carregado de símbolos que representam e revelam uma sociedade em constantes mudanças, reproduzindo a estratificação social do mundo dos vivos (Mello, 2013), uma vez que interagem com seu entorno, a cidade.

Historiadores da arte destacam os campos santos como especiais locais de memória singulares inseridos no tecido social. Através da

análise do seu acervo podemos compreender elementos fundamentais que costuraram uma determinada sociedade em diferentes épocas. A arquitetura, as artes tumulares com suas alegorias e diferentes materiais, a linguagem em epitáfios, a ordenação no espaço urbano dos cemitérios, tudo isso nos conduz a reflexões de diferentes contextos do conhecimento e das práticas humanas.

A morte na história em longa duração adota ritos próprios e assim deixa de ser um evento familiar e simplesmente biológico, torna-se um acontecimento coletivo inserida em um processo social.

Lá estão campistas ilustres e obras de arte (inundada de símbolos maçons), podemos fazer reflexões sobre o direito à morte e à vida, sobre as culturas e seus mitos. Analisamos a engenharia, o espaço, a arquitetura, a língua e a linguagem com leituras intestinas.

Referências Bibliográficas

- Ariès, P. História da morte no ocidente. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- Almeida, M. G. Cemitérios oitocentistas, fé e patrimônio: experiências intercambiantes. Disponível em: www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/564/42 (2012). Acesso em: 04 de jan. de 2013.
- _____. A cidade invicta e os espaços de enterramento: apontamentos bibliográficos. Disponível em: www.geocities.ws/adarantes/textos_marcelina/3.doc (2013). Acesso em: 04 de jan. de 2013.
- Câmara Municipal. Atas de reuniões 1836, 1855.
- CODEMCA. Resgate da História do Cemitério do Caju: Guia histórico. Campos dos Goytacazes: Gráfica Lobo, 2007.
- Duby, G. História da Vida Privada, 2: da Europa feudal a renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Eigenheer, E. M. Lixo, Vanitas e Morte: considerações de um observador de resíduos. Niterói: EdUFF, 2003.
- Feydit J. Subsídios para a História de Campos dos Goytacases, desde os tempos coloniais até a proclamação da República. Rio de Janeiro: Ed. Esquilo, 1979.

Machado, G. O Centenário do Cemitério. *Jornal Monitor Campista*, 1955.

Mello, J. C. e Cerqueira. Cultura e poder no post-mortem: um estudo de arqueologia histórica dos cemitérios Santa Isabel (SE) e Recoleta (AR). *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v.26, n.I, jan./jun. 2013. Disponível em: www.seer.ufu.br > Capa > v. 26, n. 1. Acesso em: 10 de jan. de 2013.

Rodrigues, C. Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Souza, H. *Cyclo Áureo: história do 1º centenário de Campos - 1935*. Campos dos Goytacazes: Damadá, 1985.

Logística de transporte escolar: o elo entre educação e cultura a partir das políticas públicas de exclusão nas escolas municipais de Campos dos Goytacazes.

Gilberto Nunes Gomes

Introdução

A formação do cidadão nos tempos atuais não pode mais ser encarada como algo que se constrói e se dê conta apenas na sala de aula. Da mesma forma, se pode conceber e desejar que a escola propicie sozinha aos alunos os equipamentos e demais processos que se fazem necessários, sem que necessariamente haja a ativa participação de seu mantenedor, fornecendo, divulgando e incentivando que a escola repasse aquilo que é por direito reservado para a formação cultural, social, científica e emocional dos que ali estão inseridos.

A presente proposta, atentando aos desafios dos novos tempos a exigir respostas eficientes nos processos de Educação que formem competência e humanidade, e, em consonância com os anseios e necessidades de nossa sociedade educativa, surgiu como fruto de uma pesquisa realizada em um Projeto de Extensão¹¹⁹¹ da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF) enquanto colaborador voluntário, desdobrando-se no Trabalho de Conclusão de Curso em História na Universidade Salgado de Oliveira, cujo tema visa identificar qual é a facilitação da logística de transporte escolar proporcionada pelo poder público municipal, através de pesquisa de campo com entrevista direcionada em 03 escolas de Travessão de Campos, 7º Distrito de Campos dos Goytacazes, agrupados em 06 professores e 15 alunos, analisando assim a logística de transporte implementada pela Prefeitura Municipal entre os anos de 2012 e 2013 como forma de facilitação ao acesso, consumo e uso do Patrimônio Cultural Histórico do Município, especificamente relacionado ao Museu Histórico de Campos, compreendendo ser a prefeitura a responsável pela facilitação do acesso, para que a educação escolar seja uma forma efetiva de aprender a conhecer e preservar sua identidade cultural.

Segundo Teixeira Coelho (1997: p.34), acesso cultural é a comunicação com uma unidade ou modo de produção, distribuição ou troca de produtos culturais. Logo o acesso é condição material prévia que possibilita a produção, uso e consumo de produtos culturais. Por sua natureza, o acesso distribui-se em: acesso físico, que inclui a questão de logística de transporte, acesso econômico que inclui a possibilidade de usufruir e consumir bens culturais e acesso intelectual, esse com uma abrangência em grande escala, pois, possibilita não só o uso e consumo, mas, sobretudo o aumento de seu potencial cognitivo ao usufruir desses bens.

119 Projeto de Extensão Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - Centro de Ciências do Homem - Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico - Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural.

Dentro dessa perspectiva do uso e consumo dos bens culturais, Teixeira Coelho destaca a importância de “esse usufruir” deixar uma marca no aluno/cidadão e não apenas uma sensação momentânea, o autor enfatiza o

uso ou apropriação efetiva do produto cultural, isto é, possibilidade de apreender um produto cultural em todas as suas dimensões e de transformá-lo em matéria-prima para elaboração de interpretações da vida e do mundo; o uso cultural deixa, no indivíduo, uma marca, um resto, enquanto o consumo cultural caracteriza-se pela mera exposição passageira produto cultural, sem que sobre, desse ato, nenhum resíduo na pessoa (1997: 34-35).

A partir dessa pesquisa foi possível identificar a importância social do patrimônio cultural histórico na formação do aluno/cidadão no contexto de preservação e cidadania através de uma política pública de facilitação a esse uso e consumo, por meio de uma logística de transporte voltada às escolas públicas municipais. Porém os dados obtidos só vieram confirmar o que de fato não aconteceu na prática. Sendo assim, o foco dessa pesquisa foi voltado para a logística de transporte escolar como facilitador no uso e consumo dos bens culturais, cujo objetivo está direcionado para o Museu Histórico de Campos, primeiro por ser uma instituição cultural mais recente no município; segundo, por haver há pelo menos 200 anos a ideia de um museu campista sendo construída, mas, dificultada por entraves políticos; e por último, sendo este um dos locais de memória onde estão reunidos os primeiros passos da cultura e história da cidadania campista e sua evolução ao longo dos tempos, fator que necessita ser evidenciado na educação.

A educação básica como ponte para a preservação e formação do aluno/cidadão, parece-nos um caminho indissociável ao pensar que este é o momento em que o aluno está ávido por novos conhecimentos, curiosidades, momento em que a janela do mundo parece descortinar aos seus olhos, mas, que nos últimos anos têm deixado a desejar, uma vez que, a Educação como meio tem quase se tornado o “fim”.

Para melhor compreender essa pesquisa faz-se necessário entender alguns conceitos que nortearam esse trabalho e que foram apresentados num primeiro momento, como Acesso, Museu, Patrimônio Cultural, Equipamento Cultural, Multiculturalismo, Política Cultural, Populismo Cultural e Logística de Transporte Escolar, este último, como facilitador de acesso, uso e consumo dos bens culturais.

Num segundo momento, analisou-se a Logística de Transporte, objeto principal dessa pesquisa, em relação a logística de transporte municipal escolar para a facilitação do acesso ao Museu Histórico de Campos, como importante equipamento cultural na Cidade de Campos dos Goytacazes, esquecido pelo poder público municipal, embora nele haja alguns eventos que façam parte da cultura, não correspondem aquilo que deveria ser a função de um museu como troca e disseminação de conhecimentos, fato que foi constatado num terceiro momento dessa pesquisa e evidenciado nos dados coletados em questionário fechado direcionado realizado em 03 escolas do referido município com professores e alunos destas, caracterizando a exclusão pela qual os munícipes em idade de Educação Básica são acometidos, marginalizados por uma noção de cultura populista e autoritária ao longo de décadas e mais precisamente nos anos de 2012 e 2013, período da realização dessa pesquisa.

Educação, cultura e logística de transporte escolar

Dados recentes do IBGE apontam o caminho que a Educação Básica brasileira vem trilhando, tornando-se ainda muito mais preocupante quando em pleno século XXI, a alfabetização de crianças, adolescentes, jovens e adultos se tornou tema central das políticas dos organismos internacionais, o que equivale a dizer que a Educação como um meio, esta realmente mais para o “fim”, chegando a uma situação tão crítica que em 2001, por meio da Resolução nº. 56/116, a Assembleia-Geral, de 19 de dezembro, da Organização

das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), proclamou o período de 2003 a 2012 como a década da alfabetização.

Até 2013, os esforços para baixar os níveis de analfabetismo foram insuficientes. Os governos, especialmente municipais, pouco ou quase nada fizeram no sentido de construir políticas municipais de alfabetização e de educação escolar consistentes que fossem além da implementação de programas ou campanhas. No município de Campos dos Goytacazes, o percentual do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira) foi de 3.6 em 2011, quando o objetivado era de 4.8%, (fonte INEP) demonstrando que a proposta feita pela UNESCO não alcançou o resultado esperado.

Apesar da pesquisa da UNESCO tratar de analfabetismo na educação, quando a proposta desse trabalho foi a facilitação da logística de transporte público escolar para o consumo e uso do patrimônio histórico cultural pelas escolas municipais, mais especificamente o Museu Histórico de Campos, a justificativa é que para o aluno adquirir conhecimento é necessário que sua alfabetização possa e aconteça na escola e concomitantemente fora dela, inclusive no museu. Segundo Teixeira *et alli* (2005: 3), “deve-se pensar em ações que contribuam para que não só os alunos tenham um conceito de Patrimônio Histórico Cultural, mas que este seja incorporado à sua realidade social”. Poder-se-ia dizer que a educação escolar não estaria dissociada de uma Educação Patrimonial Cultural, Teixeira afirma ainda que:

O termo foi introduzido no Brasil, como conceito e prática na década de 80, tendo como referência o *Heritage Education*, trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra na década anterior. No Brasil, inicialmente restrita aos museus, esta proposta metodológica educacional vem, ao longo dos anos, ganhando espaço. Algumas experiências pontuais têm apresentado excelentes resultados, fortalecendo as identidades individual e social, relacionando-as aos contextos culturais nos quais se inserem. A ação educacional, que tem por base a questão patrimonial, é essencialmente política e apresenta-se como um forte instrumento de cidadania e de inclusão social (2005: 3).

Incluir socialmente não pode e nem deve ser entendido apenas

como dar chances e direitos aos portadores de necessidades educacionais especiais, mas sim proporcionar uma efetiva educação que forneça subsídios para uma formação global dos sujeitos. Essa formação se construirá a várias mãos e necessita de todo apoio dos poderes públicos aos quais está ligada a escola, para assim dar consistência às aprendizagens e então haver a formação.

Quando se fala em Educação em nível de Educação Patrimonial, muitos educadores desconhecem desde o sentido desse tipo de educação, as possibilidades que ela oferece e indo mais longe, desconhecem até mesmo o que há nesse tipo de riqueza na sociedade em que está inserido. Para melhor entendimento, esses conceitos serão explicitados e comentados a seguir.

Acesso ao Equipamento Cultural

Sendo acesso um termo muito amplo e importante, necessita ser visto mais especificamente, pois é ele a condição material prévia que possibilita o consumo e uso de produtos e equipamentos culturais. Aprofundando no termo numa vertente mais específica está o acesso físico, como condição básica para que o acesso intelectual se efetive, já que a possibilidade de uso ou apropriação efetiva do produto cultural é a ação que possibilitará transformar em matéria-prima o apreendido para que então o aluno/cidadão possa fazer as interpretações que surgirem ao longo de sua vida. É, portanto, o acesso físico através da logística de transporte escolar uma viabilização para a derrubada do entrave que distancia o aluno de acessar os equipamentos culturais, tal como o Museu Histórico de Campos, problema que se evidencia nas unidades escolares que fizeram parte deste estudo, uma vez que as escolas municipais em Campos dos Goytacazes não dispõem de verbas específicas que possibilitem a logística de transporte para facilitar esse acesso.

Logo, será no acesso físico, no conhecer, no apropriar-se que o aluno/cidadão poderá adquirir novas habilidades e conceitos através de uma educação patrimonial. Segundo Horta,

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles (2004: 03).

Nas últimas décadas o olhar de forma transversal, do acesso físico como forma de se apropriar do conhecimento intelectual, tem-se redefinido o papel do museu que tende a não apresentá-lo mais como uma entidade cuja coleção constitui um patrimônio cultural, capaz de fornecer um conhecimento cultural, mas como uma instituição detentora de um patrimônio cultural equivalente a um patrimônio econômico na forma de ações ou outros investimentos. Para Teixeira Coelho (1997:p.272), “neste caso, a coleção do museu funciona como um patrimônio a serviço do crescimento e desenvolvimento do museu como arena de uma cultura do lazer”.

Museu: local de intercambio cultural

Originária do grego *mousetion*, templo das musas, a palavra museu teve seu significado modificado através dos tempos. Os museus evoluíram nitidamente de uma atitude meramente depositária e conservadora, em que as obras em si eram o mais importante, para outra que se poderia descrever como orientada para o público. Neste caso, seu objetivo é tanto quanto manter uma obra, criar as condições para que essa obra entre no circuito imaginário da cultura mediante sua exposição adequada ao público, para que este possa apreender da cultura conceitos, história, consciência de preservação de utilização e transformação de tudo isso em fatores positivos para a sua vida pessoal e coletiva.

Para que seja entendida a importância da educação através dos equipamentos culturais e mais especificamente através do museu, basta perceber que desde a segunda metade do século XX, na década de 1970, o museu vem se transformando no sentido de desenvolver

diálogo mais próximo com a sociedade. Esse movimento fez com que o museu buscasse interagir com os diferentes públicos e ampliar a participação e representação social e cultural em seu espaço. Para Musas (2004: n.º. 1 p.86), o museu segundo os estatutos do *The International Council of Museums* (ICOM), tem por princípio servir à sociedade e, nesse sentido, é essencial que a dimensão educativa seja abrangente em suas áreas. Destaca-se aqui a concepção de educação no alcance de comprometimento com a transformação social. O caráter educativo do museu deve ser compreendido a partir de uma visão ampla, e não apenas como ensino-aprendizagem, como é frequentemente associado. De acordo com Stuart,

(...) os museus, ao reconhecerem que, além das funções de preservar, conservar, expor e pesquisar, são fundamentalmente instituições a serviço da sociedade, que buscam por meio de ações educativas tornarem-se elementos vivos dentro da dinâmica cultural das cidades (2004: 35).

(...) O grande desafio do museu está em conjugar educação e lazer, pois, eles são criados para atender às diversas demandas e particularidades de públicos específicos – pessoas de todas as idades, formações, habilidades, classes sociais e etnias – a partir das políticas de comunicação e educação do museu (2004: 36).

Entretanto, observa-se que a criação, assim como a manutenção de um Museu em vários municípios do Brasil é normalmente influenciada por questões de politicagem deixando assim de atingir seu objetivo como formador imparcial de um cidadão crítico, muitas vezes perdendo sua dupla função de ensinar e entreter.

Mesmo frente à constatação de desvio do foco da função de um museu, é possível afirmar que a educação é uma de suas funções. Este se caracteriza por ser um espaço de educação não formal, que tem por objeto de trabalho o bem cultural. O objetivo da educação em museus, assim como da educação em um sentido amplo, é oferecer possibilidades para a comunicação, a informação, o aprendizado, a relação dialética e dialógica educando/educador, a construção da cidadania, e o entendimento de identidade. O intuito, segundo Stuart,

é que permita a formação criticamente, recria e constrói a partir de um referencial que se situa no seu patrimônio cultural tangível e intangível “como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (Horta et al.,1999). Atividades estas que consideram o museu, espaço ideal de articulação do afetivo, do sensorial e do cognitivo, do abstrato e do conhecimento inteligível, bem como da produção do conhecimento (2004: 38).

Neste sentido, no acervo de um museu está presente a simbologia que preserva mais a “imagem” – através dos objetos – que o “retrato”. Isto é, o imaginário popular dos visitantes considera os objetos do acervo – matéria fruto da valorização também de imaginários anteriores – numa ambiência relacionada mais do que pela obra de arte, interessando-se pela vida dos homens do passado de quem eles são a própria emanção. Segundo Abreu (2003: p.12), trata-se da humanização do museu, portanto, os objetos ganham vida, cada simbologia do objeto abrange o significado inovador da vida que pulsa na “alma” e na espiritualidade do aluno/cidadão.

Porém o museu não é um local de memória estática, mas sim um organismo vivo quase que orgânico, pulsando os fatos históricos através de documentos e objetos, decompondo e recompondo-se ao mesmo tempo com novos olhares. Na visão de Bittencourt,

o museu como memória não é um organismo estático, e sim uma entidade dinâmica que leva o público a conhecer a atividade artística dos mestres e ainda a aprender sem nenhuma preocupação de ordem acadêmica, porém, servindo ao papel educativo aprofundando o conhecimento da classe primária à universitária e/ou todas as classes, estabelecendo pontes de uma cultura a outra, o museu demarca além de sua propriedade natural um domínio subjetivo, porém, familiar (2004: 09).

Logo, frente a todos os fatos mencionados e por fim, a fala do autor, fica explicitado o significado do museu na Educação para a formação do aluno/cidadão, mais especificamente na construção de sua identidade cultural, de pertinência a um povo, a uma história, percebendo assim a importância da preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.

Patrimônio Cultural a herança do conhecimento

Segundo Teixeira *et alli* (2005), o termo “Patrimônio” refere-se, originalmente, à herança paterna, ou seja, aos bens materiais transmitidos de pai para filho. Daí o termo, ainda hoje, referir-se à herança familiar.

A extensão do uso do termo como herança social aparece na França pós-Revolucionária, quando o Estado decide tutelar e proteger as antiguidades nacionais às quais era atribuído significado para a história da nação. O conjunto de bens entendidos como herança do povo de uma nação foram então designados como Patrimônio Histórico. Importante observar que em sua acepção original, incluía não apenas os bens imóveis, mas também os bens móveis, tais como acervos de museus e documentos textuais (2005: 3).

Uma educação que tenha como objetivo absorver o Patrimônio Histórico Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletiva, deve ser um processo contínuo e metodológico. Partindo da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todo o seu multiculturalismo, sentidos e significados, o trabalho da Educação em conjunto com o Patrimônio Cultural deve buscar sempre oferecer as crianças e adultos um trabalho ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, oferecendo-lhes uma capacitação para um melhor usufruto destes bens e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Portanto, a Educação através do Patrimônio Cultural seria uma “alfabetização cultural”, quando se adquirirá o conhecimento crítico e consciente de apropriação desses bens culturais como fator indispensável na construção de uma ideia de preservação sustentável, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, levando o aluno/cidadão a fazer uma leitura de mundo de sua realidade, compreendendo o seu universo social e cultural no tempo e na trajetória de sua história. O conhecimento adquirido

será capaz de possibilitar a troca desses conhecimentos, bem como a formação de parcerias para uma proteção, valorização e preservação desses bens culturais, promovendo um diálogo permanente entre a Educação e Patrimônio Cultural.

O uso educacional do museu na concepção de educação, embora esteja previsto nos PCNs do Ensino Fundamental no Brasil, por si só não tem garantido a inclusão da transversalidade do tema de forma crítica nas escolas. O Patrimônio Cultural tem duas vertentes no que diz respeito a sua conceitualidade, a que versa sobre uma forma “ditatorial” onde a memória dos feitos são mais importantes, e a outra mais “democrática” onde compreende um conjunto de produtos artísticos, costumes e etnias do passado e do presente como afirma Teixeira Coelho.

Patrimônio Cultural é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” Esta é a definição dada a patrimônio pelo Decreto-lei n. 25 promulgado durante o Estado Novo no Brasil. A Carta do México em Defesa do Patrimônio Cultural apresenta o patrimônio cultural de um país como “o conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, lingüísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente (1997: 286).

Tanto uma quanto outra definição tem sua origem num governo ditatorial. Embora seja a segunda oriunda de uma organização de espírito democrático, ambas seguem os mesmos caminhos em boa parte do percurso. Divergindo apenas na expressão, segundo Teixeira Coelho,

quando a Carta do México aponta os fatos do presente como passíveis de inserção no patrimônio cultural de um grupo, enquanto o Estado Novo mencionava apenas os fatos “memoráveis”, o que abria um caminho para o trato privilegiado dos produtos e expressões do passado. O lugar de destaque dado habitualmente à cultura do passado explica-se pela existência

já razoavelmente cristalizada, neste caso, de um campo consensual para o qual convergem as opiniões e interesses de parcelas mais amplas da população - opiniões e interesses que certamente entrariam em conflito se referidos a aspectos do presente mergulhados em debates aquecidos do ponto de vista social e político (1997: 286).

Nesse contexto, percebe-se a importância da preservação do Patrimônio Histórico Cultural como forma de garantir a sociedade não só do presente, mas especialmente a do futuro, um passado que sempre estará presente nos Equipamentos Culturais como uma escola viva.

Equipamento Cultural como espaço socializador do conhecimento e da aprendizagem

Segundo o Plano Nacional de Cultura, no Brasil, a distribuição dos espaços de cultura reflete desigualdades socioeconômicas. A concentração dos equipamentos públicos culturais no Brasil é um fato inegável, o que resulta em acentuado grau de exclusão de acesso da população, especialmente aquela de menor poder aquisitivo. No município de Campos dos Goytacazes, não é muito diferente no tocante a sua concentração central e ao poder aquisitivo da população com menor rendimento.

Em síntese, constata-se que na primeira década do século XIX, a população brasileira segue exposta a elevado grau de exclusão de acesso aos equipamentos culturais. Essa situação imutável ao longo do tempo precisa sofrer forte e importante intervenção pública, o que não vem acontecendo no caso do município de Campos dos Goytacazes, uma vez que, as escolas municipais não têm o apoio logístico de transporte necessário para que os alunos através dos equipamentos culturais possam absorver novos conhecimentos. Essa situação poderá ser alterada se houver um comprometimento do poder público em facilitar essa oferta de transporte aos equipamentos, serviços e bens culturais, como os museus, teatros,

salas de espetáculos, arquivos públicos, centros de documentação, cinemas e centros culturais. Sendo os equipamentos culturais um local de troca e de disseminação da cultura, o governo estaria democratizando a cultura e integrando os alunos/cidadãos, tanto de áreas periféricas como centrais, pois estaria oferecendo a eles acesso a bens e serviços culturais.

Sendo o museu um dos equipamentos culturais, entendido como edificação destinada a práticas culturais é dentro dessa perspectiva que estaria o museu, oportunizando aos alunos novas aprendizagens e novos conhecimentos. Porém, numa dimensão mais restrita ao termo, equipamentos culturais são todos os aparelhos ou objetos que tornam operacional um espaço cultural (refletores, projetores, livros, filmes, etc.). Todavia, nesse contexto da macrodinâmica do Equipamento Cultural poderíamos inserir a multiculturalidade efetivando a verdadeira inclusão.

Multiculturalismo: respeitando a diversidade cultural

Ao se dar enfoque à apropriação ou mesmo ao incentivo a que se consuma algo ligado à cultura, é muito importante que se pense e planeje dialogando com os diferentes sujeitos que estão inseridos numa mesma sociedade, escola ou turma. Em outras palavras, que sejam pensadas ações dentro do multiculturalismo que compõe a sociedade brasileira. Nesse caso, faz-se necessário observar o multiculturalismo sobre dois aspectos, o multiculturalismo como resultado e o multiculturalismo como programa.

Para Teixeira Coelho (1997), o multiculturalismo como resultado decorre da coexistência, entendida como um dado entre culturas diferentes e seus índices; é o paralelismo sincrônico de culturas distintas, tais como derivam de processos históricos, de embates e acomodamentos. Logo, o multiculturalismo-resultado é um caso da ação cultural. Já o multiculturalismo como programa é uma ocorrência da fabricação cultural de caráter dirigida,

paternalista, autoritário, discriminatório, no limite do totalitário. Já como programa, ele vem de longa data.

Como programa, o multiculturalismo surge como uma política cultural que reduz a cultura e a arte, em particular a uma questão de história e de política. Em outras palavras, ideologia. E assinala mais um momento da reiterada tentativa de instrumentalizar a cultura e a arte, que começou com Platão e Aristóteles, continuou com a intolerância religiosa da Igreja na Idade Média e com o filistinismo burguês do século XIX, tomou impulso nos estudos sociológicos (de *G. Lukacs* e *A. Hauser*, por exemplo) e culminou com as ditaduras de variados naipes no século XX (1997: 264).

Ainda com base neste autor, não há como minimizar o fato de que o multiculturalismo como programa representar mais uma dificuldade do universalismo ao rejeitar a idéia de que a mistura de culturas seja um passo na superação das particularidades antagônicas que o Iluminismo, primeiro, e o socialismo, em seguida, tentaram generosamente alcançar (1997). O multiculturalismo como programa insiste no particular, no local e no diferente e recusa-se a apostar na convergência simbólica como alavanca de superação das diversas estreitezas ainda vigentes na sociedade humana, afirmando ainda que,

não é só o quadro do multiculturalismo programático voltado para a questão étnica que apresenta de modo confuso e infletido suas principais linhas de força. O multiculturalismo está, todo ele, associado a outra configuração cultural discutida e discutível, a da *political correctness*. Sob esse ângulo, o multiculturalismo propõe-se a corrigir não apenas os excessos racistas como também os alegados excessos sexistas e ageists (etaristas, se for possível cunhar palavra assim feia: relativo à idade), além de todas as discriminações relacionadas com as deficiências físicas, à beleza ou falta de, às preferências sexuais, etc. (1997: 265).

Ao pensar em toda essa diversidade cultural dentro do multiculturalismo, percebe-se a necessidade de políticas públicas de cultura que sejam voltadas para essa demanda sem deixá-las reféns das políticas culturais adequadas do mecenato liberal.

Política Pública Cultural como promotora da cultura

A política pública cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo poder público, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Para Teixeira Coelho (1997), sob este entendimento imediato, a política pública cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de:

1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e,
2. intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas, etc. (1997: 292).

O conceito de política cultural apresenta-se com frequência sob uma forma altamente ideologizada passíveis de um “populismo corruptível”. Segundo Teixeira Coelho, este é um entendimento das políticas culturais em ampla medida devedora de uma visão conspiratória da realidade social e política. Embora o quadro pintado por esta concepção possa eventual ou subsidiariamente ocorrer, a motivação (e a noção) provavelmente mais antiga para uma política cultural é a da difusão cultural. Embora essa seja a ideia na teoria, na prática não é isso o que acontece, “cultura” e “povo” seriam entidades distintas e afastadas uma da outra, quando não contrárias (1997: 293).

Um segundo modo de ver as políticas públicas culturais quanto as suas motivações ou justificações é aquele nos quais essas políticas se apresentam como respostas às demandas sociais. Dentre as políticas culturais vamos encontrar, ainda em Teixeira Coelho, a referência às Políticas de dirigismo

cultural, postas em prática principalmente por Estados fortes e partidos políticos que exercem o poder de modo incontestado previamente definidos como de interesse do desenvolvimento ou da segurança nacionais, inserindo-se ainda nessa política cultural o tradicionalismo patrimonialista e estatismo populista (1997: 293).

Há também as Políticas de Liberalismo Cultural, políticas culturais adeptas do mecenato liberal, entendendo que a cultura deve ser uma atividade lucrativa, muito praticada pela prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes, com a contratação de “super shows”, que não tem a finalidade de promover a cultura, e nem tão pouco se preocupa em valorizar a cultura local. Portanto, para o autor, as Políticas de liberalismo cultural afirmam não defender modelos únicos de representação simbólica, nem entendem, necessariamente, que é dever do Estado promover a cultura e oferecer opções culturais à população. No entender de Teixeira Coelho, (1997: 293), o objetivo é um só: enquadrar a cultura nas leis do mercado. Entende-se, neste caso, que a cultura deve ser uma atividade lucrativa a ponto de poder pelo menos sustentar-se a si mesma. Em geral, este mecenato tende a apoiar as formas da alta cultura e aquelas veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Não há preocupações nacionalistas, pelo contrário, seus valores são, em geral, os da globalização e apóia, também em princípio, não grupos comunitários, mas indivíduos e empresas culturais. Não obstante, é preciso pensar numa política pública cultural voltada para o indivíduo no sentido não imediatista, ou seja, uma ação que se encerre em si mesma, sem deixar resíduo e, eventualmente, oportunista, que sirva para promover políticos, partidos, beneficiar artistas, etc., caso contrário estará a sociedade fadada a uma política populista em detrimento da Educação através da Cultura.

Populismo Cultural: sinônimo de autoritarismo

A compreensão de populismo cultural passa pelo entendimento do populismo como forma de política. Neste domínio, denomina-se populismo o processo em que as diferentes camadas populares são

integradas à dinâmica política de maneira tutelada. Em sua dimensão cultural, o populismo, segundo Marilena Chauí, é um fenômeno ambíguo, visto que ao mesmo tempo,

critica o elitismo da cultura dominante, a ser abolida pelo povo, mas define a cultura popular como a única verdadeira, embora primitiva. Esta condição, “pecado original” da cultura popular, seria alterada por uma vanguarda intelectual esclarecida que recolheria a matéria popular bruta e a devolveria sob formas que o grupo executor entende adequadas ao processo dito de liberação ou conscientização popular (2006: 67).

Para Francisco Weffort, o populismo é um modo concreto de manipulação das classes populares, mas, é também um modo de expressão de suas insatisfações (1978: 63). Neste caso, o populismo seria um canal de acesso à cidadania (“cidadania regulada”, na expressão de Wanderley Guilherme dos Santos). A este entendimento de Francisco Weffort contrapõe-se a concepção de tipo liberal que define o populismo por seus aspectos demagógicos e emocionais, despidos de maiores programas ideológicos.

A Política Cultural do município de Campos dos Goytacazes tem passado, pelo menos nos últimos 25 anos, pelo processo de populismo cultural onde não há uma preocupação com apreensão dos bens culturais por parte da população e mais especificamente pelos alunos da Escola Pública Municipal. Segundo Aristides Soffiati (2013) em entrevista a Folha On Line, a Política Pública Cultural em Campos dos Goytacazes é populista e autoritária, com uma Educação pífia e uma cultura que tende a reduzi-la e empobrecê-la. Acrescentando ainda que, a cultura pública de Campos é populista e autoritária, por razões não apenas políticas, mas visando também a prática de ilícitos financeiros. A província não proporciona nem educação básica de qualidade nem oportunidade de expressão. Para ele, é preciso distinguir dois sentidos de cultura: aquele objeto de estudo dos antropólogos e aquela entendida como uma dimensão das sociedades complexas. Ainda sob olhar de Soffiati (2013) em sua entrevista, tudo o que uma sociedade produz é cultura.

Ela tanto pode estudar a cultura de povos nativos quanto a cultura cotidiana dos moradores de Campos. Já o agente de cultura promove o pensamento, a literatura, as artes visuais, o teatro, a música, a proteção do patrimônio cultural. Nos dois casos, a questão é complexa em si mesma. Retirar-lhe a complexidade significa reduzi-la e empobrecê-la. É salutar que existam várias correntes buscando interpretá-las. É democrático que as várias correntes dialoguem e discutam (15/09/2013).

O historiador e professor Cristiano Pluhar (2013), em entrevista a Folha On Line, afirma também que a política cultural de Campos dos Goytacazes é débil e tende a enaltecê-la politicamente.

a concentração de poder não é benéfica à Campos dos Goytacazes, a debilidade das ações culturais de Campos têm sido no sentido de se enaltecê-lo um governo populista, o populismo é alienante, e o autoritarismo vem atrás, disfarçado de vítima (15/09/2013).

A realidade é que a dinâmica cultural geral, entendida em seu sentido amplo, é cada vez mais voltada para o espetacular, o feérico, para aquilo que leva às “massas”, sem haver uma preocupação com o conteúdo do que se oferece, como é o caso dos shows. Contrapondo ao que foi observado na pesquisa, nesses casos há uma preocupação com a logística de transporte quando prefeitura determina a circulação de ônibus até altas horas, diferente do que acontece com o transporte escolar para a educação através do Patrimônio Cultural.

Logística de transporte escolar municipal: unindo cultura e educação

Logística é um termo amplo que abrange vários segmentos numa determinada empresa, prefeitura, escola, entre outras parcelas da sociedade. Dentre essa diversidade de significados está a questão logística de transporte escolar municipal que precisa ser entendida como algo que tem haver com a facilitação e mesmo a implementação do processo de educação através do patrimônio histórico cultural. É necessário ser entendida sob dois parâmetros: de um lado como conceito de logística de transporte e do outro, como o elo entre

o consumo e uso dos bens culturais e essa logística de transporte, visto que é ela a responsável pela ligação decisiva para este uso e consumo tão necessário para a formação dos alunos/cidadãos através dos documentos e objetos expostos no Museu Histórico de Campos. Segundo o Manual Técnico em Administração a logística de transporte existe desde os tempos mais antigos,

Na preparação das guerras, líderes militares desde os tempos bíblicos, já se utilizavam da logística. As guerras eram longas e nem sempre ocorriam próximo de onde estavam as pessoas. Por isso, eram necessários grandes deslocamentos de um lugar para outro. Durante muitos séculos, a Logística esteve associada apenas à atividade militar. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, contando com uma tecnologia mais avançada, a logística acabou por abranger outros ramos da administração militar. Assim, a ela foram incorporados os civis, transferindo a eles os conhecimentos e a experiência militar (2012: 01).

Nesse sentido, o transporte escolar dentro da logística será o foco principal, como fator primordial na facilitação do acesso, uso e consumo dos bens culturais, mais especificamente, dos documentos e objetos apresentados pelo museu que deverão possibilitar uma postura de transformação do aluno e demais cidadãos, através da inclusão devendo ser entendidos como alimento os objetos e documentos ali expostos e não como mero espaço que guarda objetos e documentos, dessa forma, excluindo a possibilidade de apreensão e troca de conhecimentos.

Especificamente falando de logística de transporte escolar municipal e sabendo ser essa uma obrigação do poder municipal citado na Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes, no Capítulo VI que trata da Educação - art. 216 - está muito claro que a educação é um direito de todos os munícipes e dever do Município. Ainda segundo o Capítulo VI, Seção III, Da Cultura em seu art. 233, inciso III, é o Município o responsável por garantir que os alunos como pequenos munícipes, mas de iguais direitos aos que já atingiram a maioridade, tenham acesso à cultura, na qual está inserido o museu

e esse acesso totalmente garantido pelo poder público municipal, assunto que merece destaque específico na segunda parte deste artigo, demonstrando sua importância para a Educação, em especial no tangente à Educação através do Patrimônio Histórico Cultural.

Logística de transporte escolar como facilitadora do acesso ao Equipamento Cultural

Para entender como a questão logística de transporte municipal escolar tem algo haver com o processo de educação do patrimônio histórico cultural, faz-se necessário conhecer, em primeiro lugar, o conceito de logística de transporte e em segundo, como deveria se dar essa transversalidade entre o consumo/uso dos bens culturais e essa logística de transporte, visto que ele é fator decisivo para o consumo e uso, de vital importância na formação do aluno/cidadão através dos documentos e objetos ali expostos.

Como fora mencionado anteriormente na pesquisa que dera origem a esse artigo, a logística de transporte não é algo novo, existe desde os tempos mais antigos. Na preparação das guerras, líderes militares desde os tempos bíblicos, já se utilizavam da logística.

Ela tem sua importância reconhecida como fator decisivo na cadeia de produção e por tabela o consumo, onde o fator “tempo” é produto mais perecível. E é exatamente a questão do transporte o foco dessa pesquisa no sentido do transporte escolar voltado para o consumo e uso do Patrimônio Histórico Cultural exposto no Museu Histórico de Campos.

Um dos princípios legais destacado na constituição brasileira de 1988 no artigo 205, é o da democratização do acesso à escola. Dentre as políticas para efetivação do citado princípio, o transporte escolar tem sido uma das alternativas mais eficazes, possibilitando o atendimento de alunos que residem em localidades distantes da escola na qual estão matriculados. A constituição prevê esse auxílio e fica sempre a indagação de quais os motivos que levam a não acontecer

no que diz respeito ao consumo e uso do patrimônio histórico cultural, uma vez que ele é parte integrante do currículo escolar e fator decisivo na formação desse aluno/cidadão que deveria buscar preservar e cultivar esse passado.

Nos últimos anos tem-se constatado que a sociedade brasileira vem terceirizando, histórico e culturalmente, seus eventuais fracassos e suas responsabilidades, atribuindo-os ao Estado, (quer seja no âmbito federal, estadual ou municipal), ao sistema político-econômico, ao diretor e ao professor da escola, ou ao destino, isentando-se da obrigação de pensar e agir, da urgência em mudar seus hábitos e valores e de transformar a si e ao seu mundo, negando-se a assumir definitivamente seu papel diante das necessidades contemporâneas, em especial, no que diz respeito ao ensino público de educação básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Ainda em relação ao supracitado, é possível observar uma negativa na postura do poder municipal, que terceiriza obrigações atribuídas exclusivamente a ele como gestor, de acordo com o que está expresso na Constituição Federal de 1988, no artigo 205, além das leis Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996 e por fim a Lei Orgânica do Município (LOM) de Campos dos Goytacazes, artigo 216 de 1990. Juntos, essas leis garantem o acesso à escola na busca do conhecimento a todos os brasileiros jovens ou adultos, portanto, é obrigação do Estado em qualquer das três instâncias a garantia de poder usufruir, aprender, apreender, consumir e preservar o conhecimento, ficando entendido que esse conhecimento perpassa às quatro paredes da sala de aula, tendo ele a obrigação de incentivar, fomentar e facilitar o acesso não só a Educação Formal, mas também ao consumo e uso dos bens Patrimoniais Históricos Culturais como forma de complementar os conteúdos da sala de aula e sua formação como aluno e cidadão.

Outro sim, o acesso à cultura como complemento à educação formal estaria também protegido pela Constituição Federal no art.

215, quando o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Assim como a lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes, na Seção Da Cultura, art. 231, inciso II de 1990, afirma que o Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais da comunidade, objetivando o amplo e livre acesso aos meios e bens culturais.

Ainda dentro do quesito direito ao acesso a Cultura do Patrimônio Histórico, vale ressaltar que os Direitos Culturais são Direitos Humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos no artigo XXVII (1948). Desse modo, a cultura refletirá o modo de vida de uma sociedade, além de interferir em sua forma de pensar e agir, sendo fator de fortalecimento da identidade de um povo e de desenvolvimento humano.

Essa tolerância por parte da sociedade diante da baixa qualidade da escola pública, sem uma indignação contundente, muitas vezes calada com programas de assistencialismo, que visam manter o povo alienado, também faz parte do problema educacional no Brasil. Por outro lado, e seguindo as principais estratégias neoliberais, verifica-se a transferência, cada vez maior, da responsabilidade e dos deveres legais do poder público à sociedade, o que resulta em uma perigosa privatização do papel do Estado, encontrando nas escolas públicas um território favorável e subserviente à consolidação dessa prática de mercenarismo capitalista. A escola, juntamente com o poder municipal deveria ser a fomentadora do consumo e uso do patrimônio histórico cultural sediado no Museu Histórico de Campos como forma de educação e formação complementar.

Por uma questão de lucros, transfere-se ou direciona-se para esse público, eventos culturais que não atendem a formação desse aluno/cidadão no tocante ao consumo e uso do patrimônio histórico cultural, uma vez que toda a ideia de consumo e uso de cultura se reduz, em sua grande maioria a shows, devido a possibilidade de

manipulação de valores, tornando-se alvo interessante para políticas corruptas e empreendimentos inescrupulosos que não se importam com a questão da educação patrimonial como um bem para os jovens e a população de uma forma mais generalizada. Corroborando a constatação abaixo, Freire é categórico em sua crítica sobre a malvadez neoliberal quase indolente,

Posiciono-me permanentemente crítico à malvadez neoliberal, à sua cínica ideologia fatalista e imobilizaste, à sua recusa inflexível ao sonho e à insistência no convencimento de que nada se pode fazer contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar quase natural (1996: 16).

Portanto, seguindo o pensamento de Paulo Freire, faz-se necessário desnudar-se dessa apatia que tudo aceita e que nada contesta e fazer valer o que está escrito nas leis que amparam esta obrigação do poder público de incentivo, fomentação, uso e consumo de bens culturais, e não deixar a formação do aluno/cidadão através dos equipamentos culturais ao bel prazer da malvadez neoliberal ou do populismo autoritário, atualmente reinante na Província Goitacá. É necessário investir em políticas culturais responsáveis, que proporcionem uma inclusão cultural efetiva, oposta à prática constatada na pesquisa de campo que será o próximo tema.

Pesquisa de campo: uma realidade de exclusão

Numa nova perspectiva de formação em nível superior, massa esta que atuará na formação dos alunos da Educação Básica, não cabe mais a teorização despida de uma prática que transforme os resultados em saberes científico. Baseado nessa proposta de observação da realidade em relação a logística de transporte nas escolas públicas municipais em Campos dos Goytacazes, foi realizada uma pesquisa com o recolhimento de dados através de questionários fechado orientado.

As perguntas formaram um quadro significativo em relação aos professores sobre a sua formação acadêmica, o incentivo da

prefeitura quanto a cursos de formação continuada em educação geral, a História do Município, o material didático fornecido para o trabalho sobre essa história e a forma como têm acessado aos equipamentos culturais, especificamente o Museu Histórico de Campos, na gestão municipal atual entre e os anos de 2012 e 2013 da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte do referido Município, além do mesmo tipo de instrumento para a formulação de quadro situacional, numa pesquisa de amostragem entre 15 alunos e 06 professores no total, dessas mesmas escolas, para a visualização e quantificação do responsável por facilitar e incentivar o acesso ao equipamento cultural assim como formas de incentivos a esses alunos para o enriquecimento de sua formação cultural e social a partir do acesso ao equipamento em questão.

Pesquisa com o Professor: um profissional desestimulado

Nas situações observadas durante a pesquisa, foi constatado que há um grande déficit na formação do professor no que tange ao conhecimento histórico sobre o município. A formação acadêmica desses professores (66,7%) está ligada à áreas exatas ou Língua Portuguesa, formação que não privilegia na academia o valor do conhecimento histórico local/regional na formação do aluno. Apenas uma minoria (33,3%) ligados a formação em História, Geografia e Pedagogia, tiveram esse tipo de incentivo mas mesmo assim não conhecem sobre a história local/regional. Segundo os professores, a formação continuada promovida pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes é ineficiente. Outro aspecto negativo é que os cursos de formação oferecidos por ela não atendem às necessidades mínimas. Foi possível perceber também o desinteresse deles em participar desses cursos alegando dificuldades de horário, conteúdo que muitas vezes não favorece a aplicação em sala de aula. Uma outra pergunta que eles não titubearam em responder foi quanto à formação continuada em relação a história do município, pois,

segundo os mesmos (100%), a prefeitura não disponibiliza material didático com a história de Campos dos Goytacazes para que eles possam trabalhar com o aluno em sala de aula, cobrada no 4º ano de escolaridade de Ensino Fundamental. A última vez que produziram algum material nesse sentido foi em 1992 e mesmo assim, sem base científica, enfocando mais os memorialistas. Foram ainda unânimes em responder que não há colaboração por parte da prefeitura na promoção da história cultural através dos equipamentos culturais da cidade (Museu, biblioteca, arquivo público) e quando há alguma, normalmente envolve política de interesses, mas, não aquela voltada para a política cultural e sim a do populismo cultural.

Quando perguntado aos professores se visitaram algum equipamento cultural entre os anos de 2012 e 2013, como museu, biblioteca pública, biblioteca da escola, arquivo público etc., quase 90% respondeu que não. No máximo o que fizeram foi visitar a biblioteca da escola e mesmo assim porque precisaram acompanhar os alunos. Apenas (15%) relata ter visitado um museu.

Ainda dentro desse questionamento, foi perguntado ao professor quantas vezes entre os anos de 2012 e 2013 ele propôs aos seus alunos uma aula de campo nos equipamentos culturais, mais especificamente no Museu Histórico de Campos, e a resposta foi desalentadora, em nenhum momento foi proposto esse tipo de metodologia, perdendo-se assim a grande oportunidade de oferecer ao aluno, na prática, a consolidação daquilo que ele aprendeu em sala de aula na teoria.

Um fator importante nesse diálogo entre o professor e a aula de campo está situado na direção da escola, pois ela será protagonizadora do sucesso ou não dessa possibilidade, uma vez que parte dela a viabilização dessa proposta. Em sua grande maioria, os diretores aceitam a proposta do professor, mas passa o caso para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, o que equivale a dizer que não vai acontecer, nesse caso, isso correspondeu a (50%), em outros casos, pouco mais de (30%), a direção apenas aceita a ideia, mas a engaveta. Apenas um pequeno percentual aproximadamente (20%)

tenta, mas o máximo que consegue é fazer algum tipo de passeio ou levar para a Bienal do Livro, uma oportunidade interessante, mas que não corresponde à proposta de uma aula de campo com a riqueza de um museu, ou ainda de outros equipamentos culturais, demonstrando assim essa triste realidade onde o incentivo da direção da escola à aula de campo é quase nulo.

Nesse ponto, chegou-se ao cerne desse trabalho: a questão da logística de transporte como facilitadora do uso e consumo dos bens culturais, no caso o Museu Histórico de Campos. Foi detectado que não há uma política definida sobre essa questão e que quando existe a possibilidade de levar o aluno até o museu, o que raramente acontece, tem normalmente por trás dessa proposta interesses políticos. Porém, se ainda assim acontecesse com uma frequência constante, o aluno, o professor, a direção da escola poderiam se beneficiar. Dos professores entrevistados, todos disseram que em nenhum momento entre 2012 e 2013 a prefeitura disponibilizou um transporte para essas aulas de campo e que, às vezes que conseguiram levar foi com transporte alugado pela escola e apenas uma vez a prefeitura cedeu o transporte, mas, porque era para visitar a Bienal do Livro.

O art. 218, inciso VII, da Lei Orgânica do Município garante que é dever do Município com a educação atender ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares como o transporte. Embora o Governo Federal já tenha disponibilizado veículos novos (ônibus) através do Programa Caminho da Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), não se observou nenhum interesse do poder público municipal em implementar essas aulas de campo, proporcionando uma logística de transporte, visto que, o veículo para o transporte existe e o equipamento também. Há sim a má implementação de políticas públicas para esse fim e a sua devida aplicação, assim como a verificação por parte dos munícipes que desconhecem esse fato.

Ainda no art. 233 inciso III, já citado nesse trabalho, mas que é pertinente ressaltá-lo mais uma vez, o poder público municipal tem a

obrigação de incentivar a livre manifestação cultural através do acesso aos acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres. Segundo os professores a grande razão para que a aula de campo não aconteça é a falta de política pública voltada para educação patrimonial, utilizando como meio facilitador uma logística de transporte escolar.

O último quesito abordado na pesquisa em relação ao professor foi quanto ao seu grau de conhecimento sobre a história de Campos dos Goytacazes no que diz respeito a sua fundação, os primeiros habitantes e seus costumes, a economia do gado desde a pseudodescoberta do Brasil pelos portugueses, sobre apogeu da cana-de-açúcar e sua decadência, da descoberta e extração do petróleo, dos mais recentes investimentos na região e os impactos negativos e positivos do Porto no Açu, buscando ainda as identidades que deveriam ser cuidadas e preservadas. Na pesquisa foi possível constatar que em sua grande maioria os professores só conhecem a história do município e da região a partir do que ouviram falar, o que nos remete a uma história memorialista, sem nenhum tipo de embasamento científico, portanto, sem algum fundamento acadêmico, pois, não há a preocupação do poder público em produzir um material didático ou paradidático sério sobre a história do município, conforme afirma o historiador e professor Cristiano Pluhar (2013), autor de dois livros sobre alguns fatos históricos do município, em entrevista ao jornal Folha On Line, no qual diz que não há uma responsabilidade ético-científica no material produzido quer seja ele didático ou não, o que por si só mostra o despreparo de quem está na direção da cultura campista, e cita como exemplo a produção de um livro de história sem referências:

Na minha simplória opinião, a concentração de poder não é benéfica aos Campos dos Goytacazes. Todavia, seguindo o raciocínio, reflito sobre a atuação institucional anterior ao reformismo: a Fundação Zumbi dos Palmares, por exemplo, publicou, livros de “História” sem referências bibliográficas ou com míseras 5 bibliografias. Ou seja, a história campista é relatada sem critérios (15/09/2015).

Portanto, essa é a realidade observada de um povo que mal conhece o seu passado e que pouco se importa em conhecer, ou ainda, que não tem estruturado um currículo que valorize, incentive e proporcione subsídios para que esse conhecimento aconteça. O art. 237 da Lei Orgânica do Município é categórico em afirmar ser uma obrigação do Governo Municipal envidar todos os esforços para impedir evasão de bens culturais do território municipal. Todavia, se há essa preocupação com a evasão dos bens culturais, entende-se que é preciso atentar para a evasão do conhecimento provocado por uma estrutura que não oferece condições aos seus munícipes em apropriar, usufruir e consumir o seu patrimônio histórico cultural.

Pesquisa com o aluno: um desrespeito ao educando

Para que essa pesquisa não ficasse apenas sob o olhar do professor, deixando margem a alguma dúvida, o mesmo questionário acrescido de outras perguntas foi também aplicado aos alunos no sentido de confrontar as informações para uma apuração mais próxima do verossímil e também para entender e conhecer como é a prática do professor frente ao aluno no tangente à apropriação dos bens culturais.

Sendo assim, partiu-se da premissa que o aluno soubesse o que é Equipamento Cultural, mas quando perguntado disseram não conhecer, porém, quando explicado o que significava, todos entenderam, levando a perceber que o professor não trabalha tais terminologias. Indagados sobre quantas vezes entre os anos de 2012 e 2013 teriam visitado o Museu Histórico de Campos, (80%) dos alunos respondeu que nenhuma.

Quando perguntado qual dos equipamentos como museu, biblioteca pública, biblioteca da escola e arquivo público eles teriam visitado nos acima referenciados, mais de (90%) afirmou ter visitado somente a biblioteca da escola. Outros (20%) relatam que visitaram o museu, visita essa proporcionada e incentivada pela família e que isso aconteceu apenas uma vez.

Fica a conotação de que tanto a direção da escola, quanto o professor apropriaram-se dessa ineficiência da prefeitura em proporcionar a logística de transporte necessária para esse deslocamento e se acomodaram, não insistindo junto ao poder público, quanto à necessidade de proporcionar aos alunos aulas de campo voltadas para o conhecimento do patrimônio histórico cultural de seu município e região. O fato interessante desse quesito fica por conta daqueles alunos que, por incentivo da família, tiveram a oportunidade de apropriarem-se de novos conhecimentos através da visita ao Museu Histórico de Campos, cumprindo assim o seu papel de família como incentivadora na busca do conhecimento conforme determina a Constituição Federal no art. 205 e a Lei Orgânica do Município no art. 216 que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação profissional.

Pelo observado até esse ponto da pesquisa e com base na pesquisa do professor, a postura da escola em relação a proposta de aula de campo, caracterizou uma atitude omissa, sob a alegação de falta de recursos por parte da prefeitura, fato muito perceptível se observado que entre 2012 e 2013, segundo os alunos, a escola não propôs nenhuma aula extra à sala de aula em algum tipo de equipamento cultural.

A justificativa para o não acontecimento das aulas de campo, especificamente no Museu Histórico de Campos, está intimamente ligado à falta de uma logística de transporte escolar direcionada nesse sentido. Vale ressaltar mais uma vez que o veículo para esta finalidade existe e cumpre apenas a obrigação de trazer o aluno para a escola e levar para casa. Portanto, o que se percebe é que não acontece o segundo propósito desse veículo, de proporcionar ao aluno o complemento do conteúdo abordado na sala de aula regular com o estudo de campo informal, dada a má administração vivenciada no município em relação a logística de transporte escolar.

Assim como foi proposto para o professor, também foi perguntado ao aluno sobre o seu grau de conhecimento em relação à

história do seu município. Dos alunos pesquisados, (60%) respondeu que conhece apenas do pouco que ouve falar, outros (20%) disseram conhecer pouco, normalmente aquele conhecimento passado pela escola, que se comparado com os dados passados pelo professor em relação ao seu grau de conhecimento, percebe-se que é grande o analfabetismo sobre a história do município. Apenas (0,66%) afirma conhecer muito, atribuindo a isso o pouco que aprendeu na escola e o que é complementado na família, muito mais baseado em fatos memoriais do que em estudos científicos.

Das observações feitas e explicitadas nessa pesquisa, desenha-se a constatação pesadora de uma realidade excludente por parte do poder público municipal com políticas públicas que não atendem as necessidades do aluno/cidadão, juntamente com a inércia do professor e da direção escolar ao dificultar o consumo e uso desses bens culturais. Atitudes como essas acabam por promover a exclusão intelectual desses alunos/cidadãos tornando-os analfabetos culturais, sem senso crítico, alienados e passíveis de manobras populistas que na sua grande totalidade não têm o objetivo de atender a essa parcela da população que na idade das descobertas, fica à mercê de políticas autoritárias e demagógicas, descumprindo a Lei Orgânica do Município no art. 231, inciso V, que determina, por parte do município, o cumprimento de uma política não intervencionista, visando à participação de todos na vida cultural.

Considerações finais

Ao concluir esta pesquisa ficou claro que a questão da dificuldade no consumo e uso dos bens culturais pelo aluno/cidadão esta diretamente interligada à questão da logística de transporte escolar que é oferecida pelo poder público nas três esferas, mas, que não atendem as necessidades específicas dos alunos.

O estudo demonstra que a questão da Educação através do Patrimônio Cultural no Município de Campos dos Goytacazes não foi a prioridade do poder público municipal entre os anos de 2012 e

2013, como constatado nessa pesquisa. Foi possível perceber também que não há uma política pública de preservação do patrimônio histórico cultural trabalhado a partir da escola desde os primeiros anos de escolaridade quando esta teria uma contribuição social muito valiosa na formação desse aluno/cidadão, uma vez que o processo de globalização da cultura, a multiculturalidade, vem transformando a noção de identidade cultural a partir de costumes, lendas, mitos, tradições, entre outros, em um processo voltado para interesses capitalistas, o qual querem “enfiar goela abaixo” autoritariamente eventos como shows que na maioria das vezes nada têm haver com a proposta de preservação de uma identidade cultural.

A importância em pesquisar a postura e a atuação do Professor em sua cotidianidade pedagógica, permitiu alcançar a dimensão de uma profissão que age na ponta, onde as coisas realmente acontecem, e esse contexto amplo proporcionou visualizar um profissional que vive várias frentes que podem ser elencadas, como a desvalorização do ato de educar, a falta de um plano de cargos, vencimentos e salários que desanima o investimento na formação, assim como uma formação continuada propiciada esporadicamente pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, inconsistente e não direcionada à prática em consonância com o que o Museu e demais equipamentos culturais podem completar e resignificar, ainda diminuída pela falta de material didático que permita a História ser trabalhada de forma verídica, sistematizando pontos fantasiosos e memorialistas que têm certa relevância, entretanto, não abrem à construção de um material que tenha valor científico descompromissado com dizer pseudoverdades que alisem o ego populista e partidário.

Evidenciou-se ainda nessa pesquisa, a necessidade da implementação de políticas públicas de Educação Patrimonial que perpassem as quatro paredes da sala de aula, conforme comentado no parágrafo anterior, por entender ser esse um motivador na busca e apreensão do conhecimento por parte do aluno/cidadão como

fonte primária do conhecimento, tornando-se um instrumento de alfabetização cultural que possibilitará ao aluno/cidadão um entendimento de mundo que facilitaria o seu entorno cotidiano, permitindo maior compreensão do espaço sociocultural inserido no seu tempo histórico.

Essa compreensão de espaço sociocultural por parte do aluno, assim como a motivação do professor a realizar essa conexão escola *versus* museu e demais equipamentos culturais, está intimamente ligada à tríade escola/transporte/Prefeitura Municipal. Não há como negar a impotência da sala de aula se essa tríade não funciona ou funciona mal.

A logística de transporte escolar é a materialização do almejado em sala de aula para a formação consciente de uma identidade de pertinência a um espaço. Se não bastasse essa evidente necessidade, o presente trabalho ainda demonstra que tal fato está previsto em lei e que no Brasil, acostumou-se a frente ao caos criar as leis, entretanto, sem uma vigília que a referida saia do estado de emoção, de pensamento para a efetiva ação, cumprimento e conseqüentemente a contribuição para que o direito não se torne uma penitência às sobras designadas para fins como a logística de transporte escolar, propiciada às escolas como gratificação.

Referências bibliográficas

Abreu, R. Chagas, M. (Org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

Bittencourt, C. In. (Org.). O Saber Histórico na Sala de Aula 9ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

Brasil. Constituição (1988). “Constituição da República Federativa do Brasil”: promulgada em 05 de outubro de 1988. (Série Legislação Brasileira). Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4º edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1990. Emendas constitucionais nº 1/1992 a 68/2011, Decreto Legislativo nº 186/2008, Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a

6/1994. Brasil. Constituição (1988. Disponível em: file:///C:/Users/Gilberto/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). www.cultura.gov.br. Acesso em 18 de ago. 2013.

Chauí, M. Cidadania cultural: O direito à cultura. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

Coelho, T. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 1997.

Freire, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa 7ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

Horta, M. L. P. *et alli*. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1996.

IBGE – Brasil em números - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ISSN 1808-1983, Rio de Janeiro, Brasil, v. 21, p. 1-392, Impressão - Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. 2013.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira. Ministério da Educação. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado.seam?cid=1487414> Acesso em 15 de Mar. 2014.

Manual técnico em administração: assistente de operações em Logística: manual do estudante/Senac Rio. Senac Rio. Rio de Janeiro, 2ª edição. 2012

Plano Nacional de Cultura - Ministério da Cultura - Governo Federal - Sistema Nacional de Cultura – SNC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC - Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC - 2012.

Plano Nacional de Cultura (PNC): Diretrizes Gerais. Disponível em www.cultura.gov.br. Acesso em 10 de Fev. 2014.

Pluhar, Cristiano. A atual situação cultural dos Campos dos Goytacazes. Folha da Manhã On Line. Campos dos Goytacazes, 15/09/2013. Disponível

em: <http://www.fmanha.com.br/blogs/opinioes/?p=17347>. Acesso em 23 de set. 2013.

Resolução 217 A (III), da Assembléia Geral das Nações Unidas de 10 de dezembro de 1948. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm.

Soffiati, Arthur. Desde 1989 a cultura de Campos é populista e autoritária. Blog saofrancisco24horas.com.br. Campos dos Goytacazes 12 de ago. de 2013. Disponível em: <http://saofrancisco24horas.com.br/noticia/1076/arthur-soffiati-----desde-1989--a-cultura-de-campos-e-populista-e-autoritaria>. Acesso em 15 de set. 2013.

Stuart, Denise Coelho. “Educação em Museus: produto ou processo?” In MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia/Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Vol.1. n.º. 1– Rio de Janeiro: IPHAN. 2004.

Teixeira, S., Moraes, A. et alli. A gente também: Educação Patrimonial e Cidadania. Uberlândia: Revista de Extensão/UFU, 2005: p.03.

Teixeira, S. (org.) Contribuições à prática pedagógica para a Educação Patrimonial, Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2008. *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural* – UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darci Ribeiro. Artigo.

Weffort, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

Sobre os Autores

Clarissa Alexandra Guajardo Semensato atualmente é professora do curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), Pólo de Rio das Ostras/RJ. É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e cursou Licenciatura em Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF-Campos). É mestre em Políticas Sociais pela UENF e foi bolsista do setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro. Sua área de interesse e pesquisa é Políticas Culturais, em especial, processos participativos e economia criativa. Contato: clarissaalexandra@gmail.com

Cristiano Ferreira de Barros trabalhou como técnico em História no Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (LEAA/UENF), onde atuou no apoio à pesquisa, extensão e ensino nas áreas de História e Educação Patrimonial. É licenciado e bacharel em História pela Universidade Gama Filho (UGF) e mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Contato: cristiano_historia@hotmail.com

Gilberto Nunes Gomes possui Licenciatura em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). É pós-graduando em História do Brasil e Supervisão e Administração Escolar na Universidade Cândido Mendes (UCAM). Colaborador em Projeto de Extensão na Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural (LEEA/CCH/UENF) e no Curso de Extensão em Produção de Material Didático para a Adversidade na Universidade Federal Fluminense (UFF). É Professor de História da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Contato: gilbertonunesgomes@gmail.com

Gisele da Silva Gonçalves é mestra em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), onde desenvolveu trabalhos relacionados às Políticas Públicas de Cultura. Especialista em Educação Ambiental e Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF – Campos), tendo como enfoque em suas pesquisas a Geografia Cultural. Desenvolve trabalhos na área cultural, atuando principalmente em temas vinculados ao patrimônio cultural e à cultura popular. Contato: geo_gisele@yahoo.com.br

Jânio de Oliveira Silva Júnior é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, onde trabalho em pesquisas relacionadas ao patrimônio cultural e políticas públicas. No presente momento é mestrando no Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Contato: janiojrsilva@hotmail.com

Karina Barra Gomes possui curso técnico em Música (piano). Licenciada em Educação Artística – Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Mestre em Políticas Sociais pela UENF. Possui experiência no Ensino Superior como professora no curso de Artes Visuais do Centro

Universitário Fluminense (UNIFLU/FAFIC). Atua no ensino fundamental e com a EJA. Leciona no curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação Prof. Aldo Muylaert da FAETEC. Tem orientado vários trabalhos monográficos e publicado artigos. Também é regente do Coral do ISEPAM. Contato: gomes.karina@gmail.com

Lucas Viana Aragão é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) onde trabalhou em pesquisas relacionadas a Patrimônio Cultural, Políticas Públicas e Legislação Cultural. Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde defendeu dissertação acerca da relação entre políticas de preservação ambientais e culturais. Atualmente é professor do curso de Arquitetura do Centro Universitário Fluminense (UNIFLU/FAFIC). Contato: aragaoviana@gmail.com

Ronaldo Guimaraes Vicente é graduado em Licenciatura de Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF – Campos), Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente é Doutorando no Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui experiência nas áreas de Política Cultural e Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural, Geografia Cultural e Geoprocessamento/SIG – Sistemas de Informações Geográficas. Contato: ronaldovicentefilho@gmail.com

Sandra Rangel de Souza é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy

Ribeiro (UENF). Coordenadora Executiva da Associação Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social e Políticas Públicas, atuando principalmente com os seguintes temas: organização comunitária, educação, juventude, cultura e gestão de projetos. Contato: sandrasrsr@gmail.com

Silviane de Souza Vieira é Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Possui formação em Ciências Sociais também pela UENF e em Design Gráfico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF-Campos). Trabalhou principalmente com os seguintes temas: patrimônio cultural e educação patrimonial. Atualmente é Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual na Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Contato: silsvieira@gmail.com

Simonne Teixeira é Doutora em Filosofia e Letras (História), pela Universidad Autònoma de Barcelona (Bellaterra). Pós-Doutora pela Escuela de Estudios Hispano-Americanos/CSIC. Coordenadora da *Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural* (LEEA/CCH). Pesquisadora/Professora dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Pós-graduação em Ciências Naturais (UENF). Tem experiência nas áreas de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica (Hidráulica) y Estudos do Patrimônio Cultural. Trabalha com os seguintes temas: história e arqueologia, política cultural (de preservação), educação patrimonial, conhecimento e história da ciência. Contato: simonne@pq.cnpq.br

Sylvia Márcia Paes possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC) e mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Atualmente cursa o Doutorado em Ciências

da Educação na Universidade Americana/Py. É professora da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) atuando nos cursos presenciais e EaD (como tutora) de História e Geografia e no Curso de Licenciatura em Turismo pelo CEDERJ. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: história, patrimônio cultural, cultura, arquitetura e memória. Contato: sylviampaes@gmail.com

Teresa de Jesus Peixoto Faria, é professora/pesquisadora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Em 2012, realizou pós-doutorado no GGH-TERRES/Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Principais áreas de atuação: Planejamento Urbano e Regional e da Geografia Urbana, com ênfase em História da Cidade e do Urbanismo, Problemática da Urbanização, Desigualdades e Injustiças Socioespaciais, Água, Território e Meio Ambiente. Publicou capítulos de livro, artigos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos internacionais e nacionais mais importantes de sua área de atuação. Coordenou e coordena projetos de pesquisa financiados pelos principais órgãos de fomento do país. Contato: tetepeixoto@gmail.com

Zandor Gomes Mesquita é mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense (IFF), onde atualmente trabalha como professor. Contato: zandormesquita@gmail.com

Índice Remissivo

Academia Campista de Letras – 270

Acre – 226, 229-230, 239, 243

África – 26, 173, 226, 268

Alfabetização Cultural – 15, 22, 54, 301, 323

Aloisio Magalhães – 42

Ana de Hollanda – 45, 75

Área de Especial Interesse Cultural/AEIC – 25, 156-159

Área de Proteção do Ambiente Construído/APAC – 156

Asilo da Lapa – 179

Assistencialismo – 313

Associação Comercial e Industrial de Campos/ACIC – 261-262

Associação de Imprensa Campista/AIC – 270

Associação de Moradores e Amigos de Santo Amaro/AMASA – 92

Aurora-Letras-Artes e Ciências – 177, 261, 266, 269

Ayahuasca – 27, 222-226, 231, 235-245

Banisteriopsis caapi – 224-225

Barões do Açúcar – 259

Barquinha, A (Centro Espírita Obras de Caridade de Príncipe
Espadarte) – 226, 228-230, 233, 239

Bens Culturais – 16-17, 34, 44, 53, 62, 108, 127, 149, 153, 155, 157,
162-163, 166, 222-223, 240, 286, 293-295, 301-303, 308, 310-311,
313-314, 317, 319, 321
Buenos Aires – 182, 269
Câmara Municipal – 157, 251, 257, 265, 280, 282, 290
Campos dos Goytacazes, Município de – 10, 12-13, 18-30, 32-35,
37, 44, 52, 54-55, 58-59, 66, 84, 95, 141, 146-148, 152, 156, 158,
161, 165, 167, 172, 177-181, 184-185, 189, 203, 209, 211, 213-214,
216, 218, 249, 251, 255, 265, 280-281, 292-293, 295-297, 303, 307-
310, 312-316, 318, 321-322.
Canal Campos-Macaé – 254
Carmen Miranda – 181
Carta de Amsterdã – 196
Carta de Atenas – 194
Carta de Nizhny Tagil – 197
Carta de Veneza – 195
Carta do México – 302
Cavallhada – 23, 82, 84, 88-92, 95, 97, 164
Cemitério do Caju – 28, 276-277, 280, 282-283, 285-288
Centro Eclético de Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra/
CEFLURIS – 227, 229-231, 242
Centro de Iluminação Crista Luz Universal/CICLU - Alto Santo –
227, 239
Cidade Antiga – 254
Cidade Medieval – 254
Colégio Estadual Dom Otaviano de Albuquerque – 33
Colégio Estadual Nilo Peçanha – 33
Colônia – 38, 209, 254, 262, 278
Comerciantes – 226, 257, 259-262

Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – 36

Comitê de Preservação do Patrimônio/CPP – 147-148

Companhia de Navegação União Campista-Fidelense – 255

Companhia de Navegação Campos-Macaé – 255

Conferência Estadual de Cultura/CEC – 76

Conferência Municipal de Cultura de Campos dos Goytacazes (RJ) – 58, 66, 71, 79, 165

Conferência Nacional de Cultura/CNC – 59, 61, 63-66, 74-77, 81, 85

Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas/CONAD – 27, 236, 238

Conselho Federal de Entorpecentes/CONFEM – 236

Conselho de Proteção do Patrimônio Arquitetônico Municipal/COPPAM – 25, 27, 141, 146-152, 154-159, 161-163, 165-166

Conselho de Preservação Municipal/COPAM – 165

Conselho Nacional de Cultura/CNC – 39-40

Constituição Federal – 9, 108, 141, 165, 312, 320

Corte Portuguesa - 254

Council for British Archaeology/CBA – 199

Corte Portuguesa – 254

Cultura Popular – 84, 88, 92, 94-96, 184, 222-223, 308

Cultura Viva – 10, 61, 75, 82, 86-87, 91, 96

Currículo Escolar – 312

Custódio Mesquita – 183

Cyro Monteiro – 181

Declaração Universal dos Direitos Humanos – 121, 313

Decreto nº 3.551 - 222

Departamento de Informação e Propaganda/DIP – 39

Departamento (Divisão) do Patrimônio Imaterial/DPI – 163, 223
Dimetiltritamina/DMT – 225, 235
Direito cultural – 24-25, 108
Diversidade Cultural – 15, 18, 62, 83, 304-305
Dores de Macabú, Distrito de – 178
Educação Patrimonial – 15, 22, 28-29, 33-37, 54, 158-159, 274-275, 285, 296-298, 314, 318, 322
Engenheiro(s) – 149, 257, 263-264, 266, 281
Ensino Fundamental – 33-34, 111, 302, 312, 316-317
Equipamento Cultural – 52-53, 295, 297, 303-304, 311, 315-316, 319-320
Escola de Aprendizes do Arsenal – 176
Escola Municipal Francisco de Assis – 33
Escola Municipal Marechal Artur da Costa e Silva – 33
Erasmio Silva – 181-182
Estado Novo – 39, 138, 183, 302
Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA – 312
Festa de Santo Amaro – 89, 92
Folha do Comércio (Jornal) – 261
Francisco Saturnino Braga – 260
Fundação Jornalista Oswaldo Lima/FJOL – 71, 164
Fundação Municipal da Infância e da Juventude/FMIJ – 179, 286
Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural de Campos/FUNPPAC – 152
Getúlio Vargas – 180
Gilberto Gil – 9, 13, 18, 43, 45, 60, 84-85, 222, 239
Goiás – 89
Guerra do Paraguai – 180
Goytacazes, Distrito de – 178

Gustavo Capanema – 39
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB – 296
Identidade Cultural – 134, 136, 138, 293, 300, 322
Identidade(s) Nacional(ais) – 15, 83, 136, 182, 255
Iluminismo – 126, 305
Imaginário Popular – 232, 286, 300
Império (história) – 173, 254, 289
Inclusão Social – 15, 158, 296, 304, 310, 314
Instituto de Pesquisa e Projetos Urbanos de Campos/IPPUCAM – 147, 158
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN – 16, 24-25, 27, 33, 42, 159-160, 163, 165, 194, 223-224, 240-241, 243
Intelectuais – 264-267, 270
International Council on Monuments and Sites/ICOMOS – 195-197
International Council of Museums/ICOM – 299
Instituto Superior de Estudos Brasileiros/ISEB – 40
Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC – 164, 223, 240, 243
Juca Ferreira – 75, 84-85
Juventude(s) – 98-105, 112, 122, 179, 276, 286
Lagoa Feia – 178
Lei Rouanet – 42-43
Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBN – 312
Lira Conspiradora – 179
Luís Inácio Lula da Silva (presidente/governo) – 9, 19, 42-43, 76, 85-86, 96
Macaé, Município de – 179, 257, 260
Mais Cultura – 61
Manifestação Folclórica – 90

Marta Suplicy – 75
Material Didático – 34-35, 54, 315-316, 318, 322
Mato Grosso – 89
Médico(s) – 232, 235, 237-238, 256-258, 263-264, 266-267, 269, 275, 278, 284
Melo Moraes Filho – 177
Memória Coletiva – 129-131, 158
Memória Social – 25, 128, 132-133
Memorialista(s) – 276, 316, 318, 322
Minas Gerais – 43, 89
Ministério da Cultura/MinC – 10, 13, 18, 22-23, 27, 36, 42-45, 60, 62, 64, 66, 69-71, 74-77, 79, 84-87, 91-94, 96, 222
Ministério Público/MP – 25, 147
Monitor Campista (Jornal) – 161, 177, 261, 265-267, 269
Multiculturalismo – 50, 295, 301, 304-305
Museu(s) – 15, 36, 52, 110, 113, 126, 275, 295-296, 298-304, 310, 316-319, 322-323
Museu de Campos dos Goytacazes – 147, 177, 178
Museu Histórico de Campos dos Goytacazes – 265, 293-297, 310-311, 313, 315-317, 319-320
Museu Histórico Nacional/MHN – 41, 176
Museu Olavo Cardoso – 29, 36
Mussurepe, Distrito de - 178
Neo-ayahuasqueiros – 231, 241, 244
Noel Rosa – 182, 184
Norte Fluminense (região) – 20, 24, 33, 88, 166, 212-216
Oliveira Viana – 258
Ovídio Batista – 181
Padrinho Sebastiao – 227

Pará – 43

Paraná – 89

Patrimônio Cultural – 9,13, 15-17, 21, 25, 27, 29, 32-36, 38, 44, 53-54, 60, 86, 95, 124, 127-128, 137-138, 145-149, 156-157, 160-164, 166, 192, 195-196, 222-223, 239, 285, 293-295, 298, 300-302, 309, 321

Patrimônio Histórico – 47, 52, 124, 126-127, 133, 274, 296, 298, 300-301, 303, 306, 309, 311-313, 319-320, 322

Patrimônio Imaterial – 10, 26-27, 83, 90, 164, 170, 172, 222-223, 238-239, 242

Patronato São José – 179

Paulo Freire – 314

Pernambuco – 43, 173-174

Petróleo – 249, 318

Petróleo e Gás – 249

Plano Estadual de Cultura/PEC – 36-37, 54-55, 64

Plano Nacional de Cultura/PNC – 9, 41, 44-45, 61, 63, 74, 303

Plano Nacional de Museus – 44

Política(s) Cultural(ais) – 8-10, 12-13, 18-22, 24, 27, 29, 32-33, 36-41, 44-52, 55, 58-61, 63, 65, 68-70, 72-73, 75, 77-79, 82-85, 87, 92, 95-96, 98-99, 106-108, 111, 122-123, 149, 156, 166, 185, 295, 305-309, 314, 316

Política Nacional de Museus – 44

Ponto de Cultura – 23, 82-83, 86-88, 91-96

Porto do Açu – 318

Porto Velho – 229

Portugal – 172, 174, 278

Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura/ProCultura – 45

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial/PNPI – (163), 22-223

Pró-Memória – 41-42
 Psychotria Viridis – 224
 Recopilador Campista (Jornal) – 268
 Registro (instrumento) – 163-164, 193, 198, 222-224, 240-241, 244-245
 República – 254-255, 258-259
 República, A (Jornal) – 267
 Ricardo de Azevedo – 26, 181, 183-184
 Rio de Janeiro – 20, 23, 36-37, 40, 43, 59, 76, 78, 84, 91, 146, 156, 172, 174-176, 180-183, 211, 217, 236-237, 251-252, 255, 259, 269
 Rio Grande do Sul – 43
 Salvador – 251-252
 Santa Maria, Distrito de – 179
 Santo Amaro, Distrito de – 23, 89, 96
 Santo Daime – 226-233
 São João da Barra, Município de – 211, 255
 São Paulo – 39, 43, 60, 85, 89, 146, 174, 182, 194, 215-216, 251
 São Salvador (praça) – 183, 211, 261, 283
 São Sebastião, Distrito de – 178, 260
 Secretaria Municipal de Cultura de Campos dos Goytacazes – 185
 Século XIX – 26, 28, 100-102, 126, 133, 174-175, 177, 180, 182-183, 203, 211-214, 225, 227, 249, 251-255, 257-258, 262-263, 268, 278-279, 288, 303, 305
 Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN – 16, 39, 42
 Silvio Caldas - 181
 Sistema Nacional de Cultura/SNC – 9, 18, 46, 58-59, 61
 Socialismo – 305
 Sociedade Musical Lira de Apolo – 184

Sociedade Musical Operários Campistas – 179
Teatro Orion – 270
Teatro São Salvador – 254, 266
Teatro Trianon – 270
The International Committee for the Conservation of the
Industrial Heritage/TICCIH – 196-198
Tocos, Distrito de – 178, 214
Travessão de Campos, Distrito de – 293
União do Vegetal, Centro Espírita Beneficente /UDV – 230-231,
236, 239
United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations/
UNESCO – 60, 126, 195-197, 296
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF
– 10, 14, 32, 82, 91, 141, 293
Universidade Federal Fluminense/UFF – 275
Universidade Federal de Uberlândia/UFU – 34
Universidade Salgado Oliveira – 293
Usina Santa Maria – 179
Usina São João – 178
Vale Cultura – 75
Vila da Rainha – 210
Vila de São Salvador – 221
Xamanismo/Xamânico – 245
Wilson Batista – 181-184

Este livro, que reúne parte dos trabalhos acadêmicos realizados no âmbito da *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural*/LEEA/CCH/UENF. Nove dos treze capítulos que compõem o livro se vinculam ainda a pesquisas acadêmicas realizadas no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) do CCH/UENF.

Reúne a trajetória acadêmica de um grupo de pesquisa já bem consolidado na UENF. As temporalidades destas relações – que alcançam até dezoito anos – se diluem no espaço, ao mesmo tempo, físico e simbólico da *Officina*. De fato, a idéia original deste livro foi a de reunir parte importante da produção acadêmica dos envolvidos nos últimos 10 anos nos projetos de pesquisa e extensão, que tem como missão estudar as questões relacionadas ao Patrimônio Cultural em Campos dos Goytacazes. Ao darmos início à sua elaboração, tomamos a criação da *Officina* em 2004, como referencia e ponto de partida para sua organização. Esclarecido o ponto de partida, assinalamos o caráter comemorativo desta edição, que reúne a produção acadêmica de pessoas que fazem e fizeram a *Officina* real. Nada melhor que um livro para celebrar um trabalho acadêmico.

A temática central são as Políticas Culturais. Ao longo do livro são examinados diferentes aspectos das práticas relacionadas a este campo em campos dos Goytacazes.





PLANTA CIDADE

EM
1902





EdUENF

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-89479-38-7



9 788589 479387